



DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE COIMBRA

– 2018 –



Conselho Local de Ação Social de Coimbra

1. INTRODUÇÃO	16
2. PROGRAMA REDE SOCIAL	18
3. METODOLOGIA	20
4. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE COIMBRA	22
4.1. Enquadramento territorial	22
4.2. População residente	26
4.3. População de nacionalidade estrangeira	35
4.4. Indicadores demográficos	36
4.5. Parque habitacional.....	43
4.5.1. Edifícios	43
4.5.2. Alojamentos.....	46
4.6. Atividade económica	49
4.7. Mercado de trabalho e desemprego.....	51
4.8. Rendimento Social de Inserção	57
5. AÇÃO SOCIAL NO CONCELHO DE COIMBRA	58
5.1. Enquadramento geral	58
5.2. <i>Respostas sociais</i> existentes no Concelho de Coimbra	58
5.2.1. Infância e Juventude	59
<i>Crianças e Jovens</i>	60
<i>Crianças e Jovens com deficiência</i>	64
<i>Crianças e Jovens em situação de perigo</i>	67
5.2.2. População adulta	70
<i>Pessoas idosas</i>	72
<i>Pessoas adultas com deficiência</i>	78

<i>Pessoas em situação de dependência</i>	<i>82</i>
<i>Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico.....</i>	<i>85</i>
<i>Pessoas sem abrigo</i>	<i>86</i>
5.2.3. Família e Comunidade	93
<i>Família e Comunidade em geral.....</i>	<i>94</i>
<i>Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias.....</i>	<i>97</i>
<i>Pessoas toxicodependentes.....</i>	<i>98</i>
<i>Pessoas vítimas de violência doméstica.....</i>	<i>103</i>
5.2.4. Respostas pontuais	104
5.3. Ação social da Câmara Municipal de Coimbra.....	105
5.3.1. Área Social	106
<i>Programa Rede Social</i>	<i>106</i>
<i>Programas e projetos.....</i>	<i>108</i>
5.3.2. Área da Educação	115
<i>Parque escolar.....</i>	<i>116</i>
<i>Auxílios económicos</i>	<i>120</i>
<i>Transportes escolares.....</i>	<i>124</i>
<i>Programas e Projetos.....</i>	<i>125</i>
5.3.3. Área da Habitação Social	129
<i>Projeto “Reabilitar Coimbra XXI” do programa “Reabilitar para Arrendar”.....</i>	<i>132</i>
<i>Equipamentos municipais</i>	<i>133</i>
<i>Breve caracterização dos Municípios que recorrem ao serviço de Habitação Social.....</i>	<i>135</i>
5.4. Outras respostas de âmbito social existentes no Concelho	136
5.4.1. Centro de Emprego de Coimbra	136
5.4.2. Formação Profissional Certificada	138
5.4.3. Rede Local de Intervenção Social (RLIS).....	138
5.4.4. Programa CLDS 3G – Coimbra Concelho Solidário e Saudável.....	139

5.4.5. CoimbraMaisFuturo	139
5.4.6. Voluntariado	140
6. ECONOMIA SOCIAL.....	142
7. ÁREAS TEMÁTICAS	143
7.1. Crianças e Jovens.....	143
7.2. Pessoas idosas.....	150
7.3. Pessoas com deficiência.....	162
7.4. Migrantes.....	167
7.5. População sem abrigo.....	173
7.6. Saúde.....	179
7.7. Habitação.....	189
7.8. Pobreza e Exclusão social.....	193
7.9. Freguesias	202
8. CONCLUSÕES.....	205
9. ANÁLISE SWOT	207
10. BIBLIOGRAFIA	209

Tabela 1: Freguesias do Concelho de Coimbra antes e após a reorganização administrativa do território das freguesias.....	23
Tabela 2: Evolução em número (N.º) da população residente em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra segundo os Censos de 1960, 1981, 1991, 2001 e 2011.....	26
Tabela 3: Taxa de variação da população residente (%) nos Censos de 1991, 2001 e 2011 no Concelho de Coimbra e suas freguesias.....	27
Tabela 4: Área (Km ²), população residente (N.º) e densidade populacional (N.º/Km ²) das unidades territoriais do Concelho de Coimbra.....	28
Tabela 5: População residente (N.º) nos Censos de 2001 e 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra e respetivas taxas de variação de acordo com o sexo.....	30
Tabela 6: População residente (N.º) nos Censos de 2001 e 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra e respetivas taxas de variação (%).	31
Tabela 7: Média de habitantes, por cada ano de idade, nos principais grupos etários, em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra, segundo dados dos Censos de 2001 e de 2011.	31
Tabela 8: Número (N.º) de pessoas idosas a viverem sozinhas ou com outras do mesmo grupo etário em 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.....	32
Tabela 9: População residente (N.º), segundo os Censos de 2011, em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra de acordo com o sexo.....	33
Tabela 10: População residente (N.º), segundo os Censos de 2011, em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra de acordo com os principais grupos etários.....	34
Tabela 11: Número (N.º) de população estrangeira residente em Portugal entre 2011 e 2015.	35
Tabela 12: Número (N.º) de população estrangeira com permanência regular no Concelho de Coimbra entre 2011 e 2015.	36
Tabela 13: Evolução do Índice de Envelhecimento (N.º) segundo os Censos de 2001 e 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.	37
Tabela 14: Índice de Envelhecimento (N.º) segundo os Censos de 2011 em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra.....	38

Tabela 15: Índice de Dependência de Idosos (%) e Índice de Dependência de Jovens (%) segundo os Censos de 2001 e 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.....	40
Tabela 16: Taxa Bruta de Natalidade (‰) e Taxa Bruta de Mortalidade (‰) segundo os Censos de 2001 e 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.....	41
Tabela 17: Índice de Longevidade (%) segundo os Censos de 2001 e 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.....	41
Tabela 18: Taxa de Crescimento Natural (%) e Taxa de Crescimento Migratório (%), segundo os Censos de 2001 e 2011, em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.....	42
Tabela 19: Número (N.º) de edifícios e variação entre 2001 e 2011 no Concelho de Coimbra.....	44
Tabela 20: Número (N.º) de edifícios por época de construção em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra e respetivos Índices de Envelhecimento dos Edifícios.	45
Tabela 21: Percentagem (%) de edifícios no Concelho de Coimbra que em 2011 necessitavam de reparação ou que se encontravam muito degradados.....	45
Tabela 22: Proporção (%) de edifícios clássicos com acesso através de cadeira de rodas e com acesso até ao alojamento em 2011.....	46
Tabela 23: Número (N.º) de alojamentos familiares clássicos e não clássicos em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra em 2011.....	47
Tabela 24: Número (N.º) de alojamentos familiares onde só residem pessoas idosas e número (N.º) de alojamentos familiares onde apenas reside uma pessoa idosa em 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.....	47
Tabela 25: Número (N.º) de alojamentos familiares clássicos de residência habitual no Concelho de Coimbra em 2011.....	48
Tabela 26: Número (N.º) de empresas não financeiras em 2014 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.....	49
Tabela 27: Número (N.º) de empresas não financeiras em 2014, segundo a atividade económica, no Concelho de Coimbra.....	50
Tabela 28: Percentagem (%) de população empregada segundo os Censos de 2001 e 2011 por setores de atividade económica.	51
Tabela 29: Taxa de Emprego (%), segundo os Censos de 2001 e 2011, em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra, de acordo com o sexo.....	51

Tabela 30: Número (N.º) de desempregados registados em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra em setembro de 2015 e setembro de 2016, de acordo com o sexo.....	52
Tabela 31: Número de desempregados (N.º) registados em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra em setembro de 2015 e setembro de 2016, de acordo com os principais grupos etários.....	53
Tabela 32: Número de desempregados (N.º) registados em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra em setembro de 2015 e setembro de 2016 de acordo com o tempo de inscrição.	54
Tabela 33: Número de desempregados (N.º) registados em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra em setembro de 2015 e setembro de 2016 de acordo com a situação face à procura de emprego.	55
Tabela 34: Número de desempregados (N.º) registado em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra em setembro de 2015 e setembro de 2016 de acordo com os níveis de escolaridade.....	56
Tabela 35: Número (N.º) de beneficiários de Rendimento Social de Inserção e número (N.º) de famílias ativas, à data de 28 de fevereiro de 2017, no Concelho de Coimbra.	57
Tabela 36: Áreas de Intervenção e respetivo público-alvo das <i>respostas sociais</i> existentes em Portugal.	58
Tabela 37: Número (N.º) de <i>equipamentos sociais</i> e capacidade total (N.º) na área da Infância e Juventude no Concelho de Coimbra, tendo em conta o tipo de <i>resposta social</i>	59
Tabela 38: Taxa de Cobertura (%) da <i>resposta social</i> de Creche em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra.	61
Tabela 39: Taxa de Cobertura (%) da <i>resposta social</i> de Educação Pré-Escolar em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra.	62
Tabela 40: Rede pública de Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar no Concelho de Coimbra no ano letivo 2016/2017.	63
Tabela 41: Capacidade (N.º) e caracterização das <i>respostas sociais</i> dirigidas às Atividades de Tempos Livres das crianças e jovens no Concelho de Coimbra.	64
Tabela 42: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas <i>respostas sociais</i> destinadas a crianças e jovens com deficiência no Concelho de Coimbra.	65
Tabela 43: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas <i>respostas sociais</i> destinadas a crianças e jovens em situação de perigo no Concelho de Coimbra.	68

Tabela 44: Número (N.º) de <i>equipamentos sociais</i> e capacidade total (N.º) na área da população adulta no Concelho de Coimbra, tendo em conta o tipo de <i>resposta social</i>	71
Tabela 45: Capacidade (N.º) e Taxa de Cobertura (%) das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), Serviços de Apoio Domiciliário (SAD), Centros de Dia (CD) e Centros de Convívio (CC) em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra.	74
Tabela 46: Capacidade (N.º) e Taxa de Cobertura (%) total de <i>respostas sociais</i> destinadas à população idosa em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra.	75
Tabela 47: Capacidade (N.º) e Taxa de Cobertura (%) de <i>respostas sociais</i> , da rede solidária e da rede lucrativa, destinadas à população idosa.	76
Tabela 48: Entidades com intervenção na área da população idosa.....	77
Tabela 49: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas <i>respostas sociais</i> destinadas a pessoas adultas com deficiência no Concelho de Coimbra.	80
Tabela 50: Número (N.º) de Unidades de Cuidados Continuados Integrados existentes e a sua capacidade (N.º) por Concelhos do ACeS Baixo Mondego.	84
Tabela 51: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas <i>respostas sociais</i> destinadas a pessoas adultas com doença do foro mental ou psiquiátrico no Concelho de Coimbra.....	85
Tabela 52: Número (N.º) de pessoas em situação de sem abrigo em 2012 e em 2016.....	86
Tabela 53: Número (N.º) de pessoas em situação de sem abrigo, por sexo, em 2012 e em 2016.	87
Tabela 54: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas <i>respostas sociais</i> destinadas a pessoas sem abrigo no Concelho de Coimbra.	87
Tabela 55: Distribuição semanal dos giros de rua a pessoas em situação de sem abrigo.	91
Tabela 56: Número (N.º) de <i>equipamentos sociais</i> e capacidade total (N.º) na área da Família e Comunidade no Concelho de Coimbra, tendo em conta o tipo de <i>resposta social</i>	93
Tabela 57: Entidades que prestam apoios alimentares no Concelho de Coimbra.	95
Tabela 58: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas <i>respostas sociais</i> destinadas à Família e Comunidade em geral no Concelho de Coimbra.	96
Tabela 59: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas <i>respostas sociais</i> destinadas a pessoas com VIH/SIDA e suas famílias no Concelho de Coimbra.	97
Tabela 60: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas <i>respostas sociais</i> destinadas a pessoas toxicodependentes no Concelho de Coimbra.	99

Tabela 61: Entidades com intervenção na área da população toxicodependente com acordo com o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.....	100
Tabela 62: Entidades com intervenção na área da população toxicodependente.	102
Tabela 63: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas <i>respostas sociais</i> destinadas a pessoas vítimas de violência doméstica no Concelho de Coimbra.....	104
Tabela 64: <i>Respostas sociais</i> pontuais existentes no Concelho de Coimbra.....	105
Tabela 65: Programas e projetos em vigor na Câmara Municipal de Coimbra dirigidos a crianças e jovens.	109
Tabela 66: Programas e projetos em vigor na Câmara Municipal de Coimbra dirigidos a pessoas idosas.	111
Tabela 67: Programas e projetos em vigor na Câmara Municipal de Coimbra dirigidos à população em situação de sem abrigo.	112
Tabela 68: Programas e projetos em vigor na Câmara Municipal de Coimbra dirigidos à comunidade em geral.....	113
Tabela 69: Programas e projetos em vigor na Câmara Municipal de Coimbra relativos a parcerias e apoios às instituições.	115
Tabela 70: Jardins de Infância da rede pública do Concelho de Coimbra no ano letivo 2016/2017.....	117
Tabela 71: Escolas do 1.º Ciclo da rede pública do Concelho de Coimbra no ano letivo 2016/2017.....	118
Tabela 72: Montantes atribuídos (€) em 2016 às Juntas de Freguesia do Concelho de Coimbra para realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico e respetivos espaços envolventes.....	120
Tabela 73: Número (N.º) de alunos com e sem escalão a frequentar a rede pública do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico no ano letivo 2016/2017.....	121
Tabela 74: Custos (€) relativos aos almoços, lanches e ao prolongamento de horário, no ano letivo de 2016/2017, para as crianças a frequentar o ensino Pré-escolar e alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, de acordo com o escalão de abono atribuído.....	123
Tabela 75: Percentagem (%) de alunos apoiados pelos auxílios económicos da Câmara Municipal de Coimbra entre os anos letivos de 2012/2013 a 2016/2017.....	123
Tabela 76: Número (N.º) de alunos beneficiários de transportes escolares nos anos letivos compreendidos entre 2013/2014 e 2016/2017.....	124

Tabela 77: Valor apoiado (€) em transportes escolares nos anos letivos compreendidos entre 2013/2014 e 2016/2017.....	124
Tabela 78: Projetos e programas de Atividades de Complemento Curricular em vigor.	128
Tabela 79: Síntese da habitação municipal existente no Concelho de Coimbra.	130
Tabela 80: Ano de construção e de reabilitação da Habitação Municipal existente no Concelho de Coimbra.	131
Tabela 81: Síntese da habitação municipal em Projeto.....	133
Tabela 82: Número (N.º) de pedidos de habitação social e Taxa de Satisfação (%) entre 2011 e 2016.	135
Tabela 83: Síntese de problemas identificados em cada uma das temáticas abordadas.	205

Ilustração 1: Mapa de Portugal por distritos.....	22
Ilustração 2: Mapa do Distrito de Coimbra.....	22
Ilustração 3: Mapa do Concelho de Coimbra com as 18 freguesias representadas, após reorganização administrativa do território.....	24
Ilustração 4: Mapa representativo das 18 unidades territoriais do Concelho de Coimbra de acordo com as respetivas densidades populacionais (Censos 2011).....	29
Ilustração 5: Mapa representativo das 18 unidades territoriais do Concelho de Coimbra de acordo com os respetivos Índices de Envelhecimento (Censos 2011).	39
Ilustração 6: Défice de resposta em Creches - causas e consequências.	144
Ilustração 7: Diminuição do tempo livre para a criança - causas e consequências.....	145
Ilustração 8: Aumento de comportamentos desviantes nas camadas mais jovens - causas e consequências.....	146
Ilustração 9: Falta de docentes e de outros profissionais de Educação Especial nas escolas públicas - causas e consequências.	147
Ilustração 10: Défice de respostas ao nível da saúde mental para crianças e jovens - causas e consequências.....	148
Ilustração 11: Absentismo escolar - causas e consequências.....	149
Ilustração 12: Aumento da incidência da obesidade infantil - causas e consequências.	150
Ilustração 13: Dificuldade na admissão de Pessoas idosas com dependência na Rede Nacional de Cuidados Continuados - causas e consequências.	151
Ilustração 14: Isolamento social e Solidão - causas e consequências.	152
Ilustração 15: Défice de resposta em ERPI na rede solidária - causas e consequências.	154
Ilustração 16: Falta de resposta em SAD permanente na rede solidária - causas e consequências.	156
Ilustração 17: Violência contra as pessoas idosas - causas e consequências.....	157
Ilustração 18: Falta de <i>respostas sociais</i> destinadas a pessoas com défices cognitivos e demências - causas e consequências.	159

Ilustração 19: Baixos recursos económicos - causas e consequências.....	161
Ilustração 20: Défice de respostas em Lar Residencial, Residência Autónoma e Centro de Atividades Ocupacionais - causas e consequências.....	162
Ilustração 21: Falta de acessibilidade para pessoas com deficiência - causas e consequências.....	163
Ilustração 22: Dificuldade de integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência - causas e consequências.....	164
Ilustração 23: Dificuldade no acesso a produtos de apoio - causas e consequências.....	165
Ilustração 24: Carência de serviços de âmbito domiciliário que garantam a continuidade de cuidados - causas e consequências.	166
Ilustração 25: Dificuldade de integração no mercado de trabalho de imigrantes - causas e consequências.....	167
Ilustração 26: Dificuldade de integração de refugiados - causas e consequências.....	169
Ilustração 27: Défice de associativismo imigrante - causas e consequências.....	171
Ilustração 28: Vulnerabilidade social da mulher imigrante - causas e consequências.....	172
Ilustração 29: Insuficiência de <i>equipamentos sociais</i> destinados à população sem abrigo - causas e consequências.....	173
Ilustração 30: Défice de balneários, lavandarias e cacifos - causas e consequências.....	174
Ilustração 31: Dificuldade na caracterização detalhada da população sem abrigo - causas e consequências.....	175
Ilustração 32: Dificuldade de acesso a bens e serviços - causas e consequências.....	176
Ilustração 33: Doença mental ou patologia dual na população sem abrigo - causas e consequências.....	177
Ilustração 34: Dificuldade de integração no mercado de trabalho da população sem abrigo - causas e consequências.....	178
Ilustração 35: Alcoolismo - causas e consequências.....	179
Ilustração 36: Consumo de outras substâncias psicoativas - causas e consequências.....	181
Ilustração 37: Doenças crónicas e incapacitantes - causas e consequências.....	184
Ilustração 38: VIH/SIDA - causas e consequências.....	185
Ilustração 39: Violência doméstica - causas e consequências.....	187

Ilustração 40: Baixa Taxa de Satisfação face ao elevado número de pedidos de habitação social - causas e consequências.	189
Ilustração 41: Défice de resposta em habitação social dirigida a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social - causas e consequências.	190
Ilustração 42: Ausência de subarrendamento de habitação social no mercado privado – causas e consequências.	191
Ilustração 43: Degradação habitacional – causas e consequências.	192
Ilustração 44: Condições económicas precárias dos agregados familiares – causas e consequências..	194
Ilustração 45: Infoexclusão de grupos mais vulneráveis - causas e consequências.	196
Ilustração 46: Desemprego - causas e consequências.....	197
Ilustração 47: Carência alimentar de grupos vulneráveis - causas e consequências.	199
Ilustração 48: Famílias desestruturadas - causas e consequências.	200
Ilustração 49: Défice de participação das entidades locais na dinamização local - causas e consequências.	202
Ilustração 50: Défice de medidas/políticas de apoio para pessoas em situações de vulnerabilidade social na área do transporte público - causas e consequências.	203
Ilustração 51: Análise SWOT.	207

Gráfico 1: Evolução em número (N.º) da população residente no Concelho de Coimbra segundo os Censos de 1960, 1981, 1991, 2001 e 2011.....	26
Gráfico 2: População residente (N.º) em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra de acordo com o sexo e segundo os Censos de 2011.	32
Gráfico 3: Distribuição percentual (%) de crianças e jovens e pessoas idosas em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra segundo os Censos de 2001 e de 2011.....	37
Gráfico 4: Taxa de Cobertura (%) das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), Serviços de Apoio Domiciliário (SAD), Centros de Dia (CD) e Centros de Convívio (CC) em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra.	75

Anexo 1: Entidades parceiras do CLAS/C.

Anexo 2: *Equipamentos sociais* existentes no Concelho de Coimbra – Infância e Juventude.

Anexo 3: *Equipamentos sociais* existentes no Concelho de Coimbra – População adulta.

Anexo 4: *Equipamentos sociais* existentes no Concelho de Coimbra – Família e Comunidade.

Anexo 5: *Equipamentos sociais* existentes no Concelho de Coimbra – Respostas pontuais.

1. INTRODUÇÃO

O presente documento de Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra – 2018, elaborado por uma equipa técnica da Divisão de Educação e Ação Social da Câmara Municipal de Coimbra, que contou com a colaboração do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Coimbra (CLAS/C), resultou de um processo participativo, onde estiveram envolvidas de uma forma efetiva e dinâmica as entidades que integram o CLAS/C, valorizando desta forma a experiência daqueles que mais próximo estão dos problemas e de quem os vive: as instituições e as entidades locais, as juntas de freguesia e os seus técnicos.

Este instrumento de trabalho tem como principal objetivo conhecer para intervir, pois só deste modo é que se pode agir com eficácia e eficiência. Só conhecendo é que se consegue realizar um Diagnóstico Social comprometido e adequado à etapa seguinte: o Plano de Desenvolvimento Social.

Devido ao seu carácter dinâmico, o Diagnóstico Social, enquanto ferramenta de trabalho fulcral, não se encontra fechado no tempo, devendo estar ininterruptamente aberto a novos dados e informações e à sua consequente atualização.

Este documento apresenta dados dos Censos de 2011 do Instituto Nacional de Estatística (INE) e de fontes institucionais de âmbito nacional, regional e local (Câmara Municipal de Coimbra, Administração Regional de Saúde do Centro, Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Coimbra, Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Coimbra, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coimbra, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, entre outras), que possibilitam um conhecimento e uma análise mais fidedigna e atualizada dos fenómenos sociais do Concelho de Coimbra.

Sabendo que este é um processo sempre em construção e que nenhum documento é isento de falhas e é sempre suscetível de ser melhorado, a verdade é que, o facto de se ter procurado incluir a multiplicidade de visões da realidade do Concelho, fica o conforto de saber que tudo foi feito para conseguir uma leitura da realidade o mais fiel possível, criando assim um **instrumento capaz de sustentar um planeamento eficaz para a intervenção social a curto e médio prazo no Concelho de Coimbra.**

O presente documento encontra-se estruturado em 8 capítulos:

No capítulo 1 – Introdução, é apresentado um breve enquadramento à necessidade de atualização do Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra.

No capítulo 2 – Programa Rede Social, é realizado um enquadramento legislativo e expostos os objetivos do Programa.

No capítulo 3 – Metodologia, são apresentados os métodos utilizados para a elaboração do presente documento, contemplando ainda as temáticas definidas como prioritárias de intervenção.

No capítulo 4 – Caracterização do Concelho de Coimbra, é realizada uma descrição do território, da população residente, da atividade económica e do mercado de trabalho, bem como é efetuada uma análise aos principais indicadores demográficos do Concelho de Coimbra.

No capítulo 5 – Ação Social no Concelho de Coimbra, são mencionadas as *respostas sociais* existentes no Concelho assim como se destaca alguns programas e projetos de âmbito social implementados pelas entidades locais.

No capítulo 6 – Economia Social, é salientada a importância da economia social para o desenvolvimento local de forma sustentável e inclusiva.

No capítulo 7 – Áreas temáticas, são expostos os problemas considerados prioritários pelos parceiros do CLAS/C assim como é realizada uma análise aos mesmos tendo em conta os dados obtidos ao longo do processo de atualização do presente Diagnóstico Social.

No capítulo 8 – Conclusões, é exibida uma síntese dos problemas identificados em cada uma das temáticas abordadas bem como é realizada uma análise SWOT do Concelho de Coimbra.

No capítulo 9 – Análise SWOT, identifica-se as principais forças, oportunidades, fraquezas e ameaças reconhecidas no âmbito da atualização do presente documento.

No capítulo 10 – Bibliografia, são apresentadas as referências bibliográficas assim como as principais fontes que serviram de suporte à sustentação da informação do presente documento.

2. PROGRAMA REDE SOCIAL

A Rede Social é um Programa criado através da Resolução do Conselho de Ministros N.º 197/97 de 18 de novembro, regulamentado pelo Decreto-Lei N.º 115/2006 de 14 de junho, e que visa lançar e reforçar os fundamentos que promovem a articulação e congregação de esforços entre os agentes sociais ativos com vista a dois grandes objetivos fundamentais:

- Combate à pobreza e à exclusão social;
- Promoção do desenvolvimento social.

O Programa procura estimular a manifestação de redes locais de cooperação (de base concelhia ou infra concelhia), para que reconheçam a multidimensionalidade dos fenómenos e a complementaridade entre os setores público e privado e para que promovam a participação ativa das populações e seus representantes nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento local. Deste modo, estas redes locais devem estar aptas a:

- Unir os esforços das diversas organizações com intervenção na esfera social, de modo a obter ganhos sinérgicos;
- Alinhar meios, procedimentos e agentes de resposta a nível local;
- Rentabilizar os recursos endógenos aos territórios e, por conseguinte, às organizações que neles operam e às populações que neles habitam ou trabalham;
- Promover inovações na concretização das políticas sociais;
- Fomentar relações de confiança e partilha com proveitos e mais-valias para todas as partes.

Estes objetivos revelam a impossibilidade de se trabalhar de forma fracionada, não coordenada e, acima de tudo, não participada, reconhecendo o desperdício de reforços, recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem ações isoladas.

De modo a dar cumprimento a estes objetivos, o Programa privilegia um conjunto de princípios orientadores, tais como:

- Princípio da subsidiariedade;
- Princípio da integração;
- Princípio da articulação;
- Princípio da participação;
- Princípio da inovação;
- Princípio da igualdade de género.

No plano metodológico, o Programa situa-se no quadro de desenvolvimento de novas formas de pensar a intervenção social, visando a superação definitiva do paradigma assistencialista, com as suas lógicas de intervenção centradas em situações pontuais e individualizadas.

Correspondendo ao reconhecimento do carácter multidimensional das situações de pobreza e exclusão social, algumas ideias têm vindo progressivamente a impor-se, designadamente a coresponsabilização do Estado e da Sociedade Civil no combate a estas problemáticas através do desenvolvimento de culturas de parceria e de trabalho em rede e de responsabilidade social.

É com base nesta perspetiva que os Concelhos, que implementaram o Programa Rede Social, possuem as seguintes estruturas:

- Conselho Local de Ação Social (CLAS);
- Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Sociais Inter-Freguesias (CSIF).

Estas estruturas pretendem dar resposta ao problema da multiplicação de parcerias que contribuem para a dispersão de esforços dos técnicos das várias entidades locais.

Este modelo deve concretizar os seguintes instrumentos de planeamento:

- 1. Diagnóstico Social:** integrando os resultados da avaliação do ciclo de planeamento anterior e definindo as prioridades de intervenção para o ciclo de planeamento seguinte;
- 2. Plano de Desenvolvimento Social:** contemplando a articulação com outros instrumentos de planeamento (Planos estratégicos nacionais, setoriais, Plano Diretor Municipal, entre outros) com vista à promoção das dinâmicas de desenvolvimento local;
- 3. Plano de Ação (anual):** em que se explicitem as ações, o cronograma, os parceiros envolvidos e os recursos para cada ação, bem como a relação destas com os objetivos específicos no Plano de Desenvolvimento Social.

No Concelho de Coimbra, o Programa Rede Social foi criado em novembro de 2003 sendo que, atualmente, o **Conselho Local de Ação Social de Coimbra conta com 302 entidades parceiras**¹, cuja intervenção passa por múltiplas áreas do setor social e que têm contribuído de forma ativa para a dinamização e desenvolvimento social local.

¹ Em anexo ao presente documento (Anexo 1), poderá ser consultada a atual lista de entidades parceiras do CLAS/C.

A metodologia escolhida e desenvolvida para o processo de atualização do Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra procurou articular objetivos definidos com clareza e informação o mais exata possível, contando ainda com a participação alargada por parte dos vários *stakeholders* do CLAS/C envolvidos nos processos de desenvolvimento social local.

A opção recaiu sobre um conjunto de métodos de recolha de informação qualitativa, que apelassem ao envolvimento das pessoas com responsabilidades e funções no desenvolvimento social do Concelho de Coimbra. Baseou-se ainda na análise de dados quantitativos pertinentes e disponíveis nos diferentes meios institucionais, de forma a consolidar as perceções recolhidas durante o processo de atualização deste documento de trabalho.

Por conseguinte, a recolha e tratamento da informação centrou-se nas seguintes abordagens:

1. **Realização de 9 reuniões temáticas**, definidas pelo Núcleo Executivo do CLAS/C, tendo em conta os documentos de diagnóstico e de planeamento elaborados até à presente data, para as quais foram **convidadas a participar as 302 entidades parceiras do CLAS/C**, de acordo com as suas áreas de intervenção social.

As áreas temáticas que foram consideradas essenciais para a atualização do Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra são:

- Crianças e Jovens;
- Pessoas idosas;
- Pessoas com deficiência;
- Migrantes;
- População sem abrigo;
- Saúde;
- Habitação;
- Pobreza e Exclusão social;
- Freguesias.

2. **Análise e sistematização da informação qualitativa** recolhida durante a realização das 9 reuniões temáticas. Posteriormente, os parceiros do CLAS/C que participaram nas temáticas efetuaram a validação da informação recolhida ao longo das reuniões.

3. **Recolha, análise e síntese de informação quantitativa por áreas temáticas**, obtida a partir de fontes nacionais oficiais (INE, Instituto de Segurança Social, I.P., Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., Ministérios, entre outras) e locais.

4. **Elaboração do Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra** tendo em conta os dados obtidos durante todo o processo.

A aplicação desta metodologia permitiu, num período de tempo relativamente reduzido, registar um conjunto alargado de informação sobre a atual realidade do Concelho de Coimbra em matéria de intervenção social, de natureza diversa e oriunda de fontes credíveis também elas diversificadas, garantindo assim uma representação adequada das sensibilidades e posições em questão.

4. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE COIMBRA

4.1. Enquadramento territorial

O Concelho de Coimbra é capital de Distrito e da Região Centro de Portugal Continental, ocupando uma área total de 319,4 km², sendo considerado em 2011 o Concelho mais populoso da Região Centro, com 143.396 habitantes (Plano Diretor Municipal – 1.ª Revisão, 2013).

O Concelho tem como Distritos limítrofes os de Aveiro, Viseu, Guarda, Castelo Branco e Leiria (Ilustração 1).

Localiza-se na Região Centro (NUT II) e pertence à Sub-região do Baixo Mondego (NUT III), do qual também fazem parte os Concelhos de Penacova, Cantanhede, Mira, Montemor-o-Velho, Figueira da Foz, Condeixa-a-Nova e Soure.

Ilustração 1: Mapa de Portugal por distritos.



Fonte: Mapa disponível em: http://www.mapas-portugal.com/Mapa_Distritos_Portugal.htm

Confina a norte com o Concelho da Mealhada, a leste com os Concelhos de Penacova, Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo, a sul com o Concelho de Condeixa-a-Nova, a oeste pelo Concelho de Montemor-o-Velho e a noroeste pelo Concelho de Cantanhede (Ilustração 2).

Ilustração 2: Mapa do Distrito de Coimbra.



Fonte: Mapa disponível em: <http://www.prof2000.pt/users/volga/coimbra.htm>

Banhado pelo rio Mondego proveniente da Serra da Estrela, o Concelho de Coimbra é composto atualmente por 18 unidades territoriais, fruto da reorganização administrativa do território das freguesias implementada nos termos da Lei N.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que agrupou algumas das 31 existentes até então, como se pode ver na Tabela 1.

Tabela 1: Freguesias do Concelho de Coimbra antes e após a reorganização administrativa do território das freguesias.

Antes da reorganização administrativa do território das freguesias do Concelho de Coimbra	Após a reorganização administrativa do território das freguesias do Concelho de Coimbra
Assafarge Antanhol	U.F. de Assafarge e Antanhol
Antuzede Vil de Matos	U.F. de Antuzede e Vil de Matos
Almedina Santa Cruz São Bartolomeu Sé Nova	U.F. de Coimbra
Eiras São Paulo de Frades	U.F. de Eiras e São Paulo de Frades
Santa Clara Castelo Viegas	U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas
São Martinho de Árvore Lamarosa	U.F. de São Martinho de Árvore e Lamarosa
São Martinho do Bispo Ribeira de Frades	U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades
Souselas Botão	U.F. de Souselas e Botão
Taveiro Ameal Arzila	U.F. de Taveiro, Ameal e Arzila
Trouxemil Torre de Vilela	U.F. de Trouxemil e Torre de Vilela
Freguesias que não sofreram reorganização administrativa do território	
Almalaguês	
Brasfemes	
Ceira	
Cernache	
Santo António dos Olivais	
São João do Campo	
São Silvestre	
Torres do Mondego	

Fonte: INE e Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro.

Ilustração 3: Mapa do Concelho de Coimbra com as 18 freguesias representadas, após reorganização administrativa do território.



Fonte: Website da Câmara Municipal de Coimbra.

O Concelho de Coimbra dispõe de uma vasta gama de infraestruturas, organizações e empresas nela instaladas para além de todo um património edificado, de riqueza histórica e cultural e de privilegiada posição geográfica no Centro de Portugal Continental, entre as cidades de Lisboa e do Porto.

Relativamente aos transportes, o Concelho tem uma localização estratégica com ligação rodoviária à autoestrada A1 que o liga ao Norte e ao Sul do País, à A14 que o liga à cidade da Figueira da Foz e pela A13 que o liga a Tomar. Também é servido pelo IP3 que permite a ligação a Viseu.

Possui também ligação ao norte e o sul do País, assim como a zonas mais periféricas do Concelho, através de uma vasta rede ferroviária, através de serviços regionais diários que permitem a ligação de Coimbra à Figueira da Foz, Aveiro, Porto, Entroncamento e Guarda, possuindo duas estações ferroviárias e diversos apeadeiros que permitem a mobilidade da sua população.

Existe ainda uma grande rede de transportes públicos coletivos, os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), que dispõe atualmente de 135 viaturas urbanas, 4 viaturas de transporte especial e 48 linhas disponíveis por todo o Concelho. O Elevador do Mercado é também um equipamento de transporte público.

Graças às infraestruturas rodó e ferroviárias existentes, o Concelho de Coimbra está ligado a pouco mais de hora e meia ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro no Porto e ao Aeroporto da Portela em Lisboa.

Ao nível de serviços oferecidos, é sobretudo no ensino e na saúde que o Concelho consegue maior notoriedade.

Não é por acaso que Coimbra é chamada de "Cidade do Conhecimento" ou "Cidade dos estudantes", visto que tem uma das mais antigas e prestigiadas universidades da Europa – a Universidade de Coimbra. Acolhe ainda muitas outras escolas e institutos de ensino superior públicos e privados tais como o Instituto Politécnico de Coimbra, a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, a Escola Universitária Vasco da Gama, o Instituto Superior Miguel Torga, o Instituto Superior Bissaya Barreto e a Escola Universitária das Artes de Coimbra.

De salientar que no dia 22 de junho de 2013, a Universidade de Coimbra e as zonas da Alta e Sofia foram declaradas Património Mundial da Humanidade pela UNESCO.

O Concelho tem igualmente um vasto número de escolas públicas e privadas de Ensino Básico (EB) e secundário, sendo que algumas têm apresentado excelentes resultados no *raking* nacional, tais como a Escola Secundária Infanta Dona Maria (ao nível do ensino público) e o Colégio Rainha Santa Isabel (ao nível no ensino privado).

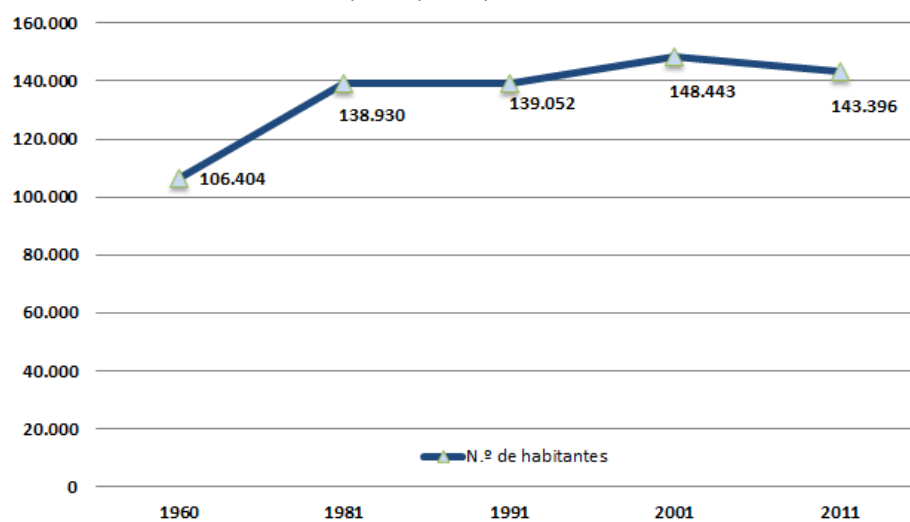
Ao nível de recursos de saúde, o Concelho é reconhecido como tendo um dos maiores hospitais de Portugal, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC) que resultou da fusão dos Hospitais da Universidade de Coimbra, do Centro Hospitalar de Coimbra e do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra. Tem ainda ao nível da Rede Hospitalar o Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil EPE. De destacar ainda a existência de um considerável número de unidades de saúde de natureza privada que dão resposta a diversas áreas de saúde.

O Concelho de Coimbra encontra-se ainda dotado de 6 Centros de Saúde que integram o Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS) do Baixo Mondego: Centro de Saúde de Celas, Centro de Saúde de Eiras, Centro de Saúde Fernão Magalhães, Centro de Saúde Norton de Matos, Centro de Saúde de Santa Clara e Centro de Saúde de São Martinho do Bispo.

4.2. População residente

Os resultados definitivos do último Recenseamento Geral da População de 2011 (Censos de 2011) apontam para a existência de 143.396 habitantes no Concelho de Coimbra, sendo perceptível a tendência aferida na última década para um declínio populacional no Concelho (Gráfico 1). Como tal, numa só década o Concelho perdeu 5.047 habitantes, o equivalente a 3,4% da sua população.

Gráfico 1: Evolução em número (N.º) da população residente no Concelho de Coimbra segundo os Censos de 1960, 1981, 1991, 2001 e 2011.



Fonte: INE - X, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Estes resultados registados no Concelho de Coimbra contrariam a propensão nacional de crescimento populacional registada nas últimas décadas, sendo que Portugal em 2011 registou mais 206.061 habitantes (+2,0%) que em 2001, como se pode observar na Tabela 2.

Tabela 2: Evolução em número (N.º) da população residente em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra segundo os Censos de 1960, 1981, 1991, 2001 e 2011.

Territórios	Período de referência dos dados				
	1960	1981	1991	2001	2011
Portugal	8.889.392	9.833.014	9.867.147	10.356.117	10.562.178
Região Centro	2.434.934	1.763.119	1.721.650	2.348.397	2.327.755
Concelho de Coimbra	106.404	138.930	139.052	148.443	143.396

Fonte: INE - X, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

A análise à Tabela 3, referente à Taxa de variação da população residente nas 31 freguesias do Concelho de Coimbra que existiam nos últimos 3 momentos censitários, permite verificar uma tendência geral de declínio populacional, sendo que Almedina, Santa Cruz, Sé Nova e São Bartolomeu registaram na última década uma variação negativa da sua população superior a 15%. De salientar que Almedina em 2011 sofreu uma quebra populacional de cerca de 40% (Tabela 3).

Das 31 freguesias do Concelho que existiam antes da reorganização administrativa do território das freguesias, 9 têm vindo a apresentar nas últimas duas décadas um decréscimo populacional. Contrariamente, existem freguesias que desde 1991 assistem a um aumento sucessivo da sua população, conforme se pode constatar na Tabela 3.

Tabela 3: Taxa de variação da população residente (%) nos Censos de 1991, 2001 e 2011 no Concelho de Coimbra e suas freguesias.

Freguesias	Antes da reorganização administrativa				
	População residente (N.º)			Taxa de Variação entre 1991 e 2001 (%)	Taxa de Variação entre 2001 e 2011 (%)
	1991	2001	2011		
Concelho de Coimbra	139.052	148.443	143.396	6,7%	-3,4%
Coimbra (Almedina)	1.953	1.521	904	-22,1%	-40,6%
Coimbra (Santa Cruz)	8.239	6.886	5.699	-16,6%	-17,0%
Coimbra (Sé Nova)	8.609	8.295	6.741	-3,6%	-18,7%
Coimbra (São Bartolomeu)	1.395	856	627	-38,6%	-26,8%
Taveiro	1.924	2.064	1.948	7,2%	-5,6%
Ameal	1.756	1.678	1.682	-4,4%	0,2%
Arzila	711	728	655	2,3%	-10,0%
Antanhol	2.127	2.447	2.556	15,0%	4,5%
Assafarge	1.866	2.268	2.746	21,5%	21,1%
Souselas	3.159	3.146	3.092	-0,4%	-1,7%
Botão	1.625	1.683	1.588	3,5%	-5,6%
Santa Clara	8.609	9.637	9.929	11,9%	3,0%
Castelo Viegas	1.833	1.771	1.695	-3,3%	-4,3%
São Martinho do Bispo	12.484	14.246	14.147	14,1%	-0,7%
Ribeira de Frades	1.945	2.084	1.902	6,1%	-7,9%
São Martinho de Árvore	978	1.003	1.033	2,5%	3,0%
Lamarosa	1.989	2.189	2.069	10,0%	-5,5%
Trouxemil	2.952	2.999	2.712	1,5%	-9,6%
Torre de Vilela	1.085	1.146	1.242	5,6%	8,4%
Eiras	9.655	12.052	12.097	24,8%	0,4%
São Paulo de Frades	4.732	5.912	5.824	24,9%	-1,5%
Antuzede	2.002	2.265	2.276	13,1%	0,5%
Vil de Matos	731	775	870	6,0%	12,3%
Almalaguês	3.512	3.440	3.111	-2,0%	-9,6%
Brasfemes	1.695	1.847	1.969	8,9%	6,6%
Ceira	4.485	4.207	3.701	-6,1%	-12,0%
Cernache	3.650	3.871	4.048	6,0%	4,6%
Santo António dos Olivais	35.807	39.516	38.936	10,3%	-1,5%
São João do Campo	2.261	2.309	2.073	2,1%	-10,2%
São Silvestre	2.544	3.092	3.122	21,5%	1,0%
Torres do Mondego	2.739	2.550	2.402	-6,9%	-5,8%

Fonte: INE - XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Embora ainda não tenham surgido novos dados estatísticos baseados em recenseamentos após a reorganização administrativa do território das freguesias, implementada nos termos da Lei n.º 11-

A/2013, de 28 de janeiro de 2013, é possível verificar-se na Tabela 4 o atual número de habitantes, a área e a densidade populacional de cada unidade territorial do Concelho de Coimbra.

Tabela 4: Área (Km²), população residente (N.º) e densidade populacional (N.º/Km²) das unidades territoriais do Concelho de Coimbra.

Unidades Territoriais do Concelho de Coimbra	População residente (N.º) *	Área (Km ²) **	Densidade populacional (N.º/ km ²) ***
Concelho de Coimbra	143.396	319,40	449,0
U.F. Coimbra	13.971	8,33	1.677,2
U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	4.285	24,34	176,0
U.F. Assafarge e Antanhol	5.302	19,51	271,8
U.F. Souselas e Botão	4.680	33,01	141,8
U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	11.624	17,63	659,3
U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	16.049	24,68	650,3
U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	3.102	20,88	148,6
U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	3.954	10,56	374,4
U.F. Eiras e São Paulo de Frades	17.921	24,78	723,2
U.F. Antuzede e Vil de Matos	3.146	17,62	178,5
Almalaguês	3.111	23,16	134,3
Brasfemes	1.969	9,18	214,5
Ceira	3.701	12,42	298,0
Cernache	4.048	19,17	211,2
Santo António dos Olivais	38.936	19,27	2.020,6
São João do Campo	2.073	7,92	261,7
São Silvestre	3.122	10,27	304,0
Torres do Mondego	2.402	16,66	144,2

Nota: Todos os dados estatísticos da presente tabela dizem respeito aos últimos Censos de 2011 do INE.

Fonte*- Cálculos próprios tendo em conta os dados do INE, Recenseamento da População e Habitação.** - INE, Direção - Geral do Território.

*** - Cálculos próprios tendo em conta os dados da população residente e área de cada unidade territorial.

De acordo com a mesma Tabela 4, constata-se que Santo António dos Olivais e a União de Freguesias de Coimbra reúnem os valores mais expressivos no que diz respeito à densidade populacional. Em contrapartida, a freguesia de Almalaguês é a que tem menor número de habitantes por cada quilómetro quadrado (Km²), ou seja, 134,3 habitantes por Km².

Na Ilustração 4 é possível verificar-se que as unidades territoriais no interior da linha de cor branca são as que registam um maior número de habitantes por cada Km².

Mapa das freguesias do concelho de Vila Rica com os seus respectivos dados populacionais (Censos 2011).

Freguesia	População (Censos 2011)
Botão	141,8
Souselas	374,4
Brasfemes	214,5
Torre de Vilela	178,5
Vil de Matos	261,7
Lamarosa	148,6
S. João do Campo	304
S. Silvestre	176
S. Martinho do Bispo	650,3
Ribeira de Frades	211,2
S. Antão dos Olivais	2.020,6
S. Bartolomeu	144,2
Almeida	298
Torres do Mondego	1.677,2
Santa Cruz	659,3
Santa Clara	134,3
S. Antão dos Olivais	271,8
Castelo Velho	211,2
Antanhol	211,2
Cernache	211,2
Almalaçães	134,3
Almalaçães	134,3
Almalaçães	134,3

Ao analisar-se as dinâmicas demográficas de acordo com o sexo dos habitantes, apura-se que mais de metade dos habitantes do Concelho de Coimbra são mulheres, verificando-se a mesma tendência quer em Portugal quer na Região Centro (Tabela 5).

Tabela 5: População residente (N.º) nos Censos de 2001 e 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra e respetivas taxas de variação de acordo com o sexo.

PORTUGAL					
Total		Homens		Mulheres	
2001	2011	2001	2011	2001	2011
10.356.117	10.562.178	5.000.141	5.046.600	5.355.976	5.515.578
Variação entre 2001 e 2011 (%)					
1,99		0,93		2,98	

REGIÃO CENTRO					
Total		Homens		Mulheres	
2001	2011	2001	2011	2001	2011
2.348.397	2.327.755	1.131.819	1.111.263	1.216.578	1.216.492
Variação entre 2001 e 2011 (%)					
-0,88		-1,82		-0,01	

CONCELHO DE COIMBRA					
Total		Homens		Mulheres	
2001	2011	2001	2011	2001	2011
148.443	143.396	69.589	66.941	78.854	76.455
Variação entre 2001 e 2011 (%)					
-3,40		-3,81		-3,04	

Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

A estrutura etária das populações, que resulta das diferentes evoluções dos movimentos natural e migratório ao longo do tempo, traduz-se num progressivo **aumento do número de pessoas idosas e uma diminuição do número de jovens**.

De acordo com a Tabela 6, que permite uma análise do número de habitantes pelos principais grupos etários em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra, observa-se que:

- **Por um lado, de 2001 para 2011, e independentemente do território em análise, o número de pessoas com menos de 25 anos de idade tem vindo a sofrer uma diminuição;**

Comparando com o âmbito nacional e regional, o Concelho de Coimbra depara-se com uma realidade mais preocupante, visto que se confronta com o recuo de cerca de 13% do número de crianças com idades compreendidas entre os 0 anos e os 14 anos de idade, enquanto que Portugal assistiu a um decréscimo de apenas 5% e a Região Centro de 9%.

- **Por outro, de 2001 para 2011, e independentemente do território em análise, o número de pessoas com 25 e mais anos de idade tem vindo a sofrer um aumento, fundamentalmente o grupo etário relativo às pessoas idosas.**

De facto, o número de população idosa cresceu mais de 10%, quer em Portugal e na Região Centro, quer no Concelho de Coimbra, traduzindo o envelhecimento demográfico da população.

Tabela 6: População residente (N.º) nos Censos de 2001 e 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra e respetivas taxas de variação (%).

PORTUGAL									
Total		[0 - 14 anos]		[15 - 24 anos]		[25 - 64 anos]		≥ 65 anos	
2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
10.356.117	10.562.178	1.656.602	1.572.329	1.479.587	1.147.315	5.526.435	5.832.470	1.693.493	2.010.064
Variação entre 2001 e 2011 (%) por grupos etários									
1,99		-5,09		-22,46		5,54		18,69	

REGIÃO CENTRO									
Total		[0 - 14 anos]		[15 - 24 anos]		[25 - 64 anos]		≥ 65 anos	
2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
2.348.397	2.327.755	352.388	319.258	322.118	239.248	1.217.213	1.247.499	456.678	521.750
Variação entre 2001 e 2011 (%) por grupos etários									
-0,88		-9,40		-25,73		2,49		14,25	

CONCELHO DE COIMBRA									
Total		[0 - 14 anos]		[15 - 24 anos]		[25 - 64 anos]		≥ 65 anos	
2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
148.443	143.396	20.521	17.837	21.727	14.987	81.656	81.786	24.539	28.786
Variação entre 2001 e 2011 (%) por grupos etários									
-3,40		-13,08		-31,02		0,16		17,31	

Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Analisando a Tabela 7, verifica-se que em Portugal, no ano de 2001, o número médio de habitantes por cada ano de idade no grupo etário relativo às pessoas com idades compreendidas entre os 15 anos e os 24 anos de idade era superior ao número médio de habitantes do grupo etário correspondente às pessoas com idades entre os 25 e os 64 anos de idade. Tal facto, aponta para a existência, em 2001, de um peso mais significativo de pessoas com idades compreendidas entre os 15 anos e os 24 anos de idade. O mesmo sucedia na Região Centro e no Concelho de Coimbra.

Tabela 7: Média de habitantes, por cada ano de idade, nos principais grupos etários, em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra, segundo dados dos Censos de 2001 e de 2011.

PORTUGAL							
[0 - 14 anos]		[15 - 24 anos]		[25 - 64 anos]		≥ 65 anos	
2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
110.440	104.822	147.959	114.732	138.161	145.812	-	-

REGIÃO CENTRO							
[0 - 14 anos]		[15 - 24 anos]		[25 - 64 anos]		≥ 65 anos	
2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
23.493	21.284	32.212	23.925	30.430	31.187	-	-

CONCELHO DE COIMBRA							
[0 - 14 anos]		[15 - 24 anos]		[25 - 64 anos]		≥ 65 anos	
2001	2011	2001	2011	2001	2001	2001	2011
1.368	1.189	2.173	1.499	2.041	2.045	-	-

Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Símbolos: - :Cálculo não aplicável.

Em 2011, registou-se uma inversão da situação observada em 2001, quer em Portugal, como também na Região Centro e no Concelho, com a constatação de um número médio de habitantes mais elevado no grupo etário das pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade (Tabela 7), indiciando a tendência de envelhecimento demográfico da população.

De acordo ainda com os Censos de 2011, e através da análise da Tabela 8, do total de pessoas idosas residentes no Concelho de Coimbra (N.º=28.786) cerca de 61% vivem sozinhas ou com outras pessoas idosas, onde se inclui também pessoas que vivem em *equipamentos sociais*.

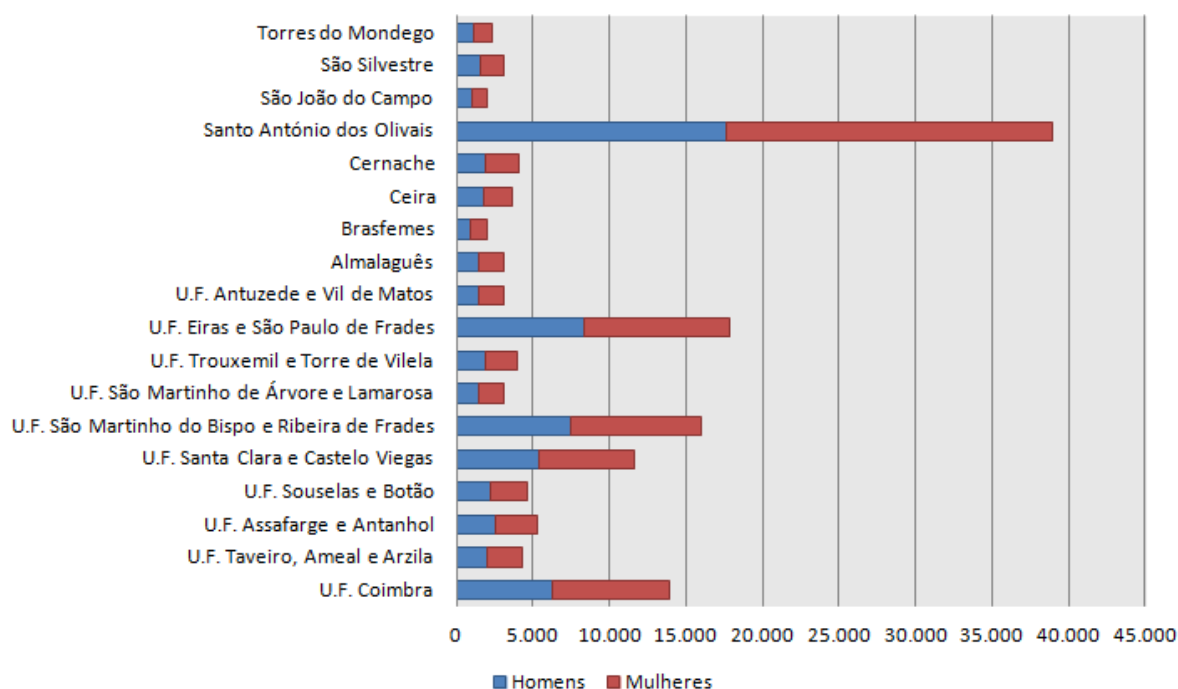
Tabela 8: Número (N.º) de pessoas idosas a viverem sozinhas ou com outras do mesmo grupo etário em 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.

Território	População idosa residente		Pessoas idosas vivendo sós ou com outros do mesmo grupo etário	
	N.º	%	N.º	%
Portugal	2.010.064	100,0%	1.199.324	59,7%
Região Centro	521.750	100,0%	328.398	62,9%
Concelho de Coimbra	28.786	100,0%	17.470	60,7%

Fonte: INE - XV Recenseamentos Gerais da População.

O gráfico seguinte ilustra o número de população residente diferenciada pelo sexo e por unidades territoriais do Concelho de Coimbra, tendo em conta a Reorganização Administrativa das Freguesias do Concelho de Coimbra.

Gráfico 2: População residente (N.º) em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra de acordo com o sexo e segundo os Censos de 2011.



Fonte: INE - XV Recenseamento da População e Habitação.

Através da observação do Gráfico 2 e da análise da Tabela 9 pode concluir-se que das atuais 18 freguesias do Concelho, apenas a freguesia de São Silvestre possui mais habitantes do sexo masculino, embora com uma diferença bastante ténue (Homens = 50,1% Vs Mulheres = 49,9%).

Tabela 9: População residente (N.º), segundo os Censos de 2011, em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra de acordo com o sexo.

Unidades Territoriais do Concelho de Coimbra	Total N.º	Homens		Mulheres	
		N.º	%	N.º	%
Concelho de Coimbra	143.396	66.941	46,7%	76.455	53,3%
U.F. Coimbra	13.971	6.334	45,3%	7.637	54,7%
U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	4.285	2.042	47,7%	2.243	52,3%
U.F. Assafarge e Antanhol	5.302	2.595	48,9%	2.707	51,1%
U.F. Souselas e Botão	4.680	2.264	48,4%	2.416	51,6%
U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	11.624	5.401	46,5%	6.223	53,5%
U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	16.049	7.526	46,9%	8.523	53,1%
U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	3.102	1.515	48,8%	1.587	51,2%
U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	3.954	1.931	48,8%	2.023	51,2%
U.F. Eiras e São Paulo de Frades	17.921	8.322	46,4%	9.599	53,6%
U.F. Antuzede e Vil de Matos	3.146	1.521	48,3%	1.625	51,7%
Almalaguês	3.111	1.452	46,7%	1.659	53,3%
Brasfemes	1.969	949	48,2%	1.020	51,8%
Ceira	3.701	1.792	48,4%	1.909	51,6%
Cernache	4.048	1.922	47,5%	2.126	52,5%
Santo António dos Olivais	38.936	17.659	45,4%	21.277	54,6%
São João do Campo	2.073	1.010	48,7%	1.063	51,3%
São Silvestre	3.122	1.564	50,1%	1.558	49,9%
Torres do Mondego	2.402	1.142	47,5%	1.260	52,5%

Fonte: INE - XV Recenseamento da População e Habitação.

Atualmente, no Concelho de Coimbra existem 12,4% de pessoas com idades até aos 14 anos de idade inclusivé, 10,5% de pessoas com idades compreendidas entre os 15 anos e os 24 anos de idade, 57,0% de pessoas com idades entre os 25 anos e os 64 anos de idade e 20,1% de pessoas com 65 ou mais anos de idade (Tabela 10).

Relativamente à análise do número de população residente nas 18 unidades territoriais concelhias, constata-se que as freguesias que detêm maior número de crianças e jovens (dos 0 anos aos 14 anos e dos 15 anos aos 24 anos) e pessoas em idade ativa (dos 25 anos aos 64 anos) são Santo António dos Olivais, U.F. de Eiras e São Paulo de Frades e U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades (Tabela 10).

Já as freguesias com um maior número de população idosa, para além de Santo António dos Olivais (N.º ≥65 anos = 7.900 habitantes) são a U.F. de Coimbra (N.º ≥65 anos = 3.666 habitantes) e seguidamente a U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades (N.º ≥65 anos = 3.076 habitantes), conforme Tabela 10.

Porém, as unidades territoriais concelhias com as proporções mais elevadas de pessoas idosas são (Tabela 10):

- A U.F. de Coimbra, com 26,2% de pessoas idosas;
- A freguesia de Torres do Mondego, com 25,4% de pessoas idosas;
- A freguesia de Ceira, com 24,6% de pessoas idosas;
- A freguesia de Almalaguês, com 24,4% de pessoas idosas.

Tabela 10: População residente (N.º), segundo os Censos de 2011, em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra de acordo com os principais grupos etários.

Unidades Territoriais do Concelho de Coimbra	Total	[0 - 14 anos]		[15 - 24 anos]		[25 - 64 anos]		≥ 65 anos	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Concelho de Coimbra	143.396	17.837	12,4%	14.987	10,5%	81.786	57,0%	28.786	20,1%
U.F. Coimbra	13.971	1.323	9,5%	1.409	10,1%	7.573	54,2%	3.666	26,2%
U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	4.285	536	12,5%	460	10,7%	2.367	55,2%	922	21,5%
U.F. Assafarge e Antanhol	5.302	765	14,4%	594	11,2%	3.088	58,2%	855	16,1%
U.F. Souselas e Botão	4.680	631	13,5%	446	9,5%	2.625	56,1%	978	20,9%
U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	11.624	1.484	12,8%	1.064	9,2%	6.798	58,5%	2.278	19,6%
U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	16.049	2.037	12,7%	1.686	10,5%	9.250	57,6%	3.076	19,2%
U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	3.102	451	14,5%	307	9,9%	1.728	55,7%	616	19,9%
U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	3.954	567	14,3%	466	11,8%	2.160	54,6%	761	19,2%
U.F. Eiras e São Paulo de Frades	17.921	2.535	14,1%	2.016	11,2%	10.604	59,2%	2.766	15,4%
U.F. Antuzede e Vil de Matos	3.146	443	14,1%	309	9,8%	1.791	56,9%	603	19,2%
Almalaguês	3.111	381	12,2%	283	9,1%	1.687	54,2%	760	24,4%
Brasfemes	1.969	277	14,1%	202	10,3%	1.151	58,5%	339	17,2%
Ceira	3.701	361	9,8%	361	9,8%	2.070	55,9%	909	24,6%
Cernache	4.048	560	13,8%	410	10,1%	2.262	55,9%	816	20,2%
Santo António dos Olivais	38.936	4.491	11,5%	4.221	10,8%	22.324	57,3%	7.900	20,3%
São João do Campo	2.073	274	13,2%	214	10,3%	1.193	57,5%	392	18,9%
São Silvestre	3.122	461	14,8%	332	10,6%	1.790	57,3%	539	17,3%
Torres do Mondego	2.402	260	10,8%	207	8,6%	1.325	55,2%	610	25,4%

Fonte: INE - XV Recenseamento da População e Habitação.

4.3. População de nacionalidade estrangeira

De acordo com os últimos dados disponíveis, em 2015 existiam 397.724 cidadãos de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal, dos quais 383.759 tinham estatuto legal de residente², 4.972 tinham a prorrogação dos Vistos de Longa Duração e 8.993 tinham Vistos de Longa Duração concedidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (Tabela 11). Desde 2011 que se tem verificado uma diminuição gradual da população estrangeira residente em Portugal, que de 2011 para 2015 sofreu um decréscimo de 10,4%.

De salientar ainda que, em 2015, conforme análise ao “Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2015” do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, dos 388.731 cidadãos de nacionalidade estrangeira com permanência regular em Portugal (com estatuto legal de residente ou com prorrogação de Vistos de Longa Duração), 200.086 eram mulheres (51,5%) e 188.645 eram homens (48,5%), sendo a grande maioria proveniente do Brasil, Cabo Verde, Ucrânia, Roménia e China.

Conforme a Tabela 11, constata-se que, de 2011 para 2015, ocorreu um declínio de 12,4% da população de nacionalidade estrangeira com permanência regular em Portugal.

Tabela 11: Número (N.º) de população estrangeira residente em Portugal entre 2011 e 2015.

Ano de referência	População estrangeira residente (N.º)				
	Total	Com permanência regular			Vistos de Longa Duração concedidos pelo MNE
		Total	Com estatuto legal de residente	Prorrogações de Vistos de Longa Duração	
2011	439.111	436.822	434.708	2.114	2.289
2012	420.343	417.042	414.610	2.432	3.301
2013	408.006	401.320	398.268	3.052	6.686
2014	403.496	395.195	390.113	5.082	8.301
2015	397.724	388.731	383.759	4.972	8.993

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - Relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo 2015, 2014, 2013, 2012 e 2011.

Sigla: MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Embora não sejam disponibilizados dados sobre o indicador “população estrangeira residente” ao nível concelhio, constata-se que no ano de 2015 o Concelho de Coimbra tinha 6.324 cidadãos estrangeiros com permanência regular em Portugal (correspondendo a 1,6% do total de população estrangeira com permanência regular em Portugal) dos quais 5.582 tinham estatuto legal de residente (88,3%) e 742 tinham tido prorrogação de Vistos de Longa Duração (11,7%), conforme se pode visualizar na Tabela 12.

² **Estatuto Legal de Residente:** Pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Conhecido por Títulos de Residência.

De destacar ainda, que no Concelho de Coimbra, de 2011 para 2015, ocorreu uma diminuição da proporção de cidadãos estrangeiros com permanência regular (-7,0%) inferior à registada em Portugal (-12,4%), muito embora em 2015 se tenha verificado, ao nível concelhio, um aumento ligeiro de 1,8% desta população comparativamente ao ano de 2014 (Tabela 12).

Tabela 12: Número (N.º) de população estrangeira com permanência regular no Concelho de Coimbra entre 2011 e 2015.

Ano de referência	População estrangeira com permanência regular (N.º)				
	Total	Com estatuto legal de residente	Prorrogações de Vistos de Longa Duração	Sexo	
				Homens	Mulheres
2011	6.765	6.636	129	3.317	3.448
2012	6.911	6.846	65	3.420	3.491
2013	6.237	5.932	305	3.009	3.228
2014	6.213	5.484	729	2.900	3.313
2015	6.324	5.582	742	2.924	3.400

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - Relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo 2015, 2014, 2013, 2012 e 2011.

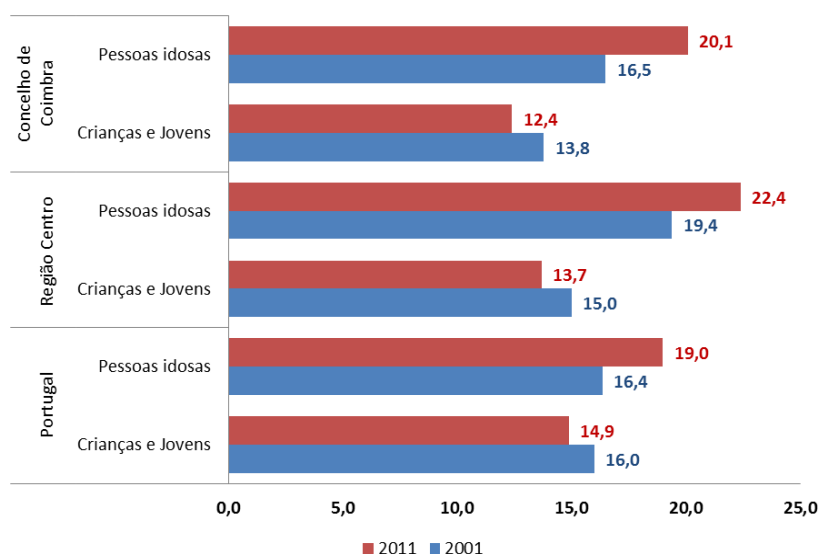
Considerando a distribuição por sexo, verifica-se que, e à semelhança do que se regista em Portugal, o número de mulheres estrangeiras com permanência regular é superior ao número de homens estrangeiros com permanência regular (Tabela 12).

4.4. Indicadores demográficos

De acordo com “Estatísticas Demográficas 2015” do INE *“A tendência de envelhecimento demográfico verifica-se há várias décadas na Europa e Portugal não é exceção, com um crescente aumento da proporção de pessoas idosas e um decréscimo do peso relativo de jovens e de pessoas em idade ativa na população total”*.

Conforme o Gráfico 3 demonstra, verifica-se que em 2011 no Concelho de Coimbra a população dos 0 aos 14 anos representava 12,4% da população residente total, sendo que em 2001 esta percentagem era ligeiramente mais elevada (13,8%). Em contrapartida, a população idosa residente no Concelho de Coimbra em 2011 representava 20,1% do total populacional enquanto que em 2001 esta percentagem era de 16,5%. Deste modo, de 2001 para 2011, o Concelho de Coimbra assistiu a um aumento da sua população idosa (3,6%), aumento superior ao verificado na Região Centro (3,0%) e mesmo em Portugal (2,6%).

Gráfico 3: Distribuição percentual (%) de crianças e jovens e pessoas idosas em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra segundo os Censos de 2001 e de 2011.



Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

O mesmo já não se verificou na população jovem (população dos 0 anos aos 14 anos), que sofreu uma diminuição nos últimos dois momentos censitários (Gráfico 3). Contudo, esta diminuição é também maior no Concelho de Coimbra (-1,4%) do que na Região Centro (-1,3%) e Portugal (-1,1%).

No que concerne ao Índice de Envelhecimento³, que diz respeito à relação entre a população idosa e a população jovem, verificou-se entre os Censos de 2001 e os Censos de 2011 um aumento deste indicador, independentemente do território que se esteja a analisar, conforme se pode constatar na Tabela 13. De facto, **de 2001 para 2011 o Concelho de Coimbra assistiu a um aumento do seu Índice de Envelhecimento superior à Região Centro e a Portugal, tendo aumentado de 119 para 161 pessoas idosas por cada 100 jovens.**

Tabela 13: Evolução do Índice de Envelhecimento (N.º) segundo os Censos de 2001 e 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.

Territórios	Período de referência dos dados	
	2001	2011
Portugal	102	127
Região Centro	129	163
Concelho de Coimbra	119	161

Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Analisando o comportamento do Índice de Envelhecimento nas 18 unidades territoriais do Concelho de Coimbra, as freguesias mais envelhecidas são a U.F. de Coimbra com 277 pessoas idosas por cada 100

³ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos de idade e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 anos e os 14 anos de idade.

jovens, a freguesia de Ceira com 252 pessoas idosas por cada 100 jovens e a freguesia de Torres do Mondego com 235 pessoas idosas por cada 100 jovens. De salientar ainda que, independentemente da unidade territorial que se esteja a analisar, o Índice de Envelhecimento é sempre superior a 100, ou seja, existem sempre mais pessoas idosas que crianças e jovens nos diferentes territórios.

Tabela 14: Índice de Envelhecimento (N.º) segundo os Censos de 2011 em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra.

Unidades Territoriais do Concelho de Coimbra	IE (N.º)	Unidades Territoriais do Concelho de Coimbra	IE (N.º)
Almalaguês	199	Brasfemes	122
São Silvestre	117	Cernache	146
Torres do Mondego	235	São João do Campo	143
U.F. Coimbra	277	Ceira	252
U.F. Souselas e Botão	155	Santo António dos Olivais	176
U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	172	U.F. Assafarge e Antanhol	112
U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	151	U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	137
U.F. Eiras e São Paulo de Frades	109	U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	154
U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	134	U.F. Antuzede e Vil de Matos	136

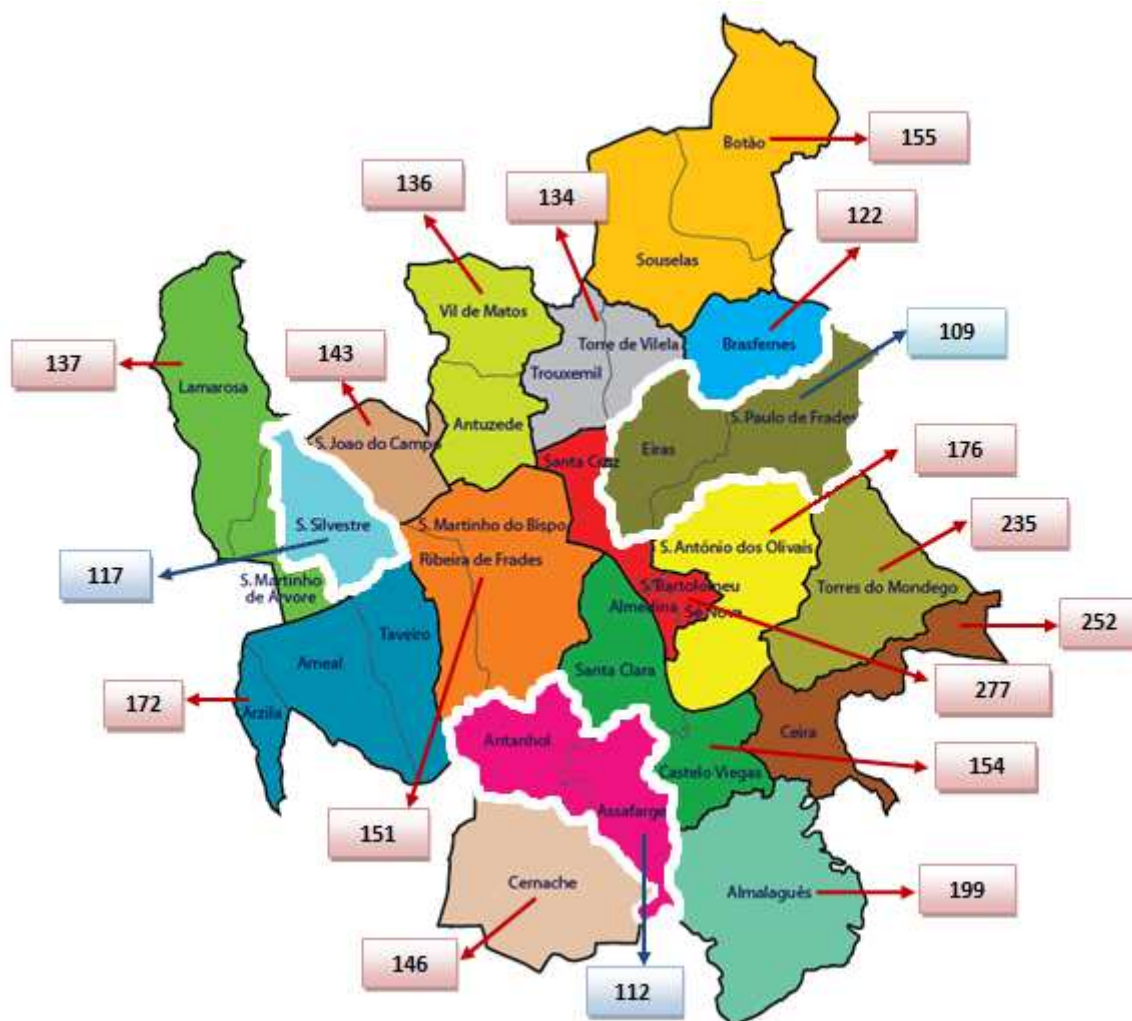
Fonte: Cálculos próprios tendo em conta os dados do XV Recenseamento Geral da População (INE).

Em termos mais abrangentes, constata-se que de 2001 para 2011, dos 100 Concelhos da Região Centro, apenas 5 viram o seu índice de Envelhecimento diminuir (Alenquer, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Condeixa-a-Nova, Lousã e Idanha-a-Nova).

Conclui-se ainda que de 2001 para 2011 o Concelho de Coimbra foi um dos 100 Concelhos da Região Centro que sofreu o maior aumento do Índice de Envelhecimento, ocupando o 23º lugar.

Na Ilustração 5, é possível verificar-se que as unidades territoriais no interior da linha de cor branca são as únicas que, embora também tenham mais pessoas idosas que crianças e jovens, registam o Índice de Envelhecimento mais baixo em comparação com as restantes freguesias do Concelho.

Ilustração 5: Mapa representativo das 18 unidades territoriais do Concelho de Coimbra de acordo com os respetivos Índices de Envelhecimento (Censos 2011).



De salientar que este aumento da proporção das gerações mais velhas sob as gerações mais jovens, não é só a atual realidade portuguesa e da grande maioria dos territórios, como também uma perspetiva de herança futura. Segundo o INE, até 2050 verificar-se-á um acentuado fenómeno de envelhecimento demográfico.

De acordo com as projeções da população residente 2012 – 2060 efetuadas pelo INE, Portugal assistirá a um agravamento do seu Índice de Envelhecimento, podendo mesmo chegar aos 307 idosos por cada 100 jovens até ao ano de 2060.

Contudo, para a Região Centro prevê-se que até 2060 poderá haver 352 idosos por cada 100 jovens, situação muito mais preocupante comparativamente a Portugal e a outras regiões do País.

Outro indicador demográfico frequentemente utilizado para a caracterização de uma população é o Índice de Dependência de Idosos⁴ e o Índice de Dependência de Jovens⁵.

⁴ Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos de idade e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 anos e os 64 anos de idade.

No Concelho de Coimbra, é possível testemunhar que o Índice de Dependência de Idosos assinala um acréscimo, passando de 23,7 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa em 2001 para 29,7 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa em 2011 (Tabela 15).

À semelhança do que se conclui com o Índice de Envelhecimento, também o **Índice de Dependência de Idosos no Concelho de Coimbra situa-se acima do registado em Portugal**, à exceção da Região Centro que detém um valor de 35,1%, conforme se pode constatar na Tabela 15.

Por sua vez, o Índice de Dependência de Jovens demonstra uma propensão global para diminuir nos 3 territórios em análise. Em 2011, este indicador no Concelho de Coimbra registava o valor de 18,4%, observando-se uma redução de 1,4 pontos percentuais face a 2001. É de destacar ainda o facto de o Concelho apresentar o valor mais baixo do conjunto dos territórios em análise.

Tabela 15: Índice de Dependência de Idosos (%) e Índice de Dependência de Jovens (%) segundo os Censos de 2001 e 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.

Territórios	Índice de Dependência de Idosos (%)			Índice de Dependência de Jovens (%)		
	Ano de referência		Variação entre 2001 e 2011	Ano de referência		Variação entre 2001 e 2011
	2001	2011		2001	2011	
Portugal	24,2	28,8	+4,6	23,6	22,5	-1,1
Região Centro	29,7	35,1	+5,4	22,9	21,5	-1,4
Concelho de Coimbra	23,7	29,7	+6,0	19,8	18,4	-1,4

Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Um outro indicador bastante útil para a caracterização e análise de um território, é a Taxa Bruta de Natalidade, que visa relacionar o número de nados vivos que nascem anualmente num determinado ano com a população média anual residente.

Em 2011, registaram-se no território nacional 96.856 nados vivos (49.688 do sexo masculino e 47.167 do sexo feminino), filhos de mães residentes em Portugal, menos 4.525 do que no ano anterior, traduzindo um decréscimo de 4,5%.

De acordo com a Tabela 16, é possível observar-se que há uma tendência de decréscimo gradual da Taxa Bruta de Natalidade, independentemente dos territórios em análise. Contudo, esta diminuição foi mais acentuada em termos nacional e regional que no Concelho de Coimbra que, entre os dois últimos momentos censitários, registou uma descida de 0,8 % da Taxa Bruta de Natalidade, passando de 9,3 nados vivos que nasceram em 2001 por cada mil habitantes para 8,5 nados vivos que nasceram em 2011 por cada mil habitantes (Tabela 16).

⁵ Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 anos e os 14 anos de idade e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 anos e os 64 anos de idade.

Do total de nascimentos registados em 2011 no Concelho de Coimbra (1.218 nados vivos), 635 eram do sexo masculino (52,1%) e 583 do sexo feminino (47,9%), o que se traduz numa relação de masculinidade à nascença de cerca de 109, ou seja, por cada 100 nascimentos de crianças do sexo feminino nasceram cerca de 109 do sexo masculino.

Por seu turno, em Portugal a Taxa Bruta de Mortalidade⁶ entre 2001 e 2011 diminuiu ligeiramente de 10,1 para 9,7 óbitos por cada mil habitantes. Esta tendência de diminuição da Taxa Bruta de Mortalidade também se verificou na Região Centro.

Em contrapartida, no Concelho de Coimbra a Taxa Bruta de Mortalidade aumentou de 9,0 óbitos ocorridos em 2001 por cada mil habitantes para 9,7 óbitos ocorridos em 2011 por cada mil habitantes, como se pode verificar na Tabela 16.

Tabela 16: Taxa Bruta de Natalidade (‰) e Taxa Bruta de Mortalidade (‰) segundo os Censos de 2001 e 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.

Territórios	Taxa Bruta de Natalidade (‰)			Taxa Bruta de Mortalidade (‰)		
	Ano de referência		Variação entre 2001 e 2011	Ano de referência		Variação entre 2001 e 2011
	2001	2011		2001	2011	
Portugal	10,9	9,2	-1,7	10,1	9,7	-0,4
Região Centro	9,5	7,9	-1,6	11,6	11,3	-0,3
Concelho de Coimbra	9,3	8,5	-0,8	9,0	9,7	+0,7

Fonte: INE – Indicadores Demográficos.

A par do aumento da Taxa Bruta de Mortalidade no Concelho de Coimbra, salienta-se o aumento do Índice de Longevidade⁷ local, passando de 41,3% em 2001 para 48,2% em 2011. Quer isto dizer que, no total das pessoas com 65 e mais anos de idade, se deteta um incremento do número de pessoas com 75 e mais anos de idade entre os dois últimos momentos censitários. De destacar igualmente que a subida assinalada no Concelho é a mais elevada dos 3 territórios em análise.

Tabela 17: Índice de Longevidade (%) segundo os Censos de 2001 e 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.

Territórios	Índice de Longevidade (%)		
	Ano de referência		Variação entre 2001 e 2011 (%)
	2001	2011	
Portugal	41,4	47,9	+6,5
Região Centro	43,3	49,9	+6,6
Concelho de Coimbra	41,3	48,2	+6,9

Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

⁶ Número de óbitos que nascem durante um determinado ano com a população média anual residente.

⁷ Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos de idade e o número de pessoas com 65 ou mais anos de idade.

Em Portugal e na Região Centro desde o triénio de 1999-2001 que se verifica que a esperança média de vida à nascença tem vindo sucessivamente a aumentar, sendo que no último triénio (2013-2015) a esperança média de vida à nascença em Portugal foi de 77,36 anos para os homens e os 83,23 anos para as mulheres. A esperança média de vida à nascença na Região Centro, independentemente do sexo, é ligeiramente superior do que em Portugal (77,71 anos para os homens e 83,54 anos para as mulheres).

A dimensão, composição e estrutura de uma população são continuamente alteradas por movimentos de entrada (nascimentos de crianças e imigração) e de saída (óbitos de residentes e emigração) de uma população.

No ano de 2011, para o decréscimo populacional registado em Portugal, concorreram um saldo natural negativo de menos 5.992 habitantes bem como um saldo migratório negativo de menos 24.331 habitantes, resultando assim numa Taxa de Crescimento Natural negativa de -0,06% e numa Taxa de Crescimento Migratório negativa de -0,23% (Tabela 18).

Na Região Centro registou-se em 2011 um saldo natural negativo de menos 8.014 habitantes e um saldo migratório negativo de menos 7.459 habitantes, resultando deste modo numa Taxa de Crescimento Natural negativa de -0,34%, valor significativamente mais elevado que o registado em Portugal, e uma Taxa de Crescimento Migratório negativa de -0,32%, conforme se pode verificar na Tabela 18.

No Concelho de Coimbra, em 2011, participaram para o decréscimo populacional um saldo natural negativo de menos 158 habitantes e um saldo migratório negativo de menos 2.071 habitantes. Assim, resultou uma Taxa de Crescimento Natural negativa de -0,11% (praticamente o dobro que a Taxa de Crescimento Natural observada em Portugal), e uma Taxa de Crescimento Migratório negativa de -1,45% (valor este 6 vezes maior que a Taxa de Crescimento Migratório registada em Portugal), como se pode verificar na Tabela 18.

Tabela 18: Taxa de Crescimento Natural (%) e Taxa de Crescimento Migratório (%), segundo os Censos de 2001 e 2011, em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.

Territórios	Taxa de Crescimento Natural (%)		Taxa de Crescimento Migratório (%)	
	Ano de referência		Ano de referência	
	2001	2011	2001	2011
Portugal	+0,07	-0,06	+0,54	-0,23
Região Centro	-0,20	-0,34	+0,50	-0,32
Concelho de Coimbra	+0,03	-0,11	-0,02	-1,45

Fonte: INE – Indicadores Demográficos.

Por fim, de salientar que em Portugal e no Concelho de Coimbra a perda de população deve-se essencialmente aos movimentos migratórios verificados, uma vez que as Taxas de Crescimento Migratório negativas em ambos os territórios são significativamente mais elevadas que as respetivas Taxas de Crescimento Natural negativas. Na Região Centro já não é tão notória a discrepância de valores entre a Taxa de Crescimento Natural e a Taxa de Crescimento Migratório.

4.5. Parque habitacional

O parque habitacional e as suas dinâmicas de construção têm vindo a impulsionar o desenvolvimento urbano. No entanto, para que tal seja possível, importa existir um ordenamento territorial efetivo, bem como políticas sociais e económicas que se adequem às carências das pessoas, perspetivando a melhoria da sua qualidade de vida.

O acesso à habitação ocupa um lugar fulcral nas preocupações e pretensões de todos os cidadãos, sendo consideradas como um elemento básico de suporte aos processos de autonomização de uma pessoa e, como tal, um dos fatores chave nas dinâmicas sociais.

4.5.1. Edifícios

De acordo com o último momento censitário (Censos de 2011), existiam no Concelho de Coimbra 40.641 edifícios, o que corresponde a um aumento de 13,5% face a 2001, sendo que este incremento foi ligeiramente superior ao registado no País, conforme se pode analisar na Tabela 19. De salientar que o Concelho de Coimbra apresenta uma densidade do edificado superior a 100, ao invés do que se verifica na Região Centro e em Portugal, que apresentam valores de, respetivamente, 39,2 edifícios por Km² e de 38,5 edifícios por Km².

No que diz respeito às unidades territoriais concelhias, constata-se que em 2011 as freguesias do centro da Cidade de Coimbra e zonas limítrofes tinham um maior número de edifícios, conforme se pode analisar na Tabela 19. Contudo, é de realçar que a freguesia de Brasfemes e a U.F. de Assafarge e Antanhol registaram a maior variação, em proporção, do número de edifícios entre 2001 e 2011 (Tabela 19). Todavia, a freguesia de Santo António dos Olivais e a U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades verificaram o maior aumento do número de edifícios, respetivamente de 806 e 611.

Tabela 19: Número (N.º) de edifícios e variação entre 2001 e 2011 no Concelho de Coimbra.

Território	Edifícios em 2001 (N.º)	Edifícios em 2011 (N.º)	Variação do N.º de edifícios entre 2001 e 2011 (%)	Densidade de edifícios em 2011 (N.º/ km²)
Portugal	3.160.043	3.544.389	12,2%	38,5
Região Centro	992.321	1.111.952	12,1%	39,2
Concelho de Coimbra	35.807	40.641	13,5%	127,2
U.F. Coimbra	3.449	3.609	4,6%	433,3
U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	1.473	1.720	16,8%	70,7
U.F. Assafarge e Antanhol	1.551	2.023	30,4%	103,7
U.F. Souselas e Botão	1.809	2.033	12,4%	61,6
U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	2.816	3.119	10,8%	176,9
U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	4.619	5.230	13,2%	211,9
U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	1.175	1.371	16,7%	65,7
U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	1.362	1.537	12,8%	145,5
U.F. Eiras e São Paulo de Frades	3.115	3.462	11,1%	139,7
U.F. Antuzede e Vil de Matos	1.110	1.271	14,5%	72,1
Almalaguês	1.359	1.501	10,4%	64,8
Brasfemes	607	792	30,5%	86,3
Ceira	1.537	1.656	7,7%	133,3
Cernache	1.441	1.752	21,6%	91,4
Santo António dos Olivais	5.719	6.525	14,1%	338,6
São João do Campo	758	808	6,6%	102,0
São Silvestre	946	1.083	14,5%	105,5
Torres do Mondego	961	1.149	19,6%	69,0

Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Tendo em conta ainda a tabela anterior, e analisando a densidade do edificado⁸, notam-se diversas dinâmicas entre as diferentes unidades territoriais concelhias. Deste modo, as freguesias com maior densidade de edifícios são a U.F. de Coimbra e a freguesia de Santo António dos Olivais, com 433,3 edifícios por Km² e 338,6 edifícios por Km², respetivamente. Em contrapartida, as freguesias que apresentam menor densidade de edifícios são a U.F. de Souselas e Botão e a freguesia de Almalaguês, conforme se poderá verificar na Tabela 19.

Relativamente ao Índice de Envelhecimento dos Edifícios⁹ em 2011, o Concelho de Coimbra registou o valor aproximado de 184, o que significa que por cada 100 edifícios construídos após o ano de 2001 existiam 184 edifícios construídos até 1960. O número de edifícios construídos até 1960 é significativamente superior ao número de edifícios construídos depois de 2001, não só no Concelho de Coimbra, como também na Região Centro e em Portugal, contudo o valor local e regional é ligeiramente superior ao verificado no País.

⁸ Número de edifícios por Km².

⁹ Quociente entre o número de edifícios construídos até 1960 e o número de edifícios construídos após o ano de 2001.

Tabela 20: Número (N.º) de edifícios por época de construção em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra e respetivos Índices de Envelhecimento dos Edifícios.

Época de construção	Portugal	Região Centro	Concelho de Coimbra
Número de edifícios: Total	3.544.389	1.111.952	40.641
Até 1919	206.343	57.408	1.776
De 1919 a 1945	305.696	100.388	3.298
De 1946 a 1960	387.340	129.672	5.625
De 1961 a 1970	408.831	134.526	5.287
De 1971 a 1980	588.858	192.304	7.071
De 1981 a 1990	578.845	176.125	6.378
De 1991 a 1995	268.179	80.440	2.557
De 1996 a 2000	290.292	86.772	2.841
De 2001 a 2005	300.635	91.517	3.488
De 2006 a 2011	209.370	62.800	2.320
Índice de Envelhecimento dos edifícios	176,3	186,3	184,2

Fonte: INE - XV Recenseamentos Gerais da População.

No que respeita à percentagem de edifícios com necessidade de reparação, conforme se observa na Tabela 21, é de evidenciar que dos 40.641 edifícios que existiam em 2011 no Concelho de Coimbra, 31,8% tinham necessidade de serem efetuadas obras de reparação e 1,7% dos edifícios encontravam-se muito degradados. Esta realidade também se verifica no panorama regional e nacional, conforme se pode analisar na Tabela 21.

Tabela 21: Percentagem (%) de edifícios no Concelho de Coimbra que em 2011 necessitavam de reparação ou que se encontravam muito degradados.

Território	N.º de Edifícios	Edifícios com necessidades de reparação (%)	Edifícios muito degradados (%)
Portugal	3.544.389	28,9	1,7
Região Centro	1.111.952	28,6	1,7
Concelho de Coimbra	40.641	31,8	1,7

Fonte: INE - XV Recenseamentos Gerais da População.

De acordo com o Decreto-Lei N.º 163/2006 de 8 de agosto “a promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática.”

Em 2011, do total de edifícios clássicos recenseados na Região Centro, 41,7% têm entrada acessível a pessoas que se deslocam de cadeira de rodas. Este valor é ligeiramente superior ao observado para o total nacional (40,9%) e ao Concelho de Coimbra, sendo que em termos concelhio o valor é o mais baixo (39,1%) comparativamente aos restantes 2 territórios em análise.

No que respeita à proporção de edifícios clássicos que existiam em 2011 e que permitiam a circulação de cadeiras de rodas até ao alojamento, na Região Centro essa proporção correspondia a 30,3%, valor

ligeiramente superior ao registado em Portugal e no Concelho de Coimbra. De realçar que, comparando os 3 territórios em análise, o Concelho de Coimbra apresenta a proporção mais baixa, correspondente a 26,4%.

Tabela 22: Proporção (%) de edifícios clássicos com acesso através de cadeira de rodas e com acesso até ao alojamento em 2011.

Território	Edifícios clássicos com acesso através de cadeira de rodas (%)	Edifícios clássicos que permitem a circulação de cadeira de rodas até ao alojamento (%)
Portugal	40,9	29,8
Região Centro	41,7	30,3
<i>Concelho de Coimbra</i>	<i>39,1</i>	<i>26,4</i>

Fonte: INE - XV Recenseamentos Gerais da População.

Face ao exposto, por forma a minorar as dificuldades sentidas por pessoas com mobilidade reduzida, julga-se prioritário a eliminação de barreiras arquitetónicas, a requalificação e beneficiação das habitações, melhorando assim as acessibilidades aos mesmos.

No que concerne ao edificado do Concelho de Coimbra, e face ao elevado Índice de Envelhecimento dos Edifícios (184,2) e à elevada percentagem de edifícios com necessidade de obras de reparação (31,8%), considera-se pertinente continuar a reforçar as estratégias de intervenção na recuperação e reabilitação do edificado atualmente em execução.

4.5.2. Alojamentos

De acordo com os Censos de 2011, o território nacional assistiu a uma expansão de alojamentos entre 2001 e 2011.

Considera-se alojamento como um local distinto e independente que se destina à habitação, podendo ser classificado em:

- **Familiar:** quando visa alojar apenas uma família, podendo ser classificados em clássicos e não clássicos, sendo que esta última tipologia refere-se a alojamentos precários, tais como barracas, casas rudimentares de madeira, entre outros.
- **Coletivo:** quando se destina a alojar mais que uma família, onde se incluem hotéis, pensões, residenciais, Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Lares de Infância e Juventude, entre outros.

Neste capítulo, serão abordados os alojamentos familiares clássicos e não clássicos, dada a necessidade de se conhecer melhor esta temática no Concelho de Coimbra.

Na Tabela 23 encontra-se representado o número de alojamentos familiares clássicos e não clássicos, e respetivas tipologias, em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra em 2011. Através da sua análise, constata-se que no Concelho de Coimbra existiam 79.249 alojamentos familiares, dos quais 79.193 correspondem a alojamentos familiares clássicos (99,9%). Relativamente aos alojamentos familiares não clássicos (N.º=56), embora em número mais reduzido comparativamente ao número de alojamentos familiares clássicos, é de realçar que esta tipologia representa um problema multissetorial, nomeadamente em termos de saúde pública e individual, tendo em conta as condições precárias que proporciona aos seus residentes.

Importa ainda salientar que existiam 11.751 alojamentos familiares clássicos vagos, os quais correspondem a cerca de 15% do número total de alojamentos familiares clássicos, de acordo com a análise da Tabela 23.

Tabela 23: Número (N.º) de alojamentos familiares clássicos e não clássicos em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra em 2011.

Tipo de Alojamentos Familiares	Tipologia	Portugal	Região Centro	Concelho de Coimbra
Alojamentos Familiares clássicos	De residência habitual	3.991.112	893.857	57.208
	De residência secundária	1.133.300	353.055	10.234
	Vagos	735.128	196.974	11.751
	Subtotal	5.859.540	1.443.886	79.193
Alojamentos familiares Não clássicos	Barracas e casas rudimentares de madeira	2.052	474	9
	Outros	4.560	983	47
	Subtotal	6.612	1.457	56
Total		5.866.152	1.445.343	79.249

Fonte: INE - XV Recenseamentos Gerais da População.

Considera-se ainda que, do total de alojamentos familiares clássicos e não clássicos existentes no Concelho de Coimbra, cerca de 15% são habitados só por pessoas idosas e aproximadamente 7% são habitados por apenas uma pessoa idosa, conforme análise à Tabela 24.

Tabela 24: Número (N.º) de alojamentos familiares onde só residem pessoas idosas e número (N.º) de alojamentos familiares onde apenas reside uma pessoa idosa em 2011 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.

Território	Total de alojamentos familiares		Alojamentos familiares só com pessoas idosas		Alojamentos familiares com apenas 1 pessoa idosa	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	5.866.152	100,0%	793.930	13,5%	399.174	6,8%
Região Centro	1.445.343	100,0%	215.200	14,9%	104.831	7,3%
Concelho de Coimbra	79.249	100,0%	11.548	14,6%	5.770	7,3%

Fonte: INE - XV Recenseamentos Gerais da População.

No que respeita às condições das instalações dos alojamentos familiares ocupados como residência habitual (Tabela 25), onde se inserem as tipologias de alojamentos familiares clássicos de residência habitual e os alojamentos familiares não clássicos, é de se evidenciar que relativamente ao seu número total (N.º=57.264), a grande maioria tinha em 2011 retrete, água e sistema de aquecimento com banho, correspondendo a 92,3%. Contudo, no Concelho de Coimbra existiam 4.398 alojamentos familiares ocupados como residência habitual sem, pelo menos, uma das instalações, correspondendo a 7,7%. Por fim, é de notar que 53 dos alojamentos familiares ocupados como residência habitual não possuía em 2011 qualquer instalação.

Tabela 25: Número (N.º) de alojamentos familiares clássicos de residência habitual no Concelho de Coimbra em 2011.

Instalações		Alojamentos Familiares ocupados como residência habitual *	Distribuição Percentual (%)
Retrete, água e sistema de aquecimento	Com Banho	52.866	92,3
	Sem banho	366	0,6
Apenas retrete e água	Com Banho	3.630	6,3
	Sem Banho	131	0,2
Apenas retrete e sistema de aquecimento		88	0,2
Apenas água e sistema de aquecimento		21	0,0
Apenas retrete		16	0,0
Apenas água		47	0,1
Apenas sistema de aquecimento		46	0,1
Sem instalações		53	0,1
Total		57.264	100,0%

Fonte: INE - XV Recenseamentos Gerais da População.

Siglas: * - Nesta categoria inserem-se os alojamentos familiares clássicos de residência habitual e os alojamentos familiares não clássicos.

Em suma e, de modo a concluir os dados referentes aos edifícios e alojamentos existentes no Concelho de Coimbra, é de mencionar que em 2011 constatou-se a existência de 40.641 edifícios, os quais possibilitam a presença de 79.249 alojamentos familiares clássicos e não clássicos. De acordo com o último momento censitário, no Concelho de Coimbra, da totalidade de edifícios existentes 31,8% tinham necessidade de serem efetuadas obras de reparação ou reabilitação.

Relativamente aos alojamentos familiares ocupados como residência habitual, é de reforçar que muito embora a maioria destes tenham todas as instalações necessárias à habitabilidade adequada, cerca de 8% tinha falta de pelo menos uma instalação, tais como retrete, água e/ou sistema de aquecimento.

4.6. Atividade económica

Na Tabela 27 pode visualizar-se o número de empresas não financeiras¹⁰ existentes em 2014, de acordo com a atividade económica, sendo que é perceptível numa primeira análise:

- Em Portugal, existiam 1.127.317 empresas não financeiras;
- Na Região Centro, existiam 244.445 empresas não financeiras;
- No Concelho de Coimbra, existiam 18.200 empresas não financeiras.

De salientar que no Concelho de Coimbra a tendência que existia desde 2010 de diminuição gradual do número de empresas não financeiras, foi revertida pela primeira vez em 2014, tendo-se verificado o surgimento de mais de 347 empresas de 2013 para 2014 (em 2013 existiam 17.853 empresas e no ano de 2014 existiam 18.200 empresas).

Tabela 26: Número (N.º) de empresas não financeiras em 2014 em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.

Atividade económica	Portugal	Região Centro	Concelho de Coimbra
Total	1.127.317	244.445	18.200

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Em 2014, no Concelho de Coimbra, as atividades económicas mais predominantes foram, por ordem decrescente, e conforme análise à Tabela 27:

- “Atividades de saúde humana e apoio social”;
- “Comércio por grosso e a retalho (...)”;
- “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares”;
- “Atividades administrativas e dos serviços de apoio”.

¹⁰ Empresas que apresentam como principal função a produção de bens e serviços não financeiros, onde se inclui também empresas e empresários em nome individual bem como trabalhadores independentes.

Tabela 27: Número (N.º) de empresas não financeiras em 2014, segundo a atividade económica, no Concelho de Coimbra.

Atividade económica	N.º
Total	18.200
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	801
Indústrias extrativas	5
Indústrias transformadoras	577
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	7
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	10
Construção	897
Comércio por grosso e a retalho (...)	3.031
Transporte e armazenagem	244
Alojamento, restauração e similares	1.036
Atividade de Informação e comunicação	300
Atividades imobiliárias	347
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.670
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2.376
Educação	1.367
Atividades de saúde humana e apoio social	3.182
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	543
Outras atividades de serviços	807

Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas.

A atividade económica inclui a agricultura, a indústria transformadora, a construção e obras públicas, o comércio e outros ramos de atividade em que se podem agrupar quem produz o mesmo tipo de bens e de serviços. É frequente agrupar as atividades económicas em três grandes setores:

- **Primário:** inclui atividades económicas relacionadas com a agricultura, floresta, caça, pesca e extração mineral;
- **Secundário:** inclui atividades económicas relacionadas com a indústria transformadora e a construção;
- **Terciário:** inclui atividades económicas relacionadas com os serviços, tais como o comércio, os transportes, a administração pública, a educação ou a saúde.

Na Tabela 28 está representada a percentagem de população empregada de acordo com os setores de atividade económica acima mencionados em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra.

Independentemente do território em análise, o setor terciário é o que abrange maior percentagem de população empregada, comparativamente aos restantes setores de atividade económica, sendo que é o único que assiste a um aumento em percentagem de empregados de 2001 para 2011 (Tabela 28).

Tabela 28: Percentagem (%) de população empregada segundo os Censos de 2001 e 2011 por setores de atividade económica.

Territórios	Setor Primário (%)		Setor Secundário (%)		Setor Terciário (%)	
	Ano de referência		Ano de referência		Ano de referência	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	5,0%	3,1%	35,1%	26,5%	59,9	70,5
Região Centro	6,8%	3,7%	38,1%	30,1%	55,1	66,2
Concelho de Coimbra	1,0%	0,7%	21,4%	15,1%	77,6	84,3

Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

4.7. Mercado de trabalho e desemprego

Em Portugal, a população empregada diminuiu 5,0% entre os dois últimos momentos censitários, sendo que o decréscimo foi mais evidente em pessoas do sexo feminino (-1,2%) do que em pessoas do sexo masculino (-9,0%), conforme descrito na Tabela 29.

Por outro lado, no Concelho de Coimbra, a Taxa de Emprego da população em idade ativa foi, em 2011, de 50,7%, valor superior ao verificado em Portugal (48,5%) e na Região Centro (46,8%). À semelhança da realidade nacional, também na Região Centro e no Concelho de Coimbra, a Taxa de Emprego nos homens é superior à Taxa de Emprego nas mulheres, como se pode apurar na Tabela 29.

O decréscimo da Taxa de Emprego foi verificado na generalidade dos Concelhos da Região Centro, sendo que entre 2001 e 2011 as quedas mais significativas (acima dos 8,0%) ocorreram nos Concelhos de Manteigas, Ovar, Pinhel e Nazaré.

Tabela 29: Taxa de Emprego (%), segundo os Censos de 2001 e 2011, em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra, de acordo com o sexo.

PORTUGAL					
Total		Homens		Mulheres	
2001	2011	2001	2011	2001	2011
53,5	48,5	62,6	53,6	45,1	43,9

REGIÃO CENTRO					
Total		Homens		Mulheres	
2001	2011	2001	2011	2001	2011
50,4	46,8	60,4	52,5	41,3	41,7

CONCELHO DE COIMBRA					
Total		Homens		Mulheres	
2001	2011	2001	2011	2001	2011
54,4	50,7	59,9	52,8	49,7	48,8

Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

Em Portugal, em setembro de 2016 havia registo de 461.037 desempregados, o que representa uma diminuição de aproximadamente 9,0% em relação ao mesmo período homólogo de 2015 (506.162 desempregados).

Independentemente dos territórios em análise, o número de desempregados diminuiu de setembro de 2015 para setembro de 2016, analisando quer o total quer por sexo. Porém, no Concelho de Coimbra ocorreu uma diminuição menos acentuada em relação ao panorama nacional e regional, conforme se verifica na Tabela 30.

De acordo ainda com a Tabela 30, em setembro de 2016, o número total de desempregados no Concelho de Coimbra era de 6.707 pessoas, sendo 3.300 desempregados do sexo masculino (49,2%) e 3.265 desempregados do sexo feminino (48,7%).

Tabela 30: Número (N.º) de desempregados registados em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra em setembro de 2015 e setembro de 2016, de acordo com o sexo.

PORTUGAL					
Total		Homens		Mulheres	
set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16
506.162	461.037	235.490	211.442	270.672	249.595
Variação entre set./15 e set./16 (%)					
-8,92%		-10,21%		-7,79%	

REGIÃO CENTRO					
Total		Homens		Mulheres	
set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16
72.465	65.760	32.576	29.526	39.889	36.234
Variação entre set./15 e set./16 (%)					
-9,25%		-9,36%		-9,16%	

CONCELHO DE COIMBRA					
Total		Homens		Mulheres	
set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16
6.707	6.565	3.377	3.300	3.330	3.265
Variação entre set./15 e set./16 (%)					
-2,12%		-2,28%		-1,25%	

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP.

Relativamente à análise dos dados de desempregados segundo os principais grupos etários, pode constatar-se que em Portugal e na Região Centro, quer em setembro de 2015 quer em setembro de 2016, existe uma maior concentração de desempregados com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos de idade, seguida das pessoas com 55 anos e mais anos de idade (Tabela 31).

De acordo com a Tabela 31, no Concelho de Coimbra, em setembro de 2015 e em setembro de 2016 a maioria dos desempregados tem entre 35 e 54 anos de idade, seguida de pessoas com idades compreendidas entre 25 e os 34 anos de idade.

De salientar ainda que, entre setembro de 2015 e setembro de 2016, no Concelho de Coimbra verificou-se um ligeiro aumento de aproximadamente 4% de desempregados com menos de 25 anos de idade. Nos restantes grupos etários, ocorreu sempre uma diminuição do número de desempregados inscritos, conforme Tabela 31.

Tabela 31: Número de desempregados (N.º) registados em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra em setembro de 2015 e setembro de 2016, de acordo com os principais grupos etários.

PORTUGAL									
Total		< 25 anos		[25 - 34 anos]		[35 - 54 anos]		≥ 55 anos	
set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16
506.162	461.037	62.614	55.090	96.826	87.161	230.999	206.753	115.723	112.033
Variação entre set./2015 e set./2016 (%)									
-8,92%		-12,02%		-9,98%		-10,5%		-3,20%	

REGIÃO CENTRO									
Total		< 25 anos		[25 - 34 anos]		[35 - 54 anos]		≥ 55 anos	
set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16
72.465	65.760	9.742	8.766	14.902	13.075	31.277	28.023	16.594	15.896
Variação entre set./2015 e set./2016 (%)									
-9,25%		-10,02%		-12,26%		-10,23%		-4,21%	

CONCELHO DE COIMBRA									
Total		< 25 anos		[25 - 34 anos]		[35 - 54 anos]		≥ 55 anos	
set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16
6.707	6.565	854	886	1.629	1.545	2.956	2.889	1.268	1.245
Variação entre set./2015 e set./2016 (%)									
-2,12%		3,75%		-5,16%		-2,27%		-1,81%	

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP.

No território nacional, existiam 461.037 desempregados inscritos em setembro de 2016, sendo que 236.436 (51,3%) eram desempregados de curta duração (menos de um ano de inscrição) e 224.601 (48,7%) eram desempregados de longa duração (um ou mais anos de inscrição). Na Região Centro e no Concelho de Coimbra verificou-se também que existiam em setembro de 2016 mais desempregados de curta duração (Tabela 32).

Conforme análise à Tabela 32, no Concelho de Coimbra constatou-se um declínio de 4,49% do número de desempregados inscritos de longa duração enquanto que a diminuição do número de desempregados de curta duração foi mais ligeira (-0,14%).

Apurou-se ainda que o Concelho de Coimbra, entre setembro de 2015 e setembro de 2016, apresentou uma diminuição menos acentuada do número total de desempregados (-2,12%), comparativamente a Portugal e à Região Centro.

Tabela 32: Número de desempregados (N.º) registados em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra em setembro de 2015 e setembro de 2016 de acordo com o tempo de inscrição.

PORTUGAL					
Total		< 1 ano		≥ 1 ano	
set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16
506.162	461.037	256.089	236.436	250.073	224.601
Variação entre set./15 e set./16 (%)					
-8,92%		-7,67%		-10,19%	

REGIÃO CENTRO					
Total		< 1 ano		≥ 1 ano	
set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16
72.465	65.760	37.019	34.446	35.451	31.314
Variação entre set./15 e set./16 (%)					
-9,25%		-6,94%		-11,67%	

CONCELHO DE COIMBRA					
Total		< 1 ano		≥ 1 ano	
set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16
6.707	6.565	3.657	3.652	3.050	2.913
Variação entre set./15 e set./16 (%)					
-2,12%		-0,14%		-4,49%	

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP.

Por outro lado, em Portugal dos 461.037 desempregados existentes em setembro de 2016, a grande maioria eram pessoas à procura de um novo emprego (N.º=408.136). O mesmo sucedia na Região Centro e no Concelho de Coimbra (Tabela 33).

No que concerne ao Concelho de Coimbra, verifica-se que da totalidade de desempregados, mais de 80% estavam à procura de um novo emprego. Contudo, entre setembro de 2015 e setembro de 2016, observa-se no Concelho um aumento de inscritos à procura do primeiro emprego, como se pode analisar na Tabela 33.

Tabela 33: Número de desempregados (N.º) registados em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra em setembro de 2015 e setembro de 2016 de acordo com a situação face à procura de emprego.

PORTUGAL					
Total		1.º Emprego		Novo Emprego	
set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16
506.162	461.037	58.375	52.901	447.787	408.136
Variação entre set./15 e set./16 (%)					
-8,92%		-9,38%		-8,85%	

REGIÃO CENTRO					
Total		1.º Emprego		Novo Emprego	
set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16
72.465	65.760	9.720	8.693	62.745	57.067
Variação entre set./15 e set./16 (%)					
-9,25%		-10,57%		-9,05%	

CONCELHO DE COIMBRA					
Total		1.º Emprego		Novo Emprego	
set./15	set./16	set./15	set./16	set./15	set./16
6.707	6.565	956	972	5.751	5.593
Variação entre set./15 e set./16 (%)					
-2,12%		1,67%		-2,75%	

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP.

Em Portugal, de acordo com o nível de escolaridade, à data de setembro de 2016, dos 461.037 desempregados, o maior número de desempregados tinha o ensino secundário (114.836 desempregados) ou o 1.º Ciclo do EB (90.761 desempregados), correspondendo estes a cerca de 45% do total de inscritos. Porém, importa ressaltar que se regista uma diminuição do número de desempregados inscritos, independentemente dos seus níveis de escolaridade (Tabela 34).

De destacar que, contrariamente ao verificado em Portugal e na Região Centro, no Concelho de Coimbra, o maior número de desempregados em setembro de 2016 tinha como nível de escolaridade o ensino superior (1.951 desempregados), correspondendo a aproximadamente 30% do total de inscritos.

De acordo com a Tabela 34, entre setembro de 2015 e setembro de 2016, no Concelho de Coimbra observa-se um aumento significativo de 11,8% do número de desempregados inscritos com habilitações literárias inferiores ao 1.º Ciclo de EB. Em contrapartida, a diminuição mais intensa de desempregados no Concelho de Coimbra verifica-se em pessoas com o 1.º Ciclo do EB, situação idêntica também em Portugal e na Região Centro (Tabela 34).

Salienta-se ainda que, contrariamente à situação observada em Portugal, que registou uma diminuição de inscritos em todos os níveis de escolaridade, no Concelho de Coimbra a diminuição apenas se verificou em 3 níveis de ensino (1.º e 2.º Ciclos do EB e no ensino superior).

Tabela 34: Número de desempregados (N.º) registado em Portugal, Região Centro e Concelho de Coimbra em setembro de 2015 e setembro de 2016 de acordo com os níveis de escolaridade.

PORTUGAL			
Nível de Escolaridade	Período de referência		Variação entre set./15 e set./16 (%)
	set./15	set./16	
< 1.º Ciclo EB	29.145	27.853	-4,43%
1.º Ciclo EB	104.058	90.761	-12,78%
2.º Ciclo EB	77.001	69.418	-9,85%
3.º Ciclo EB	97.789	87.719	-10,29%
Secundário	122.489	114.836	-6,25%
Superior	75.689	70.450	-6,92%
Total	506.162	461.037	-8,92%

REGIÃO CENTRO			
Nível de Escolaridade	Período de referência		Variação entre set./15 e set./16 (%)
	set./15	set./16	
< 1.º Ciclo EB	4.435	4.463	0,63%
1.º Ciclo EB	13.549	11.839	-14,44%
2.º Ciclo EB	9.857	8.925	-9,46%
3.º Ciclo EB	13.944	12.657	-9,23%
Secundário	17.057	16.065	-5,82%
Superior	13.623	11.811	-13,30%
Total	72.465	65.760	-9,25%

CONCELHO DE COIMBRA			
Nível de Escolaridade	Período de referência		Variação entre set./15 e set./16 (%)
	set./15	set./16	
< 1.º Ciclo EB	220	246	11,82%
1.º Ciclo EB	869	707	-18,64%
2.º Ciclo EB	774	677	-12,53%
3.º Ciclo EB	1.143	1.151	0,70%
Secundário	1.699	1.833	7,89%
Superior	2.002	1.951	-2,55%
Total	6.707	6.565	-2,12%

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP.

Em forma conclusiva do item, Mercado de Trabalho, verifica-se que no Concelho de Coimbra, do total de desempregados inscritos em setembro de 2016 (N.º=6.565), 3.300 eram homens e 3.265 eram mulheres. Do total de inscritos, 3.652 estavam inscritos há menos de 1 ano e 2.913 estavam inscritos há mais de um ano. Salienta-se ainda que do total de inscritos, 5.593 procuravam um novo emprego e apenas 972 procuravam o primeiro emprego.

4.8. Rendimento Social de Inserção

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de proteção social que visa apoiar as pessoas ou agregados familiares que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social. Esta medida, para além de abranger uma prestação em dinheiro para satisfação das necessidades básicas dos beneficiários e suas famílias, é ainda constituída por um Contrato de Inserção, do qual consta um conjunto de direitos e deveres, com vista a auxiliar a sua integração social e profissional.

No Concelho de Coimbra, a 28 de fevereiro de 2017, existiam 2.720 beneficiários de RSI, correspondendo a 1.593 famílias ativas (Tabela 35). Do número total de famílias ativas, 44,3% são isoladas (N.º = 706).

Da análise a Tabela 35, é ainda de destacar que na U.F. de Coimbra e na U.F. de Eiras e São Paulo de Frades residem a maioria dos beneficiários de RSI, correspondendo respetivamente a 26,4% (N.º=719) e a 24,3% (N.º=660) do total de processos deferidos.

Tabela 35: Número (N.º) de beneficiários de Rendimento Social de Inserção e número (N.º) de famílias ativas, à data de 28 de fevereiro de 2017, no Concelho de Coimbra.

Unidades territoriais do Concelho	N.º de beneficiários (titular)	N.º de famílias ativas								
		Total	Alargada	Avós com netos	Desconhecido	Extensa	Isolado	Monoparental	Nuclear com filhos	Nuclear sem filhos
U.F. Coimbra	719	518	5		96	9	290	55	42	21
U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	46	22				1	8	2	8	3
U.F. Assafarge e Antanhol	39	18			5	1	7	1	4	
U.F. Souselas e Botão	52	30	2		3	1	11	8	3	2
U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	169	113	4		15	1	53	19	11	10
U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	241	144	4		26	2	63	22	19	8
U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	38	21			2		7	4	3	5
U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	59	28	2		10		5	5	5	1
U.F. Eiras e São Paulo de Frades	660	277	34	1	38	4	71	60	56	13
U.F. Antuzede e Vil de Matos	27	22	1		4		10	4	2	1
Almalaguês	14	8			1		3	1	2	1
Brasfemes	19	13			3		7		2	1
Ceira	51	24	1		2		11	7	3	
Cernache	45	26	2		1		16	2	4	1
Santo António dos Olivais	479	300	17		63	2	136	48	26	8
São João do Campo	10	8	1		1		3	1	1	1
São Silvestre	22	9	1		1		3	3	1	
Torres do Mondego	30	12			3		2	1	6	
Total	2.720	1.593	74	1	274	21	706	243	198	76

Fonte: Centro Distrital de Coimbra – Instituto de Segurança Social, I.P., 2017.

5. AÇÃO SOCIAL NO CONCELHO DE COIMBRA

5.1. Enquadramento geral

Em Portugal, as *respostas sociais* têm por objetivo geral a satisfação de diferentes necessidades humanas e a promoção da qualidade de vida e bem-estar da população beneficiária, prestando serviços de ação social desenvolvidos em *equipamento social*, agrupados em função do público-alvo.

Os *equipamentos sociais* são a tradução física da maioria das *respostas sociais* que os mesmos desenvolvem, as quais se revestem de uma natureza residencial, ambulatoria ou mista sendo que em alguns casos verifica-se que no mesmo *equipamento social* funciona mais do que uma *resposta social*.

A informação disponibilizada neste capítulo 5 reporta-se a dados do final do ano de 2016 e abarca os *equipamentos sociais* e *respostas sociais* existentes no Concelho de Coimbra tutelados pela Segurança Social, pertencentes a instituições da rede solidária e da rede lucrativa.

5.2. Respostas sociais existentes no Concelho de Coimbra

Na Tabela 36 apresenta-se, de acordo com as áreas de intervenção, o público-alvo das *respostas sociais* reconhecidas pela Direção-Geral da Segurança Social e do Instituto da Segurança Social, I.P., em Portugal.

Tabela 36: Áreas de Intervenção e respetivo público-alvo das *respostas sociais* existentes em Portugal.

Área de Intervenção	Público – alvo
Infância e Juventude	Crianças e Jovens Crianças e Jovens com deficiência Crianças e Jovens em situação de perigo
População adulta	Pessoas idosas Pessoas adultas com deficiência Pessoas em situação de dependência Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico Pessoas sem abrigo
Família e Comunidade	Família e Comunidade em geral Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias Pessoas toxicodependentes Pessoas vítimas de violência doméstica
Respostas pontuais	Apoio em Regime de Ambulatório, Centro de Recursos e Investigação Social, Centros de Formação Profissional e Pré-profissional.

Atualmente, o Concelho de Coimbra possui no total 302 *respostas sociais*¹¹, das quais:

- **Infância e Juventude:** 139 *respostas sociais* (inclui Transporte de Pessoas com Deficiência);
- **População adulta:** 123 *respostas sociais* (inclui Transporte de Pessoas com Deficiência);
- **Família e Comunidade:** 38 *respostas sociais*;
- **Respostas pontuais:** 3 *respostas sociais*.

5.2.1. Infância e Juventude

De acordo com o último momento censitário realizado em Portugal, no Concelho de Coimbra existiam 17.837 crianças com idades compreendidas entre os 0 anos e os 14 anos de idade, representando 12,4% da população do Concelho, e 14.987 jovens com idades compreendidas entre os 15 anos e os 24 anos de idade, representando 10,5% da população.

Tabela 37: Número (N.º) de *equipamentos sociais* e capacidade total (N.º) na área da Infância e Juventude¹² no Concelho de Coimbra, tendo em conta o tipo de *resposta social*.

Público-alvo	Resposta social	N.º de Equipamentos	Distribuição Percentual (%)	Capacidade total (N.º)
Crianças e jovens	Ama	*	*	*
	Creche Familiar	*	*	*
	Centro de Atividades de Tempos Livres	41	29,5%	2.067
	Creche	48	34,5%	2.003
	Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar	32	23,0%	2.087
	Subtotal	121	87,0%	6.157
Crianças e jovens com deficiência	Intervenção Precoce	2	1,5%	120
	Lar de Apoio	1	0,7%	26
	Transporte de Pessoas com Deficiência ¹³	1	0,7%	320
	Subtotal	4	2,9%	466
Crianças e jovens em situação de perigo	Centro de Acolhimento Temporário	4	2,9%	82
	Acolhimento Familiar Crianças e Jovens	*	*	*
	Apartamento de Autonomização	0	0	0
	Atividades Socioeducativas	0	0	0
	Equipa de Rua Apoio a Crianças e Jovens	0	0	0
	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	2	1,4%	130
	Lar de Infância e Juventude	8	5,8%	378
	Subtotal	14	10,1%	590
TOTAL DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE		139	100,0%	7.213

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

Siglas: * Informação não está disponível para consulta no website da Carta Social.

¹¹ A *resposta social* de Transporte de Pessoas com Deficiência abrange crianças e jovens e população adulta com deficiência, sendo esta contemplada apenas como uma quando se fala em número total de *respostas sociais* existentes no Concelho de Coimbra.

¹² Anexo 2: Lista de *equipamentos sociais* com resposta na área da Infância e Juventude no Concelho de Coimbra.

¹³ Esta *resposta social*, desenvolvida através de um serviço, de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado (Disponível em URL: <http://www.cartasocial.pt/conceitos>).

As respostas para a Infância e Juventude referem-se à primeira infância (crianças até aos 3 anos de idade), à segunda infância com o ensino pré-escolar (idades compreendidas entre os 3 anos e os 6 anos de idade), às atividades complementares realizadas após o horário letivo (crianças dos 6 anos de idade aos 9 anos de idade) assim como aos menores com deficiência ou em risco.

Atualmente, das **302 respostas sociais** existentes no Concelho de Coimbra, **139 são direcionadas para a área da Infância e Juventude, representando 46,0% do total das respostas sociais existentes**, conforme apresentado na Tabela 37.

As respostas destinadas a crianças e jovens em geral representam 87,0% das respostas sociais existentes no Concelho de Coimbra dirigidas à Área da Infância e Juventude, sendo que as restantes destinam-se a crianças e jovens com deficiência ou em situação de perigo, registando uma distribuição percentual mínima (2,9% e 10,1% respetivamente).

Crianças e Jovens

As Creches, os Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e os Centros de Atividades de Tempos Livres representam 87,0% das *respostas sociais* existentes no Concelho de Coimbra dirigidas à Área da Infância e Juventude, sendo prestadas em 121 *equipamentos sociais*.

CRECHES

As **48 Creches existentes no Concelho de Coimbra** estão distribuídas por 13 das 18 unidades territoriais do Município, detendo uma capacidade total para 2.003 crianças dos 0 anos aos 3 anos de idade (Tabela 38). Das 48 Creches existentes, 39 são da rede solidária e 9 da rede lucrativa.

No Conselho Europeu de Barcelona estabeleceu-se como meta europeia para o ano de 2010 atingir, pelo menos, 33,0% de cobertura para Creches e Amas. Em Portugal, a Taxa de Cobertura média nacional para Creches e Amas, de acordo com o último Relatório da Carta Social (2014), atingiu os 49,2% em 2014.

Muito embora no website da Carta Social não estejam disponíveis dados quantitativos da *resposta social* de Ama no Concelho de Coimbra, de acordo com o “Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Sociais e na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados – Região Centro” (Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – setembro de 2016) a Taxa de Cobertura de Creche e Amas no Concelho é superior a 56%, sendo este valor superior à Taxa de Cobertura média em Portugal.

Relativamente à Taxa de Cobertura de Creches no Concelho de Coimbra, e de acordo com o constante na Tabela 38, **registra-se uma cobertura na resposta social de Creche de 46,7%.**

Ainda pela observação da Tabela 38, pode-se constatar que esta realidade difere nas várias unidades territoriais concelhias, destacando-se sobretudo 5 freguesias que não dispõem de Creches para as respetivas crianças residentes com idades compreendidas entre os 0 anos e os 3 anos de idade.

De destacar que a U.F. de Coimbra é a única unidade territorial com uma Taxa de Cobertura de Creches acima dos 100%.

Tabela 38: Taxa de Cobertura (%) da *resposta social* de Creche em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra.

Unidades Territoriais do Concelho de Coimbra	Capacidade (N.º)	N.º de crianças até aos 3 anos	Taxa de Cobertura (%)
Almalaguês	48	72	66,7%
Brasfemes	0	62	0,0%
Ceira	33	70	47,1%
Cernache	85	119	71,4%
Santo António dos Olivais	445	1.111	40,1%
São João do Campo	0	70	0,0%
São Silvestre	30	101	29,7%
Torres do Mondego	35	54	64,8%
U.F. Antuzede e Vil de Matos	0	86	0,0%
U.F. Assafarge e Antanhol	118	173	68,2%
U.F. Coimbra	488	316	154,4%
U.F. Eiras e São Paulo de Frades	223	608	36,7%
U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	68	432	15,7%
U.F. Souselas e Botão	60	139	43,2%
U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	0	107	0,0%
U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	282	534	52,8%
U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	0	108	0,0%
U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	88	126	69,8%
Total	2.003	4.288	46,7%

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

A rede solidária de Creches apresenta uma Taxa de Cobertura de 38,0%, abrangendo uma capacidade para 1.650 crianças, e a rede lucrativa de 8,2%, que abrange uma capacidade para 353 crianças.

ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Relativamente aos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, no Concelho de Coimbra existem 32 respostas sociais desta tipologia, sendo todas prestadas pela rede solidária, estando presentes em 12 unidades territoriais. A capacidade total das *respostas sociais* desta tipologia abarca 2.087 crianças dos 3 anos aos 5 anos de idade (Tabela 39).

À semelhança da *resposta social* de Creche, o Conselho Europeu de Barcelona estabeleceu como meta europeia para o ano de 2010 atingir, pelo menos, 90,0% de cobertura para a Educação Pré-Escolar. De acordo com a Tabela 39, a **Taxa de Cobertura para Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar no Concelho de Coimbra ficou marcada em 2016 em 94,7%**. De destacar ainda que 7 das 18 unidades territoriais concelhias registam Taxas de Cobertura de Educação Pré-Escolar acima dos 100%. Em contrapartida, apenas duas unidades territoriais (U.F. de Eiras e São Paulo de Frades e a freguesia de São Silvestre) apresentam coberturas significativamente inferiores às das restantes unidades territoriais (Tabela 39).

Tabela 39: Taxa de Cobertura (%) da *resposta social* de Educação Pré-Escolar em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra.

Unidades Territoriais do Concelho de Coimbra	Capacidade (N.º)	N.º de crianças com 4 e 5 anos	Taxa de Cobertura (%)
Almalaguês	72	45	160,0%
Brasfemes	0	41	0,0%
Ceira	0	45	0,0%
Cernache	75	67	111,9%
Santo António dos Olivais	511	537	95,2%
São João do Campo	0	40	0,0%
São Silvestre	25	61	41,0%
Torres do Mondego	42	35	120,0%
U.F. Antuzede e Vil de Matos	0	58	0,0%
U.F. Assafarge e Antanhol	134	107	125,2%
U.F. Coimbra	556	167	332,9%
U.F. Eiras e São Paulo de Frades	107	301	35,5%
U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	144	191	75,4%
U.F. Souselas e Botão	60	74	81,1%
U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	0	60	0,0%
U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	286	249	114,9%
U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	0	69	0,0%
U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	75	57	131,6%
Total	2.087	2.204	94,7%

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016 e INE - XV Recenseamento Geral da População.

Embora existam 6 unidades territoriais no Concelho de Coimbra que não disponibilizam a *resposta social* de Educação Pré-Escolar, as mesmas são abrangidas pela rede pública. Esta no total possui **33 Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar com capacidade total para 1.250 crianças**, tal como se pode verificar na Tabela 40.

Tabela 40: Rede pública de Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar no Concelho de Coimbra no ano letivo 2016/2017.

Unidades Territoriais do Concelho de Coimbra	Estabelecimento (JI)	Capacidade (N.º)
Brasfemes	Brasfemes	50
Ceira	Ceira	50
São João do Campo	S. João do Campo	50
São Silvestre	S. Silvestre	50
Santo António dos Olivais	Areeiro	50
	Montes Claros	75
	Olivais	75
	Quinta das Flores	75
	Solum	25
	Solum-Sul	50
U.F. Antuzede e Vil de Matos	Antuzede	25
U.F. Assafarge e Antanhol	Antanhol	25
	Carvalhais de Baixo	25
U.F. Coimbra	Almedina	25
	Pedrulha	50
	S. Bartolomeu	25
U.F. Eiras e São Paulo de Frades	Eiras	50
	Ingote	25
	Loreto	25
	Santa Apolónia	50
U.F. São de Martinho de Árvore e Lamarosa	Andorinha	25
	S. Martinho de Árvore	25
	Vila Verde	25
U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Póvoa	25
	Ribeira de Frades	25
	S. Bento	50
U.F. Souselas e Botão	Larçã	25
	Souselas	25
U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	Almas de Freire	50
U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	Ameal	25
	Arzila	25
	Taveiro	25
U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	Trouxemil	25
Total	33	1.250

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra - Divisão de Educação e Ação Social.

CENTROS DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES (CATL)

Relativamente às *respostas sociais* direcionadas às Atividades de Tempos Livres (ATL) de crianças e jovens, constata-se, através da Tabela 41, que **no Concelho de Coimbra existem 41 respostas desta tipologia** sediadas em 17 das 18 unidades territoriais, que abrangem atualmente 2.067 crianças e jovens.

De evidenciar que a grande maioria destas respostas (N.º=37) são CATL com extensão horária e com interrupções letivas sem almoço, existindo no Concelho de Coimbra 4 CATL sem as características mencionadas anteriormente (Tabela 41).

Relativamente à natureza jurídica, atualmente existem 38 CATL da rede solidária e 3 da rede lucrativa (2 CATL sediados na freguesia de Santo António dos Olivais e 1 CATL sediado na U.F. de Coimbra).

Tabela 41: Capacidade (N.º) e caracterização das *respostas sociais* dirigidas às Atividades de Tempos Livres das crianças e jovens no Concelho de Coimbra.

Unidades Territoriais do Concelho de Coimbra	Capacidade (N.º)	Caraterização da resposta	
		N.º de CATL	N.º de CATL com extensão horária e interrupções letivas sem almoço
Almalaguês	80	2	1
Brasfemes	20		1
Ceira	130		2
Cernache	120		1
Santo António dos Olivais	457		7
São João do Campo	30		1
São Silvestre	80		1
Torres do Mondego	70	2	2
U.F. Assafarge e Antanhol	65		2
U.F. Coimbra	240		2
U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	130		3
U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	180		3
U.F. Eiras e São Paulo de Frades	215		5
U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	30		1
U.F. Souselas e Botão	70		2
U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	80		1
U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	70		2
Total:	2.067	4	37

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

Em suma, o Concelho de Coimbra é abrangido atualmente por 48 Creches, 41 equipamentos com CATL e 32 Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, sendo esta última *resposta social* reforçada em número com mais 33 estabelecimentos da rede pública que visam cobrir nomeadamente as unidades territoriais que não possuíam esta *resposta social* nem da rede solidária nem da rede lucrativa.

Crianças e Jovens com deficiência

Relativamente às crianças e jovens com deficiência, existem no Concelho de Coimbra 3 *respostas sociais*, nomeadamente 2 *equipamentos sociais* com **Intervenção Precoce**, 1 *equipamento social* com **Lar de Apoio** e ainda 1 *equipamento social* com **Transporte de Pessoas com Deficiência**.

As **respostas direcionadas para crianças e jovens com deficiência** representam **2,9% do total das respostas na área da Infância e Juventude**, possuindo uma capacidade total para 466 crianças e jovens com deficiência, sendo que apenas 125 destas estão abrangidos pelos acordos entre as entidades e a Segurança Social. De notar que as *respostas sociais* destinadas a crianças e jovens com deficiência são todas desenvolvidas por IPSS.

Tabela 42: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas *respostas sociais* destinadas a crianças e jovens com deficiência no Concelho de Coimbra.

<i>Resposta social</i>	<i>Nome do Equipamento social</i>	<i>Capacidade (N.º)</i>	<i>Utentes com acordo (N.º)</i>
Intervenção Precoce¹⁴	Associação Nacional de Intervenção Precoce - Concelho de Coimbra (ANIP)	80	65
	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) - Colégio de Santa Maria	40	40
	Subtotal	120	105
Lar de Apoio	Associação Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC)	26	20
	Subtotal	26	20
Transporte de Pessoas com Deficiência	Associação Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC)	320	*
	Subtotal	320	*
Total		466	125

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

Síglas: * Informação não está disponível para consulta no website da Carta Social.

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS (NEE)

Para além das *respostas sociais* supramencionadas, existe ainda um conjunto de serviços prestados especificamente a crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) nas escolas de ensino regular dos diversos Agrupamentos de Escolas (A.E.).

Mais especificamente, no Concelho de Coimbra existem diversos **Centros/Unidades de Educação Especial e Reabilitação** com ofertas educativas que procuram responder às NEE de carácter permanente das crianças e jovens com limitações ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia e do relacionamento e participação social, tais como:

1. Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira:

Disponíveis no A.E. Coimbra Sul (1.º Ciclo), A.E. Eugénio de Castro (2º e 3º Ciclos) e A.E. Coimbra Centro (2º e 3º Ciclos).

¹⁴ A resposta Intervenção Precoce “é regulada pelo Decreto-Lei N.º 281/2009 de 6 de outubro, que cria o SNIPI – Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância. O SNIPI é desenvolvido através da atuação concertada dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Saúde e da Educação, com o envolvimento das famílias e da comunidade. As entidades referidas na Tabela 41 podem proceder à contratualização das IPSS necessárias à exequibilidade das medidas tomadas no âmbito do SNIPI. No caso concreto de Coimbra, o SNIPI tem a sua atividade protocolada com duas IPSS, a ANIP e a APPACDM de Coimbra. O protocolo com a ANIP abrange todas as freguesias do Concelho de Coimbra, exceto a freguesia de Santo António dos Olivais que é da responsabilidade da APPACDM de Coimbra.

2. Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo:

Disponíveis no A.E. Martim de Freitas (1.º, 2.º e 3.º Ciclos), A.E. Coimbra Centro (Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo) e na Escola D. Dinis (3.º Ciclo e ensino secundário).

3. Escola de Referência para a Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão:

Disponível no A.E. Coimbra Centro.

4. Escola de Referência para a Educação do Ensino Bilingue de Alunos Surdos:

Disponível no A.E. Coimbra Centro.

5. Escolas de Referência para a Intervenção Precoce na Infância:

Disponível no A.E. Coimbra Sul.

6. Centro de Recursos TIC para a Educação Especial:

Disponível no A.E. Coimbra Sul.

7. Percursos Curriculares Alternativos:

Disponível no A.E. Coimbra Oeste (9.º ano), A.E. Rainha Santa Isabel (6.º ano) e Escola D. Dinis (8.º ano).

8. Programa Integrado de Educação e Formação:

Disponível na Escola Secundária D. Dinis (1.º, 2.º e 3.º Ciclos).

CENTRO DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO (CRI)

No âmbito de apoio social a pessoas com deficiência, existem ainda os Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) que surgiram de uma *“política orientada pelo princípio da inserção social que garanta que a criança ou jovem com deficiência participem nos serviços comuns de educação, formação, emprego, etc.”*

De acordo com o Diário da República, 2.ª série N.º170 de 3 de setembro de 2008, os CRI têm como objetivo geral *“apoiar a inclusão das crianças e jovens com deficiências e incapacidade, através da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada indivíduo, em parceria com as estruturas da comunidade”*.

Concretamente, alguns dos objetivos específicos dos CRI são:

- Apoiar a elaboração, a implementação e a monitorização de programas educativos individuais;
- Criar e disseminar materiais de trabalho de apoio às práticas docentes, nos domínios da avaliação e da intervenção;

- Consciencializar a comunidade educativa para a inclusão de pessoas com deficiências e incapacidade;
- Promover e monitorizar processos de transição da escola para a vida pós-escolar de jovens com deficiências e incapacidade;
- Mobilizar as entidades empregadoras e apoiar a integração profissional;
- Promover os níveis de qualificação escolar e profissional, apoiando as escolas e os alunos;
- Promover ações de apoio à família;
- Conceber e implementar atividades de formação ao longo da vida para jovens com deficiências e incapacidade;
- Promover acessibilidades.

No Concelho de Coimbra, existem **duas entidades acreditadas enquanto CRI**:

- APCC de Coimbra;
- APPACDM de Coimbra.

Deste modo, o Concelho de Coimbra procura responder às necessidades que se fazem sentir nas crianças e jovens com algum tipo de deficiência e aos diversos impactos inerentes, muito embora as respostas direcionadas para crianças e jovens com deficiência representam apenas 2,9% do total de respostas na área da Infância e Juventude.

Crianças e Jovens em situação de perigo

De acordo com o modelo de proteção de crianças e jovens em risco, em vigor desde janeiro de 2001, com a publicação da Lei N.º 147/99, de 1 de setembro, considera-se que uma criança ou um jovem está em situação de perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações, a citar:

- Está abandonada ou vive entregue a si própria e/ou sofre de maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional ou assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos.

Analisando a Tabela 43, verifica-se que **no Concelho de Coimbra existem 3 respostas sociais** direcionadas para crianças e jovens em perigo, representando 10,1% da totalidade de respostas direcionadas à área da Infância e Juventude, designadamente:

- 4 Centros de Acolhimento Temporário;
- 2 Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental;
- 8 Lares de Infância e Juventude.

As *respostas sociais* existentes no Concelho de Coimbra destinadas especificamente a crianças e jovens em perigo detêm uma capacidade total para 590 crianças e jovens, conforme análise à Tabela 43. De salientar que a totalidade destas *respostas sociais* são desenvolvidas por IPSS.

Tabela 43: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas *respostas sociais* destinadas a crianças e jovens em situação de perigo no Concelho de Coimbra.

<i>Resposta social</i>	<i>Nome do Equipamento social</i>	<i>Capacidade e (N.º)</i>	<i>Utentes com acordo (N.º)</i>
Centro de Acolhimento Temporário	Centro Social Nossa Senhora dos Milagres	20	20
	Casa do Pai - Centro de Atendimento Temporário para Crianças em Risco	12	12
	Sorriso - Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenos	20	15
	CAT Loreto	30	30
	Subtotal	82	77
Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	Associação Nacional de Intervenção Precoce - Concelho de Coimbra	100	100
	C.A.F.A.P. - Associação Integrar	30	30
	Subtotal	130	130
Lar de Infância e Juventude	Lar o Girassol	40	40
	Lar de S. Martinho do Bispo	40	40
	Fundação Esperança Viva (R. Montarroio)	5	5
	Fundação Esperança Viva (R. Dr. António Vasconcelos)	7	7
	Casa da Infância Doutor Elísio de Moura	106	30
	Casa de Formação Cristã Rainha Santa	70	45
	Colégio dos Órfãos de S. Caetano	40	40
	Comunidade Juvenil S. Francisco de Assis - Lar S. Francisco de Assis	70	45
	Subtotal	378	252
Total		590	459

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

Deste modo, concluiu-se que a área da Infância e Juventude dispõem atualmente no Concelho de Coimbra de uma vasta rede composta por 139 *equipamentos sociais*, cujo âmbito de ação se direciona à área da Infância e Juventude, com uma capacidade total para 7.213 crianças e jovens, dando resposta a crianças e jovens em geral, crianças e jovens com deficiência e crianças e jovens em situação de perigo.

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ)

De realçar ainda que, no âmbito da intervenção com crianças e jovens em perigo, o Concelho de Coimbra conta uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) que desenvolve a sua intervenção ao nível da prevenção e proteção ou reparação, com vista à promoção dos direitos, bem-estar e desenvolvimento integral da criança e jovem que se encontre em situação de perigo.

De acordo com o Relatório de Atividades da CPCJ de Coimbra de 2015 e de 2016, verifica-se que em 2016:

1. Foram acompanhados 933 processos de promoção e proteção, mais 68 processos do que no ano anterior.
 - Processos instaurados: 321
 - Processos reabertos: 194
 - Processos transitados de 2015: 418

De salientar que dos 933 processos de promoção e proteção, a 31 de dezembro de 2016, encontravam-se ativos 350 processos.

2. As situações de perigo mais comunicadas à CPCJ de Coimbra durante o ano de 2016 foram:
 - Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança: 139 comunicações/processos;
 - Negligência (incluída a negligência grave): 90 comunicações/processos;
 - Situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação (absentismo, abandono e insucesso escolares) – 82 comunicações/processos;
 - A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada: 56 comunicações/processos;
 - Outras situações de perigo: 36 comunicações/processos;
 - Mau trato físico: 23 comunicações/processos;
 - Mau trato psicológico ou indiferença afetiva: 13 comunicações/processos;
 - Abuso sexual: 12 comunicações/processos;
 - Prática de facto qualificado pela lei penal como crime: 9 comunicações /processos;
 - A criança está abandonada ou entregue a si própria: 8 comunicações/processos;
 - Mendicidade: 4 comunicações/processos.

3. As entidades que em 2016 mais comunicaram situações de perigo à CPCJ de Coimbra foram:

- Estabelecimentos de ensino: 108 comunicações;
- CPCJ: 84 comunicações;
- Autoridades policiais: 62 comunicações;
- Estabelecimentos de saúde: 39 comunicações;
- Sem informação (anónimas): 42 comunicações;
- Mãe + Pai + Pais: 61 comunicações.

4. Em 2016, a CPCJ de Coimbra obteve um maior número de sinalizações de crianças e jovens das seguintes faixas etárias, por ordem decrescente:

- Dos 15 anos aos 17 anos;
- Dos 6 aos 8 anos;
- Dos 11 anos aos 14 anos.

5.2.2. População adulta

Entende-se por população adulta, toda e qualquer pessoa com idade igual ou superior a 18 anos de idade.

Analisando a realidade do Concelho de Coimbra no que diz respeito aos dados estatísticos obtidos nos Censos de 2011, verifica-se que existe uma concentração mais significativa do número de pessoas adultas, fundamentalmente de pessoas com mais de 24 anos de idade que representam cerca de 77% da totalidade da população residente no Concelho.

No Concelho de Coimbra, existem 123 respostas sociais destinadas à população adulta, representando aproximadamente 41,0% da totalidade de respostas sociais existentes.

Das *respostas sociais* direcionadas à população adulta (Tabela 44):

- 83,7% têm como público-alvo as pessoas idosas;
- 13,8% têm como público-alvo pessoas adultas com deficiência;
- 1,6% têm como público-alvo pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico;
- 0,8% têm como público-alvo pessoas sem-abrigo.

Tabela 44: Número (N.º) de *equipamentos sociais* e capacidade total (N.º) na área da população adulta¹⁵ no Concelho de Coimbra, tendo em conta o tipo de *resposta social*.

Público-alvo	<i>Resposta social</i>	N.º de Equipamentos	Distribuição Percentual (%)	Capacidade total
Pessoas idosas	Centro de Convívio	5	4,1%	290
	Centro de Dia	31	25,2%	941
	Centro de Noite	0	0,0%	0
	Acolhimento Familiar de Pessoas Idosas	*	*	*
	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	23	18,7%	911
	Serviço de Apoio Domiciliário	44	35,8%	1.624
	Subtotal	103	83,7%	3.766
Pessoas adultas com deficiência	Centro de Atendimento, Acompanhamento e Animação de pessoas com deficiência	2	1,6%	218
	Unidade de Reabilitação para deficientes profundos	1	0,8%	25
	Acolhimento Familiar de adultos com deficiência	*	*	*
	Centro de Atividades Ocupacionais	4	3,3%	350
	Lar Residencial	6	4,9%	141
	Residência Autónoma	1	0,8%	5
	Serviço de Apoio Domiciliário	2	1,6%	45
	Transporte de Pessoas com Deficiência ¹⁶	1	0,8%	320
	Subtotal	17	13,8%	1.104
Pessoas em situação de dependência	Apoio Domiciliário Integrado	0	0,0%	0
	Serviço de Apoio Domiciliário (Dependência)	0	0,0%	0
	Unidade de Apoio Integrado	0	0,0%	0
	Subtotal	0	0,0%	0
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	Fórum Sócio Ocupacional	2	1,6%	50
	Unidade de Vida Apoiada	0	0,0%	0
	Unidade de Vida Autónoma	0	0,0%	0
	Unidade de Vida Protegida	0	0,0%	0
	Subtotal	2	1,6%	50
Pessoas sem abrigo	Atelier Ocupacional	0	0,0%	0
	Centro de Acolhimento Temporário para Pessoas sem abrigo	1	0,8%	30
	Equipa de rua para pessoas sem abrigo ¹⁷	0	0,0%	0
	Subtotal	1	0,8%	30
TOTAL DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS NA ÁREA DA POPULAÇÃO ADULTA		123	100,0%	4.950

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

Siglas: * Informação não está disponível para consulta no website da Carta Social.

¹⁵ Anexo 3: Lista de *equipamentos sociais* com resposta na área da População adulta no Concelho de Coimbra.

¹⁶ Esta *resposta social* destina-se a crianças e jovens com deficiência bem como pessoas adultas com deficiência.

¹⁷ Embora não sejam disponibilizados dados sobre o número e capacidade desta *resposta social* no Concelho de Coimbra, existem diversos projetos de intervenção junto da população sem abrigo, conforme se irá abordar na temática desta população do presente documento.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera pessoa idosa, toda a pessoa com idade igual ou superior a 65 anos de idade, no caso de residentes em países desenvolvidos como Portugal.

De 2001 para 2011 o número da população idosa cresceu mais de 10% quer em Portugal e Região Centro quer no Concelho de Coimbra, traduzindo assim o envelhecimento demográfico da população.

De acordo com os últimos Censos, em 2011 no Concelho de Coimbra existiam 143.396 habitantes, dos quais 28.786 eram pessoas com 65 e mais anos de idade (20,1%), sendo que destes, 41% eram séniores do sexo masculino e 59% eram séniores do sexo feminino.

Importa ainda salientar, e de acordo com os dados dos Censos de 2011, que do total de pessoas idosas residentes no Concelho, cerca de 48% eram pessoas com mais de 74 anos de idade, sendo que destas se verifica uma maior prevalência de pessoas do sexo feminino (63,2%).

Por outro lado, enquanto que 73% das pessoas com idades compreendidas entre os 65 anos e os 74 anos de idade eram casadas, esta percentagem diminuiu consideravelmente para os 48,2% nas pessoas com idade superior a 74 anos de idade.

Atualmente, o Concelho de Coimbra dispõem de 4 tipos de *respostas sociais* cujo público-alvo são as pessoas idosas, havendo:

- 44 Serviços de Apoio Domiciliário (**SAD**);
- 31 Centros de Dia (**CD**);
- 23 Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (**ERPI**);
- 5 Centros de Convívio (**CC**).

Estes equipamentos sociais têm na sua totalidade uma capacidade para 1.624 pessoas idosas.

De salientar que, comparando o ano de 2013 com o ano de 2016, verificou-se um aumento em número das *respostas sociais* de SAD (+7), de ERPI (+4) e de CD (+1).

Em contrapartida, registou-se uma diminuição em número de CC (-1), comparando com o ano de 2013. De referir ainda que em 2013 existiam no Concelho de Coimbra 3 Centros de Noite que atualmente não se encontram ativos.

Através da análise da Tabela 45, pode constatar-se que das 18 unidades territoriais existentes no Concelho de Coimbra:

- A maioria das unidades territoriais (N.º=11) é abrangida por 2 ou 3 tipos de *respostas sociais* de apoio à população idosa;
- Apenas 3 unidades territoriais (freguesia de Santo António dos Olivais, U.F. de Coimbra e U.F. de Souselas e Botão) são abrangidas pelos 4 tipos de *respostas sociais* de apoio à população idosa;
- Apenas 2 unidades territoriais (U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas e U.F. de Taveiro, Ameal e Arzila) são abrangidas somente por um tipo de *resposta social* de apoio à população idosa.

É de salientar que a freguesia de Torres do Mondego, U.F. de São Martinho de Árvore e Lamarosa e a U.F. de Antuzede e Vil de Matos não dispõem de qualquer *resposta social* para este grupo populacional (Tabela 45), sendo que todas detêm os seus Índices de Envelhecimento superiores a 100, ou seja, existem mais pessoas idosas que crianças e jovens. Contudo, é de referir que as entidades de cariz social sediadas nas freguesias limítrofes asseguram o apoio adequado às necessidades deste grupo populacional residente nas freguesias supramencionadas.

Examinando a distribuição da Capacidade e da Taxa de Cobertura de cada *resposta social* destinada à população idosa, constata-se que as *respostas sociais* com maior Capacidade e Taxa de Cobertura são o SAD, o CD e a ERPI, que se podem encontrar em pelo menos 9 das 18 unidades territoriais concelhias, como se pode verificar na Tabela 45.

Relativamente às Taxas de Coberturas, é de realçar que em 1996, a OCDE traçou como patamar ideal as seguintes Taxas de Cobertura para as principais *respostas sociais* destinadas para a população idosa:

- **Taxa de Cobertura para ERPI: 4%;**
- **Taxa de Cobertura para CC: 2%;**
- **Taxa de Cobertura para CD: 4,5%.**

Contudo, **o Concelho de Coimbra assistiu em 2016 a uma Taxa de Cobertura de ERPI de 3,2%, de CC de 1% e de CD de 3,3%**, valores mesmo assim inferiores aos definidos pela OCDE para o ano de 1996.

Quanto ao panorama nacional, a Taxa de Cobertura média para ERPI, CD e SAD, de acordo com o último Relatório da Carta Social, atingiu em 2014 no total os 12,7%.

Ao calcular-se para o Concelho de Coimbra a Taxa de Cobertura de ERPI, CD e SAD ficou marcada em 2016 em 12,1%, valor é ligeiramente inferior à Taxa de Cobertura média para Portugal, mesmo tendo em atenção que o valor da Taxa de Cobertura média para Portugal corresponde ao ano de 2014.

Tabela 45: Capacidade (N.º) e Taxa de Cobertura (%) das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), Serviços de Apoio Domiciliário (SAD), Centros de Dia (CD) e Centros de Convívio (CC) em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra.

Unidades Territoriais do Concelho de Coimbra	Capacidade (N.º)				Taxa de Cobertura (%)			
	ERPI	SAD	CD	CC	ERPI	SAD	CD	CC
Almalaguês	36	40	40	0	4,7	5,3	5,3	0,0
Brasfemes	0	30	30	0	0,0	8,8	8,8	0,0
Ceira	0	40	40	0	0,0	4,4	4,4	0,0
Cernache	79	40	40	0	9,7	4,9	4,9	0,0
Santo António dos Olivais	171	278	72	20	2,2	3,5	0,9	0,3
São João do Campo	0	20	30	0	0,0	5,1	7,7	0,0
São Silvestre	10	50	30	0	1,9	9,3	5,6	0,0
Torres do Mondego	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
U.F. Antuzede e Vil de Matos	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
U.F. Assafarge e Antanhol	0	43	55	0	0,0	5,0	6,4	0,0
U.F. Coimbra	175	458	300	245	4,8	12,5	8,2	6,7
U.F. Eiras e São Paulo de Frades	103	170	80	0	3,7	6,1	2,9	0,0
U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	0	40	0	0	0,0	1,8	0,0	0,0
U.F. Souselas e Botão	45	110	45	25	4,6	11,2	4,6	2,6
U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0
U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	263	250	104	0	8,6	8,1	3,4	0,0
U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	0	0	35	0	0,0	0,0	3,8	0,0
U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	39	55	40	0	5,1	7,2	5,3	0,0
Total	921	1.624	941	290	3,2	5,6	3,3	1,0

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

De acordo com os dados da Tabela 46, o total da Taxa de Cobertura de *respostas sociais* destinadas à população idosa por cada unidade territorial do Concelho, são significativamente mais elevadas nas seguintes unidades territoriais:

- U.F. de Coimbra (32,1%);
- U.F. de Souselas e Botão (23,0%);
- U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades (20,1%).

Segundo a mesma tabela, as unidades territoriais beneficiadas com a mais elevada capacidade no que diz respeito à totalidade de *respostas sociais* existentes na área da população idosa são, por ordem decrescente de capacidade total, as seguintes:

- U.F. de Coimbra (N.º=1.178);
- U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades (N.º=617);
- Santo António dos Olivais (N.º=541).

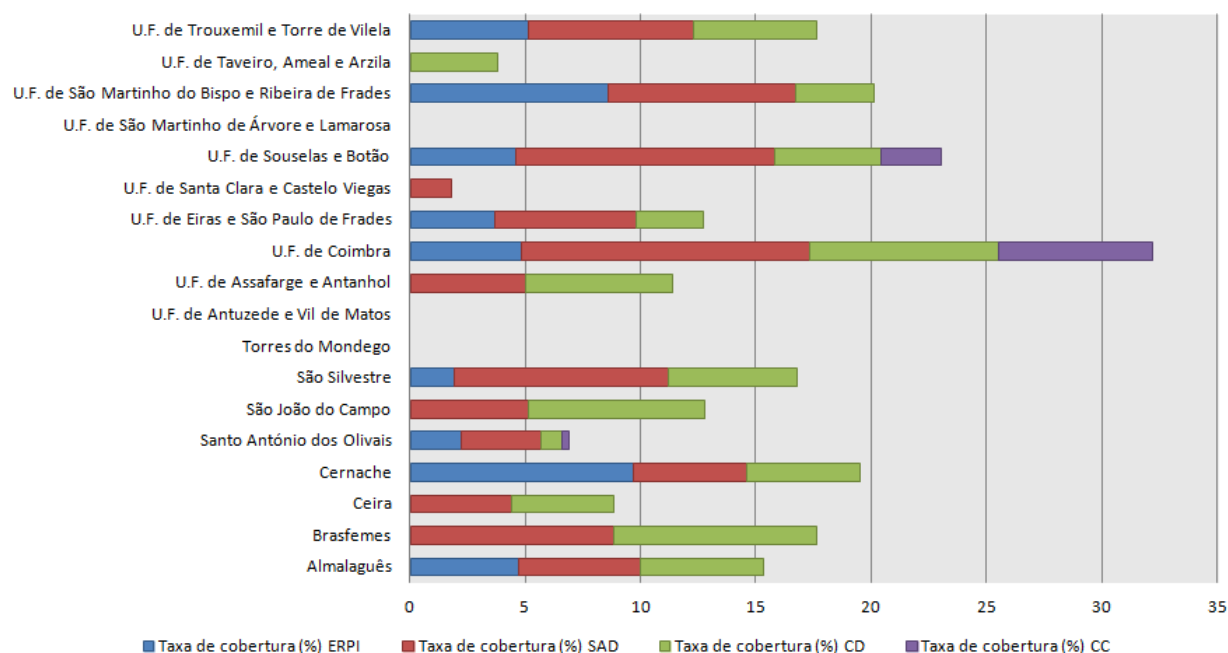
Tabela 46: Capacidade (N.º) e Taxa de Cobertura (%) total de *respostas sociais* destinadas à população idosa em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra.

Unidades Territoriais do Concelho de Coimbra	Capacidade (N.º)	Taxa de cobertura (%)
Almalaguês	116	15,3
Brasfemes	60	17,7
Ceira	80	8,8
Cernache	159	19,5
Santo António dos Olivais	541	6,8
São João do Campo	50	12,8
São Silvestre	90	16,7
Torres do Mondego	0	0,0
U.F. Antuzede e Vil de Matos	0	0,0
U.F. Assafarge e Antanhol	98	11,5
U.F. Coimbra	1.178	32,1
U.F. Eiras e São Paulo de Frades	353	12,8
U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	40	1,8
U.F. Souselas e Botão	225	23,0
U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	0	0,0
U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	617	20,1
U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	35	3,8
U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	134	17,6
Total	3.776	13,1

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

No Gráfico 4 é possível observar a distribuição pelo Concelho de Coimbra, e em cada uma das 18 unidades territoriais, das Taxas de Cobertura de ERPI, SAD, CD e em CC.

Gráfico 4: Taxa de Cobertura (%) das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), Serviços de Apoio Domiciliário (SAD), Centros de Dia (CD) e Centros de Convívio (CC) em cada unidade territorial do Concelho de Coimbra.



A freguesia de Torres do Mondego, a U.F. de São Martinho de Árvore e Lamarosa e a U.F. de Antuzede e Vil de Matos possuem Taxas de Cobertura nulas e a U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas, a U.F. de Taveiro, Ameal e Arzila e a freguesia de Santo António dos Olivais, embora disponham de *respostas sociais* para este grupo populacional, registam Taxas de Cobertura significativamente baixas, conforme se pode verificar no Gráfico 4.

De destacar ainda as seguintes conclusões ao Gráfico 4:

- A Taxa de Cobertura em ERPI é mais elevada em Cernache e na U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades;
- A Taxa de Cobertura em SAD é mais elevada na U.F. de Coimbra e na U.F. de Souselas e Botão;
- A Taxa de Cobertura em CD é mais elevada em Brasfemes e na U.F. de Coimbra.
- A Taxa de Cobertura em CC é mais elevada, e de forma contrastante, na U.F. de Coimbra, sendo notório Taxas de Cobertura nulas na grande maioria das unidades territoriais concelhias.

Relativamente à natureza jurídica de cada uma das *respostas sociais* existentes para a população idosa no Concelho, constata-se que a rede lucrativa abrange 1 CD, com capacidade para 12 utentes, 6 ERPI, com capacidade total para 166 utentes, e 9 SAD, com capacidade total para 331 utentes.

Deste modo, no âmbito concelhio o setor lucrativo tem atualmente capacidade para 509 utentes enquanto que a rede solidária expressa-se de forma mais significativa, tendo capacidade para 3.257 pessoas idosas, conforme se pode analisar na Tabela 47.

Tabela 47: Capacidade (N.º) e Taxa de Cobertura (%) de *respostas sociais*, da rede solidária e da rede lucrativa, destinadas à população idosa.

<i>Resposta social</i>	Capacidade (N.º)	Taxa de cobertura (%)
Centro de Convívio (rede solidária)	290	1,0%
Centro de Dia (rede solidária)	929	3,2%
Centro de Dia (rede lucrativa)	12	0,0%
ERPI (rede solidária)	745	2,6%
ERPI (rede lucrativa)	166	0,6%
Serviço de Apoio Domiciliário (rede solidária)	1.293	4,5%
Serviço de Apoio Domiciliário (rede lucrativa)	331	1,1%
Total	3.766	13,1%

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

Em suma, o Concelho de Coimbra disponibiliza atualmente 103 *equipamentos sociais* que detêm *resposta social* direta junto da população idosa, independentemente da natureza jurídica das mesmas.

De reforçar ainda que existem 3 unidades territoriais que atualmente não dispõem de qualquer *resposta social* da rede solidária para a sua população idosa. Contudo, nenhum destes territórios é

abrangido por respostas da rede lucrativa em alternativa à ausência de *respostas sociais* da rede solidária.

UNIVERSIDADES DE TERCEIRA IDADE / UNIVERSIDADES SÉNIORES

Para além de toda a panóplia de *respostas sociais* destinadas a pessoas idosas, existem ainda as Universidades de Terceira Idade/Universidades Sêniores, com uma procura crescente e que visam responder a uma população diferenciada face aos sêniores “característicos” dos CC. Estas procuram desenvolver atividades que promovem o envelhecimento ativo, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida, com disciplinas de diversas áreas temáticas, englobando também atividades físicas e culturais.

Atualmente, o **Concelho de Coimbra possui 3 Universidades Sêniores:**

- Universidade de Tempo Livre de Coimbra da ANAI: 226 alunos inscritos;
- APOSénior da APOJOVI: 300 alunos inscritos;
- Universidade Sénior do Mondego da Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional: 64 alunos inscritos.

OUTRAS RESPOSTAS E SERVIÇOS EXISTENTES PARA A POPULAÇÃO IDOSA

Para além das *respostas sociais* supramencionadas e das Universidades sêniores, é de realçar ainda a existência de entidades locais que desenvolvem respostas / serviços que têm como principal público-alvo a população idosa residente no Concelho de Coimbra, conforme se destaca na Tabela 48.

Tabela 48: Entidades com intervenção na área da população idosa.

Entidade	Descrição
Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados (APRe!)	A APRe! é uma associação que pretende contribuir activamente para uma organização da Sociedade portuguesa capaz de dignificar, respeitar e integrar os seus cidadãos mais idosos. Esta tem como missão a promoção da participação cívica na definição de políticas públicas visando uma sociedade mais justa e solidária, o fomento de ações que possam melhorar e dignificar a vida da população idosa, e a criação de relações de cooperação com outras associações ou entidades com fins similares.
Fundação Bissaya Barreto – Projeto SOS Pessoa Idosa	No âmbito do Projeto SOS Pessoa Idosa, a Fundação Bissaya Barreto desenvolve um conjunto de atividades de combate e de prevenção da violência contra a pessoa idosa. Este projeto contempla 3 eixos de intervenção: • <u>Atendimento telefónico (800 990 100)</u>: serviço de escuta, esclarecimento e apoio a vítimas de violência, que garante o anonimato das pessoas que apelam. • <u>Atendimento direto</u>: serviço de atendimento personalizado, desde que previamente marcado, em que a pessoa vítima de violência expõe a sua situação. Em caso de necessidade, é ainda possível a deslocação do técnico ao domicílio da pessoa. • <u>Mediação familiar</u>: prestação de apoio por um mediador familiar que visa cooperar, de forma confidencial e no respeito pela família, na construção de um acordo que melhor satisfaça os interesses das pessoas envolvidas.

Entidade (cont.)	Descrição (cont.)
Casa dos Pobres de Coimbra – Gabinete de Apoio às Pessoas Idosas e Cuidadores (GAPIC)	O projeto GAPIC assenta numa lógica de intervenção em Gerontologia Educativa, através da estimulação cognitiva da pessoa idosa de modo a contribuir para o retardamento dos quadros demenciais e de outras patologias associadas ao envelhecimento, da capacitação do cuidador para o cuidado e da realização de consultas psicológicas e a gerontomotricidade. Este projeto tem como área de intervenção todo o Concelho de Coimbra.
Centro de Acolhimento João Paulo II – Projeto Lado a Lado	O projeto Lado a Lado, através da parceria com a Associação Académica de Coimbra, tem como finalidade proporcionar momentos mais agradáveis entre a população idosa estudantes universitários com escassos recursos económico. Este projeto consiste em alojar (não obrigatoriamente) estudantes universitários com dificuldades socioeconómicas, nos domicílios de pessoas idosas, sem qualquer custo de alojamento para os estudantes. Deste modo, pretende-se combater o isolamento dos idosos residentes na Cidade de Coimbra, através do acompanhamento diário proporcionado pelos estudantes.
Centro de Acolhimento João Paulo II – Projeto Presença Amiga	O projeto Presença Amiga tem como principal objetivo prestar apoio a pessoas idosas e a pessoas que se encontrem em situação de isolamento social, promovendo as suas competências pessoais e relacionais. Visa igualmente apoiar as pessoas idosas que se encontrem no seu domicílio através da realização de atividades que contribuam para a gestão do seu quotidiano e que sejam fundamentais para o seu bem-estar, tais como ida ao supermercado, à farmácia, a consultas médicas, entre outras.
ATLAS (Delegação de Coimbra) – Projeto Velhos Amigos	O projeto Velhos Amigos visa apoiar, em regime de voluntariado, pessoas idosas residentes na Cidade de Coimbra em situação de carência económica e/ou isolamento e solidão. Este projeto dá diferentes respostas às pessoas idosas, nomeadamente: • Distribuição de refeições quentes ao fim de semana; • Promoção de laços afetivos fortes e estáveis; • Monitorização gratuita do estado de saúde, através de uma equipa de enfermeiros; • Acesso a consultas gratuitas de apoio jurídico, oftalmologia e medicina dentária; • Apoio psicológico, através de uma equipa especializada em Psicogerontologia; • Acesso a cuidados de imagem e bem-estar; • Realização de pequenas reparações, obras e conservação das habitações, através de parcerias.

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra - Divisão de Educação e Ação Social, janeiro de 2017.

Pessoas adultas com deficiência

As pessoas com deficiência e/ou incapacidade enfrentam dificuldades acrescidas em todos os planos existenciais, refletindo-se na diminuição de oportunidades no acesso à educação, ao emprego e a todos os outros meios de socialização e de autonomização de vida.

De acordo com a Lei N.º 38/2004, de 18 de agosto, entende-se por pessoa com deficiência *“aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas suscetíveis de, em conjugação com os fatores do meio, lhe limitar ou dificultar a atividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas.”*.

Embora o conceito de “deficiência” não disponha de uma definição única e clara, esta traduz-se resumidamente na ausência ou disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatómica. A

deficiência pode ser tipificada como sendo mental, motora/física, auditiva, visual ou múltipla (quando associa mais do que um tipo de deficiência).

A **população com deficiência constitui um dos subgrupos populacionais mais vulneráveis às situações de pobreza e exclusão social**, sendo o papel das redes formais fundamental para a inclusão social e para a promoção do exercício dos seus direitos humanos.

As respostas formais de apoio social dirigidas às pessoas com deficiência têm como objetivos principais a promoção da valorização pessoal, o desenvolvimento de autoestima e de autonomia e a integração social.

No Concelho de Coimbra existem atualmente 17 *equipamentos sociais* cujo âmbito de ação incide particularmente na pessoa com deficiência, representando 13,8% do total de respostas disponíveis à população adulta:

- **2 Centros de Atendimento, Acompanhamento e Animação de pessoas com deficiência;**
- **1 Unidade de Reabilitação para Deficientes profundos;**
- **4 Centros de Atividades Ocupacionais;**
- **6 Lares Residenciais;**
- **1 Residência Autónoma;**
- **2 Serviços de Apoio Domiciliário;**
- **1 Transporte de Pessoas com Deficiência** (destina-se para crianças assim como para adultos).

A totalidade destas respostas possui uma capacidade para 784 pessoas com deficiência, sendo todas desenvolvidas por IPSS.

De salientar que não foi possível recolher dados relativamente ao Acolhimento Familiar de adultos com deficiência.

Tabela 49: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas *respostas sociais* destinadas a pessoas adultas com deficiência no Concelho de Coimbra.

<i>Resposta social</i>	<i>Nome do Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)	Utentes com acordo (N.º)
Centro de Atendimento, Acompanhamento e Animação de pessoas com deficiência	Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO)	145	50
	Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares – Delegação da Região Centro	73	29
	Subtotal	218	79
Unidade de Reabilitação para Deficientes profundos	APCC – Quinta da Conraria	25	25
	Subtotal	25	25
Centro de Atividades Ocupacionais	APPACDM - Centro de São Silvestre	150	123
	APPDA - Associação Portuguesa para as Perturbações de Desenvolvimento e Autismo de Coimbra	10	10
	APCC – Quinta da Conraria	160	144
	Associação de Famílias Solidárias com a Deficiência	30	28
	Subtotal	350	305
Lar Residencial	APPACDM – Rua Machado Castro	10	10
	APCC – Unidade I - Celas	20	18
	APCC – Unidade II - Celas	20	18
	APPACDM – São Silvestre	19	15
	APCC – Quinta da Conraria	60	50
	Associação de Famílias Solidárias com a Deficiência	12	11
	Subtotal	141	122
Residência Autónoma	APPDA	5	5
	Subtotal	5	5
Serviço de Apoio Domiciliário	APCC	35	35
	APPACDM	10	10
	Subtotal	45	45
Transporte de Pessoas com deficiência	APCC	**	*
	Subtotal	**	*
Total		784	581

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

Símbolos: * Informação não está disponível para consulta no website da Carta Social.

** Estes dados já foram contemplados na temática das crianças e jovens com deficiência.

A maioria das unidades territoriais não dispõe de *equipamentos sociais* com *respostas sociais* para adultos com deficiência, sendo que as que existem se localizam na freguesia de Santo António dos Olivais (N.º=5), na freguesia de São Silvestre (N.º=2), na freguesia de Torres do Mondego (N.º=1), na U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas (N.º=7) e na U.F. de Coimbra (N.º=2).

Contudo, não se deverá inferir que a inexistência de *respostas sociais* nas restantes unidades territoriais significa a efetiva ausência de respostas para a população deficiente aí residente, isto porque a área geográfica de influência é maioritariamente concelhia.

PRODUTOS DE APOIO

É ainda pertinente abordar que as pessoas com deficiência ou incapacidade podem ainda usufruir de atribuição ou financiamento de produtos de apoio.

O Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA), criado pelo Decreto-Lei N.º93/2009, de 16 de abril, alterado pelo Decreto-Lei N.º42/2011, de 23 de março, veio substituir o anterior Sistema Supletivo de Prescrição e Financiamento de Ajudas Técnicas e Tecnologias de Apoio. Este tem como objetivo a comparticipação dos custos com a aquisição de produtos de apoio com o fim de compensar, atenuar ou neutralizar as limitações de atividade e restrições de participação decorrentes da interação entre as alterações funcionais ou estruturais, de caráter temporário ou permanente, e as condições do meio.

As entidades intervenientes no SAPA são:

- O Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. enquanto entidade gestora.
- A Direção-Geral da Educação, a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. e o Instituto da Segurança Social, I.P. enquanto entidades financiadoras, e a Direção-Geral da Saúde.
- Entidades prescritoras:
 1. Os hospitais e outras entidades indicadas pelo Ministério da Saúde;
 2. Centros de Saúde;
 3. Centros Especializados indicados pelo Instituto de Segurança Social, I. P.;
 4. Centros de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial;
 5. Centros de Recursos credenciados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., para apoio e suporte à intervenção da rede de serviços de emprego no domínio da deficiência e da reabilitação profissional;
 6. Outras entidades, formalmente reconhecidas enquanto tal pelos serviços financiadores.

A análise do processo de atribuição será sujeita à verificação da necessidade e/ou impacto que o produto de apoio terá para a pessoa que solicita, no contexto da sua vida quotidiana.

Pelo Despacho Conjunto 407/98, de 15 de maio, da Ministra da Saúde e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, foram criadas as respostas integradas que compreendem o **Apoio Domiciliário Integrado** e as **Unidades de Apoio Integrado**, dirigidas a pessoas em situação de dependência.

O objetivo destas *respostas sociais* dirigidas às pessoas em situação de dependência prende-se essencialmente com uma intervenção articulada de apoio social e de promoção de cuidados de saúde de forma continuada com vista a promover a autonomia das pessoas (privilegiando a prestação de cuidados no domicílio) e o reforço das capacidades e competências das famílias para lidar com essas situações.

Embora o Concelho de Coimbra atualmente não possua atualmente qualquer *resposta social* destinada a indivíduos em situação de dependência (Apoio Domiciliário Integrado e/ou Unidade de Apoio Integrado), não implica que estas pessoas, independentemente do grau de dependência, se encontrem totalmente desprotegidas e sem respostas formais de apoio social.

De facto, é comum verificar-se que, em determinadas situações, e devidamente fundamentadas, estão a ser integradas pessoas com dependência física ou mental com idade inferior a 65 anos de idade em *respostas sociais* destinadas a séniores, nomeadamente SAD, ERPI, entre outras.

CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

Outro recurso existente no Concelho, cujo público-alvo são pessoas com algum grau de dependência, são os Cuidados Continuados Integrados.

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), criada pelo Decreto-Lei N.º 101/2006, de 6 de junho, tem como destinatários todas as pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência e que necessitam de cuidados continuados de saúde e de apoio social, de natureza preventiva, reabilitadora ou paliativa, prestados por unidades de internamento, unidades de ambulatório, equipas hospitalares e equipas domiciliárias prestadoras de cuidados continuados integrados.

Com a implementação de respostas integradas de saúde e de apoio social, a RNCCI veio reforçar o apoio a pessoas em situação de dependência que, embora não se justifique a continuidade em internamento hospitalar, não reúnem condições de regresso imediato ao domicílio.

A RNCCI é constituída por unidades e equipas de cuidados continuados de saúde e de apoio social, com origem nos serviços comunitários de proximidade, abrangendo Hospitais, Centros de Saúde, serviços distritais e locais de Segurança Social, rede solidária e as Autarquias locais.

No âmbito da RNCCI, existem 15 unidades no ACeS Baixo Mondego, composto por unidades do Concelho de Mortágua, Cantanhede, Mira, Mealhada, Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho, Penacova e Coimbra. Conforme revelado na Tabela 50, **o Concelho de Coimbra dispõem de 6 unidades de cuidados continuados integrados** com capacidade total para:

- **Unidades de Convalescença: 110 utentes**

Unidade de internamento, independente, integrada num hospital de agudos ou noutra instituição se articulada com um hospital de agudos, para prestar tratamento e supervisão clínica, continuada e intensiva, e para cuidados clínicos de reabilitação, na sequência de internamento hospitalar originado por situação clínica aguda, recorrência ou descompensação de processo crónico por finalidade a estabilização. Tem por finalidade a estabilização clínica e funcional, a avaliação e a reabilitação integral da pessoa com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável e que não necessita de cuidados hospitalares de agudos.

- **Unidades de Média Duração e Reabilitação: 209 utentes**

Unidade de internamento, com espaço físico próprio, articulada com o hospital de agudos para a prestação de cuidados clínicos, de reabilitação e de apoio psicossocial, por situação clínica decorrente de recuperação de um processo agudo ou descompensação de processo patológico crónico, a pessoas com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável. Tem por finalidade a estabilização clínica, a avaliação e a reabilitação integral da pessoa que se encontre na situação prevista no número anterior. Com uma previsibilidade de internamento superior a 30 e inferior a 90 dias consecutivos, por cada admissão.

- **Unidade de Longa Duração e Manutenção: 243 utentes**

Unidade de internamento, de carácter temporário ou permanente, com espaço físico próprio para prestar apoio social e cuidados de saúde de manutenção a pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência e que não reúnam condições para serem cuidados no domicílio. A Unidade de Longa Duração e Manutenção tem por finalidade proporcionar cuidados que previnam e retardem o agravamento da situação de dependência, favorecendo conforto e qualidade de vida, por um período de internamento superior a 90 dias consecutivos. Esta unidade pode proporcionar o internamento, por período inferior ao previsto no número anterior, em situações temporárias,

decorrentes de situações de apoio familiar ou necessidade de descanso do principal cuidador, até 90 dias por ano.

- **Unidade de Paliativos: 14 utentes**

Unidade de internamento com espaço físico próprio, preferencialmente, localizada num hospital para acompanhamento, tratamento e supervisão clínica a doentes em situação clínica complexa e de sofrimento, decorrentes de doença severa ou avançada, incurável e progressiva, nos termos do consignado no Programa Nacional de Cuidados Paliativos do Plano nacional de Saúde.

Tabela 50: Número (N.º) de Unidades de Cuidados Continuados Integrados existentes e a sua capacidade (N.º) por Concelhos do ACeS Baixo Mondego.

Concelhos	Unidade	UC	UMDR	ULDM	UP
Mortágua	Santa Casa da Misericórdia de Mortágua		15	12	
Cantanhede	Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede			25	14
	Hospital Arcebispo João Crisóstomo	30			
	Hospital Rovisco Pais	30			
Mira	Centro de Desenvolvimento Educativo de Cantanhede, Lda. (Lagoa de Mira)		30	20	
Mealhada	Santa Casa da Misericórdia de Mealhada		30		
Condeixa-a-Nova	Doce Viver, Lda			19	
Montemor-o-Velho	Santa Casa da Misericórdia de Pereira		5	25	
Penacova	Solar BillaDonnes Lar de 3ª Idade, Lda.		19	25	
Coimbra	Casa de Repouso de Coimbra		25		
	Cáritas Diocesana de Coimbra			37	
	O FAROL – Cáritas Diocesana de Coimbra			14	
	Unidade de Saúde de Coimbra	20	30	20	
	Residências Montepio – Serviços de Saúde, S.A.	30	40	20	
	Domus Vitae (Lorsenior – Atividades Sociais, Lda.)		15	26	
Total		110	209	243	14

Fonte: Plano de Desempenho 2015 do ACeS Baixo Mondego.

Ainda no âmbito dos Cuidados Continuados Integrados, destaca-se as Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) as quais prestam cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo, e atua ainda na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção.

De salientar que as Unidades de Cuidados Continuados Integrados são uma alternativa que visa promover a autonomia e melhorar a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, contudo esta é uma resposta temporária e, portanto, não se assume como uma resposta de acolhimento permanente.

No âmbito do apoio social, foram também criadas respostas dirigidas as pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, assumindo várias modalidades: Unidade de Vida Protegida, Unidade de Vida Apoiada, Unidade de Vida Autónoma e Fórum Sócio Ocupacional.

O objetivo destas *respostas sociais* consiste na intervenção integrada do apoio social e dos cuidados de saúde de forma contínua dirigidos às pessoas em situação de doença mental grave de que resulte uma incapacidade psicossocial, e que se encontrem em situação de dependência física, psíquica ou social, transitória ou permanente. Estas respostas visam a reabilitação, a promoção da autonomia e a integração sociofamiliar e profissional.

No Concelho de Coimbra existem 2 equipamentos sociais que dão resposta a este grupo populacional, apenas no âmbito de Fórum Sócio Ocupacional, com capacidade total para 50 utentes, conforme se pode verificar na Tabela 51.

Tabela 51: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas *respostas sociais* destinadas a pessoas adultas com doença do foro mental ou psiquiátrico no Concelho de Coimbra.

<i>Resposta social</i>	<i>Nome do Equipamento social</i>	<i>Capacidade (N.º)</i>	<i>Utentes com acordo (N.º)</i>
Fórum Sócio Ocupacional	Celium	10	5
	Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares – Delegação da Região Centro	40	40
	Subtotal	50	45
Total		50	45

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

De salientar que **no Concelho de Coimbra não existem quaisquer respostas sociais que visem o acolhimento de pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, sendo que frequentemente estas acabam por ser admitidas em ERPI.**

Muito embora, não existam *respostas sociais* de acolhimento para este grupo populacional, é de salientar que no Concelho de Coimbra existem 2 estruturas disponibilizadas pelo CHUC - **Hospital da Universidade de Coimbra** e o **Hospital Sobral Cid** -, as quais possuem serviços, tais como Unidades de Internamento, Hospital de Dia e outras unidades, que procuram dar resposta às necessidades de pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico.

Considera-se pessoa sem abrigo *“aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou paradeiro em local precário, ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito”* (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem abrigo 2017-2023).

Esta definição não inclui portanto apenas pessoas sem teto, mas também aquelas que se encontram em situação precária ou em risco de ficar sem alojamento.

Devido ao nomadismo deste grupo populacional, considera-se que se torna mais complexo a obtenção de uma caracterização rigorosa da população sem abrigo no Concelho de Coimbra, dificultando deste modo a compreensão da extensão deste fenómeno.

No entanto, foi possível recolher alguns dados junto de algumas entidades que prestam apoio à população sem abrigo, possibilitando assim conhecer, ainda com algumas limitações, esta problemática no Concelho de Coimbra.

Deste modo, e de acordo com o conceito de pessoa sem abrigo, definido na Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem abrigo 2017-2023, estima-se que em 2016 existiam no Concelho de Coimbra 650 pessoas nesta condição, abrangendo pessoas sem teto, sem casa e em risco. A maioria eram pessoas sem casa ou sem teto, à semelhança do que se verificou em 2012 (Tabela 52).

É de salientar que, do número total de pessoas sem abrigo no Concelho de Coimbra, **existem entre 20 a 25 pessoas a pernoitar debaixo de pontes, em carros, estacionamento, jardins e em acessos a edifícios públicos e privados.**

Tabela 52: Número (N.º) de pessoas em situação de sem abrigo em 2012 e em 2016.

	Período de referência dos dados			
	2012		2016	
	N.º	%	N.º	%
População em situação de sem abrigo (Total)	739	100%	678	100%
Sem teto ¹⁸	269	36,4%	173	25,5%
Sem casa ¹⁹	299	40,5%	147	21,7%
Em risco ²⁰	171	23,1%	322	47,5%
Sem informação	-	-	36	5,3%

Fonte: PISACC (2016).

¹⁸ O termo “sem teto” diz respeito a todas as pessoas que vivem no espaço público, alojadas em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem abrigo 2017-2023).

¹⁹ O termo “sem casa” diz respeito a pessoas que se encontram em alojamento temporário para o efeito (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem abrigo).

²⁰ O termo “em risco” diz respeito a pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconómica e dependentes de entidades locais para a sua sobrevivência.

Relativamente à caracterização por sexo deste grupo populacional, e conforme a Tabela 53, concluiu-se que em 2016, à semelhança do que se verificou em 2012, mais de 80% da população em situação de sem abrigo era do sexo masculino (Tabela 53).

Tabela 53: Número (N.º) de pessoas em situação de sem abrigo, por sexo, em 2012 e em 2016.

	Período de referência dos dados			
	2012		2016	
	N.º	%	N.º	%
População em situação de sem abrigo (Total)	739	100%	678	100%
Homens	607	82,1%	544	80,2%
Mulheres	132	17,9%	133	19,6%
Sem informação	-	-	1	0,2%

Fonte: PISACC (2016).

De acordo com as informações prestadas pelas entidades que apoiam a população em situação de sem abrigo, reconhece-se que:

- Os principais fatores conducentes à situação de sem abrigo são a **ausência prolongada de inserção profissional ou insuficiência ou ausência de rendimentos, existência de doenças do foro mental ou psiquiátrico, ou relações familiares desestruturadas;**
- A grande maioria dos rendimentos provém do **Rendimento Social de Inserção (RSI) e pensões de baixo valor.** Contudo, **existe um número considerável de pessoas sem qualquer rendimento, situação frequentemente associada a penalizações por incumprimento de medidas de proteção social,** tais como o RSI;
- A grande maioria das pessoas em situação de sem abrigo apresenta **problemas de consumos de substâncias psicoativas ou doenças do foro mental ou psiquiátrico;**
- Um **elevado número de pessoas em situação de sem abrigo são de nacionalidade portuguesa,** existindo um número mais reduzido de pessoas de nacionalidade romena ou ucraniana.

Atualmente, no Concelho de Coimbra existe 1 *equipamento social* tipificado como **Centro de Acolhimento Temporário para Pessoas sem abrigo**, com capacidade total para 30 utentes (Tabela 54).

Tabela 54: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas *respostas sociais* destinadas a pessoas em situação de sem abrigo no Concelho de Coimbra.

Resposta social	Nome do Equipamento social	Capacidade (N.º)	Utentes com acordo (N.º)
Centro de Acolhimento Temporário para Pessoas sem abrigo	Casa Abrigo Padre Américo - Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco	30	30
Total		30	30

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

De salientar ainda, que o Concelho de Coimbra conta ainda com outros *equipamentos sociais* que, embora não estejam tipificados como Centros de Acolhimento Temporário para Pessoas em situação de sem abrigo, permitem o acolhimento de pessoas em situação de sem abrigo, nomeadamente o Centro de Acolhimento e Inserção Social (CAIS) da Associação Integrar e o Centro de Alojamento Temporário “O FAROL” da Cáritas Diocesana de Coimbra.

PROJETO DE INTERVENÇÃO COM OS SEM ABRIGO DO CONCELHO DE COIMBRA (PISACC)

O Concelho de Coimbra dispõem de uma parceria denominada de Projeto de Intervenção com os sem abrigo do Concelho de Coimbra (PISACC) que se constitui como o grupo operativo responsável pelo acompanhamento das situações, bem como pela articulação entre as várias instituições que o constituem, de forma a otimizar os recursos disponíveis e a evitar a sobreposição e/ou sobrecarga de respostas. Assim, procura, de forma organizada e articulada, facilitar intervenções multidisciplinares e multissetoriais que respondam às necessidades biopsicossociais das pessoas em acompanhamento.

As reuniões do PISACC constituem um espaço privilegiado para a discussão de casos (conhecidos e novos), atribuição de um gestor de caso e planeamento de estratégias de intervenção para cada situação sinalizada.

O PISACC é atualmente composto pelas seguintes entidades:

- Assistência Médica Internacional (AMI) – Porta Amiga de Coimbra;
- Associação das Cozinhas Económicas da Rainha Santa Isabel;
- Associação Integrar;
- Associação Nacional de Apoio a Jovens (ANAJovem);
- Associação Todos pelos Outros (ATPO);
- Câmara Municipal de Coimbra (CMC);
- Cáritas Diocesana de Coimbra;
- Centro de Acolhimento João Paulo II de Coimbra (CAJPII);
- Centro de Apoio ao Sem Abrigo (CASA);
- Centro Distrital de Coimbra – ISS, IP.;
- Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco - Casa Abrigo Padre Américo.

Seguidamente, apresenta-se um breve resumo das atividades desenvolvidas pelas entidades que compõem o PISACC.

A. Assistência Médica Internacional (AMI) – Porta Amiga de Coimbra

A AMI, através do Centro Porta Amiga de Coimbra, apoia população sem abrigo, famílias desfavorecidas, desempregados de longa duração e outros grupos em risco de exclusão social (pessoas toxicodependentes, pessoas alcoólicas ou pessoas em rutura familiar, entre outros). Para além do apoio social, psicológico, jurídico e médico, dedica-se igualmente ao apoio ao nível da satisfação de necessidades, tais como o tratamento de roupas, higiene pessoal e alimentação.

B. Associação das Cozinhas Económicas da Rainha Santa Isabel

A Associação das Cozinhas Económicas da Rainha Santa Isabel garante alimentação à população económica e/ou socialmente desfavorecida ou com outras problemáticas tais como pessoas em situação de sem abrigo, toxicodependentes, entre outras.

C. Associação Integrar

A Associação Integrar, através do Centro de Acolhimento e Inserção Social (CAIS), desenvolve um conjunto de ações de apoio às necessidades básicas de pessoas em situação de exclusão social, visando a sua inserção social. Detém ainda uma Equipa de Apoio Social Direta que intervém junto da população toxicodependente e suas famílias, assim como pessoas em situação de sem abrigo. A Associação Integrar efetua igualmente atendimento, apoio psicológico e acompanhamento individual ou a famílias em situações de vulnerabilidade social.

D. Associação Nacional de Apoio a Jovens (ANAJovem)

A ANAJovem possui um apartamento de Reinserção Social destinada a ex-toxicodependentes que se deparam com o problema de reinserção social, funcionando temporariamente como um apoio na fase de transição social, familiar, escolar ou profissional. Conta ainda como uma Equipa de Intervenção Direta cujo âmbito de intervenção se destina a pessoas com problemas de toxicodependência e suas famílias. Dispõe também de uma Comunidade Terapêutica dirigida a mulheres grávidas e mães com filhos até aos 10 anos de idade.

E. Associação Todos pelos Outros (ATPO)

A ATPO, por intermédio de equipas de intervenção direta ou equipas de rua, apoia pessoas carenciadas através da recolha e distribuição de bens considerados essenciais (alimentos, roupas, calçado e outros bens similares). No âmbito do apoio à população sem abrigo, auxilia de forma voluntária através da

distribuição uma vez por semana de uma refeição, procedendo ainda à sinalização de novos casos de pessoas em situação de sem abrigo para as entidades adequadas.

F. Câmara Municipal de Coimbra (CMC)

A Câmara Municipal de Coimbra tem uma Equipa Móvel de Intervenção Social que realiza uma vez por semana giros de rua a pessoas em situação de sem abrigo, distribuindo um suplemento alimentar assim como presta apoio social, sinalizando e encaminhando estas pessoas para entidades que possam colmatar algumas necessidades identificadas.

G. Cáritas Diocesana de Coimbra

A Cáritas Diocesana de Coimbra, através da sua Equipa de Rua REDUZ que promove a troca de material de consumo de substâncias psicoativas junto da população toxicodependente assim como disponibiliza, em espaço físico, balneários para satisfação da higiene pessoal, cuidados básicos de enfermagem e bens essenciais, tais como alimentos e roupas.

O Centro de Alojamento Temporário “O FAROL” é outra das respostas que a Cáritas Diocesana de Coimbra dispõe e que acolhe pessoas em situação de sem abrigo, funcionando permanentemente com serviço de alimentação e tratamento de roupa, bem como promove atividades de carácter lúdico e terapêutico. Esta estrutura acolhe diariamente 30 pessoas em regime noturno e 30 pessoas em regime diurno.

H. Centro de Acolhimento João Paulo II de Coimbra (CAJPII)

O Centro de Acolhimento João Paulo II de Coimbra (CAJPII) presta apoio a pessoas e/ou famílias de nacionalidade portuguesa e estrangeira que se encontram em situação de pobreza e exclusão social. O CAJPII abrange diversas áreas de intervenção, tais como apoio financeiro pontual, distribuição de bens alimentares e outros bens essenciais, apoio psicológico e jurídico, entre outros. Relativamente às pessoas em condição de sem abrigo, o apoio é prestado através de uma Equipa de Intervenção Direta que garante apoio social, psicológico e de saúde, satisfazendo também as suas necessidades básicas mais imediatas a nível de alimentos e roupas.

I. Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (CASA)

O Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (delegação de Coimbra), com as suas equipas de voluntários, apoia pessoas em situação de sem abrigo e famílias carenciadas através da distribuição de roupas, produtos de higiene pessoal, e outros bens similares. Através de giros de rua distribui ainda, uma vez por semana, uma refeição quente.

J. Centro Distrital de Coimbra – ISS, IP.

Além das competências na área de apoio a populações mais desfavorecidas, destaca-se ainda o atendimento social, o atendimento de emergência social assim como o serviço de emergência social através da Linha 144. Este último serviço é frequentemente utilizado pelas diversas entidades que intervêm junto de população em situação de sem abrigo.

K. Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco - Casa Abrigo Padre Américo

A Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, através da Casa Abrigo Padre Américo, acolhe pessoas em situação de sem abrigo e imigrantes. Esta estrutura detém capacidade total para acolher 30 pessoas.

Todas estas entidades desenvolvem atividade na área da população em situação de sem abrigo, muito embora existam outras que, mesmo não estejam integradas no PISACC, desenvolvem um trabalho notório junto desta população.

De realçar que, no Concelho de Coimbra, o apoio à população em situação de sem abrigo transpõe as típicas respostas institucionais, nomeadamente através do trabalho desenvolvido nos giros de rua efetuado por diferentes entidades.

Tabela 55: Distribuição semanal dos giros de rua a pessoas em situação de sem abrigo.

Dia da semana	Entidade
Segunda-feira	Associação Integrar
Quarta-feira	Câmara Municipal de Coimbra (CMC)
Sexta-feira	Centro de Acolhimento João Paulo II de Coimbra (CAJPII)

Fonte: PISACC (2016).

CENTRO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (CMIS)

O Centro Municipal de Integração Social (CMIS) é um espaço de cariz informal, simples e de partilha que procura responder às necessidades de pessoas que apresentam um elevado nível de vulnerabilidade e carência económica, revelando-se o início da materialização da necessária mudança de paradigma. Está situado no Pátio da Inquisição, n.º 2, 4 e 6, em Coimbra, com 2 pisos, tendo no rés-do-chão, uma sala e uma instalação sanitária, e um 1.º andar, com uma sala, totalizando a área de 166,45m². O CMIS é gerido pela Associação “Casa” (tendo em conta o seu *know how*), que assume o papel de “recetor”/facilitador da ação das outras entidades que exercem ou poderão exercer atividade neste espaço.

As entidades que asseguram o funcionamento diário do espaço são: a Associação “CASA”, a Associação Integrar, a Associação Nacional de Apoio a Jovens – ANAJovem, a Associação Todos pelos Outros, a Câmara Municipal de Coimbra, o Centro de Acolhimento João Paulo II, a Cultural – associação de apoio ao desenvolvimento das Casas Novas e o Ninho da Mariazinha. Não obstante, a utilização do espaço pode também ser feita pelas restantes entidades que integram o PISACC ou, ainda, outras entidades que, eventualmente, pretendam aderir a este modelo de intervenção.

O CMIS tem como funções:

- Garantir apoio alimentar (reforço alimentar noturno e não distribuição de bens alimentares);
- Permitir o atendimento a pessoas em situação de risco social e económico, motivar para o início ou reinício do processo de mudança da sua condição de vida e/ou prestar informações importantes para o acesso a bens e serviços;
- Possibilitar o apoio psicológico, bem como a aproximação dos serviços de saúde mental;
- Ser um local de realização de ações de formação, informação ou ocupação, rastreios médicos pontuais, intervenção primária ao nível da saúde;
- Servir como ponto de encontro para voluntários (cidadãos, estudantes universitários, entre outras) que manifestam a sua vontade em ajudar.

Desde a sua abertura, a 4 de Julho, e até ao dia 31 de Agosto, o CMIS acolheu 249 pessoas em situação de carência económica e/ou exclusão social, servindo um total de 2821 refeições ou reforços alimentares, numa média diária de cerca de 49. Apesar da típica flutuação nesta população, contam-se 17 pessoas com frequência diária acima dos 70% durante o mês de Agosto.

Além deste aspeto mais relacionado com a alimentação, o CMIS tem permitido de forma claramente otimizada uma avaliação sobre a situação socioeconómica das pessoas que a ele recorrem bem como o seu encaminhamento, mais pronto e adequado às reais necessidades avaliadas, bem como uma articulação cada vez mais próxima entre as instituições.

Distribuição semanal das entidades que atuam no CMIS

Dia da semana	Entidade
Segunda-feira	Associação Nacional de Apoio a Jovens (ANAJovem)
Terça- feira	Associação Todos pelos Outros (ATPO)
Quarta-feira	Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (CASA)
Quinta-feira	Associação Integrar
Sexta-feira	Centro de Acolhimento João Paulo II de Coimbra (CAJPII)
Sábado	“Cultural” – ASSOCIAÇÃO PARA O Desenvolvimento das Casas Novas O Ninho da Mariazinha
Domingo	Associação Todos pelos Outros (ATPO) Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (CASA)

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Educação e Ação Social (2017).

5.2.3. Família e Comunidade

Atualmente, no Concelho de Coimbra existem 38 *respostas sociais* destinadas às famílias e comunidade em geral, tendo estas como público-alvo pessoas em situação de pobreza e exclusão social, pessoas toxicodependentes, pessoas com VIH/SIDA e vítimas de violência doméstica (Tabela 56):

- **Famílias e comunidade em geral:** 30 *equipamentos sociais*;
- **Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias:** 2 *equipamentos sociais*;
- **Pessoas toxicodependentes:** 5 *equipamentos sociais*;
- **Pessoas vítimas de violência doméstica:** 1 *equipamento social*.

Tabela 56: Número (N.º) de *equipamentos sociais* e capacidade total (N.º) na área da Família e Comunidade²¹ no Concelho de Coimbra, tendo em conta o tipo de *resposta social*.

Público-alvo	Resposta social	N.º de Equipamentos	Distribuição Percentual (%)	Capacidade total (N.º)
Família e comunidade em geral	Atendimento/Acompanhamento Social	2	5,3%	510
	Centro Comunitário	3	7,9%	1.311
	Ajuda alimentar a carenciados	2	5,3%	*
	Centro de Alojamento Temporário	2	5,3%	80
	Centro de Apoio a Vida	1	2,6%	200
	Centro de Férias e Lazer	0	0%	0
	Comunidade de Inserção	3	7,9%	217
	Comunidade de Inserção para Mulheres em risco	2	5,3%	35
	Grupo de Autoajuda	1	2,6%	45
	Refeitório Social	2	5,3%	835
	Cantina Social	12 ²²	31,6%	411
	Subtotal	30	78,9%	3.644
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	Centro Atendimento/Acompanhamento Psicossocial	2	5,3%	282
	Residência para Pessoas com VIH/SIDA	0	0%	0
	Serviço de Apoio Domiciliário (VIH/SIDA)	0	0%	0
	Subtotal	2	5,3%	282
Pessoas Toxicodependentes	Apartamento de Reinserção Social	2	5,3%	16
	Equipa de Intervenção Direta	3	7,9%	153
	Subtotal	5	13,2%	169
Pessoas vítimas de violência doméstica	Casa de abrigo	0	0%	0
	Centro Atendimento/Acompanhamento Psicossocial	1	2,6%	50
	Subtotal	1	2,6%	50
TOTAL DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS NA ÁREA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE		38	100%	4.185

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

Siglas: * Sem dados disponíveis.

²¹ Anexo 4: Lista de *equipamentos sociais* com resposta na área da Família e Comunidade no Concelho de Coimbra.

²² Atualmente, embora existam 12 cantinas sociais protocoladas com a Segurança Social, é de salientar que se encontram em funcionamento 11 equipamentos.

A rede de equipamentos e *respostas sociais* existentes no Concelho de Coimbra, na área da Família e Comunidade em geral, engloba um leque de respostas e serviços muito diferenciados e polivalentes, no intuito de satisfazerem uma multiplicidade de necessidades, nomeadamente económicas, sociais, entre outras.

No Concelho de Coimbra destacam-se, no âmbito da Família e Comunidade em geral, as *respostas sociais* direcionadas para o apoio alimentar (Ajuda alimentar a carenciados, Refeitório Social e Cantina Social), correspondendo a 42,2% da totalidade de *respostas sociais* existentes para o grupo de respostas de Família e Comunidade.

Como referido anteriormente, as *respostas sociais* para o apoio alimentar são as que predominam na temática da Família e Comunidade em geral, subdividindo-se em 3 tipos:

- **Cantina Social:**

Suprime as necessidades alimentares de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização das principais refeições diárias para consumo no domicílio;

- **Refeitório Social:**

Fornece refeições a pessoas e famílias em situação de carência socioeconómica e, nalguns casos, proporciona aos beneficiários condições para tratarem da sua higiene pessoal e das suas roupas;

- **Ajuda alimentar a carenciados:**

Distribuição de bens alimentares, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, a pessoas economicamente desfavorecidas.

De acordo com a Tabela 57, o Concelho de Coimbra dispõe, para grupos de pessoas desfavorecidos economicamente, de:

- 12 Cantinas sociais (embora existam 12 cantinas sociais protocoladas com a Segurança Social, é de salientar que se encontram em funcionamento 11 equipamentos);
- 2 Refeitórios sociais;
- 2 *respostas sociais* através do Centro Distrital de Coimbra no âmbito do Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados (FEAC) e do Banco Alimentar Contra a Fome de Coimbra.

Tabela 57: Entidades que prestam apoios alimentares no Concelho de Coimbra.

<i>Resposta social</i>	Unidades Territoriais do Concelho de Coimbra	Nome do Equipamento social
Cantina Social	São Silvestre	Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres
	U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	Centro Solidariedade Social Adémia
	Cernache	Centro Social Nossa Senhora dos Milagres – Cáritas Diocesana de Coimbra
	U.F. Eiras e São Paulo de Frades	Centro Social S. Pedro – Cáritas Diocesana de Coimbra Fundação Beatriz Santos
	U.F. Coimbra	Centro Comunitário de Inserção – Cáritas Diocesana de Coimbra Centro Sol Nascente – Cáritas Diocesana de Coimbra Associação Integrar
	U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Centro Social de S. João Centro Sócio Cultural Polivalente de S. Martinho
	U.F. Assafarge e Antanhol	Centro Social Nossa Senhora da Alegria
Refeitório Social	U.F. Coimbra	Centro Porta Amiga de Coimbra - AMI Associação Cozinhas Económicas Rainha Santa Isabel
Ajuda alimentar	Abrange todo o Concelho	Centro Distrital de Coimbra - ISS, I.P. – FEAC
		Banco Alimentar Contra a Fome

Fonte: Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

Para além das entidades com *respostas sociais* de apoio alimentar, **é de destacar o trabalho desenvolvido por outras entidades locais que possuem projetos ou serviços que visam a prestação de apoio alimentar a agregados familiares economicamente desfavorecidos**, nomeadamente:

- Serviço de Alimentação Solidária da Associação Integrar;
- Assistência a Idosos da Alta de Coimbra em situação de carência da Associação Atlas;
- Assistência Alimentar, através da distribuição de alimentação confeccionada, da ATPO;
- Assistência Alimentar, através da distribuição de alimentos, da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Coimbra, Associação Laços sem Nós e Centro Social da Legião da Boa Vontade.

Da análise à Tabela 58, que representa as restantes *respostas sociais* dirigidas à Família e Comunidade em geral no Concelho de Coimbra, pode-se observar que atualmente existem:

- **Atendimento/ Acompanhamento Social:** 2 *equipamentos sociais*;
- **Centros Comunitários:** 3 *equipamentos sociais*;
- **Centros de Alojamento Temporário:** 2 *equipamentos sociais*;
- **Centros de Apoio à Vida:** 1 *equipamento social*;
- **Comunidades de Inserção:** 3 *equipamentos sociais*;
- **Comunidades de Inserção para Mulheres em risco:** 2 *equipamentos sociais*;
- **Grupos de autoajuda:** 1 *equipamento social*.

Todas estas *respostas sociais* se revestem de um carácter significativo, uma vez que prestam resposta a:

- Pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social ou outras situações pontuais – **Atendimento / Acompanhamento Social e Centro Comunitário;**
- Pessoas e famílias em situação de emergência social que necessitem de acolhimento imediato e temporário tais como pessoas em situação de sem abrigo – **Centro de Alojamento Temporário;**
- Mulheres grávidas ou com filhos recém-nascidos que se encontrem em risco emocional ou social – **Centro de Apoio à Vida;**
- Pessoas e famílias socialmente vulneráveis que necessitem de apoio na sua integração social tais como mulheres em risco, mães solteiras, ex-reclusos, pessoas em situação de sem abrigo, entre outros – **Comunidade de Inserção e Comunidade de Inserção para Mulheres em Risco;**
- Pessoas que vivenciam a mesma situação/ problema e que procuram, em conjunto, encontrar soluções através da partilha de experiência e de informação – **Grupo de Autoajuda.**

Tabela 58: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas *respostas sociais* destinadas à Família e Comunidade em geral no Concelho de Coimbra.

<i>Resposta social</i>	<i>Nome do Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)	Utentes com acordo (N.º)
Atendimento / Acompanhamento Social	Centro de Assistência Paroquial Santa Cruz	410	60
	Equipa de Intervenção Social para Mulheres Prostituídas – Fundação Madre Sacramento	100	100
	Subtotal	510	160
Centro Comunitário	Centro Comunitário de Inserção - "Apoio à Mulher em Risco" – Cáritas Diocesana de Coimbra	120	120
	Centro Comunitário de S. José – Cáritas Diocesana de Coimbra	607	607
	Centro de Apoio Social de Souselas	584	360
	Subtotal	1.311	1.087
Centro de Alojamento Temporário	Casa Acreditar de Coimbra - ACREDITAR - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro	20	20
	O FAROL – Cáritas Diocesana de Coimbra	60	60
	Subtotal	80	80
Centro de Apoio à Vida	Associação de Defesa e Apoio da Vida (ADAV)	200	41
	Subtotal	200	41
Comunidade de Inserção	Centro Porta Amiga de Coimbra – AMI	150	100
	CAIS - Associação Integrar	37	37
	Comunidade de Inserção Renascer - Cáritas Diocesana de Coimbra	30	30
	Subtotal	217	167
Comunidade de Inserção para Mulheres em risco	Comunidade de Inserção para Mulheres em Risco - Comunidade Juvenil S. Francisco de Assis	15	15
	Casa da Mãe - Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra	20	20
	Subtotal	35	35
Grupo de Autoajuda	Associação de Apoio a Doentes Depressivos e Bipolares	45	23
	Subtotal	45	23
Total		2.398	1.593

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

É de realçar que se verifica uma grande discrepância entre a capacidade total dos *equipamentos sociais* destinados à Família e Comunidade em geral (N.º=2.398) e o número total de utentes com acordo nestes mesmos equipamentos (N.º=1.593), sendo mais notória esta situação nas *respostas sociais* de Atendimento/Acompanhamento Social, Centro Comunitário e no Centro de Apoio à Vida. Tal facto, deve-se essencialmente aos objetivos destas *respostas sociais* que passam muitas vezes apenas por informar, orientar e encaminhar as pessoas e famílias que recorrem a estas *respostas sociais*.

Importa referir a premência das *respostas sociais* supramencionadas em razão de permitirem colmatar necessidades básicas e de atuarem de forma concertada a nível local na deteção e encaminhamento de pessoas e famílias na atual conjuntura económica que se vivencia.

Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias

As *respostas sociais* dirigidas especificamente a pessoas infetadas e/ou doentes de VIH/SIDA e suas famílias têm como principal objetivo a promoção da autonomia, da integração social e de cuidados de saúde.

Embora não seja possível dados quantitativos detalhados, de acordo com o Diagnóstico de Saúde do Baixo Mondego (2015) **a Taxa de Incidência de SIDA e da infeção VIH têm vindo a diminuir nos últimos anos, quer na área geográfica de abrangência do ACeS Baixo Mondego, quer também em Portugal continental.** Contudo, na área de abrangência do ACeS Baixo Mondego a taxa de incidência é inferior à de Portugal continental.

Em 2013, a Taxa de Incidência de SIDA no ACeS Baixo Mondego foi de 2,0‰ habitantes.

No Concelho de Coimbra, existem atualmente **2 Centros de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial** com capacidade total para 282 pessoas (Tabela 59), não havendo respostas ao nível de acolhimento exclusivas para este grupo populacional.

Tabela 59: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas *respostas sociais* destinadas a pessoas com VIH/SIDA e suas famílias no Concelho de Coimbra.

<i>Resposta social</i>	<i>Nome do Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)	Utentes com acordo (N.º)
Centro Atendimento/Acompanhamento Psicossocial	Centro "viHda + - Cáritas Diocesana de Coimbra	40	40
	Fundação Portuguesa "A Comunidade Contra a SIDA"	242	242
	Subtotal	282	282
Total		282	282

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

Embora a Taxa de Incidência no ACeS Baixo Mondego seja considerada residual, é de salientar a importância dos *equipamentos sociais* existentes no Concelho de Coimbra que têm apostado em programas de prevenção e redução de comportamentos de risco junto da população geral e com especial atenção junto de populações particularmente expostas a situações de risco, nomeadamente trabalhadores do sexo, homossexuais, consumidores de substâncias psicoativas, entre outros.

No Concelho de Coimbra tem sido implementado diversos programas e projetos direcionadas para este grupo populacional, que importa destacar:

- Projeto Nacional pelos Pares da Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a SIDA”;
- Programa de Recolha de Seringas da Cáritas Diocesana de Coimbra (Equipa de Rua REDUZ);
- Programa de Rastreio da Associação Existência e da Cáritas Diocesana de Coimbra (Equipa de Rua REDUZ);
- Centro de Detecção Precoce do VIH/SIDA da ARS-Centro.

Pessoas toxicodependentes

De acordo com a OMS, a toxicodependência é definida como um estado de intoxicação crónica do organismo que é prejudicial para a própria pessoa assim como para a sociedade, sendo originado pela administração de uma “droga” e que se caracteriza por um desejo ou necessidade incoercível de continuar.

Em 2012, **no âmbito do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) foram identificados, selecionados e divulgados os territórios de intervenção prioritários na área da toxicodependência, sendo que um dos territórios que foi incluído foi a cidade de Coimbra.** De acordo com o “Resumo do Diagnóstico do Território da Cidade de Coimbra”, elaborado em 2012, é possível conhecer algumas das condições associadas ao comportamento de toxicodependência, nomeadamente:

- Situação económica e/ou de saúde precária;
- Baixa escolaridade e baixos níveis de formação profissional;
- Situação de desemprego;
- Criminalidade/marginalidade;
- Carência de competências pessoais, sociais e familiares com situação de famílias desestruturadas;
- Situação de sem abrigo associada a consumos de substâncias com incidência no álcool;
- Comportamentos de risco, nomeadamente prostituição;
- Distanciamento das estruturas comunitárias de suporte e desvinculação da comunidade;

- Atividades de simulacro profissional (arrumadores de carros);
- Reduzida motivação para projetos de vida alternativos;
- Mendicidade;
- Residência em bairros degradados e periféricos.

Relativamente às pessoas toxicodependentes, as *respostas sociais* reconhecidas pela Direção-Geral da Segurança Social e Instituto da Segurança Social, I.P., destinadas a este grupo populacional e suas famílias, são os Apartamentos de Reinserção Social e as Equipas de Intervenção Direta. Estas têm como objetivos:

- **Apartamentos de Reinserção Social:** prestar alojamento temporário a pessoas toxicodependentes que tenham dificuldade na reinserção social, familiar, escolar e profissional após a saída das unidades de tratamento, da prisão, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça;
- **Equipas de Intervenção Direta:** intervir diretamente junto de pessoas toxicodependentes com vista a identificar situações de risco, sensibilizar para mudanças de comportamentos e incentivar para o abandono do consumo de drogas, incitar para a adesão a programas de recuperação, tratamento e reinserção social e incentivar as famílias e outras pessoas a cooperarem ao longo do processo de recuperação e de reinserção social da pessoa toxicodependente.

O Concelho de Coimbra atualmente dispõe de **2 Apartamentos de Reinserção Social**, com capacidade total para 16 pessoas, e **3 Equipas de Intervenção Direta**, com capacidade total para 153 pessoas (Tabela 60), que na sua totalidade correspondem a 13,2% do total de *respostas sociais* na área da Família e Comunidade.

Tabela 60: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas *respostas sociais* destinadas a pessoas toxicodependentes no Concelho de Coimbra.

<i>Resposta social</i>	<i>Nome do Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)	Utentes com acordo (N.º)
Apartamento de Reinserção Social	ANAJovem	8	8
	Cáritas Diocesana de Coimbra	8	8
	Subtotal	16	16
Equipa de Intervenção Direta	Associação Integrar	53	40
	ANAJovem	50	50
	Cáritas Diocesana de Coimbra	50	50
	Subtotal	153	140
Total		169	156

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

O Concelho de Coimbra conta ainda com entidades que possuem acordo com o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) que disponibilizam respostas no âmbito da prevenção, redução de riscos e minimização de danos e tratamento da toxicodependência, conforme se verifica na Tabela 61.

- **Comunidade terapêutica “Lua-Nova” - ANAJovem:** Tratamento, em contexto de acolhimento, a mulheres, grávidas e mães com filhos até aos 10 anos de idade;
- **Centro de Dia Sol Nascente - Cáritas Diocesana de Coimbra:** Ações de prevenção e tratamento junto de pessoas toxicodependentes;
- **Equipa de Rua REDUZ - Cáritas Diocesana de Coimbra:** Intervenção no âmbito da redução de riscos e minimização de danos junto da população toxicodependente na Baixa da cidade de Coimbra.

Tabela 61: Entidades com intervenção na área da população toxicodependente com acordo com o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

Serviço / Resposta	Entidade	Capacidade (N.º)	Utentes com acordo (N.º)
Comunidade Terapêutica Lua Nova	ANAJovem	14	14
Equipa de Rua REDUZ	Cáritas Diocesana de Coimbra	*	*
Centro de Dia Sol Nascente	Cáritas Diocesana de Coimbra	30	30

Fonte: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, janeiro de 2017.

Siglas: * Não aplicável.

OUTRAS RESPOSTAS E SERVIÇOS EXISTENTES PARA A POPULAÇÃO TOXICODEPENDENTE

Para além dos *equipamentos sociais* supramencionados neste subcapítulo, é de evidenciar ainda a intervenção efetuada por algumas entidades públicas, tais como:

- **Unidade de Intervenção Precoce da Maternidade Bissaya Barreto:** visa intervir na melhoria da relação entre cada um dos pais e o seu filho e acompanhar antes e após o nascimento as situações identificados como sendo de risco social, nomeadamente gravidez na adolescência, existência de patologia psiquiátrica, toxicodependentes e ex-toxicodependentes. Esta unidade dispõe de consultas de risco psicossocial, psiquiatria, pedopsiquiatria, psicologia e pediatria.
- **Serviço de Adições do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra:** serviço de psiquiatria que visa tratar pessoas com dependências graves ou com patologia dual.
- **Gabinete de Apoio ao Estudante da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra:** proporciona orientação e apoio socioeducativo, em especial nas áreas da integração e bem-estar social dos estudantes, do desenvolvimento de competências pessoais e sociais, da promoção de saúde e prevenção de comportamentos de risco, nomeadamente a toxicodependência.

É ainda de destacar o trabalho desenvolvido pelos seguintes serviços da ARS Centro:

- **Comissão para a Dissuasão de Toxicodependência de Coimbra.**
- **Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências:**
 1. Comunidade Terapêutica de Coimbra (Arco-Íris);
 2. Unidade de Alcoologia de Coimbra;
 3. Centro de Respostas Integradas de Coimbra através da Equipa de Tratamento e do Gabinete de Prevenção Indicada e Seletiva;
 4. Unidade de Desabilitação de Coimbra.

COMISSÃO PARA A DISSUAÇÃO DE TOXICDEPENDÊNCIA DE COIMBRA

A Comissão para a Dissuasão de Toxicodependência assume uma estratégia de intervenção global e integrada que trabalha com vista a promover a redução do consumo de substâncias psicoativas e dependências, a proteção sanitária dos consumidores e das populações e a prevenção do fenómeno de exclusão social.

COMUNIDADE TERAPÊUTICA DE COIMBRA (ARCO-ÍRIS)

A Comunidade Terapêutica de Coimbra é uma unidade especializada de tratamento em espaço residencial, em regime de internamento, destinada a promover a reabilitação biopsicossocial do utente, mediante um programa terapêutico articulado em diferentes fases. Deste modo, pretende promover o autocontrolo sobre o consumo de drogas, desenvolver as competências pessoais e sociais, tendo em vista a autonomização do utente e a sua plena inserção social.

UNIDADE DE ALCOOLOGIA DE COIMBRA

A Unidade de Alcoologia de Coimbra é uma estrutura especializada no tratamento e reabilitação de doentes com problemas ligados ao uso, abuso e dependência de álcool, desenvolvendo para esse efeito programas de internamento e ambulatório.

EQUIPA DE TRATAMENTO DO CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS DE COIMBRA

A Equipa de Tratamento do Centro de Respostas Integradas de Coimbra, no âmbito da sua missão de tratar os utentes que procuram programas de tratamento estruturados, desenvolve um conjunto de ações que tendem a reduzir riscos e minimizar danos do consumo de drogas, proporcionando respostas de inclusão familiar, social e de acesso a serviços de proteção social e de saúde.

GABINETE DE PREVENÇÃO INDICADA E SELETIVA DO CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS DE COIMBRA

A Prevenção Indicada dirige-se a pessoas com comportamentos de risco, que exibem sinais de uso de substâncias psicoativas ou que apresentam outros comportamentos de risco ou problemáticos. Os programas de prevenção indicada são de longa duração e contemplam a informação e o desenvolvimento de competências.

A Prevenção Seletiva destina-se a subgrupos ou segmentos da população geral com características específicas, identificadas como de risco para o consumo de substâncias psicoativas. Os programas de prevenção seletiva são de média ou longa duração e contemplam a informação e o desenvolvimento de competências, entre outros.

UNIDADE DE DESABITUAÇÃO DE COIMBRA

A Unidade de Desabilitação de Coimbra é uma unidade de internamento de curta duração, onde se promove o tratamento da síndrome de privação em utentes que não dispõem de condições individuais ou sociais para o fazer em regime ambulatorio.

A intervenção da Unidade de Desabilitação pressupõe sempre a continuidade de cuidados, sendo como tal reforçado junto ao utente a necessidade de prosseguir o seu processo nas suas diferentes vertentes, desenvolvendo-se estratégias para a manutenção e melhoria da adesão às medidas terapêuticas que lhe estão prescritas, ou mesmo iniciando-se novas intervenções que visem a promoção da abstinência.

Para além das *respostas sociais* mencionadas na Tabela 60 e Tabela 61 e das restantes respostas e serviços públicos existentes para a população toxicodependente, existem ainda no Concelho de Coimbra outras instituições locais que disponibilizam respostas / serviços junto da população toxicodependente, conforme se apresenta sucintamente na Tabela 62.

Tabela 62: Entidades com intervenção na área da população toxicodependente.

Entidade	Nome do Equipamento social / Resposta / Serviço	Descrição
Associação Integrar	CAIS - Centro de Acolhimento e Inserção Social	Embora tipificado como Comunidade de Inserção, este equipamento social acolhe pessoas em situação de exclusão social, nomeadamente pessoas toxicodependentes, desde que se encontrem em abstinência ou em fase de tratamento.
Associação Existências	Projeto Nov'Ellos	Ações de formação e informação no âmbito da redução de riscos e minimização de danos associado ao consumo de substâncias psicoativas.
Associação das Cozinhas Económicas Rainha Santa Isabel	Refeitório Social	Confeção de refeições para pessoas economicamente desfavorecidas, incluindo população toxicodependente.

Entidade (cont.)	Nome do Equipamento social / Resposta / Serviço (cont.)	Descrição (cont.)
Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco	Casa Abrigo Padre Américo	Alojamento a pessoas em situação de sem abrigo, nomeadamente com a problemática da toxicodependência.
Cáritas Diocesana de Coimbra	Centro de Alojamento Temporário “O FAROL”	Embora tipificado como Centro de Alojamento Temporário, este <i>equipamento social</i> acolhe pessoas em situação de exclusão social, nomeadamente pessoas toxicodependentes.
Fundação AMI	Centro Porta Amiga de Coimbra	Apoio social, psicológico, jurídico e médico, dedicando-se também ao apoio ao nível da satisfação de algumas necessidades básicas.
Centro Integrado de Apoio Familiar de Coimbra (CEIFAC)	Programa para o Fortalecimento de Famílias	Ações de formação parental e familiar na área da prevenção da toxicodependência e outros comportamentos de risco.
	Projeto “Famílias.rede.net”	Ações de formação parental e familiar na área da prevenção da toxicodependência.

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra - Divisão de Educação e Ação Social, janeiro de 2017.

Pessoas vítimas de violência doméstica

Segundo a APAV, o conceito de violência doméstica diz respeito a *“Qualquer conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e/ou intensa ou não, que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indireto, a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico ou que, não residindo, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro/a ou ex-companheiro/a, namorado/a ou ex-namorado/a, ou progenitor de descendente comum, ou esteja, ou tivesse estado, em situação análoga, ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adoção ou afinidade.”*.

Em Portugal, as *respostas sociais* que existem para pessoas vítimas de violência doméstica são as Casas de Abrigo e os Centros de Atendimento/ Acompanhamento Psicossocial. Genericamente estas têm em vista apoiar, encaminhar e acolher as pessoas vítimas de violência doméstica, tendo em vista a sua proteção.

Atualmente, o Concelho de Coimbra disponibiliza **1 Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial** que tem como objetivos:

- Diagnosticar a situação de modo a que o acompanhamento e/ou encaminhamento seja o mais adequado;
- Assegurar o atendimento imediato a pessoas vítimas de violência;
- Assegurar o apoio jurídico, psicológico e social imediato e/ou em continuidade.

De acordo com a Tabela 63, o Centro de Atendimento/Acompanhamento psicossocial é disponibilizado pela APAV, através do Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra, com capacidade de resposta para 50 utentes.

Tabela 63: Capacidade (N.º) e número (N.º) de utentes com acordo nas *respostas sociais* destinadas a pessoas vítimas de violência doméstica no Concelho de Coimbra.

<i>Resposta social</i>	<i>Nome do Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)	Utentes com acordo (N.º)
Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial	Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra – APAV	50	50
	Subtotal	50	50
Total		50	50

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

De acordo com o Relatório Anual 2015 da APAV, em 2015 foram trabalhados 609 processos no Distrito de Coimbra. De referir ainda que, da totalidade de vítimas de âmbito nacional (N.º= 9.612), 364 pessoas tinham residência no Distrito de Coimbra.

O Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra presta 3 tipos de apoio:

- **Jurídico:** informar e aconselhar a pessoa em termos jurídicos;
- **Psicológico:** prestar apoio psicológico regular à pessoa vítima de crime e/ou seus familiares que sofram diretamente com os efeitos do crime;
- **Social:** clarificar com a pessoa a natureza da situação – problema.

Por outro lado, e face à necessidade de se equacionar e debater perspetivas diferentes e complementares de leitura e compreensão do fenómeno da violência doméstica, várias entidades propuseram-se a estudar e a refletir sobre esta temática no sentido de poder construir diálogos entre profissionais preocupados a problemática. Deste modo, foi criado o **Projeto Violência - Informação, Investigação, Intervenção**, do qual fazem parte diversas entidades sociais, de saúde, de educação assim como forças de segurança pública.

5.2.4. Respostas pontuais

No Concelho de Coimbra, existem ainda 3 *respostas sociais* de elevada relevância, conforme se pode observar na Tabela 64, nomeadamente:

- **Apoio em Regime de Ambulatório prestado pelo Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Coimbra da APCC** que se destina a pessoas com deficiência a partir dos 7 anos de idade, suas famílias e técnicos da comunidade e que desenvolve atividades de avaliação, orientação e intervenção terapêutica e socioeducativa;
- **Centro de Recursos e Investigação Social da EAPN de Coimbra (Rede Europeia Anti Pobreza de Portugal – núcleo distrital de Coimbra)** que tem como objetivo a luta contra a pobreza e exclusão social, através da promoção do conhecimento aprofundado da multidimensionalidade

destes fenómenos e do incentivo à criação de novas respostas adequadas à realidade vivenciada pelas pessoas;

- **Centros de Formação Profissional e Pré-profissional da APCC e da APPACDM** que visam promoverem a qualificação e a empregabilidade / inclusão em contexto de mercado de trabalho de pessoas com deficiência, dotando-as de competências não só profissionais, como também de competências pessoais e sociais.

Tabela 64: *Respostas sociais* pontuais²³ existentes no Concelho de Coimbra.

<i>Resposta social</i>	<i>Nome do Equipamento social</i>
Apoio em Regime de Ambulatório	Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Coimbra – APCC
Centro de Recursos e Investigação Social	Centro de Recursos e Investigação Social da EAPN de Coimbra
Centro de Formação Profissional e Pré-Profissional	APCC APPACDM

Fonte: Carta Social e Centro Distrital de Coimbra – ISS, I.P., 2016.

É de reforçar ainda que no Concelho de Coimbra existem entidades locais de cariz social que prestam **formação profissional certificada**, conforme exposto mais detalhadamente no subcapítulo 5.4 do presente documento.

5.3. Ação social da Câmara Municipal de Coimbra

Nos termos da alínea 2 do artigo 235º da Constituição da República Portuguesa, as Autarquias locais constituem-se como parte integrante da organização democrática do Estado Português e, como tal, são definidas como “*peças coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas*”.

Para responder adequadamente ao princípio consagrado na Constituição da República Portuguesa, a Câmara Municipal de Coimbra tem em consideração os seguintes diplomas legais como suporte à operacionalização das suas atribuições:

- **Lei N.º 159/99, de 14 de setembro:** estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias locais, bem como a delimitação da intervenção da administração central e local, concretizando os princípios da descentralização e da autonomia do poder local;
- **Lei N.º 169/99, de 18 de setembro com alterações estabelecida pela Lei N.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e pela Lei N.º 75/2013 de 12 de setembro:** estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias.

²³ Anexo 5: Lista de *equipamentos sociais* com respostas pontuais no Concelho de Coimbra.

- **Lei N.º 86/2009, de 28 de agosto:** autoriza o Governo a estabelecer o regime jurídico da estrutura e organização dos serviços da administração autárquica, revogando o Decreto-Lei N.º 116/84, de 6 de abril. Tem por objetivo a aprovação de um novo regime jurídico aplicável à organização dos serviços das autarquias locais, no sentido de obter uma maior eficácia e eficiência no funcionamento dos mesmos.

No decorrer do ano de 2014, foi publicado em Diário da República as estruturas flexíveis da Câmara Municipal de Coimbra e dos SMTUC, aprovadas em reunião da Câmara Municipal de Coimbra a 26 de maio de 2014, na qual foram definidas como estruturas integradas no Departamento de Desenvolvimento Social e Ambiente, a Divisão de Educação e Ação Social e a Divisão de Habitação Social.

5.3.1. Área Social

No que diz respeito à área social da Divisão de Educação e Ação Social, são de destacar algumas competências desta unidade orgânica:

- Criar e executar medidas de apoio social a grupos considerados mais vulneráveis, tais como crianças e jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência, toxicodependentes e minorias étnicas, pessoas em situação de sem abrigo, entre outras;
- Apoiar a construção de equipamentos de saúde e de ação social;
- Promover e apoiar projetos e ações que visem a inserção ou reinserção social;
- Promover medidas de apoio a famílias numerosas;
- Participar em programas e projetos nos domínios de combate à pobreza e exclusão social.

Para tal, a Divisão de Educação e Ação Social, no que diz respeito à área social, dinamiza uma diversidade de projetos e programas que têm como objetivos colmatar necessidades da população residente no Concelho de Coimbra.

Programa Rede Social

Atualmente, um dos principais programas dinamizado pela Divisão de Educação e Ação Social é o Programa Rede Social.

O Programa Rede Social foi criado através da Resolução do Conselho de Ministros N.º 197/1997, de 18 de novembro, e da Declaração de Retificação N.º 10-O/1998. Posteriormente, foram publicados o Despacho Normativo N.º 8/2002, de 12 de fevereiro, e o Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho.

A Rede Social é um programa que incentiva os organismos do setor público e as entidades de âmbito social a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar as situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através do trabalho em parceria.

A Rede Social é operacionalizada ao nível das freguesias através das CSF e/ou CSIF e ao nível concelhio através dos CLAS.

No Concelho de Coimbra, o Programa Rede Social foi criado em novembro de 2003 e atualmente conta com 303 entidades parceiras, cuja intervenção passa por múltiplas áreas do setor social.

COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA (CSF)

A política social do Município de Coimbra assenta em grande medida na intervenção das Comissões Sociais de Freguesia (CSF), sendo estas um importante mecanismo de apoio à Câmara Municipal de Coimbra na concretização de medidas de âmbito social, uma vez que são estruturas conhecedoras da realidade das pessoas em situação de maior carência socioeconómica e vulnerabilidade que residem na área de atuação de cada CSF.

Desde o ano de 2005, que o Concelho de Coimbra implementa as CSF, sendo que em 2014 procedeu-se à reorganização destas estruturas, potenciando a consolidação de um trabalho de extrema importância ao nível da intervenção de proximidade.

Atualmente, **todas as 18 unidades territoriais do Concelho de Coimbra têm em funcionamento a sua CSF.**

As CSF são compostas pelos serviços públicos com domínio de atuação na área social, bem como por entidades com e sem fins lucrativos da freguesia, grupos comunitários representativos de grupos da população e quaisquer pessoas dispostas a contribuir, de modo relevante, para o desenvolvimento social local.

As CSF têm como principais atribuições:

- Sinalizar as situações mais graves de pobreza e exclusão social existentes na freguesia e definir propostas de atuação, mediante a participação de entidades representadas, ou não, na Comissão;
- Promover mecanismos de rentabilização dos recursos existentes na freguesia;
- Promover a articulação da intervenção social dos agentes da freguesia;
- Recolher informação relativa aos problemas identificados no local e promover a participação da população e agentes da freguesia para que se reflitam, conjuntamente, soluções para os problemas;

- Gestão do Fundo Municipal de Emergência Social.

Em 2015, foi implementado o **Fundo Municipal de Emergência Social** que surgiu como uma medida de apoio financeiro, implementada pela Câmara Municipal de Coimbra em articulação com as CSF, que visa a proteção de indivíduos e/ou agregados familiares de estratos sociais em situação de comprovada carência social e/ou económica.

ATENDIMENTO SOCIAL INTEGRADO

Com o objetivo de promover e desenvolver a política social de proximidade foi implementado o Atendimento Social Integrado. Este é efetuado pelo técnico da Câmara Municipal de Coimbra responsável pela área geográfica do munícipe ou ainda por técnicos das entidades parceiras da respetiva CSF. Posteriormente, o caso sinalizado será avaliado em sede de reunião do Núcleo Executivo da CSF da área de residência do munícipe para que, em estreita articulação com as diversas entidades que constituem o Núcleo Executivo, se procure responder às necessidades identificadas, encaminhando, caso assim se entenda, para outras respostas/serviços de outras entidades.

Programas e projetos

Paralelamente ao trabalho desenvolvido pelas 18 CSF, a Divisão de Educação e Ação Social, no que diz respeito especificamente à área social, tem em vigor ainda diversos programas e projetos dirigidos à comunidade e às instituições locais, assim como para grupos específicos, nomeadamente crianças e jovens, pessoas idosas, pessoas economicamente desfavorecidas, famílias numerosas e pessoas em situação de sem abrigo, entre outras.

CRIANÇAS E JOVENS

Na Tabela 65 encontra-se uma breve descrição do projeto **AIPEC – Acompanhamento Individualizado do Percorso Escolar das Crianças**.

A Câmara Municipal de Coimbra, baseando-se no Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra de 2010, identificou como prioridade a intervenção no absentismo escolar na área geográfica do Planalto do Ingote. Deste modo, foi criado em novembro de 2012, através da celebração de um Acordo de Cooperação com diversas entidades com intervenção direta ou indireta no Planalto do Ingote, o projeto supramencionado. Este projeto visa melhorar a qualidade de vida da população residente no Planalto do Ingote, através da intervenção no absentismo e no abandono escolar das crianças e jovens residentes.

Tabela 65: Programas e projetos em vigor na Câmara Municipal de Coimbra dirigidos a crianças e jovens.

Público-Alvo	Programas e projetos	Descrição
Crianças e Jovens	AIPEC – Acompanhamento Individualizado do Percorso Escolar das Crianças	Melhorar a qualidade de vida das crianças e jovens e suas famílias residentes no Planalto do Ingote, contribuindo para a diminuição dos casos de absentismo e abandono escolar.

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Educação e Ação Social.

Este projeto conta com a participação ativa das seguintes entidades:

- A.E. Coimbra Centro;
- A.E. Rainha Santa Isabel;
- Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Habitação Social: Projeto Trampolim E5G;
- Câmara Municipal de Coimbra - Divisão de Educação e Ação Social;
- Cáritas Diocesana de Coimbra - Centro Comunitário S. José;
- DGEstE- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Centro;
- Escola Secundária D. Dinis;
- Instituto Educativo de Lordemão;
- Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

No ano letivo 2015/2016, o Projeto AIPEC acompanhou um total de 56 casos, distribuídos pelos estabelecimentos de ensino envolvidos, onde o A.E. Rainha Santa Isabel se destaca com um total de 30 alunos. No mesmo ano letivo, dos 56 casos acompanhados, 4 resultaram em abandono escolar, sendo que tem-se vindo a verificar um decréscimo do número de casos de abandono escolar durante os últimos anos letivos.

PESSOAS IDOSAS

No que diz respeito às pessoas idosas, a Câmara Municipal de Coimbra, através da Divisão de Educação e Ação Social, tem atualmente ativos 4 programas/projetos para este grupo populacional, conforme se pode verificar na Tabela 66.

Tendo em conta que as pessoas idosas mais carenciadas residentes na Alta e Baixa da Cidade de Coimbra não tinham acesso, devido às dificuldades económicas, às refeições em períodos de fins de semana e feriados, a Câmara Municipal de Coimbra criou o Projeto **“Uma Mesa para os Avós”**. Este é protocolado com uma IPSS sediada na mesma área geográfica de abrangência do projeto, tendo capacidade para apoiar até 40 séniores. Em dezembro de 2016, este projeto apoiava 33 pessoas idosas com carência económica.

O projeto **Voz Amiga** é um outro projeto destinado a pessoas idosas não institucionalizadas, residentes em todo o Concelho de Coimbra, em situação de isolamento social ou solidão e sem que tenham recursos económicos que lhe garantam a segurança, nomeadamente no período noturno, fomentando ainda a sua integração social.

Paralelamente, a Câmara Municipal de Coimbra criou o projeto **“Comissão Municipal de Apoio ao Idoso de Coimbra”** (CoMPIC) que pretende apoiar idosos residentes no Concelho de Coimbra que se encontrem em situação de risco ou em perigo. Tem como missão a articulação entre a Câmara Municipal de Coimbra e as instituições com competência no apoio à pessoa idosa, privilegiando a informação, promoção e cooperação com vista à resolução de problemas transversais que colocam em risco as pessoas idosas.

Por fim, é disponibilizado o programa **Iniciativas Séniores** que tem como objetivo promover a solidariedade e a melhoria da qualidade de vida da população idosa residente no Concelho de Coimbra, institucionalizada ou não, através da participação em atividades de cariz cultural e recreativo, tais como espetáculos de Circo, Teatro, Música, entre outras.

É de realçar que o programa Iniciativas Séniores contempla os projetos:

- **“Prós Grandes: de trás práfrente”**: este projeto, financiado pela Câmara Municipal de Coimbra e desenvolvido pela companhia de teatro “O Teatrão”, tem como público-alvo as pessoas idosas que frequentam as IPSS do Município e pretende propiciar o repensar sobre as suas vidas por meio da encenação das lembranças, através de dinâmicas de grupo. Deste modo, visa-se a criação de comunidades mais participativas, ativas e informadas, combatendo as assimetrias sociais e territoriais.
- **“Na música Todos Contam”**: este projeto é financiado pela Câmara Municipal de Coimbra e desenvolvido pela Orquestra Clássica do Centro, que consiste na realização de ações conjuntas para as crianças a frequentar os 3º e 4º anos do 1.º Ciclo do EB da rede pública do Município de Coimbra e para pessoas idosas que frequentam IPSS sediadas no Concelho. Com este projeto pretende-se, sobretudo, gerar a curiosidade e o gosto pela atividade artística, permitir o domínio de alguns conceitos musicais simples e generalistas, estimular as capacidades cognitivas, promover a interação e convívio entre gerações e contribuir para a construção de comunidades mais participativas e inclusivas.

Tabela 66: Programas e projetos em vigor na Câmara Municipal de Coimbra dirigidos a pessoas idosas.

Público-Alvo	Programas e projetos	Descrição
Pessoas idosas	Uma Mesa para os Avós	Suprimir uma das necessidades mais básicas da população idosa através da distribuição de refeições ao domicílio aos fins de semana e feriados.
	Voz Amiga	Serviço telefónico de apoio, inovador e com comprovada fiabilidade, pensado para melhorar a qualidade de vida, saúde, segurança e autoestima dos seus utilizadores.
	Comissão Municipal de Apoio ao Idoso de Coimbra (CoMPIC)	Projeto que tem como missão a articulação entre a Câmara Municipal de Coimbra e as instituições com competência no apoio à pessoa idosa, privilegiando a informação, promoção e cooperação com vista à resolução de problemas transversais que coloquem em risco as pessoas idosas.
	Iniciativas Sêniores	Promover a solidariedade e a melhoria da qualidade de vida dos idosos, executando atividades de cariz cultural e recreativo.

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Educação e Ação Social.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO

Para a população sem abrigo, e de acordo com a Tabela 67, a Câmara Municipal de Coimbra possui uma Equipa Móvel de Intervenção Social (EMIS), um Plano Municipal de contingência para as vagas de frio e um Fundo Municipal de Emergência para população em situação de sem abrigo.

A **Equipa Móvel de Intervenção Social (EMIS)** visa apoiar, no período noturno, todas as quartas feiras, e em contexto de rua, pessoas em situação de sem abrigo, através da sinalização e encaminhamento quando necessário para *respostas sociais* ou serviços de saúde e da distribuição de reforços alimentares e bebidas quentes.

A Câmara Municipal de Coimbra estabelece ainda anualmente o **Plano Municipal de contingência para as vagas de frio** que pretende minimizar os efeitos das vagas de frio em pessoas em situação de sem abrigo, através da mobilização e disponibilização de recursos humanos e materiais, das diversas entidades parceiras envolvidas, que assegurem uma resposta coordenada. Este plano torna-se normalmente ativo entre os dias 1 de novembro e 31 de março de cada ano civil, sendo que quando é prevista uma vaga de frio (alerta laranja) ou vaga de frio grave (alerta vermelho), são disponibilizadas vagas, em regime de urgência e com caráter excecional, nas instituições de acolhimento para pessoas em situação de sem abrigo, bem como em quartos em pensão da Cidade, contratada para o efeito. Mediante o nível de alerta estabelecido, bem como a avaliação das necessidades, efetuada pelas equipas de rua que todas as noites atuam no terreno, é ativada a resposta que melhor se adequa à situação em causa e que garanta o acolhimento com condições de segurança, pelo período em que o nível de alerta se mantenha. Para tal, a Câmara Municipal de Coimbra disponibiliza anualmente uma verba para este projeto, de acordo com as necessidades detetadas em cada ano, de forma a assegurar o alojamento em casos de vagas de frio.

O **Fundo Municipal de Emergência para população em situação de sem abrigo** é uma medida de política social municipal, implementada através da celebração de protocolo com o PISACC, a 28 de julho de 2014. Este fundo visa colmatar necessidades imediatas ao nível de medicação, pagamentos de taxas para aquisição de documentos, pagamento de deslocações/viagens, pagamento de acolhimento/pernoita pontual, pagamento de faturas em atraso, entre outros apoios. Atualmente, este fundo tem vindo a representar uma grande mais-valia para os técnicos uma vez que permite desbloquear e resolver situações de apoio que anteriormente eram praticamente irresolúveis ou, pelo menos, de complexa gestão.

Tabela 67: Programas e projetos em vigor na Câmara Municipal de Coimbra dirigidos à população em situação de sem abrigo.

Público-Alvo	Programas e projetos	Descrição
População em situação de sem abrigo	Equipa Móvel de Intervenção Social (EMIS)	Disponibilizar reforços alimentares e cobertores, através de técnicos e de um grupo de voluntários recrutados pelo Banco de Voluntariado do Município.
	Plano Municipal de contingência para as vagas de frio	Mobilizar, com prontidão, recursos humanos e disponibilizar recursos materiais para uma adequada minimização dos efeitos das vagas de frio, através de uma resposta coordenada com as instituições parceiras e outros organismos.
	Fundo Municipal de Emergência – População em situação de Sem-Abrigo	Apoiar financeiramente a população em situação de sem abrigo em diversas situações imediatas.

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Educação e Ação Social.

COMUNIDADE EM GERAL

Para atenuar algumas necessidades que se têm vindo a identificar no que diz respeito à comunidade, assim como a grupos mais específicos, tais como famílias numerosas e agregados familiares economicamente desfavorecidos, a Câmara Municipal de Coimbra tem em vigor os seguintes programas /projetos, conforme se resume na Tabela 68:

- **Cartão Social:** esta medida beneficia famílias numerosas (3 ou mais filhos até aos 25 anos de idade) através da redução no custo de diversos serviços, nomeadamente fornecimento de água canalizada, transportes, bem como no acesso a espaços municipais (piscinas, museus, entre outros). Entre julho de 2012 e julho de 2016 foram atribuídos 4.054 cartões, correspondendo a 802 agregados familiares beneficiários.
- **Fundo Municipal de Emergência Social:** surge em 2015 como uma medida de apoio social, implementada pela Câmara Municipal de Coimbra em articulação com as CSF, que visa a

proteção de pessoas e/ou agregados familiares de estratos sociais em situação de comprovada carência social e/ou económica.

Em 2015 foram apoiadas no total 481 situações, destacando-se os apoios respeitantes à tipologia de habitação (pagamento de rendas, pagamento de serviços/condições básicas para a sobrevivência tais como água, luz e gás, entre outros). De evidenciar que em 2015 a Câmara Municipal de Coimbra disponibilizou 68.000,00€, em 2016 esta verba aumentou para 93.000,00€ e para 2017 são disponibilizados 100.000,00€, verificando-se assim, de 2015 para 2017, um aumento de 47%.

Tabela 68: Programas e projetos em vigor na Câmara Municipal de Coimbra dirigidos à comunidade em geral.

Público-Alvo	Programas e projetos	Descrição
Comunidade	Cartão Social	Apoiar famílias numerosas, através de descontos e reduções no custo de alguns serviços.
	Fundo Municipal de Emergência Social	Apoiar pessoas ou agregados familiares que se encontrem em situação de inesperada carência económica.

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Educação e Ação Social.

Para além dos programas e projetos supramencionados disponíveis à comunidade em geral, é de destacar ainda duas medidas de apoio social dinamizadas pelos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), nomeadamente:

- **Passe Especial Consigo+:** passe para acesso aos transportes públicos municipalizados destinado a residentes no Concelho de Coimbra que sejam titulares de Rendimento Social de Inserção (não extensível ao agregado familiar), tendo um custo mensal de 1€. Esta medida, à data de dezembro de 2016, beneficiava 2.420 pessoas.
- **Passe Especial Apoio Social+:** passe para acesso aos transportes públicos municipalizados destinado a residentes no Concelho de Coimbra que sejam titulares da pensão mínima do regime contributivo, de regimes não contributivos e equiparados e ainda do regime especial dos trabalhadores agrícolas. Esta medida, à data de dezembro de 2016, abrangia 195 pessoas.

PARCERIAS E APOIOS A INSTITUIÇÕES

Paralelamente, a Câmara Municipal de Coimbra, através da Divisão de Educação e Ação Social, tem vindo a estabelecer inúmeras parcerias de âmbito nacional e internacional (Tabela 69), nomeadamente na área da intervenção social, tais como:

- **Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (RRCAPVTSH):** esta parceria tem como objetivo fomentar uma resposta multidisciplinar aos vários tipos de vítimas de tráfico de Seres humanos e cujo âmbito de intervenção é de extrema complexidade e importância social pelo que é fulcral estabelecer uma rede de cooperação e de partilha de informação que atue em toda a Região Centro.
- **Projeto de Intervenção com os Sem Abrigo do Concelho de Coimbra (PISACC):** este projeto é constituído por um grupo operativo responsável pelo acompanhamento das situações de pessoas em situação de sem abrigo de modo a responder às suas necessidades biopsicossociais. Para que tal seja possível, conta com diversas parcerias com entidades que direta ou indiretamente trabalham com população sem abrigo.
- **Rede Portuguesa de Cidades Interculturais (RPCI):** tem como finalidade promover o desenvolvimento e implementação de políticas de integração de imigrantes e a gestão da diversidade e diálogo intercultural, promovendo o intercâmbio das melhores práticas entre as cidades associadas à Rede Europeia de Cidades Interculturais.

A Câmara Municipal de Coimbra, com o objetivo de contribuir para potenciar a qualidade da intervenção das entidades sem fins lucrativos legalmente constituídas com sede social e/ou atividades desenvolvidas na área social no Concelho, tem vindo igualmente a apoiar financeiramente entidades (Tabela 69) que ambicionam a:

- Prossecução ou fomento de programas, projetos ou atividades de carácter social que prossigam o interesse municipal;
- Concretização de obras de construção, conservação ou beneficiação de instalações;
- Aquisição de equipamentos que sejam necessários ao desenvolvimento da sua atividade de cariz social.

Com o intuito de melhorar, regular e consagrar os princípios da legalidade e transparência foi publicado, em Diário da República N.º 247/2016, 2.ª série, de 27 de dezembro de 2016, o **Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios na Área Social**, que permite garantir a equidade e o controlo na atribuição de apoios financeiros.

O Município de Coimbra, atento ao interesse demonstrado por pessoas vocacionadas para dedicar uma parte do seu tempo livre a atividades de voluntariado, criou o **Banco de Voluntariado**, à semelhança do que tem vindo a ser feito um pouco por todo o País, não só pelos Municípios como também por outras entidades (Tabela 69). O Banco de Voluntariado pretende promover o encontro entre instituições promotoras de projetos e as pessoas que desejam exercer voluntariado, onde é assumido um

compromisso entre o voluntário e a instituição com o objetivo de desenvolver ações em prol das pessoas e da comunidade em geral. Compete à Divisão de Educação e Ação Social efetuar a seleção dos candidatos à atividade voluntária, através de uma entrevista individualizada com vista a delinear as aptidões pessoais e interesses de cada um, para posteriormente proceder ao encaminhamento de cada um para as instituições que os irão receber.

Dada a existência na Cidade de Coimbra de um equipamento localizado no Parque Verde do Mondego, designado "**Cubo - Parque Verde Mondego**", a Divisão de Educação e Ação Social da Câmara Municipal de Coimbra disponibiliza a todas as instituições sociais, escolas, associação de pais do Município e outras entidades a possibilidade de o poder utilizar, assim como também o espaço exterior envolvente, tendo em vista a divulgação e a dinamização de projetos e atividades, promovendo deste modo a partilha e a proximidade com a população (Tabela 69).

Tabela 69: Programas e projetos em vigor na Câmara Municipal de Coimbra relativos a parcerias e apoios às instituições.

Público-Alvo	Programas e projetos	Descrição
Parcerias e Apoio às Instituições	Parcerias	Participação em parcerias, direcionadas para diversos públicos-alvo.
	Apoios financeiros	Apoiar financeiramente instituições que almejam dar continuidade ou incrementar programas, projetos ou atividades de cariz social, que pretendam concretizar obras de construção, conservação ou beneficiação de instalações, ou adquirir equipamentos que sejam necessários ao desenvolvimento da sua atividade.
	Banco de Voluntariado	É o conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço das pessoas, das famílias e da comunidade em geral.
	Cubo – Parque Verde Mondego	Disponibilização a todas as instituições sociais, escolas, associações de pais do Município, entre outras entidades a possibilidade de poder utilizar o espaço localizado no Parque Verde do Mondego tendo em vista a divulgação e dinamização de projetos.

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Educação e Ação Social.

5.3.2. Área da Educação

No âmbito da educação, a Divisão de Educação e Ação Social da Câmara Municipal de Coimbra tem competências, quer ao nível de políticas públicas, quer ao nível de ações estruturais do sistema educativo (ensino pré-escolar e 1º Ciclo do EB), assim como ao nível do planeamento e execução de medidas territoriais que colmatem as necessidades do Concelho e dos grupos alvo considerados mais vulneráveis (Diário da República, 2.ª série, N.º 106 de 3 de junho de 2014).

Deste modo, a Divisão de Educação e Ação Social da Câmara Municipal de Coimbra, especificamente na área da educação, assume as seguintes responsabilidades, entre outras:

- Analisar e emitir pareceres sobre as prioridades relativas à construção, qualificação, apetrechamento, manutenção e funcionamento dos equipamentos de educação legalmente abrangidos pela gestão municipal;
- Conceber, planear e promover o sistema educativo municipal, assegurando a monitorização e revisão da Carta Educativa do Município, prestar a assessoria ao Conselho Municipal de Educação e a definição anual da rede educativa local em articulação com a administração central;
- Proceder ao levantamento das necessidades dos alunos mais carenciados e propor apoios financeiros, no âmbito da ação social escolar, para aquisição de manuais escolares, material escolar e didático, refeições e atividades de complemento curricular;
- Assegurar o fornecimento de refeições escolares com qualidade e equilíbrio nutricional adequado aos alunos dos estabelecimentos de ensino legalmente abrangidos pela gestão municipal;
- Assegurar as atribuições do Município no âmbito dos transportes escolares;
- Promover o Projeto Educativo Municipal;
- Assegurar a execução de Atividades de Enriquecimento Curricular e a Componente de Apoio à Família nos estabelecimentos de ensino legalmente abrangidos pela gestão municipal;
- Apoiar planos de atividades das escolas no âmbito de ações socioeducativas, projetos educacionais e de intercâmbio escolar e preparar as decisões de apoio às bibliotecas escolares, em articulação com a unidade orgânica competente.

Parque escolar

No que concerne ao parque escolar, as competências da autarquia cingem-se aos estabelecimentos de Educação Pré-escolar e de EB do 1.º Ciclo da rede pública, dividindo-se em três grandes categorias da sua responsabilidade:

- **Equipamento:** à Câmara Municipal de Coimbra cabe dotar as escolas de mobiliário (mobiliário escolar, equipamento de refeitório e equipamento exterior de recreio, entre outros) bem como de material didático, e proceder à renovação dos mesmos quando necessário;
- **Manutenção:** as pequenas reparações são da competência das Juntas de Freguesia, no âmbito do protocolo de delegação de competências que lhes são atribuídas, enquanto que as intervenções de maior dimensão são da responsabilidade da Câmara Municipal de Coimbra;

- **Construção:** execução pela Câmara Municipal de Coimbra de obras de reabilitação ou de novas construções de Estabelecimentos.

ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA

Atualmente, o Concelho de Coimbra dispõem de **33 estabelecimentos de Educação Pré-escolar da rede pública**, com uma capacidade total para 1.250 crianças, conforme se pode apurar na Tabela 70. É de destacar ainda que das 18 unidades territoriais concelhias, apenas 2 não possuem esta oferta pública (freguesias de Torres do Mondego e de Almalaguês). Os A.E. com maior número de estabelecimentos de educação Pré-escolar são o A. E. Coimbra Centro e o A.E. Rainha Santa Isabel.

Tabela 70: Jardins de Infância da rede pública do Concelho de Coimbra no ano letivo 2016/2017.

A.E.	Unidade Territorial do Concelho de Coimbra	Estabelecimento	N.º alunos	Capacidade (N.º)
Rainha Santa Isabel	Brasfemes	Brasfemes	24	50
	U.F. Coimbra	Pedrulha	22	50
	U.F. Eiras e São Paulo de Frades	Eiras	46	50
	U.F. Eiras e São Paulo de Frades	Ingote	25	25
	U.F. Eiras e São Paulo de Frades	Loreto	11	25
	U.F. Eiras e São Paulo de Frades	Santa Apolónia	48	50
	U.F. Souselas e Botão	Larçã	12	25
	U.F. Souselas e Botão	Souselas	8	25
	U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	Trouxemil	6	25
Coimbra Sul	Ceira	Ceira	45	50
	Santo António dos Olivais	Areiro	45	50
	Santo António dos Olivais	Quinta das Flores	75	75
Martim de Freitas	Santo António dos Olivais	Montes Claros	70	75
	Santo António dos Olivais	Olivais	65	75
Eugénio de Castro	Santo António dos Olivais	Solum	20	25
	Santo António dos Olivais	Solum-Sul	45	50
Coimbra Centro	U.F. Antuzede e Vil de Matos	Antuzede	15	25
	São João do Campo	S. João do Campo	29	50
	São Silvestre	S. Silvestre	27	50
	U.F. Assafarge e Antanol	Antanol	6	25
	U.F. Assafarge e Antanol	Carvalhais de Baixo	23	25
	U.F. Coimbra	Almedina	20	25
	U.F. Coimbra	S. Bartolomeu	20	25
	U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	Andorinha	9	25
	U.F. São. Martinho de Árvore e Lamarosa	S. Martinho de Árvore	16	25
	U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	Vila Verde	15	25
Coimbra Oeste	U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Póvoa	25	25
	U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Ribeira de Frades	25	25
	U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	S. Bento	50	50
	U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	Almas de Freire	50	50
	U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	Ameal	11	25
	U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	Arzila	14	25
	U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	Taveiro	22	25
Total:		N.º = 33	944	1.250

Fonte: Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Centro.

 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO BÁSICO DO 1.º CICLO DA REDE PÚBLICA

No que diz respeito aos estabelecimentos de Ensino Básico do 1.º Ciclo, o Concelho de Coimbra possui **58 estabelecimentos** da rede pública, os quais integram 3.890 alunos, conforme se pode observar na Tabela 71. De realçar que todas as unidades territoriais têm, pelo menos, um equipamento de EB do 1.º Ciclo da rede pública.

Tabela 71: Escolas do 1.º Ciclo da rede pública do Concelho de Coimbra no ano letivo 2016/2017.

A.E.	Unidade Territorial do Concelho de Coimbra	Estabelecimento	N.º de alunos
Coimbra Sul	Almalaguês	Almalaguês	75
	Ceira	Vendas de Ceira	61
	Santo António dos Olivais	Areeiro	92
	Santo António dos Olivais	Bairro Norton de Matos	80
	Torres do Mondego	Torres do Mondego	32
	Santo António dos Olivais	Quinta das Flores	222
	U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	Castelo Viegas	28
Coimbra Centro	Cernache	Casconha	78
	Cernache	Cernache	40
	Cernache	Feteira	37
	São João do Campo	S. João do Campo	61
	São Silvestre	Bairro Azul	37
	São Silvestre	S. Silvestre	32
	U.F. Antuzede e Vil de Matos	Antuzede	34
	U.F. Assafarge e Antanol	Antanol	35
	U.F. Assafarge e Antanol	Assafarge	81
	U.F. Assafarge e Antanol	Palheira	35
	U.F. Coimbra	Almedina	66
	U.F. Coimbra	S. Bartolomeu	85
	U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	S. Martinho de Árvore	22
	U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	Vera Cruz	30
	U.F. São Martinho de Árvore e Lamarosa	Vila Verde	23
Martim de Freitas	Santo António dos Olivais	Martim de Freitas*	83
	Santo António dos Olivais	Montes Claros	262
	Santo António dos Olivais	Olivais	80
	U.F. Coimbra	Conchada	26
	U.F. Coimbra	Coselhas	83
	U.F. Coimbra	Santa Cruz	76
Eugénio de Castro	Santo António dos Olivais	Solum	236
	Santo António dos Olivais	Solum-Sul	280
	Santo António dos Olivais	Tovim	84
	Torres do Mondego	Dianteiro	27

A.E. (cont.)	Unidade Territorial do Concelho de Coimbra (cont.)	Estabelecimento (cont.)	N.º de alunos (cont.)
Rainha Santa Isabel	Brasfemes	Brasfemes	44
	U.F. Coimbra	Pedrulha	23
	U.F. Eiras e São Paulo de Frades	Eiras	95
	U.F. Eiras e São Paulo de Frades	Ingote	25
	U.F. Eiras e São Paulo de Frades	Loreto	33
	U.F. Eiras e São Paulo de Frades	Rainha Santa Isabel*	84
	U.F. Eiras e São Paulo de Frades	S. Paulo de Frades	20
	U.F. Eiras e São Paulo de Frades	Santa Apolónia	92
	U.F. Souselas e Botão	Larçã	23
	U.F. Souselas e Botão	Marmeleira	24
	U.F. Souselas e Botão	Sargento Mor	23
	U.F. Souselas e Botão	Souselas	66
	U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	Adémia	51
	U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	Trouxemil	45
	U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	Vilela	17
Coimbra Oeste	U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Casais	38
	U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Espírito Santo de Touregas	42
	U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Fala	89
	U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Póvoa	37
	U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Ribeira de Frades	97
	U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	S. Martinho do Bispo	144
	U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	Almas de Freire	134
	U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	Cruz de Morouços	25
	U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	Ameal	23
	U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	Arzila	31
	U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	Taveiro	42
Total:		N.º = 58	3.890

Fonte: Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Centro.

Siglas: * - Instalações pertencentes ao Ministério da Educação.



APOIO À GESTÃO ESCOLAR

De referir que o apoio à gestão escolar, traduz-se num conjunto de apoios financeiros que o Município de Coimbra transfere para os A.E. os quais visam o funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do Município de Coimbra, nos domínios das **telecomunicações**, do **material didático** e de **apoio ao funcionamento**.

- Relativamente às telecomunicações, cabe à Câmara Municipal de Coimbra suportar os encargos fixos relativos à assinatura mensal das linhas telefónicas dos estabelecimentos da rede pública do Município;
- Para fazer face às despesas com material didático e de funcionamento nos estabelecimentos de Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do EB, a Câmara Municipal de Coimbra transfere para os A.E. o montante anual de 18€ por aluno, sendo majorado para 36€ por aluno nas unidades de apoio à deficiência.

Conforme se pode verificar na Tabela 72, a Câmara Municipal de Coimbra, com base nas Grandes Opções do Plano e do Orçamento, transferiu um total de 251.509,00€ para as Juntas de Freguesia com vista a que procedam às pequenas reparações necessárias nas escolas do 1.º Ciclo do EB e nos Jardins de Infância da rede pública.

Tabela 72: Montantes atribuídos (€) em 2016 às Juntas de Freguesia do Concelho de Coimbra para realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico e respetivos espaços envolventes.

Juntas de Freguesia do Concelho de Coimbra	Valor atribuído no ano de 2016 (€)	Distribuição Percentual (%)
Almalaguês	3.075,00	1,2
Brasfemes	5.343,00	2,1
Ceira	5.656,00	2,2
Cernache	7.336,00	2,9
São João do Campo	6.562,00	2,6
São Silvestre	6.271,00	2,5
Santo António dos Olivais	68.772,00	27,3
Torres do Mondego	1.523,00	0,6
Antuzede e Vil de Matos	5.591,00	2,2
Assafarge e Antanol	9.924,00	3,9
U.F. de Coimbra	21.041,00	8,4
U.F. de Eiras e São Paulo de Frades	30.131,00	12,0
U.F. de São Martinho de Árvore e Lamarosa	8.264,00	3,3
U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	27.161,00	10,8
U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas	12.241,00	4,9
U.F. de Souselas e Botão	12.747,00	5,1
U.F. de Trouxemil e Torre de Vilela	9.369,00	3,7
U.F. de Taveiro, Ameal e Arzila	10.502,00	4,2
Total	251.509,00 €	100,0%

Fonte: Grandes Opções do Plano e do Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra, 2016.

Auxílios económicos

A Câmara Municipal de Coimbra, consciente das dificuldades que as famílias atravessam, tem vindo a implementar diversas medidas de apoio às famílias, através do alargamento dos apoios definidos, no âmbito da ação social escolar, pelo Ministério da Educação (auxílio económico a 100% ao alunos com o 1.º escalão e auxílio económico a 50% ao alunos com o 2.º escalão do abono de família). Deste modo, a Câmara Municipal de Coimbra tem vindo a suportar os restantes 50% do 2.º escalão e a contemplar ainda os alunos do 3.º escalão residentes no Concelho ou, não residindo, cujos pais ou encarregados de educação exerçam atividade profissional no Concelho de Coimbra.

De igual modo, os alunos do Pré-escolar e do 1.º Ciclo do EB com NEE de carácter permanente, para efeitos de concessão dos apoios previstos na Ação Social Escolar, são posicionados no escalão mais favorável (escalão A).

De acordo com a Tabela 73, existem atualmente 2.467 crianças e alunos a beneficiar de auxílios económicos, correspondendo a 51,4% do total de alunos a frequentar o ensino Pré-escolar e o 1.º Ciclo do EB da rede pública, distribuídos pelos seguintes níveis de ensino:

- **Pré-escolar:** 437 alunos (14 alunos com NEE, 155 alunos com escalão A, 160 alunos com escalão B e 108 alunos com escalão C), correspondendo a 46,2% do total de crianças a frequentar a Educação Pré-escolar (N.º=946);
- **1.º Ano do 1.º Ciclo do EB:** 476 alunos (20 alunos com NEE, 135 alunos com escalão A, 180 alunos com escalão B e 141 alunos com escalão C), correspondendo a 52,5% do total de alunos a frequentar o 1.º ano do EB (N.º=906);
- **2.º Ano do 1.º Ciclo do EB:** 512 alunos (26 alunos com NEE, 179 alunos com escalão A, 189 alunos com escalão B e 118 alunos com escalão C), correspondendo a 53,3% do total de alunos a frequentar o 2.º ano do EB (N.º=960);
- **3.º Ano do 1.º Ciclo do EB:** 522 alunos (28 alunos com NEE, 174 alunos com escalão A, 181 alunos com escalão B e 139 alunos com escalão C), correspondendo a 52,1% do total de alunos a frequentar o 3.º ano do EB (N.º=1.002);
- **4.º Ano do 1.º Ciclo do EB:** 520 alunos (41 alunos com NEE, 155 alunos com escalão A, 173 alunos com escalão B e 151 alunos com escalão C), correspondendo a 52,6% do total de alunos a frequentar o 4.º ano do EB (N.º=988).

Tabela 73: Número (N.º) de alunos com e sem escalão a frequentar a rede pública do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico no ano letivo 2016/2017.

Ano escolar	NEE		Escalão A		Escalão B		Escalão C		Sem Escalão		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Pré-escolar	14	10,8	155	19,4	160	18,1	108	16,4	509	21,8	946	19,7
1.º Ano	20	15,5	135	16,9	180	20,4	141	21,5	430	18,4	906	18,9
2.º Ano	26	20,2	179	22,5	189	21,4	118	18,0	448	19,2	960	20,0
3.º Ano	28	21,7	174	21,8	181	20,5	139	21,1	480	20,6	1.002	20,9
4.º Ano	41	31,8	155	19,4	173	19,6	151	23,0	468	20,0	988	20,5
Total	129	100%	798	100%	883	100%	657	100%	2.335	100%	4.802	100%

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra - Divisão de Educação e Ação Social, 2017 e Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares –Direção de Serviços da Região do Centro, 2017.

Os auxílios económicos são aplicados aos alunos que frequentam os estabelecimentos da rede pública do Ensino Pré-escolar ou o 1.º Ciclo do EB do Município de Coimbra, sendo que englobam:

- Fornecimento gratuito, em refeitórios escolares, de **refeições e lanches escolares**;
- Oferta de **manuals escolares e respetivos cadernos de exercícios**, adquiridos diretamente pela Câmara Municipal de Coimbra e entregues nos estabelecimentos de ensino;

- Atribuição de um montante, até 20€, para aquisição de **material escolar**²⁴, nomeadamente cadernos, lápis, borrachas, blocos de folhas, régua, papel de fotocópia, afiadeira, canetas, lápis de cor e de carvão, tintas, cartolinas, papéis diversos, micas, pincéis, entre outro material de desgaste necessário ao desenvolvimento das atividades;
- Transferência de 20€ por criança beneficiária dos apoios da ação social para os AE para **Atividades de Complemento Curricular – visitas de estudo.**

De realçar que a Câmara Municipal de Coimbra no ano letivo de 2016/2017 disponibilizou gratuitamente mochilas escolares a todos os alunos do 1.º Ciclo do EB, independentemente do escalão em que estavam posicionados.

REFEIÇÕES ESCOLARES

Relativamente às **refeições escolares**, o serviço inclui, genericamente, a sua confeção, preparação e entrega nas escolas, bem como, no caso dos almoços, o empratamento, o acompanhamento dos alunos nas refeições e na hora de almoço e, ainda, a higienização dos espaços e materiais utilizados, em conformidade com as normas e os princípios do HACCP.

Nas escolas com refeitório de responsabilidade municipal, o serviço de refeições é fornecido pelas empresas às quais foi adjudicada o serviço, no âmbito do procedimento municipal para confeção e fornecimento de refeições escolares transportadas a quente. Nas escolas que não possuem refeitório de responsabilidade municipal, foram celebrados acordos de parceria com Instituições e A.E..

Também deve ser realçado as **comparticipações familiares**, sendo que o preço do almoço a fornecer às crianças da Educação Pré-escolar e aos alunos do 1.º Ciclo do EB nos refeitórios escolares dos estabelecimentos de ensino da rede pública é fixado anualmente por Despacho do Ministério da Educação, cabendo à Câmara Municipal de Coimbra definir os montantes das participações para os lanches escolares e para o prolongamento de horário na Educação Pré-escolar.

Para o ano letivo 2016/2017, a Câmara Municipal de Coimbra definiu, conforme se resume na Tabela 74, que todas as crianças do 1.º, 2.º e 3.º escalão assim como crianças com NEE de carácter permanente, que frequentem a Educação Pré-escolar e o 1.º Ciclo do EB, beneficiariam gratuitamente de:

- Almoço;
- Lanche da manhã e lanche da tarde;
- Prolongamento de horário, no caso de crianças a frequentar a Educação Pré-escolar.

²⁴ Valor reembolsado pela Câmara Municipal de Coimbra aos pais e encarregados de educação.

Mediante análise socioeconómica do agregado familiar, em situações consideradas especiais ou sinalizadas, nomeadamente pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, pode ser reduzido ou dispensado o pagamento da respetiva comparticipação familiar.

Nos alunos com deficiência, mediante apresentação de documento comprovativo do abono complementar pela deficiência, é igualmente atribuído o escalão A para efeitos de concessão dos apoios previstos na Ação Social Escolar.

De salientar ainda que a Câmara Municipal de Coimbra comparticipa ainda com o diferencial entre o valor a pagar pelo encarregado de educação (1,46€ por refeição) e o custo efetivo da refeição dos alunos que não se encontram abrangidos pelos auxílios económicos.

Tabela 74: Custos (€) relativos aos almoços, lanches e ao prolongamento de horário, no ano letivo de 2016/2017, para as crianças a frequentar o ensino Pré-escolar e alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, de acordo com o escalão de abono atribuído.

Crianças a frequentar a educação Pré-escolar				
Escalão	Preço refeição/dia	Lanche da manhã	Lanche da tarde	Prolongamento de horário
1º Escalão	Gratuito	Gratuito	Gratuito	Gratuito
2º Escalão	Gratuito *	Gratuito *	Gratuito *	Gratuito *
3º Escalão	Gratuito *	Gratuito *	Gratuito *	Gratuito *
4º Escalão	1,46€	0,18€	0,50€	20€
NEE	Gratuito *	Gratuito *	Gratuito *	Gratuito *
Alunos a frequentar o 1.º ciclo do Ensino Básico				
Escalão	Preço refeição/dia	Lanche da manhã	Lanche da tarde	Prolongamento de horário
1º Escalão	Gratuito	Gratuito	Gratuito	-
2º Escalão	Gratuito *	Gratuito *	Gratuito *	-
3º Escalão	Gratuito *	Gratuito *	Gratuito *	-
4º Escalão	1,46€	0,18€	0,50€	-
NEE	Gratuito *	Gratuito *	Gratuito *	-

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Educação e Ação Social, 2016.

Siglas: * Aprovado por deliberação de Câmara de 11 de julho de 2016; - Não aplicável.

A Tabela 75 demonstra a evolução, em percentagem, de alunos apoiados pelos auxílios económicos da Autarquia entre o ano letivo de 2012/2013 e o ano letivo de 2016/2017, destacando-se uma evolução mais evidente (+19,0%) entre os anos letivos de 2015/2016 e 2016/2017. Esta evolução deve-se ao alargamento dos auxílios económicos aos alunos inseridos no 3.º escalão do abono de família, com equiparação ao escalão A da Ação Social Escolar.

Tabela 75: Percentagem (%) de alunos apoiados pelos auxílios económicos da Câmara Municipal de Coimbra entre os anos letivos de 2012/2013 a 2016/2017.

	Anos letivos				
	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
Percentagem (%)	33%	34%	34%	38%	57%

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra - Divisão de Educação e Ação Social, 2016.

Relativamente aos Transportes Escolares, a Câmara Municipal de Coimbra disponibiliza e implementa o Plano Municipal de Transportes escolares, que visa apoiar a deslocação dos alunos entre a residência e o estabelecimento de ensino, cabendo à Câmara Municipal de Coimbra a sua organização, suportando a 100% o custo do transporte para os alunos do EB e a 50% para os alunos do Ensino Secundário. O Município de Coimbra alterou, a partir do ano letivo de 2014/2015, de 3km para 2km, a distância mínima definida para acesso aos transportes escolares, indo mais além do exigido nos normativos legais.

De acordo com os dados disponíveis, e consoante a Tabela 76, é de destacar o aumento significativo de 24,2% do número total de alunos beneficiários de transporte escolar do ano letivo de 2013/2014 para o ano de 2016/2017. Este aumento pode ser justificado com a introdução da medida de apoio social escolar relativa à distância mínima para acesso aos transportes escolares no ano letivo de 2014/2015, como anteriormente foi referido.

Tabela 76: Número (N.º) de alunos beneficiários de transportes escolares nos anos letivos compreendidos entre 2013/2014 e 2016/2017.

Ano escolar	Anos letivos			
	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
1.º Ciclo do EB	157	210	207	171
2.º e 3.º Ciclos do EB e Ensino Secundário	1.741	2.009	2.166	2.186
Total	1.898	2.219	2.373	2.357

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Educação e Ação Social, 2016.

A Tabela 77 apresenta o valor total apoiado para transportes escolares nos anos letivos de 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016, bem como o valor estimado para o ano letivo de 2016/2017. É de se salientar que nos últimos 4 anos letivos tem-se registado um aumento do valor apoiado, realçando-se o aumento de 32,1% entre os anos letivos de 2013/2014 e 2016/2017.

Tabela 77: Valor apoiado (€) em transportes escolares nos anos letivos compreendidos entre 2013/2014 e 2016/2017.

Valor total apoiado	Ano letivo			
	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
	564.791,00€	624.420,16€	659.202,87€	746.314,39€*

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Educação e Ação Social, 2016.

Símbolos: *: Valor estimado.

Paralelamente ao trabalho desenvolvido no que diz respeito aos auxílios económicos na Ação Social Escolar, a Câmara Municipal de Coimbra tem em vigor ainda diversos programas e projetos dirigidos a crianças dos Jardins de Infância e alunos do 1.º Ciclo do EB, tais como:

REGIME DA FRUTA ESCOLAR

Esta é uma iniciativa de âmbito europeu que visa a distribuição de frutas e produtos hortícolas aos alunos do 1.º Ciclo do EB, sendo que está previsto a sua distribuição gratuita, duas vezes por semana. Com esta medida, pretende-se reforçar as práticas alimentares mais saudáveis assim como capacitar as crianças e suas famílias para a adoção de competências que levem a um consumo de fruta, em substituição de lanches de fraca qualidade alimentar. Este Programa é aplicado em estabelecimentos de ensino público de âmbito nacional, apenas aos alunos que frequentam o 1.º Ciclo do EB, sendo monitorizado e avaliado pela Direção-Geral de Saúde, pela Direção-Geral da Educação, pelo Gabinete de Planeamento e Políticas e pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

No que diz respeito ao Concelho de Coimbra, foi aprovado para o ano letivo de 2016/2017 a candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Coimbra ao Regime de Fruta Escolar, sendo que a Autarquia aderiu pela primeira vez a esta iniciativa no ano letivo de 2012/2013.

Reconhecendo a importância deste Programa para a implementação e a capacitação das crianças e suas famílias para a aquisição de hábitos alimentares saudáveis, **a Câmara Municipal de Coimbra decidiu alargar esta iniciativa também às crianças da Educação Pré-escolar, suportando na totalidade os custos associados**, garantindo assim que cerca de 944 crianças dos Jardins de Infância e 3.723 alunos do 1.º Ciclo do EB beneficiem desta iniciativa.

ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC) – 1.º CICLO DO EB

As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) são desenvolvidas pelos A.E. e Instituições parceiras, e têm como finalidade:

1. Garantir gratuitamente a todos os alunos do 1.º Ciclo do EB a oferta de um conjunto de aprendizagens enriquecedoras;
2. Promover a articulação entre o funcionamento da escola e a organização de *respostas sociais* no domínio do apoio às famílias.

A Câmara Municipal de Coimbra assegura o acesso ao Programa a todos os alunos que o pretendam frequentar, através da cedência dos espaços que sejam necessários para a sua execução.

ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA – PRÉ-ESCOLAR

As Atividades de Animação e de Apoio à Família pretendem assegurar o acompanhamento diário das crianças antes e/ou após as atividades educativas e durante os períodos de interrupções letivas e férias escolares. Estas englobam a alimentação e o prolongamento de horário, sendo que esta última vertente possibilita a criação e programação de tempo para o desenvolvimento de atividades lúdicas e criativas, visando:

- A vigilância e o reforço da segurança da criança dando resposta aos agregados familiares que, por razões de ordem profissional ou outra, não possam acompanhar os seus educandos;
- A promoção do desenvolvimento educativo, social e cultural da criança.

Para tal, é da competência do Município de Coimbra, o planeamento, organização e gestão das Atividades de Animação e de Apoio à Família.

PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À FAMÍLIA – PRÉ-ESCOLAR

Este Programa, lançado em 2014, pretende efetuar o alargamento do funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família nos Jardins de Infância da rede pública do Município de Coimbra, durante o mês de agosto. O Programa decorre todos os anos e prevê o funcionamento de 10 Jardins de Infância, distribuídos pelos 6 A.E. existentes no Município, com vista a garantir que a oferta do Programa se estenda a toda a área territorial do Concelho. Ao Programa está associada uma comparticipação familiar calculada em função dos custos associados à sua operacionalização, encontrando-se isentos de pagamento todas as crianças posicionadas no 1º, 2º e 3º escalão de abono de família.

PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À FAMÍLIA – 1.º CICLO DO EB

Este Programa visa o fornecimento de almoços durante os meses de julho e agosto (férias escolares) a alunos do 1.º Ciclo do EB sinalizadas por carência alimentar, através das CSF e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, e que não estejam abrangidas por outros Programas de Apoio, nomeadamente Cantinas Sociais.

COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA – 1.º CICLO DO EB

Trata-se de um conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º Ciclo do EB antes e depois da componente curricular e de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva. A Componente de Apoio à Família no 1º Ciclo do EB é

promovida por Instituições e Associações de Pais, em parceria com os A.E., de acordo com o definido na Portaria N.º 644-A/15, de 24 de agosto. À Câmara Municipal de Coimbra compete disponibilizar e manter os espaços escolares assim como suportar as despesas relativas aos consumos de água e eletricidade.

PROGRAMA “QUALIFICAR PARA MELHORAR” – PRÉ-ESCOLAR

O Programa “Qualificar para Melhorar” é implementado em todos os Jardins de Infância afetos à Câmara Municipal de Coimbra e que, com a necessária adaptação ao Projeto Educativo de cada A.E., bem como à realidade própria de cada estabelecimento de ensino, pretende melhorar a qualidade do tempo das crianças do ensino Pré-escolar que frequentam as Atividades de Animação e Apoio à Família e os Refeitórios escolares. Para tal, em articulação com todos os parceiros, promove e gere um conjunto de estratégias fundamentais ao sucesso de um programa de animação.

REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

O Programa “Rede de Bibliotecas Escolares” foi lançado pelos Ministérios da Educação e da Cultura em 1996, com o objetivo de instalar e desenvolver bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, disponibilizando os recursos necessários à leitura, ao acesso, ao uso e à produção de informação em suporte analógico, eletrónico e digital. No Município de Coimbra, o Programa tem o acompanhamento da Divisão de Bibliotecas, Arquivo e Museologia da Câmara Municipal de Coimbra, sendo que, atualmente integra 13 escolas do 1.º Ciclo do EB, representando 20% das escolas e 43% da população escolar.

BIBLIOMÓVEL

O Programa “Bibliomóvel” consiste no empréstimo domiciliário de 5 livros por mês junto da população que esteja fora da área das bibliotecas fixas. Realiza 18 percursos diferentes, fazendo paragens junto das escolas, dos CATL, Jardins de Infância bem como em praças públicas das diferentes localidades.

PROGRAMAS DE ATIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR DA AUTARQUIA

Conjunto de programas que estão atualmente em vigor e são desenvolvidos nos Jardins de Infância e nas escolas do 1.º Ciclo do EB, tais como:

- Teatro nas Escolas – “Projeto Ver e Pensar”;
- “A Orquestra vai à Escola”;
- “Em Coimbra há Ciência para todos”;

- “Utiliza os transportes públicos”;
- “Os Bombeiros vão à escola”;
- “Bem comer para melhor viver”;
- “Coimbra segura”;
- “Eco-escolas”.

Na Tabela 78 encontra-se uma breve descrição de cada um dos Programas de Atividades de Complemento Curricular mencionados, que abrangem diversas faixas etárias da população e diversas áreas de interesse, nomeadamente cultura, música, arte, ciência, saúde, segurança, cidadania, entre outras.

Tabela 78: Projetos e programas de Atividades de Complemento Curricular em vigor.

Programas	Descrição
Teatro nas Escolas “Projeto Ver e Pensar”	Consiste num projeto destinado não só à população jovem como também à população idosa, executado pelo “O Teatrão”. Constitui uma aposta na área do serviço educativo, integrando a realização de 2 programas específicos: “ <i>Ver e Pensar</i> ”, dirigido a crianças e alunos que frequentam a rede pública de Educação Pré-escolar (6 estabelecimentos) e do 1.º Ciclo do EB (6 estabelecimentos), e “ <i>P’ros Grandes: detrásprá frente</i> ”, desenvolvido em IPSS para a população idosa.
“A Orquestra vai à Escola”	Este Programa abrange diversos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do Município, onde se procura que as atividades sejam realizadas nas próprias escolas, com a Orquestra Clássica do Centro nas suas formações mais reduzidas. Os alunos das escolas terão a oportunidade de ouvir a música, ouvir explicações sobre a música e a sua história, havendo a possibilidade de interação direta com os músicos.
“Os Bombeiros vão à escola”	Este Programa pretende dar a conhecer, às crianças da Educação Pré-escolar e aos alunos do 1º Ciclo do EB, a Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra e permitir um contacto direto com a atividade de prevenção e de socorro.
“Em Coimbra há Ciência para todos”	Este Programa permite aos estabelecimentos de ensino da rede pública, solidária e particular, a possibilidade de levarem os seus alunos a participarem no Programa “Em Coimbra há Ciência para todos”, a decorrer no Exploratório Ciência Viva de Coimbra. Com esta iniciativa, pretende-se promover uma maior aproximação aos conteúdos científicos, desenvolver a curiosidade, ampliar a motivação dos alunos em relação à aprendizagem das ciências, assim como apoiar no combate ao abandono escolar precoce, entre outros.
“Utiliza os transportes públicos”	Trata-se de um Programa de sensibilização para a utilização do transporte público dirigido aos alunos do EB, sendo que para tal são disponibilizados horários e diversos artigos promocionais alusivos aos transportes durante visitas às escolas.
“Bem comer para melhor viver”	Este Programa, através de ações de sensibilização na área da alimentação saudável, oficinas de saúde e outras atividades diversas, visa divulgar procedimentos da constituição de uma ementa escolar, esclarecer sobre os benefícios de uma alimentação equilibrada, incentivar para o consumo de legumes e frutas na alimentação diária, proporcionar atividades lúdicas e significativas, assim como proporcionar o convívio entre pais e filhos, entre outros.

Programas (cont.)	Descrição (cont.)
“Coimbra segura”	O Projeto “Coimbra segura” tem em vista a promoção de ações de sensibilização e divulgação de matérias de interesse social por parte da Polícia Municipal, nomeadamente no que se refere à segurança nas escolas, à proteção do ambiente e à cidadania.
“Eco-Escolas”	O Eco-Escolas é um Programa internacional, coordenado em Portugal pela Associação Bandeira Azul, e destina-se a todos os graus de ensino, sendo que visa garantir a participação das crianças e jovens na tomada de decisões. Para tal, o Programa desenvolve um conjunto de iniciativas, sendo que todos os anos são definidos temas obrigatórios a desenvolver pelos estabelecimentos participantes. A participação da Câmara Municipal de Coimbra é formalizada através de uma “parceria” anual com a associação coordenadora.

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Educação e Ação Social, 2016.

Conforme se verifica pela diversidade de programas, projetos e apoios, a Câmara Municipal de Coimbra reconhece a importância de se apoiar as famílias na atual conjuntura, de modo a garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar das crianças e alunos, promovendo diversas medidas de apoio socioeducativo.

5.3.3. Área da Habitação Social

O direito à habitação consagrado na Constituição da República Portuguesa de 1976 teve em consideração a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que o considerou como primordial para todos os cidadãos, determinando que todos devem ter direito a uma habitação condigna, com qualidade em termos de espaço de acolhimento e salubridade, independentemente do sexo, idade, raça, religião, entre outros.

No entanto, as carências na área da habitação são significativas e, por isso, existe, em termos de política social, uma forte intervenção do Estado, que se exerce sobretudo através das Autarquias locais a quem está confiado o essencial do desenvolvimento e implementação dessa política.

A Portaria N.º 580/83 de 17 de maio definiu, pela primeira vez em Portugal, o conceito de habitação social: *“São consideradas habitações sociais as habitações de custos controlados promovidas pelas câmaras municipais, cooperativas de habitação económica, pelas instituições particulares de solidariedade social e pela iniciativa privada com o apoio financeiro do Estado e destinadas à venda ou ao arrendamento nas condições de acesso estabelecidas no presente diploma.”*

Atualmente, existem 813 habitações municipais (Tabela 79), onde residem 840 famílias, perfazendo uma média de 2.520 pessoas.

Tabela 79: Síntese da habitação municipal existente no Concelho de Coimbra.

Unidades Territoriais do Concelho de Coimbra	Designação	N.º de Fogos						
		Total	T0	T1	T2	T3	T4	T5
Santo António dos Olivais	Bairro de Celas	100			67	33		
	Bairro da Fonte do Castanheiro	72			27	39	6	
	Lomba da Arregaça - R. Verde Pinho	9				9		
	Lomba da Arregaça - Praceta Alberto Sá de Miranda	1				1		
	Rua Ribeiro Sanches	1			1			
	Avenida Mendes Silva	1				1		
	Rua Brigadeiro Correia Cardoso	1			1			
	Bairro da Fonte da Talha	71			51	20		
U.F. Coimbra	Rua Alegria	3		1	2			
	Rua Direita	2		1	1			
	Rua Nova	3	2	1				
	Rua Direita e Arco do Ivo	2			2			
	Casa das Cruzes	*						
	Centro Estágio Habitacional	11			4	7		
	Couraça dos Apóstolos	1		1				
	Rua Joaquim António de Aguiar	1						1
	Centro de Realojamento da Baixa	8		7	1			
	Novo Bairro da Misericórdia	29		9	14	4	2	
	Habitações da Conchada	28		4	4	20		
U.F. Eiras e São Paulo de Frades	Bairro do Ingote	145		14		131		
	Bairro do ex. IGAPHE	73				73		
	Relvinha	9			6	3		
	Bairro da Rosa	222		31	59	102	30	
	Loreto	1				1		
	Quinta da Rosa	12		5	3	2	2	
	R. Dr. Manuel Almeida e Sousa	1				1		
	Quinta do Carmo	4			4			
U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	Santa Clara	1			1			
U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	Taveiro	1			1			
Total		813	2	74	249	447	40	1

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Promoção da Habitabilidade, fevereiro de 2016.

Símbolos: *: A Casa das Cruzes possui 20 quartos com 4 cozinhas.

O Concelho de Coimbra como se constata na Tabela 79 dispõe de um parque habitacional municipal, constituído por vários bairros, dispersos pelo Município, com diferentes tipologias, alguns equipamentos municipais, assim como por alguns prédios isolados que vieram à posse da Câmara Municipal de Coimbra.

É de salientar a existência de um conjunto de habitações que se encontram devolutas, aguardando intervenção ao nível do edificado, conforme se pode observar na Tabela 80.

Tabela 80: Ano de construção e de reabilitação da Habitação Municipal existente no Concelho de Coimbra.

Unidades Territoriais do Concelho de Coimbra	Designação	Ano de construção	Ano de reabilitação
Santo António dos Olivais	Bairro de Celas	1946	Em curso
	Bairro da Fonte do Castanheiro	1946	Em curso
	Lomba da Arregaça - R. Verde Pinho	1963	-
	Lomba da Arregaça - Praceta Alberto Sá de Miranda	1986	-
	Rua Ribeiro Sanches	-	-
	Avenida Mendes Silva	-	-
	Rua Brigadeiro Correia Cardoso	-	-
	Bairro da Fonte da Talha	1973	Em curso
U.F. Coimbra	Rua Alegria	2009	-
	Rua Direita	-	2005
	Rua Nova	-	2006
	Rua Direita e Arco do Ivo	-	2006
	Casa das Cruzes	-	-
	Centro Estágio Habitacional	2005	-
	Couraça dos Apóstolos	-	2002
	Rua Joaquim António de Aguiar	-	-
	Centro de Realojamento da Baixa	-	2011
	Novo Bairro da Misericórdia	2009	-
	Habitações da Conchada	1998	-
U.F. Eiras e São Paulo de Frades	Bairro do Ingote	1975	-
	Bairro do ex. IGAPHE	1984	-
	Relvinha	1984	-
	Bairro da Rosa	1994	-
	Loreto	1994	-
	Quinta da Rosa	1998	-
	R. Dr. Manuel Almeida e Sousa	-	-
	Quinta do Carmo	-	-
U.F. Santa Clara e Castelo Viegas	Santa Clara	1946	-
U.F. Taveiro, Ameal e Arzila	Taveiro	-	-

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Promoção da Habitabilidade, fevereiro de 2016.

Símbolos: - : Ano de construção desconhecido ou reabilitação não se encontra prevista.

Para além das 813 habitações municipais, acresce ainda a gestão social de 136 fogos arrendados no mercado privado de arrendamento, os quais posteriormente foram subarrendados. Destes, 56 fogos foram arrendados no mercado privado ao abrigo do “Programa de Financiamento para acesso à habitação” (PROHABITA). Este Programa pretende resolver “*situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional*”.

Os restantes fogos, que perfazem um total de 80, foram arrendados pela Autarquia no mercado privado de arrendamento, sem recurso a qualquer programa de financiamento. A estas habitações, acresce a existência de equipamentos municipais, os quais são especificados no ponto referente às respostas disponibilizadas pela Câmara Municipal de Coimbra.

De acordo com a alínea a) do artigo 3.º do Decreto-Lei N.º 135/2004 de 3 de junho, entende-se por grave carência habitacional toda *“a situação de residência permanente de agregados familiares em edificações, partes de edificações ou estruturas provisórias caracterizadas por graves deficiências de solidez, segurança e ou salubridade e ou em casos de manifesta exiguidade da área habitável para o número de pessoas do agregado familiar, bem como situações de necessidade urgente de alojamento no âmbito de operações municipais de reabilitação urbana”*.

Não estando disponíveis dados sobre as habitações sociais relativas a cooperativas ou outras instituições, a análise restringe-se às respostas disponibilizadas pela Câmara Municipal de Coimbra.

A gestão social do parque habitacional, tendo por base a Lei vigente, considera um regime de renda apoiada, calculada tendo por base os rendimentos auferidos pelos agregados familiares.

No que respeita ao Município de Coimbra, e considerando todos os arrendamentos/subarrendamentos, a renda média mensal vigente na presente data é de 23,25€.

Projeto “Reabilitar Coimbra XXI” do programa “Reabilitar para Arrendar”

A Tabela 81 apresenta os diversos projetos de edifícios a ser alvo de intervenção, sendo que os projetos 1 a 8 pretendem dar resposta ao programa “Reabilitar para Arrendar”, bem como aos objetivos globais para a reabilitação da Baixa de Coimbra, nomeadamente:

- Reabilitar e requalificar o edificado urbano existente, englobando também as edificações devolutas ou em ruínas, devendo ser mantida e fomentada a presença da habitação;
- Promover, ao nível do piso térreo, sempre que possível e compatível, a presença do comércio, especialmente em edifícios pela sua localização;
- Contribuir para a utilização e animação do espaço público;
- Requalificar e dinamizar a oferta comercial;
- Privilegiar a ocupação dos edifícios e/ou frações devolutas, tendo em vista o reforço das dinâmicas funcionais da Baixa;
- Valorizar a função habitacional, tendo como objetivo a fixação e atração de residentes.

Já o projeto 9, embora não esteja inscrito no mesmo programa de reabilitação, faz parte da planificação de obras da Câmara Municipal de Coimbra.

Tabela 81: Síntese da habitação municipal em Projeto.

Unidades Territoriais do Concelho de Coimbra	Designação		N.º de Fogos				
			Total	T0	T1	T2	T3
U.F. Coimbra	1	Rua da Louça, 58-60	1			1	
	2	Largo do Romal, 26	4		4		
	3	Rua do Arco do Ivo, 5-7	2	1		1	
	4	Travessa das Canivetas, 3-4; Beco das Canivetas, 4-8; Rua das Azeiteiras, 32-34	6	2	3	1	
	5	Beco das Canivetas, 1-5	1		1		
	6	Rua Direita, 80-82; Rua Nova, 44-46	6	2	1	2	
	7	Terreiro da Erva, 9-10	2		1	1	
	8	Rua Corpo de Deus, 70-80	9	3	6		
Santo António dos Olivais	9	Rua Bernardo de Albuquerque, 18-24	4	1	1		2
Total			35	9	17	6	2

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Promoção da Habitabilidade, fevereiro de 2016.

Com a execução dos projetos em apreço, o parque habitacional municipal vai, não apenas ser ampliado, como renovado e modernizado.

Equipamentos municipais

Atualmente, a Câmara Municipal de Coimbra dispõe de 4 equipamentos municipais para alojamento de famílias, nomeadamente:

CENTRO DE ESTÁGIO HABITACIONAL

Este equipamento municipal localiza-se nos Campos do Bolão (U.F. de Coimbra), sendo composto por 11 habitações de tipologia T2 e T3. Foi construído no ano de 2004 pela Autarquia, mediante recursos próprios. O objetivo deste equipamento é realojar provisoriamente famílias provenientes de barracas e situações similares. Trata-se de módulos pré-fabricados, térreos, implantados em duas bandas e um centro de apoio social que funciona em permanência. No centro de apoio social são desenvolvidas atividades de cariz socioeducativo e psicossocial, tendo em vista o treino de competências. Estas ações têm como fim último, a autonomização dos agregados familiares tendo em vista o realojamento em habitações dispersas pela Cidade.

CENTRO DE REALOJAMENTO DA BAIXA

Localiza-se no Beco de Santa Maria, em plena Baixa da Cidade (U.F. de Coimbra), tendo sido construído no ano de 2011. Trata-se de um edifício com 8 habitações de utilização coletiva. O Centro de

Realojamento da Baixa resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Associação das Cozinhas Económicas Rainha Santa Isabel, permitindo à Autarquia realojar, de forma regular, 8 famílias e, à Associação das Cozinhas Económicas, melhorar as suas instalações, nomeadamente na instalação de um CD, lavandaria, apoio médico e serviço de refeições.

Este equipamento foi criado com o objetivo de realojar pessoas idosas e carenciadas residentes na zona da Baixa de Coimbra, evitando o desenraizamento desta população e prestando o apoio social necessário.

CASA DAS CRUZES

Este espaço Municipal localiza-se no Palácio dos Confusos (U.F. de Coimbra), tendo sido construído no ano de 1993, no âmbito do “Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas” (PRAUD). O equipamento em apreço comporta 20 quartos, sendo que 12 são geridos pela Divisão de Habitação Social do Departamento de Desenvolvimento Social e Ambiente. Os restantes 8 são geridos pelo Departamento de Cultura, Desporto e Turismo. Aquando da construção da Casa das Cruzes, o seu objetivo era realojar agregados familiares cujos imóveis fossem alvo de intervenção de conservação, beneficiação ou reconstrução, levados a cabo pela Câmara Municipal de Coimbra ou sob a sua supervisão. Atualmente, encontram-se realojados, de forma provisória, agregados familiares em situação de vulnerabilidade e emergência social.

Com o intuito de requalificar o espaço, o mesmo foi candidatado no âmbito do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano” (PEDU), mediante a apresentação de um projeto designado “Residência - Ganhar Autonomia”. A intervenção proposta incide prioritariamente na conservação do edificado, potenciando a sua funcionalidade. Para esta reabilitação foram repensadas as mais-valias que podem dotar o imóvel de um maior conforto. Assim, e condicionados pelas pré-existências estruturais, a presente solução desenvolve-se em torno da ideia de transformar o espaço em 17 unidades de habitação autónomas com tipologias compreendidas entre o T0 e o T2.

HABITAÇÃO PARTILHADA

No ano de 2012, a Câmara Municipal de Coimbra aprovou a afetação de uma habitação municipal de tipologia T3, para efeitos de “apartamento partilhado”, gerido pela Divisão de Habitação Social do Departamento de Desenvolvimento Social e Ambiente. Trata-se de um alojamento transitório, temporário e partilhado, destinado preferencialmente a vítimas de violência doméstica ou famílias monoparentais com filhos menores até 12 anos de idade. Este apartamento tem deste modo como objetivo permitir o alojamento temporário de Munícipes em situação de vulnerabilidade social.

Tendo em conta o momento atual de crise económica, que apresenta uma elevada Taxa de Desemprego ou precariedade do posto de trabalho, dificuldades económicas e alterações na própria conceção da família, constata-se que estas problemáticas têm conduzido à continuidade de pedidos de habitação junto da Câmara Municipal de Coimbra ao longo dos anos, conforme se verifica na Tabela 82.

Comparando a procura de habitação junto da Câmara Municipal de Coimbra nos últimos 6 anos, observa-se um decréscimo de pedidos, situação que se pode prender com o auge da crise que se registou no ano de 2011 (Tabela 82).

No que concerne à Taxa de Satisfação de pedidos de habitação social dos últimos 6 anos, verifica-se que esta foi de 22,1%, sendo que o valor mais elevado foi em 2013 com uma Taxa de 28,8%, conforme se pode observar na Tabela 82.

Mais se constata que não existe capacidade real para dar resposta aos pedidos de habitação ativos face a escassez de resposta habitacional municipal.

Tabela 82: Número (N.º) de pedidos de habitação social e Taxa de Satisfação (%) entre 2011 e 2016.

Pedidos de Habitação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Entrados (N.º)	315	184	177	153	112	130	1.071
Realojamentos efetuados (N.º) (incluindo subarrendamentos)	68	51	51	33	13	21	237
Taxa de satisfação (%)	21,6%	27,7%	28,8%	21,6%	11,6%	16,2%	22,1%

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra – Divisão de Habitação Social, janeiro de 2017.

De acordo com o levantamento efetuado pela Divisão de Habitação Social da Câmara Municipal de Coimbra, os motivos inerentes aos pedidos de habitação apresentam um denominador comum - a carência económica, que se traduz nas seguintes situações:

- Vulnerabilidades sociais, insolvência económica, renda elevada e/ou em dívida, risco de perda de habitação ou do alojamento por ação de despejo ou por penhora da habitação;
- Falta de condições habitacionais, nomeadamente em habitação degradada, em parte de edificações, em estruturas provisórias, em desadequação do alojamento por motivo da limitação da mobilidade, em quarto, ou ainda em coabitação;
- Famílias em sobreocupação ou a residir em casas degradadas ou onde se verificam conflitos familiares, residentes em casas emprestadas, degradação familiar por falta de habitação adequada ou em instituições de acolhimento.

Constata-se também o surgimento de um novo público que procura habitação através da Câmara Municipal nos últimos tempos, sendo de destacar duas novas tipologias de pedidos:

- **Pedidos por motivos de ação de despejo resultantes de resolução dos contratos de arrendamento ou por penhora da habitação.**

Os pedidos por motivos de ação de despejo resultantes de resolução dos contratos de arrendamento ou por penhora da habitação têm vindo a intensificar-se nos últimos meses. Trata-se, em muitos casos, de pessoas de classe média que deixaram de conseguir pagar a renda ou a prestação resultante do empréstimo bancário contraído para a aquisição de habitação, sendo que as ruturas de relações familiares estão na origem de muitas destas situações.

- **Novos pedidos de habitação efetuados por elementos de agregados familiares que beneficiaram de habitação municipal anteriormente, e da qual foi resolvido o contrato de arrendamento.**

Os novos pedidos de habitação efetuados por elementos de agregados familiares que beneficiaram anteriormente de habitação municipal, e da qual foi resolvido o contrato de arrendamento por se terem comprovado a utilização indevida da habitação municipal para práticas ilícitas ou o abandono da habitação, ou ainda ocupação abusiva de habitação municipal entre outros fatores, tais como a cedência de habitação municipal a terceiros, a acumulação de rendas em atraso e a danificação da habitação.

5.4. Outras respostas de âmbito social existentes no Concelho

Para além das *respostas sociais* identificadas no subcapítulo 5.2 (*Respostas sociais* existentes no Concelho de Coimbra) e dos programas e projetos sociais identificados no subcapítulo 5.3 (Ação social da Câmara Municipal de Coimbra), é de salientar ainda a existência de outras respostas de âmbito social que, pela sua abrangência territorial, pela sua intervenção inovadora e pelo apoio social que prestam a grupos socialmente mais vulneráveis, merecem um destaque no presente Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra.

5.4.1. Centro de Emprego de Coimbra

O Concelho de Coimbra é abrangido por um Centro de Emprego que disponibiliza diversas medidas de apoio a qualquer cidadão e/ou entidade, tais como:

- **Apoios à contratação:** consistem na atribuição de apoios financeiros às empresas que celebrem contratos de trabalho.
 1. Contrato-Emprego;
 2. Promoção de Igualdade de Género no Mercado de Trabalho;
 3. Isenções e reduções de contribuições a cargo da entidade empregadora.

- **Empreendedorismo:** conjunto de instrumentos de promoção do empreendedorismo através de apoios à criação de empresas e do próprio emprego.
 1. Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego;
 2. Investe Jovem.

- **Estágios:** medidas que proporcionam a experiências de formação prática em contexto de trabalho e promovem a inserção profissional dos seus beneficiários.
 1. Estágios Emprego;
 2. REACTIVAR;
 3. Estágios não financiados.

- **Emprego-Inserção:** medidas dirigidas a beneficiários de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego, rendimento social de inserção e outros desempregados inscritos, não beneficiários de prestações sociais tendo em vista a realização de trabalho socialmente necessário.
 1. Contrato Emprego Inserção;
 2. Contrato Emprego Inserção +;
 3. Trabalho Social Florestas.

Para além das medidas supramencionadas, o Centro de Emprego de Coimbra disponibiliza ainda outras medidas de apoio, tais como apoios à mobilidade geográfica, cheque-formação, emprego jovem ativo, incentivo à aceitação de ofertas, promoção das artes e ofícios e reabilitação profissional.

Paralelamente às atividades desenvolvidas pelo Centro de Emprego de Coimbra, é ainda de salientar a existência de Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), promovidos por entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, credenciados para prestar apoio a jovens e adultos desempregados no seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Atualmente, o Concelho de Coimbra dispõem de 5 GIP:

- Centro de Acolhimento João Paulo II;
- Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres;
- Fundação Bissaya Barreto;
- Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro;
- Cáritas Diocesana de Coimbra.

5.4.2. Formação Profissional Certificada

A formação profissional visa dotar ou melhorar os conhecimentos e competências das pessoas de modo a permitir-lhes exercer uma atividade profissional no mercado de trabalho, manter o emprego e/ou progredir na sua carreira.

Atualmente, o Concelho de Coimbra tem 62 entidades formadoras certificadas pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), de diversos âmbitos, designadamente da área da educação, artes e humanidades, ciências sociais, comércio e direito, ciências, matemática e informática, engenharia, indústrias transformadoras e construção, agricultura, saúde e proteção social, entre outras.

Para além das entidades formadoras certificadas pela DGERT, é também de destacar a existência de diversos cursos de formação profissional, disponibilizados pelo IEFP, nomeadamente:

- Cursos de Educação e Formação para Jovens (CEF);
- Cursos de Aprendizagem;
- Cursos de Especialização Tecnológica (CET);
- Cursos de Educação e Formação para Adultos (Cursos EFA);
- Formação Modular;
- Programa PPT - Português para Todos;
- Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC);

As condições de frequência dos cursos acima mencionados variam em função de vários fatores, designadamente, a idade e as habilitações escolares dos candidatos.

5.4.3. Rede Local de Intervenção Social (RLIS)

A Rede Local de Intervenção Social (RLIS) é um projeto de intervenção social, implementado pela Cáritas Diocesana de Coimbra, que tem como objetivo promover uma resposta, articulada e coordenada entre as diversas entidades locais, aos problemas sociais.

A RLIS presta um Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, assegurando o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social.

Este serviço é prestado a pessoas residentes nas freguesias de Santo António dos Olivais, Cernache, Almalaguês, U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades, U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas e na U.F. Assafarge e Antanhol.

Atualmente, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social da RLIS tem como atividades principais:

- Atendimento gratuito de segunda a sábado;
- Acompanhamento de proximidade, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de pessoas e famílias que recorrem ao serviço;
- Promoção de competências sociais e pessoais para uma cidadania ativa;
- Promoção de competências parentais;
- Ações de marketing pessoal tendo em vista a promoção da inserção social e profissional;
- Informação e orientação no acesso a serviços e recursos locais;
- Apoio em situações de emergência social e de comprovada carência económica.

5.4.4. Programa CLDS 3G – Coimbra Concelho Solidário e Saudável

Este programa tem como finalidade promover a inclusão social das pessoas, de forma multissetorial e integrada, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social. Na sua parceria formal de desenvolvimento, o CLDS 3G - Coimbra, tem a Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra como Entidade Coordenadora Local da Parceria.

O CLDS 3G - Coimbra Concelho Solidário e Saudável contempla 3 eixos de intervenção:

- Eixo 1: Emprego, formação e qualificação;
- Eixo 2: Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil;
- Eixo 3: Capacitação da comunidade e das instituições.

5.4.5. CoimbraMaisFuturo

A CoimbraMaisFuturo é uma associação de desenvolvimento local de Coimbra, constituída em 2015 por um conjunto de entidades locais, que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento local em meio rural e urbano e a melhoria da qualidade de vida da população, através de processos sustentáveis de dinamização sociocultural e económica do território.

A associação desenvolve ainda uma intervenção diversificada, nomeadamente nas áreas da promoção do conhecimento e da inovação, da gestão sustentável do capital e ativos do território, da dinamização socioeconómica e da cooperação, da capacitação institucional e do trabalho em rede.

A CoimbraMaisFuturo é um dos 54 Grupos de Ação Local do Continente, reconhecida para a implementação de uma estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária que dispõe de uma dotação financeira para financiamento de iniciativas a concretizar no Concelho de Coimbra (exceto na freguesia de Santo António dos Olivais e na U.F. de Coimbra).

5.4.6. Voluntariado

O voluntariado, de acordo com o artigo 2.º da Lei N.º 71/98, de 3 de novembro, é definido como “[...] conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.”. Contudo, as atuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança não são consideradas ações de voluntariado. De acordo com o Conselho Nacional Para a Promoção do Voluntariado, para além do Banco Local de Voluntariado da Câmara Municipal de Coimbra, existem ainda 31 organizações promotoras de voluntariado no Concelho de Coimbra.

Atualmente, o voluntariado é um pilar fundamental ao trabalho desenvolvido pelas entidades de cariz social, sendo que os voluntários são encarados sempre como uma mais-valia, sobretudo pela dádiva de tempo e pela disponibilidade junto do público-alvo de cada instituição, sem nunca substituir os recursos humanos.

De salientar que a grande maioria das entidades possui uma gestão voluntária por parte dos seus corpos sociais, sendo que esta acaba por ser, de forma bastante frequente, a única opção considerada exequível, tendo em conta a atual dificuldade económica que a maior parte das instituições atravessa. Esta gestão voluntária por partes dos corpos sociais é frequentemente encarada como uma forma de

apoio responsável, comprometida e desinteressada, dando deste modo o seu contributo para uma sociedade mais solidária.

A economia social, pela sua capacidade de responder às necessidades e desafios sociais emergentes, nomeadamente no contexto de crises marcadas por transformações socioeconómicas, é atualmente considerada de elevada relevância na sociedade devido ao impacto socioeconómico que gera, sendo encarada como um dos pilares para um modelo económico sustentável.

Muito embora, frequentemente se associe a economia social a entidades de cariz social, esta pretende ser mais abrangente incluindo não só as associações de solidariedade social, centros sociais paroquiais, fundações de solidariedade social, organizações religiosas, misericórdias, entre outras, mas também mais recentemente empresas lucrativas com fins sociais. A economia social assume um conjunto de princípios e de valores, designadamente:

- Primado da pessoa e do objeto social do capital;
- Adesão voluntária e aberta;
- Controlo democrático e conciliação dos interesses dos membros e utentes;
- Defesa e aplicação dos princípios de solidariedade e de responsabilidade;
- Autonomia de gestão e independência dos poderes públicos;
- Afetação da maior parte dos excedentes à realização dos objetivos que favoreçam o desenvolvimento sustentável.

Face às potencialidades da economia social, esta pode contribuir para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, privilegiando a dimensão humana e a coesão social, pilar fundamental para o cumprimento dos objetivos da Estratégia Europeia 2020, nomeadamente nos domínios do emprego, educação e inclusão social e redução da pobreza.

O Concelho de Coimbra detém uma vasta rede de entidades direcionadas para a economia social as quais têm como missão: o combate às desigualdades sociais, estimulando a efetiva inclusão social das pessoas, nomeadamente de grupos mais vulneráveis; a melhoria das medidas de proteção social, promovendo a sustentabilidade e a maior proximidade das entidades aos cidadãos; e a promoção da economia do terceiro setor bem como a aposta no empreendedorismo social.

Atualmente, o peso da economia social no Concelho de Coimbra já é expressivo, podendo no entanto ser largamente potenciado, caso sejam ultrapassados alguns obstáculos, tais como a baixa notoriedade e dimensão, a escassez de incentivos fiscais, o insuficiente nível de cooperação entre as entidades e o Estado, entre outros.

7. ÁREAS TEMÁTICAS

Neste capítulo 6 – Áreas Temáticas, serão abordadas as áreas temáticas, consideradas prioritárias para intervenção a curto e médio prazo no Concelho de Coimbra, que foram identificadas pelo Núcleo Executivo do CLAS/C, tendo em conta os anteriores documentos de diagnóstico e de planeamento elaborados até à presente data:

- **Crianças e Jovens;**
- **Pessoas idosas;**
- **Pessoas com deficiência;**
- **Migrantes;**
- **População sem abrigo;**
- **Saúde;**
- **Habitação;**
- **Pobreza e Exclusão social;**
- **Freguesias.**

Cada uma destas temáticas foi posteriormente analisada por parte dos vários *stakeholders* do CLAS/C que, dada a sua área de intervenção, o seu envolvimento e as suas responsabilidades no desenvolvimento social local, foram convidados a expressar a sua experiência, conhecimentos e respetivo parecer sobre cada uma das temáticas abordadas.

Desde modo, seguidamente, são apresentadas as conclusões das diversas reuniões de trabalho efetuadas para a atualização do presente Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra, assim como uma breve análise crítica e reflexiva aos problemas apontados pelos parceiros do CLAS/C.

7.1. *Crianças e Jovens*

Relativamente à temática das Crianças e jovens, foram identificados 7 problemas considerados prioritários de intervenção, de diversos âmbitos, nomeadamente:

- **Défice de resposta em Creches;**
- **Diminuição do tempo livre para a criança;**
- **Aumento de comportamentos desviantes nas camadas mais jovens;**
- **Falta de docentes e de outros profissionais de Educação Especial nas escolas públicas;**

- Défice de respostas ao nível da saúde mental para crianças e jovens;
- Absentismo escolar;
- Aumento da incidência da obesidade infantil.

Ilustração 6: Défice de resposta em Creches - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Mensalidades elevadas das Creches da rede lucrativa. • Rendimentos baixos. • Diminuição dos rendimentos de alguns agregados familiares. • Carência de uma rede informal de apoio. • Consciencialização das famílias acerca dos benefícios da Creche para o desenvolvimento de uma criança. • Flexibilidade, por parte das instituições da rede solidária, perante o incumprimento do pagamento das mensalidades.	DÉFICE DE RESPOSTA EM CRECHES.	• Recurso a amas particulares. • Abdicação do mercado de trabalho para cuidar da criança. • Surgimento de Creches de carácter lucrativo ou clandestinas. • Aumento das listas de espera para Creches da rede solidária.

Relativamente ao défice de resposta em Creches é de salientar que, atualmente, o Concelho de Coimbra tem uma Taxa de Cobertura de Creches de 46,7%, conforme já abordado no subcapítulo 5.2.1 - Infância e Juventude.

Uma das causas referida pelos *stakeholders* do CLAS/C para o problema apontado é a diminuição dos rendimentos de alguns agregados familiares, devido sobretudo à crise económica e social que Portugal vivenciou nos últimos anos e que tem acarretado consequências no seio das famílias. Tal situação é clara no seguinte excerto da Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular:

*“Muitas creches sociais não estão a conseguir dar resposta às inúmeras candidaturas para inscrição das crianças [...] Os pais que antes tinham os filhos em creches privadas estão a optar pelas instituições sociais, onde a mensalidade é mais baixa, já que é calculada em função dos rendimentos do agregado familiar.”*²⁵

Embora esta elevada procura por Creches da rede solidária tenha como consequência o surgimento desta *resposta social* em âmbito lucrativo, verificou-se nos últimos anos o encerramento de algumas destas respostas no Concelho de Coimbra.

²⁵ Disponível em URL: <http://www.acpeep.pt/index.php/noticias-e-comunicacoes/press-release/166-creches-privadas-compensam-falta-de-vagas-na-rede-social> (acesso de 22 de novembro de 2016).

A carência de elementos da família disponíveis para cuidar da criança (carência de uma rede informal de apoio) e o facto de não haver vagas em Creche nomeadamente da rede solidária, pode condicionar a integração/manutenção no mercado de trabalho de elementos da família.

Ilustração 7: Diminuição do tempo livre para a criança - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Elevada carga horária letiva. • Elevado número de atividades extra curriculares. • Integração em diversas atividades fora do âmbito escolar.	DIMINUIÇÃO DO TEMPO LIVRE PARA A CRIANÇA.	• Diminuição do tempo disponível para a família e para outras atividades. • Crianças e jovens com dificuldades de desenvolvimento ao nível emocional, social e físico. • Comprometimento do sentido crítico, da criatividade e do raciocínio ou, simplesmente, de tempo livre.

Outro problema identificado na temática das “Crianças e Jovens” é a diminuição do tempo livre para a criança.

De acordo com o estudo “Os tempos na escola – Estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países” (2014), da Fundação Francisco Manuel dos Santos, Portugal continua a ser dos Países que tem mais carga horária letiva no 1.º Ciclo do EB, embora nos últimos anos se tenha verificado uma tendência para a sua diminuição, principalmente nos 2.º e 3.º Ciclos do EB, situação esta que não se verifica no 1.º Ciclo.

Os tempos livres ou de lazer têm funções fulcrais para o desenvolvimento psicossocial da criança, uma vez que estas são uma oportunidade e condição, a par da família e da escola, para a aprendizagem das crianças, para o divertimento e para o seu descanso e reflexão crítica.

A oferta e diversidade de atividades extracurriculares e de enriquecimento curricular têm sofrido uma evolução em número, com o surgimento da ginástica, da expressão plástica, da dança, do ensino de línguas, entre outras atividades. Porém, em alguns casos, o facto da agenda da criança estar tão preenchida tem efeitos contraproducentes, nomeadamente a diminuição do tempo com qualidade em família, o desgaste físico e emocional para as crianças, entre outros. A par dos compromissos profissionais e afazeres pessoais dos pais, as rotinas e dinâmicas familiares são fortemente afetadas pelas diversas atividades dos seus filhos após as aulas.

Citando Gonzalez-Pecocho, “*O tempo não se perde, o que se perde é o tempo daquele que perde tempo na vida.*” (1953).

Ilustração 8: Aumento de comportamentos desviantes nas camadas mais jovens - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Convivência com comportamentos aditivos. • Comportamentos aditivos em idades precoces. • <i>Bullying</i>. • Exposição a contextos de violência doméstica, maus tratos, abusos e outros problemas familiares e económicos. • Vínculos familiares destruídos. • Falta de supervisão e acompanhamento parental. • Negligência ou abandono parental. • Rutura familiar ou vivência de situações traumáticas.	COMPORTAMENTOS DESVIANTE NAS CAMADAS MAIS JOVENS.	• <i>Bullying</i>. • Desautorização dos professores e outros profissionais do meio escolar. • Insucesso escolar. • Abandono e absentismo escolar. • Falta de respeito pela autoridade parental. • Rutura com a sociedade.

Os comportamentos desviantes nas camadas mais jovens é outra preocupação que os parceiros do CLAS/C identificaram nesta temática.

Na generalidade da sociedade, os comportamentos desviantes nos jovens tem vindo a tornar-se uma preocupação com consequências alarmantes.

O conceito de “comportamento desviante” abrange:

- Comportamentos que integram violações das normas legalmente estabelecidas, tais como roubar, conduzir sem carta de condução, entre outros;
- Comportamentos que, apesar de não serem puníveis à Lei, são considerados inconcebíveis nas camadas mais jovens, nomeadamente, fumarem e consumirem bebidas alcoólicas;
- Comportamentos em contextos específicos, tais como na escola (*bullying*, desobedecer aos professores e auxiliares da escola, absentismo escolar, entre outros) e na família (por exemplo, desobedecer aos pais ou mentir-lhes).

De acordo com o artigo científico “Julgamentos de justiça em contexto escolar e comportamentos desviantes na adolescência”(2010), *“a vivência de grandes dificuldades económicas, do aumento do desemprego, do trabalho precário e evidentemente da pobreza, potencializa a exclusão social e a emergência de comportamentos de desvio por parte dos adolescentes.”*²⁶

²⁶ Disponível em URL: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v28n1/v28n1a06.pdf> [acesso a 22 de novembro de 2016].

A desobediência, o comprometimento de aptidões académicas, a baixa auto estima, os comportamentos antissociais, a rutura total com a sociedade e consigo próprio são algumas das consequências da continuidade de comportamentos desviantes.

De acordo com o “Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de 2015”, em Portugal mais de 73 mil crianças e jovens em risco foram acompanhados por estas estruturas, tendo-se registado um aumento de casos de jovens com comportamentos antissociais. Os comportamentos relacionados com a indisciplina, as situações de *bullying*, o consumo de substâncias psicoativas aumentaram, correspondem a 5.643 novas situações em 2015 (14,5% dos casos).

Ilustração 9: Falta de docentes e de outros profissionais de Educação Especial nas escolas públicas - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
- Falta de investimento na área da Educação Especial nas escolas. - NEE deixaram de ser encaradas como um estigma.	FALTA DE DOCENTES E DE OUTROS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS.	- Apoio desadequado e insuficiente aos alunos com NEE. - Alunos com NEE sem apoio especializado. - Falta de apoio à família. - Aumento do número de alunos sem apoios regulares. - Dificuldades no processo de aprendizagem.

A falta de docentes e de outros profissionais de Educação Especial nas escolas públicas é outro problema mencionado pelas entidades dos CLAS/C que participaram na temática “Crianças e Jovens”.

No âmbito da Campanha, promovida pelo Sindicato dos Professores da Região Centro, pela valorização do 1.º Ciclo do EB que decorreu em 2016 no Concelho de Coimbra *“as dificuldades são imensas, a começar pela dimensão das turmas, passando pela imensa falta de pessoal auxiliar e pela inexistência de docentes de educação especial que apoiem em tempo e em quantidade as diversas turmas e um número muito elevado de alunos com necessidades educativas especiais.”*²⁷.

Esta falta de recursos humanos implica um conjunto diversificado de consequências, fundamentalmente a existência de um número considerável de alunos com NEE com apoio desadequado e insuficiente, dificultando o processo de aprendizagem destes alunos.

No início do ano de 2017, a Federação Nacional dos Professores *“insistiu muito na necessidade de serem criadas condições – recursos técnicos e humanos – nas escolas para que estas possam garantir a*

²⁷ Disponível em URL: <http://www.sprc.pt/index.php/coimbra-1ceb> [acesso a 16 de janeiro de 2017].

plena inclusão dos alunos, considerando que a revisão do atual diploma que regula a Educação Especial (Decreto-lei 3/2008) é uma boa oportunidade para corrigir alguns desses aspetos mais negativos ”²⁸.

Ilustração 10: Défice de respostas ao nível da saúde mental para crianças e jovens - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Falta de investimento na área da saúde mental na infância e juventude. • Existência de resposta fora do âmbito da rede pública. • Aumento da procura por respostas de âmbito público na área da saúde mental na infância e juventude.	DÉFICE DE RESPOSTAS AO NÍVEL DA SAÚDE MENTAL PARA CRIANÇAS E JOVENS.	• Insucesso escolar. • Absentismo e abandono escolar. • Maior propensão para a exclusão social. • Aumento do risco de comportamentos desviantes. • Falta de competências pessoais e sociais da criança e adolescente; • Aumento dos comportamentos autoagressivos e de estados de depressão. • Sobrecarga familiar.

Outro problema identificado na temática das “Crianças e Jovens” é o défice de respostas ao nível da saúde mental para crianças e jovens.

Segundo os dados anteriormente referidos no capítulo 5 – Ação Social no Concelho de Coimbra, em termos concelhios, a única resposta que existe para problemas de saúde mental é a promovida pelos serviços de saúde públicos, nomeadamente pelo CHUC, através da unidade de internamento e do serviço de urgência de pedopsiquiatria.

Contudo, este défice de respostas ao nível da saúde mental para crianças e jovens é mais preocupante sobretudo em âmbito social e de proximidade, visto que é necessário um acompanhamento técnico mais regular destas crianças e jovens e suas famílias, principalmente após o período diário escolar e interrupções letivas. Esta lacuna de resposta compromete o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, assim como acarreta uma sobrecarga familiar devido ao papel de cuidador de crianças e jovens com problemas de saúde mental.

²⁸ Disponível em URL: <http://www.fenprof.pt/?aba=27&mid=115&cat=327&doc=10705> [acesso a 16 de janeiro de 2017].

Ilustração 11: Absentismo escolar - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Desvalorização do poder parental. • Desvalorização da importância da escolarização pelos pais e pelas crianças e jovens. • Disfunção de comunicação entre o sistema escolar e o familiar. • Falta de adequação dos programas educativos direcionados às expectativas das crianças e jovens. • Dificuldades económicas no seio familiar. • Baixa auto estima. • Perda de ligação afetiva à escola. • Falta de motivação e estímulos por parte da rede formal e informal. • <i>Bullying</i>.	ABSENTISMO ESCOLAR.	• Insucesso escolar. • Abandono escolar. • Aumento de risco de comportamentos desviantes. • Dificuldade de integração no mercado de trabalho por baixa escolaridade ou precariedade laboral. • Propensão para a exclusão social.

O absentismo escolar, mencionado no anterior Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra, permanece no presente documento, como um problema prioritário de intervenção.

Segundo Tavares (2006, pp. 19), o absentismo escolar define-se como *“uma expressão utilizada para designar a falta do aluno à escola. Num sentido mais amplo, é a soma dos períodos em que os alunos de uma determinada escola se encontram ausentes, não sendo a ausência motivada por doença prolongada ou licença legal.”*.

Segundo os parceiros do CLAS/C, o absentismo escolar está relacionado com o meio escolar e familiar, nomeadamente com a desvalorização da importância da escola pelos pais e respetivas crianças e jovens, a perda de ligação afetiva à escola, a comunicação disfuncional entre o sistema escolar e o familiar, a baixa auto estima e o sentimento de incapacidade, podendo ainda ser fomentado por situações de *bullying*, entre outros. O absentismo escolar está comumente relacionado com o insucesso escolar e, em última instância, com o abandono escolar bem como a comportamentos desviantes.

A escola deve proporcionar aos alunos um clima de integração, sendo que o papel da escola tem vindo a sofrer mudanças, uma vez que antes a escola valorizava o ensino de disciplinas como a matemática, o português, a geografia e outras, e atualmente esta é considerada como uma estrutura de grande

importância no desenvolvimento social, envolvendo questões culturais, cognitivas, afetivas e históricas no processo de aprendizagem.

Ilustração 12: Aumento da incidência da obesidade infantil - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Fatores hereditários. • Hábitos alimentares inadequados, quer da família, quer da criança. • Falta de motivação para a prática de atividade física. • Falta de acompanhamento dos pais. • Défice de educação alimentar por parte dos pais.	AUMENTO DA INCIDÊNCIA DA OBESIDADE INFANTIL.	• Consequências negativas ao nível físico e mental. • Propensão para a exclusão social. • <i>Bullying</i>. • Absentismo escolar. • Dificuldade na prática de atividade física.

Dado que, uma em cada 3 crianças portuguesas tem excesso de peso ou são obesas e que, segundo a Comissão Europeia, Portugal está entre os Países da Europa com maior número de crianças afetadas, os parceiros do CLAS/C identificaram este problema como prioritário de intervenção no Concelho de Coimbra.

De acordo com o relatório sobre a obesidade infantil, da OMS (2014), entre as causas para o agravamento desta epidemia estão os fatores hereditários, a diminuição da atividade física e a falta de regulamentação do comércio dos produtos que contribuem para o excesso de peso, entre outras.

Considerada como uma epidemia, à escala mundial, as crianças e jovens com excesso de peso ou obesidade, estão mais sujeitas a situações de *bullying* e de exclusão social, que podem provocar consequências diretas na sua autoestima e na diminuição do seu rendimento escolar. Caso não seja efetuado um acompanhamento especializado poderá ainda incitar a situações de depressão ou outras perturbações psicológicas quando atingirem a idade adulta.

7.2. *Pessoas idosas*

Na temática relativa às “Pessoas idosas”, os parceiros do CLAS/C identificaram 7 problemas encarados como prioritários de intervenção, tais como:

- **Dificuldade na admissão de Pessoas idosas com dependência na Rede Nacional de Cuidados Continuados;**
- **Isolamento social e Solidão;**
- **Défice de resposta em ERPI na rede solidária;**

- Falta de resposta em SAD permanente na rede solidária;
- Violência contra as pessoas idosas;
- Falta de *respostas sociais* destinadas a pessoas com défices cognitivos e demências;
- Baixos recursos económicos.

Ilustração 13: Dificuldade na admissão de Pessoas idosas com dependência na Rede Nacional de Cuidados Continuados - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Número de vagas insuficiente. • Altas hospitalares precoces. • Desresponsabilização dos familiares da pessoa idosa. • Dificuldade de acompanhamento por parte da família. • Escassa rede de suporte informal.	DIFICULDADE NA ADMISSÃO DE PESSOAS IDOSAS COM DEPENDÊNCIA NA REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS.	• Comprometimento da recuperação. • Agravamento da condição de saúde da pessoa idosa e do cuidador informal. • Sobrecarga familiar. • Institucionalização como resposta à dificuldade na admissão em cuidados continuados. • <i>Respostas sociais</i> com um elevado número de pessoas dependentes, com enquadramento nos critérios previstos em cuidados continuados. • Aumento de deslocações, em curtos espaços de tempo, aos serviços de urgência hospitalares.

Um dos problemas mencionado no grupo de trabalho da “Pessoas idosas” é a dificuldade na admissão por parte de pessoas idosas em situação de dependência na Rede Nacional de Cuidados Continuados.

As diferentes alterações ao nível da composição e funções da família e a sua dificuldade em prestar apoio adequado ao controlo das situações de maior vulnerabilidade e dependência, em paralelo com o aumento do número de pessoas idosas com doenças crónicas incapacitantes e ao ainda escasso número e capacidade de estruturas e serviços de cuidados continuados, são algumas das razões apontadas para a dificuldade que existe na admissão de pessoas idosas em situação de dependência na Rede Nacional de Cuidados Continuados.

Por outro lado, quando uma pessoa idosa é internada em meio hospitalar, muitas vezes regressa ao domicílio ainda com necessidades complexas, sendo que os cuidados de que necessita após a alta hospitalar constituem uma carga elevada, tornando-se por vezes evidente que a família dificilmente consegue lidar com a situação. Deste modo, considera-se que as altas hospitalares precoces, das quais

a pessoa idosa regressa com grandes vulnerabilidades, são uma outra razão apontada para a dificuldade na admissão por parte de pessoas idosas em situação de dependência na Rede Nacional de Cuidados Continuados, isto porque:

- Existe um considerável número de pessoas idosas dependentes cuja família não tem condições, nem disponibilidade para prestar os cuidados adequados;
- O domicílio da pessoa idosa nem sempre tem as condições desejáveis à atual situação de dependência da pessoa, pelo que é necessário efetuarem-se obras de adaptação com a maior brevidade possível.
- Por vezes, a notável distância geográfica que se assiste, entre o local de residência da pessoa idosa e a estrutura da Rede Nacional de Cuidados Continuados que dispõe de vaga, incita a que se rejeite esta opção devido aos elevados custos que irá acarretar para a família e para a própria pessoa idosa, para além de trazer consequências negativas, visto que estará longe da sua residência, comunidade e família.

Consequentemente, esta dificuldade na admissão por parte de pessoas idosas em situação de dependência na Rede Nacional de Cuidados Continuados, tem repercussões no comprometimento da recuperação da funcionalidade da pessoa idosa, assim como da condição de saúde do cuidador informal que revela frequentemente sintomas de sobrecarga familiar.

Apesar de no Concelho de Coimbra existirem 6 unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados estas não conseguem dar resposta à população residente no Concelho, pelo que é recorrente a procura por respostas alternativas, tais como a admissão em ERPI.

Ilustração 14: Isolamento social e Solidão - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Escassez de suporte informal. • Dificuldade na mobilidade. • Cobertura da rede de transportes públicos mais limitada em zonas mais periféricas. • Dificuldade de acompanhamento pela família. • Migração e emigração da família. • Baixa escolaridade. • Dificuldades económicas e no acesso a informações. • Ausência de projeto de vida pós - reforma.	ISOLAMENTO SOCIAL E SOLIDÃO.	• Problemas de saúde associados a uma diminuição de diversos estímulos. • Propensão para a polimedicação e automedicação. • Acesso mais limitado a cuidados de saúde e a outros serviços. • Aumento do risco de morte. • Exclusão social.

A solidão e o isolamento social das pessoas idosas residentes no Concelho de Coimbra é uma preocupação unânime de todos os parceiros do CLAS/C cujo âmbito de ação se direcionada para a população idosa.

Como anteriormente referido no capítulo 5 na Tabela 24, em 2011 no Concelho de Coimbra existiam 21,9% de alojamentos familiares habitados apenas por uma ou mais pessoas idosas, dos quais 14,6% dos alojamentos eram habitados apenas por pessoas idosas e 7,3% apenas por uma pessoa idosa (idosos que vivem sós).

De acordo também com os dados da operação Censos Sénior 2016, realizada pela Guarda Nacional Republicana (GNR), que visa identificar situações de pessoas idosas em risco, e relativamente ao panorama nacional, foram sinalizados um total de 43.322 séniores (mais 9,5% que em 2015), dos quais 26.000 viviam sozinhos (mais 7,7% que em 2015), 4.626 isolados (menos 0,1% que em 2015), 3.085 sozinhos e isolados (menos 6,6% que em 2015) e 9.611 (mais 30,0% que em 2015) que se encontravam em *“situação de vulnerabilidade fruto de limitações físicas e/ ou psicológicas”*. De notar ainda que dos 43.322 idosos sinalizados por todo o País, 28.691 eram mulheres (66,2%) e 14.631 eram homens (33,8%).

Neste âmbito, o **Comando Territorial de Coimbra da GNR** sinalizou 75 pessoas idosas residentes no Concelho de Coimbra, especificamente:

- **N.º de pessoas idosas a viverem sós:** 57 pessoas (76,0% dos séniores sinalizados);
- **N.º de pessoas idosas isoladas:** 6 pessoas (8,0% dos séniores sinalizados);
- **N.º de pessoas idosas isoladas e a viverem sós:** 4 pessoas (5,3% dos séniores sinalizados);
- **N.º de pessoas sinalizadas mas não enquadradas nas categoriais anteriores:** 16 pessoas (21,3% das pessoas sinalizadas).

Atendendo a que o isolamento social da população sénior favorece um sentimento acrescido de solidão, foram mencionadas, durante as reuniões temáticas, algumas das possíveis causas para esta problemática, destacando-se:

- A escassez de suporte informal de apoio, devido em grande parte à morte do cônjuge e/ou de outros familiares e amigos que fragiliza a quantidade e qualidade das relações sociais e afetivas da pessoa idosa;
- A dificuldade na mobilidade, motivada fundamentalmente pelo declínio da capacidade funcional e/ou pelo aumento da vulnerabilidade a doenças crónicas, aliada à existência de uma cobertura da rede de transportes públicos mais limitada em zonas periféricas do Concelho, são dois grandes fatores impulsionadores para a diminuição de relações sociais estabelecidas;

- As dificuldades de acompanhamento por parte da família, devido em alguns casos aos obstáculos que estas vivenciam em conciliarem as exigências de uma atividade profissional a tempo inteiro com a prestação de cuidados aos seus familiares idosos e, noutros casos, à migração e emigração dos familiares da pessoa idosa;
- A comunidade não tem atualmente um papel social tão ativo de apoio direto à pessoa idosa, sobretudo no tecido urbano;
- Ausência de projeto de vida pós-reforma.

Importa ainda salientar que diversos estudos indicam que pessoas idosas com baixa escolaridade e/ou com dificuldades económicas são mais vulneráveis a situações de isolamento social e solidão.

O envelhecimento da população residente no Concelho de Coimbra e o aumento do número de pessoas idosas a viverem isoladas socialmente ou só transporta importantes implicações a diversos níveis, tais como o fomento da exclusão social, aumento do risco de morte (esta situação é particularmente tida em conta em vagas de frio e de calor), maior probabilidade de desenvolver problemas de saúde associados a uma diminuição de estímulos, maior propensão para situações de automedicação e polimedicação, assim como o acesso mais limitado a diversos serviços e bens, nomeadamente os de saúde.

Ilustração 15: Défice de resposta em ERPI na rede solidária - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Aumento do nível de dependência da pessoa idosa. • Carência de uma rede informal de apoio. • Dificuldade de acompanhamento por parte da família. • Dificuldades económicas que o setor social atravessa, de modo a responder às necessidades das pessoas idosas. • Custo elevado de construção e manutenção de uma ERPI, aliado às exigências legais impostas. • Mensalidades elevadas em ERPI no setor lucrativo. • Baixos rendimentos das pessoas idosas.	DÉFICE DE RESPOSTA EM ERPI NA REDE SOLIDÁRIA.	• Agravamento da condição de saúde e do nível de dependência. • Aumento das listas de espera em ERPI. • Aumento do número de pessoas com elevada dependência com enquadramento nos critérios previstos para ERPI a usufruir de outras <i>respostas sociais</i>. • Recurso à rede lucrativa e aos lares ilegais. • Utilização do património pessoal para garantir a admissão em ERPI. • Abdicação do mercado de trabalho para cuidar da pessoa idosa. • Sobrecarga familiar.

Ainda relativamente à temática da “Pessoas idosas”, é apontado pelos parceiros do CLAS/C, a existência no Concelho de Coimbra de um défice de resposta em ERPI na rede solidária.

O Concelho de Coimbra dispõe, atualmente, de 23 ERPI, com capacidade total para 921 utentes, sendo que 4 equipamentos surgiram nos últimos 3 anos. A grande maioria é de âmbito solidário, com capacidade total para 745 utentes, sendo que existem a nível concelhio 6 ERPI da rede lucrativa.

Os dados disponíveis relativos ao Concelho de Coimbra apontam para um possível défice de respostas em ERPI visto que, como anteriormente foi abordado no capítulo 5 na Tabela 47, a atual Taxa de Cobertura de ERPI é de 3,2%, sendo este valor inferior aos 4,0% apontado pela OCDE a ser atingido até 1996.

De acordo com o “Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Sociais e na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados – Região Centro” de setembro de 2016, **o Concelho de Coimbra encontra-se sinalizado como área prioritária para investimento em equipamentos sociais na resposta social para idosos, sobretudo em ERPI e CD.**

Foi consensual, entre os parceiros do CLAS/C, envolvidos na atualização do Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra, que as principais causas para este défice de resposta em ERPI na rede solidária são o aumento do número de pessoas idosas residentes no Concelho e o consequente aumento da vulnerabilidade a doenças crónicas e incapacitantes e do nível de dependência de terceiros, e a dificuldade por parte das famílias em acompanharem e cuidarem dos seus familiares idosos, em parte justificada pelas diferentes alterações que se têm verificado ao nível da composição e funções da família e pela dificuldade das famílias em conciliar a vida familiar com a vida profissional. Paralelamente, as entidades de cariz social demonstram dificuldade em responder à crescente procura por ERPI da rede solidária, dado que esta tipologia de *resposta social* torna-se muito dispendiosa para as instituições sociais, não só a construção tendo em vista o cumprimento dos requisitos e condições à sua construção, como também a sua manutenção e funcionamento.

Face ao défice de resposta em ERPI na rede solidária, verifica-se um progressivo aumento do número de pessoas com elevada dependência, com enquadramento nos critérios previstos para ERPI, a usufruir de outras *respostas sociais*, tais como SAD e CD.

As famílias, em alternativa, podem ainda optar por cuidarem do seu familiar idoso no contexto familiar, contudo esta situação envolve frequentemente:

- Abdição do mercado de trabalho para cuidar a tempo inteiro do familiar idoso;
- Um agravamento da condição de saúde e do nível de dependência, dada a carência de uma intervenção multidisciplinar necessária à promoção de uma vida mais autónoma e independente;

- Sobrecarga familiar e suas implicações que, frequentemente, conduzem a uma diminuição da qualidade de vida e bem-estar físico, social e psicológico do cuidador familiar.

Ilustração 16: Falta de resposta em SAD permanente na rede solidária - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Carência de uma rede informal de apoio. • Dificuldade de acompanhamento por parte da família. • Dificuldades económicas que o setor social atravessa de modo a responder às necessidades das pessoas idosas. • Baixos rendimentos das pessoas idosas. • Mensalidades elevadas em SAD do setor lucrativo.	FALTA DE RESPOSTA EM SAD PERMANENTE NA REDE SOLIDÁRIA.	• Isolamento social e solidão. • Ausência de cuidados aos fins de semana, feriados e no período noturno. • Aumento do risco de danos físicos nos períodos não assegurados pelas <i>respostas sociais</i> comuns. • Institucionalização precoce. • Aumento da lista de espera em ERPI da rede solidária.

A falta de resposta de SAD permanente na rede solidária é também destacada como um dos problemas existente no Concelho de Coimbra.

O Concelho de Coimbra possui, atualmente, 44 *equipamentos sociais* que têm a resposta de SAD, com capacidade total para 1.624 utentes, sendo que 7 destes equipamentos surgiram nos últimos 3 anos. A grande maioria é de âmbito solidário, com capacidade total para 1.293 utentes, sendo que existem a nível concelhio 9 SAD da rede lucrativa.

De destacar que a rede lucrativa tem aqui um papel preponderante visto que dá resposta à crescente procura de serviços de âmbito permanente, situação que atualmente a rede solidária tem dificuldade em responder, devido em parte à carência de recursos necessários ao alargamento do horário de funcionamento do serviço.

Os parceiros do CLAS/C referiram que as principais causas para este défice de resposta de SAD permanente da rede solidária são idênticas às causas do problema abordado anteriormente (Défice de resposta em ERPI na rede solidária), nomeadamente:

- A dificuldade por parte das famílias em acompanharem e cuidarem dos seus familiares idosos;
- Carência de uma rede informal de apoio;
- Dificuldades económicas que o setor social atravessa, de modo a responder às necessidades das pessoas idosas;
- Mensalidades elevadas de *respostas sociais* do setor lucrativo destinadas à população idosa.

Deste modo, o déficit de resposta em SAD na rede solidária tem diversas implicações, não só ao nível das entidades de cariz social, que assistem a um aumento da procura por ERPI, como também para as pessoas idosas que se tornam mais vulneráveis ao isolamento social e solidão bem como a danos físicos nos períodos não assegurados pelas *respostas sociais* comuns (nomeadamente, quedas e outros acidentes domésticos, assim como o incumprimento de indicações terapêuticas, entre outros).

Ilustração 17: Violência contra as pessoas idosas - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Carência económica da família ou do cuidador. • Dependência financeira de familiares ou cuidadores. • Convivência com comportamentos aditivos no seio familiar. • Vínculos familiares destruturados. • História precedente de violência, na qual a pessoa idosa mantinha uma personalidade dominadora e controladora sobre os filhos. • Maior propensão para pessoas idosas do género feminino, com escolaridade mais baixa, com maior nível de dependência e/ou isoladas socialmente. • Sobrecarga familiar. • Perturbação mental de familiar ou do cuidador.	VIOLÊNCIA CONTRA AS PESSOAS IDOSAS.	• Aumento da mortalidade e morbilidade. • Alterações comportamentais ou psicológicas. • Aumento de deslocações aos serviços de urgência hospitalares ou internamentos prolongados. • Aumento de custos de saúde com o tratamento/ reabilitação da pessoa idosa. • Redução de autonomia financeira. • Institucionalização precoce.

Outro problema mencionado durante as reuniões temáticas destinadas à população idosa é a violência contra as pessoas idosas, nas mais diversas vertentes.

Segundo a APAV, a violência contra as pessoas idosas abrange diversas formas, nomeadamente:

- **Violência física**, que comporta qualquer comportamento que implique agressão física, tais como crimes de ofensa à integridade física, maus tratos físicos, sequestro, intervenções e tratamentos médicos arbitrários;
- **Violência psicológica/verbal**, que diz respeito à provocação, de forma intencional, de dor e angústia na pessoa idosa, através de ameaças, humilhações ou intimidação de forma verbal ou

não verbal, como por exemplo, insultos, ameaças, humilhação, intimidação, isolamento social, bem como proibição de atividades;

- **Violência sexual**, na qual o agressor abusa do poder que tem sobre a pessoa idosa para obter gratificação sexual, sem o consentimento da pessoa, sendo esta induzida ou obrigada a práticas sexuais com ou sem violência física;
- **Negligência e abandono**, sendo este o ato de omissão de auxílio do responsável pela pessoa idosa em providenciar as necessidades básicas, necessárias à sua sobrevivência, por exemplo, o crime de omissão de auxílio e não providenciar acesso a cuidados de saúde. É de destacar que, frequentemente, os *media* abordam frequentemente o “abandono de idosos nos hospitais”, sendo que estas situações, interpretadas pela legislação, não são consideradas como abandono, visto que nos hospitais lhes são asseguradas as necessidades básicas e os cuidados de saúde necessários;
- **Violência financeira/económica**, que diz respeito a qualquer prática que visa a apropriação ilícita do património de uma pessoa idosa e pode ser realizada por familiares, profissionais e mesmo instituições;
- **Violência doméstica**, que consiste em infligir, de forma continuada ou não, maus tratos físicos ou psíquicos, a pessoa particularmente indefesa, em razão da sua idade ou dependência económica da pessoa que consigo coabite. De salientar que este tipo de violência é considerado um crime público, ou seja, qualquer pessoa que saiba ou suspeite que uma pessoa idosa está a ser vítima deste crime tem a obrigação de denunciar. Contudo, existe ainda uma grande resistência por parte da comunidade em geral em denunciar estes crimes.

Ainda de acordo com a APAV, a violência psicológica/verbal é a segunda causa mais comum de violência sobre as pessoas idosas, imediatamente a seguir à negligência e ao abandono.

Atentos a esta problemática, os parceiros do CLAS/C destacaram algumas das possíveis causas para este problema, nomeadamente: a dependência financeira de familiares ou cuidadores, a convivência com comportamentos aditivos no seio familiar, assim como a existência de perturbação mental do cuidador informal.

Salientaram, ainda, que a história precedente de violência na qual a pessoa idosa mantinha uma personalidade dominadora e controladora sobre os filhos é outra das possíveis causas para a perpetuação da violência no seio familiar.

Estas, e outras possíveis causas para a existência de violência nas pessoas idosas, originam diversas consequências, não só ao nível físico, psicológico e comportamental bem como implicam o aumento do número de deslocações a serviços de saúde, sendo que os profissionais de saúde e de ação social estão

cada vez mais atentos a este indicador, de modo a identificarem e sinalizarem estas situações às autoridades competentes.

Por fim, é de salientar que o direito à integridade pessoal, quer moral quer física, das pessoas é considerado inviolável na Constituição da República Portuguesa (artigo 25.º).

Ilustração 18: Falta de *respostas sociais* destinadas a pessoas com défices cognitivos e demências - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Aumento da prevalência de défices cognitivos e demências em pessoas idosas. • Elevada sobrecarga familiar associada ao processo de cuidar de uma pessoa com défice cognitivo ou com demência. • Dificuldades económicas que o setor social atravessa de modo a responder às necessidades das pessoas idosas com défices cognitivos ou com demência. • Custo elevado de construção e manutenção de uma <i>resposta social</i> adaptada às necessidades de pessoas idosas com défices cognitivos ou com demência, aliado às exigências legais impostas.	FALTA DE RESPOSTAS SOCIAIS DESTINADAS A PESSOAS COM DÉFICES COGNITIVOS E DEMÊNCIAS.	• Diminuição da qualidade de vida e agravamento do estado de saúde da pessoa idosa com défices cognitivos ou com demência. • Abdição do mercado de trabalho pelo familiar/cuidador da pessoa idosa. • Sobrecarga familiar. • Aumento da lista de espera em ERPI da rede solidária. • Aumento do número de pessoas com défice cognitivo ou com demência em <i>respostas sociais</i> destinadas a pessoas menos dependentes.

Na perspetiva dos parceiros do CLAS/C, o Concelho de Coimbra depara-se com a falta de *respostas sociais* destinadas a pessoas com défices cognitivos e demências, visto que cada vez mais as pessoas com défice cognitivo e demências necessitam de uma resposta mais especializada a esta problemática, que transporta diversas implicações no quotidiano.

No entanto, salienta-se que também a família deverá ser tida em consideração sendo que, a este propósito, a Organização Mundial de Saúde (2002), no seu modelo de Envelhecimento Ativo, recomenda a criação de medidas que promovam não só a participação social das pessoas idosas dependentes, mas também o apoio adequado e integrado às famílias que delas cuidam. Segundo Figueiredo e colaboradores (2009), sem a atenção e o apoio necessário, os familiares estão em risco de se tornarem também eles pacientes, razão pela qual são frequentemente apelidados de “*pacientes esquecidos*”, devido aos impactos, na sua saúde física e mental, da exigência de cuidar.

A demência é um conjunto de sintomas gerados por algumas doenças/condições que acarretam declínio progressivo da capacidade mental e física, como a Doença de Alzheimer ou a demência vascular, entre outras.

Em Portugal, estimou-se que em 2013 existiam 160.287 pessoas com demência, especificamente:

- 5.795 pessoas com idades compreendidas entre os 60 anos e os 64 anos de idade, correspondendo a 3,6% do total de pessoas com demência;
- 15.921 pessoas com idades compreendidas entre os 65 anos e os 74 anos de idade, correspondendo a 9,9% do total de pessoas com demência;
- 65.745 pessoas com idades compreendidas entre os 75 anos e os 84 anos de idade, correspondendo a 41,0% do total de pessoas com demência;
- 62.826 pessoas com idade igual ou superior a 85 anos de idade correspondendo a 39,2% do total de pessoas com demência.

De acordo com o Plano de Desempenho do ACeS Baixo Mondego de 2015, em 2013, por cada 1.000 utentes inscritos na área de abrangência deste ACeS, cerca de 6 utentes tinham um diagnóstico de demência, valor este ligeiramente superior ao registado em 2012 (5,88 utentes por cada 1.000 utentes inscritos no ACeS Baixo Mondego).

Este problema conduz a diversas implicações na qualidade de vida da própria pessoa com demência, assim como dos seus cuidadores, que ao prestarem apoio à pessoa estão sujeitos a uma elevada sobrecarga física, emocional e social.

Encarar a existência de *respostas sociais* especificamente destinadas a pessoas com défices cognitivos e demência como a solução primordial para o aumento da prevalência de demência na população portuguesa, e mais especificamente no Concelho de Coimbra, deve ser analisada cuidadosamente, uma vez que estas respostas implicam elevados custos, muitas vezes fora do alcance da maioria das entidades de cariz social, e que dependem frequentemente de elevados apoios das entidades públicas, quer para a sua construção, quer para a sua manutenção.

Contudo, é de salientar que, atualmente, o Concelho de Coimbra possui algumas respostas de relevância para esta população, tais como:

- Fórum Sócio Ocupacional para Doentes com Doença de Alzheimer, da Associação de Bem-Estar Cultura e Desenvolvimento Social (ABCD) de São Romão;
- Gabinete de Apoio a Pessoas Idosas e Cuidadores da Casa dos Pobres de Coimbra;
- Gabinete de Coimbra da Associação Alzheimer Portugal.

Ilustração 19: Baixos recursos económicos - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Conjuntura económica. • Contribuições para a Segurança Social não efetuadas pelo empregador. • Pensões de baixo valor. • Apoio a familiares em situação de carência económica. • Endividamento da pessoa idosa ou de outro familiar.	BAIXOS RECURSOS ECONÓMICOS.	• Abdicação de cuidados de saúde. • Diminuição da qualidade de vida e agravamento do estado de saúde. • Isolamento social e solidão. • Pobreza e exclusão social. • Vulnerabilidade a violência. • Acesso limitado a <i>respostas sociais</i>.

Por fim, os baixos recursos económicos da população idosa residente no Concelho de Coimbra é outro dos problemas apontados pelos parceiros envolvidos na atualização do presente documento diagnóstico.

De destacar que ao longo da análise reflexiva à problemática da “Pessoas idosas” no Concelho de Coimbra, os baixos recursos económicos foram frequentemente apontados como uma das principais causas para quase todos os problemas identificados pelos parceiros do CLAS/C. Esta situação está relacionada não só com a atual conjuntura económica e com pensões de baixo valor, como também pelo apoio que algumas pessoas idosas prestam aos seus familiares que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconómica.

Tal facto, conduz a diversas consequências, muitas delas já destacadas anteriormente na presente temática, salientando-se:

- A abdicação dos cuidados de saúde, nomeadamente no que diz respeito à aquisição de medicação prescrita e ao acesso a cuidados de saúde secundários e terciários, com consequência na diminuição da qualidade de vida e o agravamento do estado de saúde;
- A maior vulnerabilidade à pobreza e, consequentemente, a fenómenos de exclusão social. Em 2015, e de acordo com dados provisórios do INE, o risco de pobreza na população idosa residente em Portugal ficou marcado em 18,3%, embora este valor não seja o mais elevado comparativamente a outros grupos populacionais, tais como pessoas desempregadas (42,0%) e pessoas com menos de 18 anos de idade (22,4%);
- O isolamento social e a solidão, identificados pelos parceiros do CLAS/C como um dos problemas para a população idosa residente no Concelho de Coimbra;
- O acesso mais condicionado a *respostas sociais*, não só pelos baixos recursos económicos da pessoa idosa, como também devido à dificuldade de algumas famílias em conseguirem comparticipar no pagamento da mensalidade calculada;

- A maior vulnerabilidade a situações de violência, situação identificada como um dos problemas para a população idosa residente no Concelho de Coimbra.

7.3. *Pessoas com deficiência*

Relativamente à temática das pessoas com deficiência, foram identificados 5 problemas considerados prioritários de intervenção, de diversos âmbitos, nomeadamente:

- **Défice de respostas em Lar Residencial, Residência Autónoma e Centro de Atividades Ocupacionais;**
- **Falta de acessibilidade para pessoas com deficiência;**
- **Dificuldade de integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência;**
- **Dificuldade no acesso a produtos de apoio;**
- **Carência de serviços em âmbito domiciliário que garantam a continuidade de cuidados.**

Ilustração 20: Défice de respostas em Lar Residencial, Residência Autónoma e Centro de Atividades Ocupacionais - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Falta de investimento na área das pessoas com deficiência. • Aumento da procura para integração de pessoas com deficiência em redes formais de apoio. • Diminuição dos preconceitos para com as pessoas com deficiência. • Dificuldades económicas que o setor social atravessa de modo a responder às necessidades das pessoas com deficiência.	DÉFICE DE RESPOSTAS EM LAR RESIDENCIAL, RESIDÊNCIA AUTÓNOMA E CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS.	• Sobrecarga familiar e suas consequências. • Aumento de despesas médicas e com produtos de apoio. • Comprometimento da independência e autonomia das pessoas com deficiência. • Aumento das listas de espera.

Relativamente à temática das “Pessoas com deficiência”, um dos problemas mencionados pelos parceiros do CLAS/C é o défice de respostas em Lar Residencial, Residência Autónoma e Centro de Atividades Ocupacionais.

Embora no Concelho de Coimbra existam, atualmente, 11 *equipamentos sociais* com as *respostas sociais* supramencionadas (6 Lares Residenciais, 1 Residência Autónoma e 4 Centros de Atividades Ocupacionais), considera-se que não são suficientes para responder às necessidades das pessoas com deficiência e suas famílias, independentemente da idade e grau de incapacidade.

Dado que os *equipamentos sociais* que visam a institucionalização de pessoas com deficiência são obrigados a uma panóplia de requisitos e condições à sua construção e funcionamento, estes tornam-se estruturas muito onerosas para as instituições sociais, mesmo que estas tenham apoios financeiros por parte de entidades públicas.

Este défice de respostas acarreta frequentemente consequências, nomeadamente a nível de saúde, familiar, emocional e laboral para os cuidadores de pessoas com deficiência, visto que estes, na maioria dos casos, necessitam de um acompanhamento permanente.

O “Relatório do Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas” (ONU) de 2016 propõe que Portugal crie uma estratégia que promova a vida independente, visto que o Observatório da Deficiência e Direitos Humanos Português refere que *“não há, em Portugal, um quadro legal para a figura do serviço de assistente pessoal; o Estado português paga aproximadamente 950 euros mensais às instituições com as quais tem acordos de cooperação para as pessoas com deficiência serem institucionalizadas em lares residenciais, mas, «se as pessoas com deficiência quiserem viver sozinhas e necessitarem de acompanhamento permanente, têm direito a receber apenas 88,37 euros, o montante correspondente ao subsídio por assistência de 3.ª pessoa»; por falta de alternativas, «muitos adultos com deficiência vivem em lares de idosos.»*²⁹.

Ilustração 21: Falta de acessibilidade para pessoas com deficiência - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Barreiras arquitetónicas nos espaços públicos e privados. • Incumprimento da legislação, no que diz respeito à acessibilidade. • Falta de fiscalização. • Falta de cidadania.	FALTA DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.	• Dificuldade no acesso aos serviços e na participação ativa na comunidade. • Acesso limitado a informações. • Exclusão social. • Aumento da probabilidade de danos físicos para a pessoa com deficiência.

A acessibilidade, que abrange um conjunto muito diverso de realidades, que vão desde os produtos de apoio, ao acesso aos edifícios, constitui uma condição essencial para o pleno exercício dos direitos humanos, nomeadamente das pessoas com deficiência ou de pessoas com mobilidade reduzida temporária ou permanente.

Atendendo que as pessoas com deficiência não podem ser independentes, nem utilizar os bens e serviços existentes na sociedade quando lhes é impedida a acessibilidade, tem sido adotada legislação

²⁹ Disponível em URL: <http://oddh.icsp.ulisboa.pt/index.php/pt/mediateca/imprensa/item/259-um-grande-n%C3%BAmero%E2%80%9D-de-pessoas-com-defici%C3%A7%C3%A3o-est%C3%A1-privado-de-direitos-b%C3%AAsicos> [acesso a 17 de janeiro de 2017].

(Decreto-Lei N.º 163/2006, de 8 de agosto) e planos de ação que obrigam as entidades públicas e privadas a garantir a acessibilidade nos espaços públicos, nos equipamentos coletivos e edifícios públicos, nos transportes, na informação e comunicação, entre outros.

De acordo com os parceiros do CLAS/C uma grande maioria das entidades públicas e privadas, sediadas no Concelho de Coimbra, não garantem as condições de acessibilidade necessárias a uma plena integração social das pessoas com deficiência, tendo sido destacado a título de exemplo, a *“presença de árvores em passeios”*, *“ausência de elevadores nas escolas e outras entidades públicas”* e *“rampas com nível de inclinação demasiado acentuado”*, entre outros.

De salientar que, em 2006, foi divulgado, em âmbito nacional, o 1.º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009. Este tinha como objetivo a promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiências e do acesso a um conjunto de bens e serviços disponíveis à sociedade em geral, de forma a permitir a sua plena participação. Contudo, o mesmo Plano não teve sequência após o seu período de execução.

Ilustração 22: Dificuldade de integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Desconhecimento de programas de incentivo à integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência. • Elevado custo de adequação de postos de trabalho a pessoas com deficiência. • Desconhecimento sobre as reais capacidades produtivas das pessoas com deficiência.	DIFICULDADE DE INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.	• Desigualdade de oportunidades no acesso ao emprego. • Aumento da dependência de medidas de proteção social e da rede de apoio informal. • Aumento do risco de pobreza. • Diminuição do sentimento de auto pertença como cidadão.

O artigo 27.º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece: *“Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência a trabalhar, em condições de igualdade com as demais; isto inclui o direito à oportunidade de ganhar a vida através de um trabalho livremente escolhido ou aceite num mercado e ambiente de trabalho aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência.”*.

Tendo em vista a atualização do Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra, os parceiros dos CLAS/C identificaram que algumas das causas para o problema da dificuldade de integração no mercado de trabalho das pessoas com deficiência são:

- O desconhecimento de programas de incentivo à integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência, nomeadamente medidas do IEFP tais como: Estímulo Emprego, Contrato Emprego-Inserção, Apoios à Integração, Manutenção e Reintegração no Mercado de Trabalho, Emprego Apoiado e o Financiamento de produtos de apoio;
- O preconceito e a discriminação, associado ao desconhecimento sobre as reais capacidades produtivas das pessoas com deficiência;
- O elevado custo de adequação dos postos de trabalho para as pessoas com deficiência, sendo que muitas entidades desconhecem medidas de apoio financeiros promovidos pelo IEFP aos empregadores que necessitem de adaptar o equipamento ou o posto de trabalho às dificuldades funcionais do trabalhador com deficiência e incapacidade, bem como eliminar obstáculos físicos que impeçam ou dificultem o acesso do trabalhador ao local de trabalho ou a sua mobilidade no interior das instalações;
- A dificuldade pela população em geral em inserir-se no mercado de trabalho.

No que diz respeito às consequências deste problema foi, sobretudo, salientado que a desigualdade de oportunidades no acesso ao emprego impulsiona o aumento da dependência de medidas de proteção social, assim como da rede familiar.

Ilustração 23: Dificuldade no acesso a produtos de apoio - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Falta de informação sobre os diversos meios de apoio à aquisição de produtos de apoio. • Dificuldades económicas. • Elevado custo dos produtos de apoio. • Processo moroso no apoio à aquisição de produtos de apoio disponibilizados por entidades públicas.	DIFICULDADE NO ACESSO A PRODUTOS DE APOIO.	• Aumento da dependência da rede de suporte informal. • Acesso limitado à participação ativa em sociedade. • Dificuldade na expressão da sua autonomia. • Utilização de produtos de apoio desadequados devido ao desgaste dos mesmos.

Outro problema identificado na temática das “Pessoas com deficiência” é a dificuldade no acesso a produtos de apoio.

A causa mais relevante mencionada pelos parceiros do CLAS/C para a dificuldade no acesso a produtos de apoio para pessoas com deficiência e incapacidade, é sobretudo a falta de informação que as pessoas têm sobre os diversos meios de apoio para a aquisição de produtos de apoio.

Desde 2009 que entrou em vigor o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) do ISS, I.P. Esta é uma medida, anteriormente referida no capítulo 5 – Ação Social no Concelho de Coimbra, que pretende facilitar o acesso aos produtos de apoio e equipamentos indispensáveis e necessários à prevenção, compensação ou neutralização das incapacidades e desvantagens resultantes de deficiência e/ou incapacidade. Para tal, são estabelecidas algumas condições definidas pelo ISS, I.P. sendo que posteriormente será necessária a verificação da necessidade e/ou impacto que o produto de apoio terá na qualidade de vida da pessoa, tornando por vezes a atribuição do apoio mais morosa.

Consequentemente, existe uma tendência por parte das pessoas com deficiência ou incapacidade de prolongarem o uso dos produtos de apoio, mesmo quando estes já não estão com as adequadas condições de utilização, visto que o processo de atribuição do ISS, I.P. torna-se moroso e implica uma verificação na necessidade do produto sempre que é feito um novo pedido.

Ilustração 24: Carência de serviços de âmbito domiciliário que garantam a continuidade de cuidados - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
- Falta de investimento em respostas centradas no acompanhamento ao domicílio a pessoas com deficiência. - Dificuldades económicas que o setor social atravessa, de modo a responder às necessidades das pessoas com deficiência. - Envelhecimento do cuidador informal, e consequente diminuição da capacidade de cuidar de familiar com deficiência.	CARÊNCIA DE SERVIÇOS EM ÂMBITO DOMICILIÁRIO QUE GARANTAM A CONTINUIDADE DE CUIDADOS.	- Fragilização da rede de suporte informal. - Sobrecarga familiar. - Aumento de despesas médicas do cuidador devido à sobrecarga familiar. - Aumento do isolamento social. - Desigualdades na promoção de direitos. - Institucionalização precoce.

Por fim, é ainda referido como problema existente no Concelho de Coimbra para as pessoas com deficiência a carência de serviços em âmbito domiciliário que garantam a continuidade de cuidados.

De acordo com os parceiros do CLAS/C, existe uma primazia para serviços no âmbito institucional, os quais atualmente já não têm capacidade de resposta para as necessidades das famílias com pessoas com deficiência.

Atualmente, no Concelho de Coimbra existem 2 entidades de âmbito social que prestam SAD dirigido especificamente para pessoas com deficiência. Contudo, e dado a capacidade diminuta destes 2 *equipamentos sociais*, é frequente as famílias em alternativa optarem pelo SAD destinado para pessoas idosas, que possui por norma uma capacidade mais elevada.

A prestação de cuidados em âmbito domiciliário a este grupo populacional implica um conjunto de serviços, não só de cuidados de higiene e alimentação, como também de cuidados de prevenção e tratamento de patologias e de reabilitação, de modo a garantir a continuidade de cuidados integrados.

O envelhecimento do cuidador informal, que ao longo do tempo cuidou da pessoa com deficiência, e a consequente diminuição da capacidade de cuidar, fomenta a procura de apoio formal, dando preferência à prestação de cuidados em âmbito domiciliário ou, em alternativa, em âmbito institucional.

Esta carência de serviços de âmbito domiciliário acarreta algumas consequências, destacando-se, sobretudo, a sobrecarga familiar e as suas implicações, bem como o aumento do isolamento social do cuidador informal.

7.4. Migrantes

Na temática dos “Migrantes”, os parceiros do CLAS/C com intervenção social nesta temática, sinalizaram 5 problemas, designadamente:

- **Dificuldade de integração no mercado de trabalho de imigrantes;**
- **Dificuldade de integração de refugiados;**
- **Défice de associativismo imigrante;**
- **Vulnerabilidade social da mulher imigrante.**

Ilustração 25: Dificuldade de integração no mercado de trabalho de imigrantes - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Existência de barreiras linguísticas, culturais, religiosas e económicas. • Dificuldade no reconhecimento de qualificações académicas obtidas no País de origem. • Dificuldade na obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência. • Inexistência de apoio ao empreendedorismo imigrante. • Morosidade nos processos de regularização e/ou obtenção de nacionalidade.	DIFICULDADE DE INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE IMIGRANTES.	• Aumento do risco de pobreza e exclusão social. • Aumento da dependência de medidas de proteção social e de redes institucionais de apoio. • Maior propensão para comportamentos ilícitos. • Aumento da tendência em aceitar vínculos laborais precários.

Segundo os parceiros do CLAS/C, envolvidos na atualização do presente documento e cujo âmbito de ação é a população migrante, persiste o problema, em relação ao anterior Diagnóstico Social, da dificuldade de integração no mercado de trabalho de imigrantes.

Importa salientar que o Concelho de Coimbra dispõe atualmente de um Gabinete de Apoio à Integração de Imigrantes de Coimbra e de um Gabinete de Apoio Social ao Imigrante, ambos implementados pelo Centro Local de Apoio ao Imigrante de Coimbra (CLAI de Coimbra).

O **Gabinete de Apoio à Integração de Imigrantes de Coimbra do CLAI de Coimbra** é procurado por imigrantes residentes no Concelho que pretendem, essencialmente, obter informações e aconselhamentos ao nível da legalização, do apoio social, do emprego, da saúde, do reagrupamento familiar, bem como de questões relativas à nacionalidade. Os imigrantes que, frequentemente, mais procuram apoio deste gabinete são homens com idades compreendidas entre os 30 anos e os 40 anos de idade e provenientes do Brasil, da Ucrânia, de Cabo-Verde, da Guiné Bissau, de Moçambique, de Angola, do Nepal, do Paquistão e da Tunísia.

O **Gabinete de Apoio Social ao Imigrante do CLAI de Coimbra** presta, essencialmente, apoio social, sendo que são os imigrantes do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 30 e os 40 anos de idade, e provenientes de Guiné Bissau, Moçambique, Brasil, Angola, Cabo-Verde e de São Tomé e Príncipe, que mais frequentemente procura este gabinete.

Durante as reuniões foram apontadas uma panóplia de causas que fomentam a dificuldade de integração no mercado de trabalho deste grupo populacional, tais como a existência de barreiras linguísticas, culturais, religiosas e económicas, o desconhecimento da legislação portuguesa, a morosidade nos processos de regularização e/ou obtenção de nacionalidade portuguesa, bem como a dificuldade no reconhecimento de qualificações académicas obtidas no País de origem.

A população imigrante confronta-se, ainda, com obstáculos que dificultam e condicionam o seu acesso a iniciativas empreendedoras, nomeadamente as barreiras legais e institucionais decorrentes dos estatutos legais da imigração, as dificuldades de acesso ao crédito, à informação e ao reconhecimento de qualificações e experiência profissional.

A dificuldade de integração no mercado de trabalho dos imigrantes tem diversas implicações, não só ao nível laboral, como também na vertente pessoal, económica e social, destacando-se:

- O aumento do risco de pobreza, devido à escassez de recursos financeiros, assim como à dificuldade de acesso a iniciativas empreendedoras. Para além disso, quando ocorre uma integração laboral, esta é fortemente marcada por vínculos e condições laborais precários;

- A exclusão social, fomentada não só por fatores culturais e linguísticos, como também pela discriminação que são alvo, nomeadamente no que diz respeito ao exercício dos seus direitos como cidadãos;
- O aumento da dependência de medidas de proteção social e de redes institucionais de apoio, não só ao nível financeiro, como também ao nível social, jurídico e psicológico;
- A maior propensão para comportamentos ilícitos, associada ao risco de pobreza e à precariedade laboral.

Embora seja reconhecido pelos parceiros do CLAS/C, o impacto positivo do trabalho dos imigrantes no desenvolvimento socioeconómico do Concelho de Coimbra, considera-se que ainda existem situações em que os seus direitos são comprometidos, afetando a sua qualidade de vida e das respetivas famílias.

Ilustração 26: Dificuldade de integração de refugiados - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Défice de vagas em habitação social. • Aumento do fluxo migratório de refugiados. • Falta de planeamento prévio para o acolhimento de refugiados. • Valor baixo da prestação pecuniária. • Existência de barreiras linguísticas, culturais e religiosas. • Regulamento municipal de transportes públicos não prevê tarifas económicas para cidadãos refugiados.	DIFICULDADE DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS.	• Aplicação das prestações pecuniárias em rendas. • Aplicação da prestação pecuniária em tarifas normais de transporte público. • Agravamento das dificuldades económicas. • Sobrecarga de encargos para a entidade de acolhimento. • Dificuldade na deslocação pelo Concelho. • Maior dificuldade no acesso a bens e serviços. • Dificuldade adicional na integração social e laboral.

Dados os recentes fluxos migratórios de refugiados na Europa, Portugal também foi atingido por esta problemática. O Concelho de Coimbra, atento a este fenómeno, que acarreta diversas implicações, tem-se disponibilizado para acolher pessoas refugiadas. Contudo, e de acordo com os parceiros do CLAS/C envolvidos na temática de “Migrantes”, existem lacunas, não só no processo burocrático do pedido de asilo de integração de refugiados no Concelho, como também ao nível do alojamento temporário, do acesso aos meios de transportes e da integração no mercado de trabalho.

No âmbito do Programa de Reinstalação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), à data de fevereiro de 2017, encontravam-se acolhidos 9 cidadãos refugiados no Concelho de Coimbra:

- 2 Cidadãos acolhidos pela Delegação de Coimbra da Cruz Vermelha Portuguesa;
- 3 Cidadãos acolhidos pela Cáritas Diocesana de Coimbra;
- 4 Cidadãos acolhidos na Paróquia de Santo António dos Olivais.

No que diz respeito ao acolhimento, no âmbito da proteção subsidiária, sob a responsabilidade do Centro Distrital de Coimbra do ISS., I.P, estão acolhidos 50 refugiados.

Inicialmente, esta população beneficia de um estatuto de refugiado que lhe permite o acesso, de modo temporário, a uma prestação pecuniária, que visa promover a autonomização dos cidadãos refugiados. Contudo, o seu valor não lhes permite ter acesso a bens e serviços necessários à sua inserção social, uma vez que a aplicação desta prestação é direcionada maioritariamente para o pagamento de rendas.

Tal facto, é ainda visível ao nível do acesso aos transportes públicos, uma vez que o atual Regulamento Municipal de transportes públicos não prevê tarifas económicas para cidadãos refugiados, dificultando assim a sua mobilidade pelo Concelho, considerada essencial para a integração social e laboral dos cidadãos refugiados. Assim, e atendendo à situação de vulnerabilidade social desta população, o acesso a transportes a baixo custo poderia ser um meio facilitador de integração do cidadão refugiado.

Segundo os parceiros do CLAS/C envolvidos na atualização do presente diagnóstico social, a dificuldade de integração de refugiados no Concelho de Coimbra deve-se também a um défice de vagas em habitação social, sendo esta perspetivada como uma possível resposta de alojamento. A adaptação à cultura, à sociedade e à própria língua do País de acolhimento torna-se igualmente uma limitação à sua plena integração.

As entidades de acolhimento de refugiados deparam-se ainda com a dificuldade na gestão do processo de acolhimento, uma vez que os custos associados são muitas vezes superiores à prestação pecuniária, tendo estas entidades que assumir algumas despesas essenciais, tais como a alimentação, os transportes, entre outros.

O Concelho de Coimbra dispõe de um Plano Municipal para o Acolhimento e Integração de Refugiados “Coimbr(A)colhe” que pretende assegurar o acolhimento e uma integração efetiva do cidadão refugiado no Concelho de Coimbra.

Ilustração 27: Défice de associativismo imigrante - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Falta de estruturas física para dinamizar o associativismo imigrante. • Dificuldades económicas que as associações de imigrantes atravessam. • Baixa disponibilidade da população imigrante em desenvolver atividades que promovam o associativismo imigrante.	DÉFICE DE ASSOCIATIVISMO IMIGRANTE.	• Redes sociais pouco consolidadas. • Dificuldades acrescidas de integração social. • Comprometimento da representatividade da população imigrante nomeadamente a participação cívica e política.

O défice de associativismo imigrante é outro dos problemas apontados pelos parceiros do CLAS/C, o qual já tinha sido identificado no anterior Diagnóstico Social.

Várias têm sido as associações criadas em Portugal que visam dar resposta à presença da imigração no quotidiano das pessoas, designadamente as que se destinam ao aprofundamento da temática ou mesmo as que procuram combater e evitar fenómenos associados à imigração, designadamente o racismo, a xenofobia e a exclusão social.

As associações de imigrantes têm como finalidade o combate à exclusão social das populações pertencentes a meios socioeconómicos mais desfavorecidos, fundamentalmente a população imigrante e as minorias étnicas.

No Concelho de Coimbra, o associativismo imigrante não tem ainda grande representatividade e reconhecimento por parte das entidades locais, nomeadamente as de cariz social, cultural, recreativo, entre outras.

Os parceiros do CLAS/C apontaram que o défice de associativismo imigrante poderá dever-se ao facto das atuais associações depararem-se com problemas ao nível de sustentabilidade, uma vez que estas dependem frequentemente de apoios financeiros de outras entidades públicas e/ou privadas, optando muitas vezes por as suas atividades serem exercidas com recurso ao regime de voluntariado.

A falta de disponibilidade de estruturas físicas para dinamizar o associativismo imigrante é outra das causas reconhecidas para condicionar a manutenção ou criação de novas associações de imigrantes, que frequentemente encontram-se em funcionamento em habitações particulares.

O défice de associativismo imigrante tem assim diversas consequências, designadamente:

- Ao nível do apoio do cidadão imigrante e da sua família;

- Ao nível social, visto que complexifica o processo de integração social e laboral com a presença de uma rede social de apoio pouco consolidada;
- Ao nível comunitário, nomeadamente devido à escassa participação cívica e política.

Para além destas consequências, considera-se que a falta de intercâmbio entre as associações de imigrantes e as entidades locais dificulta o reconhecimento da sua atividade e, consequentemente, a integração social desta população, mais especificamente a integração laboral dos cidadãos em idade ativa e a integração escolar das suas crianças e jovens.

Ilustração 28: Vulnerabilidade social da mulher imigrante - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Retenção, por terceiros, de documentos de identificação. • Maior propensão para mulheres imigrantes com baixa escolaridade, desempregadas, com recursos económicos escassos e vítimas de violência doméstica ou de tráfico humano. • Mulheres imigrantes em situação de precariedade laboral ou com atividade económica "informal".	VULNERABILIDADE SOCIAL DA MULHER IMIGRANTE.	• Maior dificuldade de integração no mercado de trabalho. • Aumento da probabilidade de desenvolver problemas de saúde física e mental. • Maior propensão a comportamentos de risco. • Aumento da desigualdade de oportunidades.

É ainda reconhecido pelos parceiros do CLAS/C envolvidos na temática de “Migrantes”, a persistência do problema da vulnerabilidade social da mulher imigrante no Concelho de Coimbra.

Apesar do aumento da imigração feminina, verificado desde 2013, no Concelho de Coimbra, desconhece-se o seu percurso, principalmente quando este é feito de forma individual, sem que tenha uma rede prévia de suporte familiar e social no Concelho.

Segundo a ONU, e também reconhecido pelos parceiros do CLAS/C, o trabalho doméstico é um dos setores de atividade com maior presença nas mulheres imigrantes. Contudo, a especificidade do trabalho doméstico, que se desenvolve dentro do âmbito privado, favorece a presença de abusos laborais, uma vez que muitas destas mulheres trabalham na economia informal, com salários baixos, sem contrato de trabalho, com condições precárias de trabalho e sem quaisquer contribuições à Segurança Social, portanto, sem proteção perante eventuais situações de desemprego, doença ou reforma.

As trabalhadoras imigrantes encontram-se igualmente mais suscetíveis a comportamentos de risco, nomeadamente na prática de prostituição, fomentando o desenvolvimento de problemas de saúde,

bem como veem dificultada a sua integração no mercado de trabalho e a sua aceitação e integração na sociedade.

7.5. População sem abrigo

Relativamente à temática “População sem abrigo”, foram identificados 6 problemas, de diversos âmbitos, designadamente:

- Insuficiência de *equipamentos sociais* destinados à população sem abrigo;
- Défice de balneários, lavandarias e cacifos;
- Dificuldade na caracterização detalhada da população sem abrigo;
- Dificuldades de acesso a bens e serviços;
- Doença mental ou patologia dual na população sem abrigo;
- Dificuldade de integração no mercado de trabalho da população sem abrigo.

Ilustração 29: Insuficiência de *equipamentos sociais* destinados à população sem abrigo - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Falta de prioridade no acesso à habitação social. • Défice de políticas sociais que possibilitem a criação de <i>respostas sociais</i> para a população sem abrigo. • Dificuldades económicas que o setor social atravessa de modo a responder às necessidades das pessoas em situação de sem abrigo.	INSUFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS DESTINADOS À POPULAÇÃO SEM ABRIGO.	• Manutenção da situação de sem abrigo. • Ocupação de espaços sem as condições mínimas de habitabilidade. • Elevado número de pessoas em situação de sem abrigo a permanecerem em respostas de acolhimento temporário. • Aumento da lista de espera em <i>respostas sociais</i> de acolhimento para a população sem abrigo. • Propensão para a degradação da condição de saúde, devido à manutenção da situação de sem abrigo.

Os parceiros do CLAS/C mencionaram que no Concelho de Coimbra existe uma insuficiência de *equipamentos sociais* destinados à população sem abrigo, tal como tinha sido identificado no anterior Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra de 2010.

Embora exista um conjunto de entidades que dão resposta a algumas das necessidades da população sem abrigo, é de salientar que apenas 3 entidades possuem *equipamentos sociais* que permitem o acolhimento desta população, nomeadamente:

- O Centro de Acolhimento e Inserção Social da Associação Integrar;
- O Centro de Alojamento Temporário “O Farol” da Cáritas Diocesana de Coimbra;
- A Casa Abrigo Padre Américo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco.

Contudo, é reconhecido que a capacidade de cada um destes equipamentos é francamente escassa para responder a todos os pedidos de acolhimento.

Outras das causas identificadas pelos parceiros são, em grande parte, originadas pelo défice de políticas sociais que possibilitem a criação de *respostas sociais* para a população sem abrigo, fundamentalmente em termos de acolhimento. De salientar também que as dificuldades económicas que as entidades de cariz social atravessam e a elevada dependência das mesmas dos apoios de entidades públicas são outras das razões apontadas para a perpetuação deste problema.

Considera-se que a manutenção deste problema ao longo dos últimos anos tem incitado a continuidade da situação de sem abrigo e a consequente ocupação de espaços e edifícios sem as condições mínimas de habitabilidade.

É de salientar ainda que as atuais entidades que visam o acolhimento temporário de pessoas em situação de sem abrigo têm-se esforçado para responder, dentro das suas limitações, a este problema mantendo frequentemente os seus utentes para além do tempo máximo definido.

Ilustração 30: Défice de balneários, lavandarias e cacifos - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Dificuldades económicas que o setor social atravessa, de modo a dar resposta às necessidades das pessoas em situação de sem abrigo. • Défice de disponibilização de recursos físicos.	DÉFICE DE BALNEÁRIOS, LAVANDARIAS E CACIFOS.	• Propensão para problemas de saúde pública e agravamento da condição de saúde individual. • Dificuldade na integração social e no mercado de trabalho. • Perda ou furto de pertences pessoais de pessoas em situação de sem abrigo. • Aumento da exclusão social devido à falta de higiene pessoal.

O défice de balneários, lavandarias e cacifos públicos é outro dos problemas apontados pelos parceiros do CLAS/C.

Atualmente, no Concelho de Coimbra existem diversas entidades locais que disponibilizam as suas instalações para responder a algumas das necessidades básicas de pessoas em situação de sem abrigo.

Contudo, as entidades que intervêm junto da população sem abrigo mencionam que estas pessoas frequentemente se queixam do roubo de bens pessoais e de roupas que lhes são cedidas pelas próprias

instituições, sendo que estas se vêm obrigadas a solicitar novos bens. Para tal, considera-se essencial uma maior disponibilidade de espaços com cacifos, balneários e lavandarias, de acesso gratuito para a população carenciada, de modo a permitir que cada pessoa salvasse os seus bens e os mantenha em bom estado de utilização, colmatando deste modo muitas das necessidades do dia-a-dia, nomeadamente ao nível da higiene pessoal, saúde individual e pública, conforto, entre outras.

A satisfação destas necessidades pode significar uma melhoria significativa nas condições de vida da população sem abrigo, podendo facilitar a sua integração social e laboral.

Considera-se que a resposta a este problema não implica a criação de novas infraestruturas mas sim o aumento de entidades locais disponíveis para cederem as suas instalações, rentabilizando os recursos já existentes no Concelho.

Ilustração 31: Dificuldade na caracterização detalhada da população sem abrigo - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
- Deficiente agilização entre entidades cujo âmbito de ação destina-se à população sem abrigo. - Falta de recursos humanos. - Falta de motivação para o conhecimento da realidade da população sem abrigo no Concelho de Coimbra.	DIFICULDADE NA CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DA POPULAÇÃO SEM ABRIGO.	- Desconhecimento da realidade da população sem abrigo no Concelho de Coimbra. - Maior dificuldade de planificação das intervenções. - Desfasamento entre as necessidades que são exetáveis e as necessidades reais da população sem abrigo de Coimbra.

Como em qualquer área de intervenção, e de acordo com os parceiros do CLAS/C, o conhecimento da realidade e dos problemas em diferentes vertentes é fulcral para delinear estratégias de intervenção de modo a colmatar os problemas identificados.

O Concelho de Coimbra conta com uma parceria (PISACC) que, recentemente, iniciou o processo de caracterização detalhada da população sem abrigo. Contudo, este processo exige disponibilidade de recursos humanos técnicos que, paralelamente à atividade desenvolvida no PISACC, desempenham as suas habituais funções nas suas instituições, impossibilitando-os de uma dedicação regular a este processo de caracterização.

Esta caracterização é perspetivada pelos parceiros do CLAS/C como fulcral para delinear estratégias de intervenção que possam ir ao encontro das reais necessidades das pessoas em situação de sem abrigo, evitando deste modo a intervenção com base em necessidades desvirtuadas.

Ilustração 32: Dificuldade de acesso a bens e serviços - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Carência econômica grave. • Representação social que a sociedade tem em relação às pessoas em situação de sem abrigo. • Excessiva burocratização de diversos serviços em relação à população sem-abrigo. • Legislação desadequada às reais necessidades da população sem abrigo.	DIFICULDADE DE ACESSO A BENS E SERVIÇOS.	• Dificuldade no acesso a serviços jurídicos, de saúde, de ação social, de transportes, entre outros. • Existência de obstáculos à integração social e laboral. • Maior propensão para seguir percursos de vida marginais. • Dificuldade na deslocação pelo Concelho.

Assumindo que a problemática de sem abrigo se encontra integrada no extremo do que é considerado exclusão social, reportando-se esta a diferentes dimensões, nomeadamente na dificuldade de acesso a bens e serviços, os parceiros do CLAS/C identificaram que as principais causas e consequências para este problema são:

- Falta de recursos económicos que permita o acesso a diversos bens e serviços;
- Excessiva burocratização de diversos serviços, tornando-se uma dificuldade para a população sem abrigo, visto que a mesma nem sempre possui documentação e identificação necessária para o acesso a determinados serviços, nomeadamente jurídicos, de saúde, de ação social, de transportes, entre outros;
- Representação social que a sociedade tem em relação às pessoas em situação de sem abrigo, revelando-se uma limitação para a inclusão destas pessoas na sociedade e no mercado de trabalho.

Ilustração 33: Doença mental ou patologia dual na população sem abrigo - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Situação de sem abrigo (meio) como fator externo ao desenvolvimento de doença mental ou patologia dual. • Aumento de comportamentos aditivos. • Desvalorização da importância do acompanhamento médico. • Altas hospitalares precoces sem garantia de acompanhamento social pós alta. • Dificuldade, por parte das entidades locais, em controlar a posologia terapêutica em pessoas em situação de sem abrigo. • Dificuldade de adesão a tratamentos clínicos propostos.	DOENÇA MENTAL OU PATOLOGIA DUAL NA POPULAÇÃO SEM ABRIGO.	• Agravamento da condição de saúde. • Fomento da exclusão social. • Acrescidas dificuldades de intervenção técnica. • Dificuldade em desenvolver competências para ter uma vida autónoma.

Os parceiros do CLAS/C revelaram ainda que a doença mental ou patologia dual na população sem abrigo é um problema que também deverá ser tido em consideração pelas entidades locais.

A problemática de sem abrigo congrega múltiplas vertentes relacionadas com doença mental, dependências e abuso de substâncias psicoativas, comportamentos desviantes, isolamento social e familiar, problemas familiares e relacionais. Para se atender à abrangência das diversas vertentes constitutivas da problemática em causa, é indispensável incorporar todos os fatores económicos, sociais e psicológicos subjacentes que potenciam e permitem a manutenção da situação de sem abrigo.

Paralelamente, os parceiros do CLAS/C acrescentaram ainda que a desvalorização da importância do acompanhamento médico, as altas hospitalares precoces sem garantia de acompanhamento social pós alta, a dificuldade (por parte das entidades locais) em controlar a posologia terapêutica e a dificuldade de adesão a tratamentos clínicos propostos às pessoas em situação de sem abrigo com doença mental ou patologia dual são outras causas para a existência desta problemática.

Consequentemente, a prevalência de doença mental ou patologia dual na pessoa em situação de sem abrigo:

- Conduz ao agravamento da condição de saúde, em parte devido ao incumprimento da terapêutica e das deslocações às consultas;
- Fomenta fenómenos de exclusão social;

- Dificulta a intervenção de técnicos, de diversos âmbitos de ação, nomeadamente de saúde e de ação social;
- Impede o desenvolvimento de competências pessoais e sociais essenciais para uma vida autónoma.

Porém, é de ressaltar que existe uma fronteira muito ténue entre os problemas que são causas ou consequências desta forma de exclusão social associada à doença mental ou patologia dual em pessoas em situação de sem abrigo.

Ilustração 34: Dificuldade de integração no mercado de trabalho da população sem abrigo - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Baixa escolaridade. • Perda de hábitos de trabalho. • Falta de competências para integrar o mercado de trabalho. • Preconceito por parte das possíveis entidades empregadoras. • Receio pelas entidades empregadoras em contratar pessoas em situação de sem abrigo.	DIFICULDADE DE INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DA POPULAÇÃO SEM ABRIGO.	• Falta de autonomia financeira. • Dificuldade de integração social. • Exclusão social • Perpetuação da situação de sem abrigo. • Manutenção da dependência de medidas de proteção social e de redes institucionais de apoio. • Maior propensão para comportamentos ilícitos.

Por fim, os parceiros do CLAS/C consideraram que no Concelho de Coimbra subsiste a dificuldade de integração no mercado de trabalho da população sem abrigo.

As principais causas referidas para a existência deste problema passam pela baixa escolaridade, pela perda de hábitos de trabalho e pela perda de competências agravadas pela longa permanência em situação de sem abrigo, bem como a persistência de preconceitos e receios, por parte das entidades empregadoras, em contratar pessoas que se encontram nestas situações.

Considera-se que a integração no mercado de trabalho possibilitaria:

- O acesso a um rendimento mensal de modo a promover a autonomia financeira;
- A diminuição da dependência das instituições locais e de medidas de proteção social;
- A inclusão social na comunidade;
- A criação de mais condições para o abandono da situação de sem abrigo;
- O acesso a bens e serviços gerais.

7.6. Saúde

No que respeita a esta temática, os parceiros do CLAS/C, que intervêm na área da saúde, consideraram prioritária a intervenção em 5 problemas mencionados, de diversos âmbitos, ao longo das reuniões de trabalho, designadamente:

- **Alcoolismo;**
- **Consumo de outras substâncias psicoativas;**
- **Doenças crónicas e incapacitantes;**
- **VIH/SIDA;**
- **Violência doméstica.**

Ilustração 35: Alcoolismo - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Fatores genéticos e biológicos. • Fatores psicológicos. • Fatores sociais, culturais e ambientais. • História familiar. • Consumo em idades precoces. • Situação de desemprego e fatores económicos. • Ausência de estratégias de <i>coping</i>. • Fácil acesso e preço acessível de bebidas alcoólicas. • No caso das camadas mais jovens, a baixa supervisão parental.	ALCOOLISMO.	• Comprometimento da condição de saúde individual e pública. • Maior propensão para comportamentos de risco. • Deterioração das relações familiares, sociais, escolares e laborais. • Absentismo laboral ou escolar. • Abandono laboral e escolar. • Diminuição ou abandono da participação em atividades sociais, ocupacionais ou recreativas. • Exclusão social. • Dificuldades económicas.

O alcoolismo, considerado uma doença, e identificado como um dos problemas no Concelho de Coimbra pelos parceiros do CLAS/C, é um termo amplo que é empregado, geralmente, para se referir ao consumo crónico, com manifestações de tolerância ao álcool e seus efeitos, em que a pessoa necessita progressivamente de maiores quantidades de álcool para atingir o efeito desejado.

Para além destas características, é ainda de ressaltar que, após um determinado período de abstinência do álcool, a pessoa pode ter uma recaída e a dependência física pode voltar a instalar-se de forma mais repentina e nociva do que inicialmente. Distingue-se do abuso de álcool pela existência de uma vontade incontável de beber e pela dependência física que acarreta.

Esta é uma doença que se traduz em diversos fenómenos comportamentais, cognitivos e fisiológicos, que compromete a saúde e fomenta fenómenos diversificados de exclusão social e acaba também por afetar a esfera pessoal, bem como as relações sociais, nomeadamente com a família, amigos e colegas.

Ainda segundo a publicação “A Saúde dos Portugueses. Perspetiva 2015” da Direção-Geral da Saúde *“Estima-se que cerca de 23% dos utentes dos Cuidados de Saúde Primários com consumos excessivos apresentem pelo menos um problema relacionado com o álcool no último ano.”*.

Desde o ano de 2009, Portugal tem vindo a assistir a um decréscimo progressivo, embora lento, da Taxa de Mortalidade Padronizada por doenças atribuíveis ao álcool, sendo que em 2014 verificou-se a ocorrência de 16,2 óbitos por doenças atribuíveis ao álcool por 100.000 habitantes. Na Região Centro, a Taxa de Mortalidade Padronizada por estas doenças tem sofrido oscilações, sendo que em 2014 se registaram 17,5 óbitos por 100.000 habitantes, valor claramente superior ao registado em Portugal.

Atualmente, o Concelho de Coimbra, tal como foi referido no capítulo 5, na temática das pessoas toxicodependentes, tem uma **Unidade de Alcoologia** que, em 2015, acompanhou 224 utentes, maioritariamente do sexo masculino, com uma média de idade de 49 anos.

Segundo os parceiros do CLAS/C, o alcoolismo poderá ser influenciado por diversos fatores (genéticos, biológicos, psicológicos, sociais, culturais e ambientais), tais como:

- O consumo regular de álcool, pode originar o desenvolvimento de dependência física, sendo que quando este consumo ocorre em idades precoces o risco é significativamente acrescido;
- Predisposição genética;
- Baixa expectativa para um futuro próximo aliada à “eficácia” calmante do álcool;
- A depressão e outros problemas de saúde mental, como a ansiedade ou doença bipolar;
- Carência ou ausência de estratégias de *coping*;
- Carência de vínculos familiares, associada à destruturação familiar e à falta de comunicação clara entre pais e filhos;
- A história familiar, visto que o risco é mais elevado quando existem familiares próximos com problemas relacionados com o álcool;
- A influência dos grupos de pares, tais como amigos ou pessoas próximas que bebem regularmente álcool, aumentando deste modo o risco de consumo de bebidas alcoólicas e de dependência;
- *Status social* atribuído frequentemente como um impulsionador do consumo regular de bebidas alcoólicas, nomeadamente em camadas mais jovens, como uma forma de relacionamento social de natureza ritual, comemorativa e recreativa;

- Défice de vínculos com a escola, aliado à falta de supervisão parental, quando o consumo se inicia em idades precoces.

Para além destes fatores, foi também salientado que os medicamentos interagem com o álcool, potenciando os seus efeitos tóxicos, e que frequentemente o consumo desta substância é responsável pelo aumento de níveis de criminalidade, violência e sinistralidade rodoviária.

De ressaltar ainda que, segundo a Direção-Geral da Saúde, através do documento “Portugal: Saúde Mental em Números – 2015”, *“a redução progressiva da idade do início de consumo, com adesão progressivamente maior de raparigas e da prática do «bing drinking» (intoxicação intencional muito violenta e súbita) e a redução da idade do aparecimento de doenças digestivas, sobretudo hepáticas, relacionáveis com consumos de risco de bebidas alcoólicas, mesmo que não contínuos [...]”* são atualmente uma grande preocupação nacional, visto que são fenómenos que representam um risco acrescido para a saúde pública.

Deste modo, o Concelho de Coimbra, enquanto território dotado de diversos equipamentos escolares e universitários, e de acordo com os parceiros do CLAS/C com intervenção na área da saúde, deverá estar também atento para a problemática do consumo de bebidas alcoólicas, nomeadamente nas camadas mais jovens.

Ilustração 36: Consumo de outras substâncias psicoativas - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Características individuais. • Consumo em idades precoces. • Fatores ambientais. • Fatores relacionais e sociais. • Modelos de conduta por parte dos pais. • Abuso de substâncias psicoativas por parte dos familiares. • Ausência de estratégias de <i>coping</i>. • Disponibilidade das substâncias lícitas/ ilícitas/ prescritas.	CONSUMO DE OUTRAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS.	• Comprometimento da condição de saúde. • Maior propensão para comportamentos de risco. • Absentismo escolar e laboral. • Abandono escolar e laboral. • Problemas financeiros. • Desestruturação familiar. • Exclusão social. • Tráfico de substâncias psicoativas.

O consumo de outras substâncias psicoativas é também um problema identificado pelos parceiros do CLAS/C na temática da “Saúde”.

Segundo a Direção Geral de Saúde, entende-se por substâncias psicoativas *“aquelas que, quando ingeridas, bebidas, injetadas, fumadas ou inaladas, afetam o sistema nervoso central”*, conduzindo a

uma dependência, não se restringindo somente ao consumo de drogas. Segundo a OMS, estas podem classificar-se como:

- **Depressoras:** substâncias que diminuem e inibem a atividade do Sistema Nervoso Central, a atividade motora, a reação à dor e à ansiedade, como por exemplo o álcool, os opiáceos e os fármacos sedativo-hipnóticos;
- **Estimulantes:** substâncias que aumentam o estado de alerta e a aceleração dos processos psíquicos, a atividade do Sistema Nervoso Central, tais como as anfetaminas, a cocaína, a nicotina e a cafeína;
- **Perturbadoras:** substâncias que originam o aparecimento de diversos fenómenos psíquicos anormais, tais como alucinações e delírios, sem que haja inibição ou estimulação global do Sistema Nervoso Central. Estas drogas, também chamadas psicadélicas, alteram a percepção do mundo. O LSD e os canabinóides são exemplos desta categoria.

Uma vez que o alcoolismo foi abordado de uma forma particular no ponto anterior desta temática, o mesmo não será mencionado nesta análise, embora o álcool seja atualmente considerado uma substância psicoativa.

Segundo o Relatório Anual 2014 – A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências, pode-se constatar que em 2012 a cannabis, o ecstasy e a cocaína foram as substâncias ilícitas preferencialmente consumidas pelos portugueses com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos de idade. É ainda possível constatar que entre 2007 e 2012 verificou-se uma diminuição das prevalências de consumo ao longo da vida (pelo menos uma experiência de consumo) e de consumo recente, bem como uma diminuição das Taxas de Continuidade dos Consumos, sendo a população jovem adulta (idades compreendidas entre os 15 anos e os 34 anos de idade) a que apresenta prevalências mais elevadas comparativamente à população em geral. No mesmo documento, reconhece-se ainda que há uma tendência para a existência de casos de overdose com a presença de drogas sintéticas que, embora com valores residuais, são drogas mais potentes e causam efeitos drásticos como surtos psicóticos, alucinações e danos cerebrais que podem conduzir à morte rapidamente.

Em 2014, morreram 220 pessoas (mais 36 óbitos que em 2013) com presença de substâncias ilícitas no organismo, 15% das quais por overdose (mais 3,0% que em 2013), com presença principalmente de cocaína, opiáceos e metadona. Em mais de 80,0% das overdoses ocorridas em 2014 foram detetadas mais do que uma substância, sendo frequente a associação de drogas ilícitas com a presença de álcool e benzodiazepinas.

Decorrente das reuniões de trabalho desta temática, foi consensual que os fatores que podem aumentar o interesse pelo consumo de substâncias psicoativas são, geralmente, as dinâmicas relacionais e sociais. Foi enfatizado a influência do meio familiar, visto que o déficit de supervisão familiar, a convivência com o abuso das substâncias psicoativas por parte de familiares, os conflitos e a fraca relação entre os seus membros, uma conduta antissocial da família e o aumento do relacionamento com os pares têm um grande impacto no interesse pelo consumo.

Também se considerou, relativamente a características individuais, que a curiosidade e a procura da diversão são fatores que motivam o início do consumo ou do consumo casual.

A idade é outro fator considerado importante, uma vez que quanto mais prematuramente a pessoa iniciar o consumo, maior probabilidade existe de desenvolver uma dependência e mais complexo se torna o seu abandono.

No que diz respeito às consequências do consumo regular de substâncias psicoativas, os parceiros do CLAS/C destacaram:

- O comprometimento da condição de saúde da pessoa, havendo uma deteiorização progressiva do seu estado físico e mental, com maior propensão para o desenvolvimento de doenças do foro mental;
- A maior propensão a comportamentos de risco, tais como acidentes de viação e de trabalho, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, comportamentos violentos, furtos, prostituição, entre outros;
- O absentismo e abandono escolar e laboral;
- Os problemas financeiros, que incitam ao tráfico de substâncias psicoativas, à prostituição, ao roubo de bens familiares, entre outros;
- A desestruturação familiar, não só devido às ameaças e roubos dos bens e dinheiro de que os membros da família são alvo, como também o desinvestimento da família, uma vez que as inúmeras tentativas em ajudar o familiar se têm revelado infrutíferas;
- A exclusão social, dificultando a reintegração social mesmo após os tratamentos.

Ilustração 37: Doenças crónicas e incapacitantes - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Predisposição genética. • Fatores de risco biológicos. • Fatores de risco comportamentais. • Fatores de risco psicológicos. • Fatores de risco metabólicos. • Fatores de risco socioeconómicos.	DOENÇAS CRÓNICAS E INCAPACITANTES.	• Diminuição da condição de saúde e aumento progressivo do nível de dependência. • Aumento de gastos em saúde. • Aumento da dependência de medidas de proteção social e de redes institucionais de apoio. • Absentismo e abandono laboral. • Comprometimento dos relacionamentos familiares e sociais. • Isolamento social e exclusão social.

As doenças crónicas são doenças prolongadas de evolução progressiva da sintomatologia e potencialmente incapacitantes, implicando limitações e que raramente têm cura, afetando, de forma significativa, a capacidade funcional da pessoa. É uma condição que conduz ao isolamento e ao desalento e que pode diminuir a capacidade da pessoa viver o seu dia-a-dia, para além de conduzir a um declínio económico, social e psicológico. As doenças crónicas têm, assim, o potencial de induzir alterações profundas na vida de uma pessoa, resultando em efeitos negativos sobre a sua qualidade de vida e bem-estar.

Segundo o Centers for Disease Control and Prevention, as doenças crónicas são responsáveis por 7 em cada 10 óbitos em todo o Mundo.

De acordo com o primeiro Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico, que contou com a participação de 4.911 pessoas com idades entre os 25 e os 74 anos de idade, em 2015, o estado de saúde da população portuguesa caracterizava-se por uma *“elevada prevalência de algumas doenças crónicas”*, tais como a hipertensão arterial, a obesidade e a diabetes.

Embora não estejam disponíveis dados relativamente à prevalência de doenças crónicas no Concelho de Coimbra, os parceiros do CLAS/C reconhecem este problema, nomeadamente o excesso de peso e a obesidade, a diabetes, o tabagismo e a hipertensão arterial, como prioritário para futura intervenção.

Durante as reuniões para temática da “Saúde”, os parceiros do CLAS/C mencionaram como causas para a prevalência de doenças crónicas:

- A predisposição genética: associada a questões de hereditariedade, tais como a artrite reumatoide, a obesidade, a doenças cardiovasculares, entre outras;

- Os fatores de risco biológicos: à medida que uma pessoa envelhece o risco de desenvolvimento de uma doença crónica aumenta substancialmente;
- Os fatores de risco comportamentais: o tabagismo, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, a alimentação inadequada e o sedentarismo foram fatores de risco apontados, que podem ser modificáveis, fomentando desde modo o aumento da qualidade de vida das pessoas;
- Os fatores de risco psicológicos: o stresse e a existência de problemas de saúde mental, tais como a ansiedade e a depressão são fatores predisponentes ao surgimento de doenças crónicas;
- Os fatores de risco metabólicos: a existência prévia de uma ou mais doenças contribui para o aumento do risco de se desenvolver doenças crónicas;
- Os fatores de risco socioeconómicos: a carência económica e a baixa escolaridade são dois fatores responsáveis pelo aumento da prevalência de doenças crónicas.

Consequentemente, foi destacado que as doenças crónicas estão associadas à diminuição da condição de saúde física, emocional e psicológica e, consequentemente, ao aumento progressivo dos níveis de dependência. Relativamente à dimensão económica, salientou-se o aumento de gastos para a aquisição de medicação, assim como para a aquisição de produtos técnicos necessários à maior autonomização da pessoa. Concomitantemente, regista-se um aumento da dependência de medidas de proteção social e de redes institucionais de apoio.

Foi ainda apontado que as doenças crónicas são responsáveis pelo aumento do absentismo e abandono laboral, comprometendo os relacionamentos familiares e sociais, conduzindo ao isolamento social e à exclusão social.

Ilustração 38: VIH/SIDA - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Fatores comportamentais. • Fatores biológicos. • Fatores psicológicos. • Fatores sociais. • Fatores culturais. • Fatores económicos. • Programas de prevenção não têm um carácter de continuidade.	VIH/SIDA.	• Comprometimento da condição de saúde pública e individual. • Aumento de gastos em saúde. • Risco de novos casos de infeção. • Comprometimento dos relacionamentos familiares e sociais. • Isolamento social e exclusão social. • Discriminação escolar e laboral.

Para os parceiros do CLAS/C, presentes nas reuniões da temática da “Saúde”, o VIH/SIDA é um problema que deverá ser considerado prioritário de intervenção no Concelho de Coimbra, embora não existam indicadores epidemiológicos específicos relativos ao Concelho.

O VIH compromete o sistema imunológico, levando a um enfraquecimento progressivo das defesas do organismo e a uma susceptibilidade acrescida a infeções oportunistas, uma vez que o organismo deixa de poder defender-se dos agentes patogénicos.

A infeção causada pelo VIH é a causa da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, também conhecida por SIDA, que se caracteriza por uma perturbação sem sintomas específicos, marcada apenas por lesões celulares invisíveis.

De salientar que, de acordo com os dados do INE, Portugal tem verificado uma diminuição progressiva do número de casos notificados por infeção por VIH, sendo que em 2014 registaram-se 1.109 novos casos notificados e em 2015 observou-se uma diminuição de 12% (em 2015 foram notificados 990 casos), maioritariamente pessoas do sexo masculino.

Ainda de acordo com o INE, e relativamente ao número de casos de SIDA em Portugal, em 2015 foram notificados 238 casos, dos quais mais de 70,0% eram de pessoas do sexo masculino.

Segundo o Relatório Anual 2014 – A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências, pode-se constatar que Portugal *“evidencia uma tendência decrescente no número de mortes ocorridas a partir de 2002, e a um ritmo mais acentuado nos casos associados à toxicodependência.”* Em 2014, registaram-se 87 óbitos notificados por infeção por VIH associados à toxicodependência, 57 em estadios de SIDA, sendo que se verifica uma mortalidade superior nas categorias de transmissão associadas à toxicodependência, comparativamente aos restantes casos.

Atualmente, para além das unidades hospitalares, que acompanham pessoas infetadas por VIH, o Concelho de Coimbra ainda dispõe de 2 Centros de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial e de um equipamento de acolhimento que visa acolher pessoas com VIH/SIDA.

Decorrente das reuniões de trabalho desta temática, foi efetuada uma reflexão crítica com a participação dos principais parceiros do CLAS/C, que intervêm na problemática do VIH/SIDA no Concelho. Deste modo, foram realçadas algumas causas que justificam a existência desta problemática:

- Fatores comportamentais:
 1. Relações sexuais desprotegidas com pessoas infetadas por VIH;
 2. Múltiplos parceiros sexuais;
 3. Partilha de agulhas, seringas, ou outro equipamento utilizado na preparação de drogas para administração via venosa.

- Fatores biológicos, psicológicos, sociais, culturais e económicos:
 1. Transmissão de uma mulher infetada com VIH durante a gravidez, o nascimento ou através do leite materno para filho;
 2. Problemas de saúde mental;
 3. Baixa escolaridade ou dificuldade de acesso a informação;
 4. Ideia de quem não pertence aos principais grupos de risco está imune à infeção por VIH;
 5. Vulnerabilidade social;
 6. Carência económica.
- Programas de prevenção não têm um carácter de continuidade.

O VIH/SIDA produz implicações, não só ao nível do comprometimento da saúde pública e individual, como também conduz à marginalização na escola ou no emprego, a uma maior dificuldade de autonomia financeira, à limitação no acesso a serviços, nomeadamente das companhias de seguros, e a fenómenos de exclusão social.

Como consequência, pode-se ainda instalar a revolta social contra estas pessoas visto que, para além do perigo de infeção que representam, também são considerados uma grande sobrecarga para a sociedade em geral.

Ilustração 39: Violência doméstica - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Fatores biológicos. • Fatores socioeconómicos. • Fatores culturais. • Comportamentos aditivos. • Convivência num seio familiar com comportamentos violentos. • Problemas de saúde. • Baixa escolaridade.	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.	• Comprometimento da integridade física e emocional das vítimas. • Distúrbios emocionais. • Consequências financeiras. • Consequências profissionais. • Desagregação familiar. • Dificuldade de integração social.

A violência doméstica é identificada, pelos parceiros do CLAS/C envolvidos na atualização do Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra, como um problema com elevado impacto individual e comunitário.

De acordo com o Relatório Anual da APAV, em Portugal, no ano de 2015, as vítimas que recorreram aos seus serviços eram sobretudo mulheres, com idades compreendidas entre os 25 anos e os 54 anos de idade, casadas, e com família nuclear com filhos. No que diz respeito à escolaridade, eram sobretudo

vítimas com habilitações ao nível do ensino superior e ensino secundário. Relativamente à atividade económica, a maioria das vítimas estava inserida no mercado de trabalho.

Em 2015, e de acordo com o referido no capítulo 5 na temática das pessoas vítimas de violência doméstica, foram acompanhadas pela APAV 364 pessoas com residência no Distrito de Coimbra.

O Concelho de Coimbra disponibiliza um **Gabinete de Apoio à Vítima da APAV**, bem como de um **“Projeto Violência – Informação, Investigação, Intervenção”**, sediado no Pólo Sobral Cid do CHUC, que estuda e reflete sobre esta problemática.

Relativamente às causas definidas pelos parceiros do CLAS/C, envolvidos na área temática da “Saúde”, são de se destacar fundamentalmente:

- Causas individuais, que integram as características individuais dos diversos elementos da família, tais como a escolaridade, a educação, as experiências e as histórias de vida;
- Fatores familiares, que estão relacionados com as relações familiares, nomeadamente, os valores culturais transmitidos, os estilos de comunicação, as práticas pedagógicas adotadas, entre outras;
- Fatores sociais, que atendem às características políticas, sociais, culturais, religiosas, jurídicas entre outras, assumidas pela sociedade onde a pessoa está inserida.

No que respeita às consequências diretamente imputadas para a vítima de violência doméstica é de salientar que estas não dizem respeito somente às implicações físicas, tais como os hematomas, as fraturas, as deficiências e até a morte. A violência doméstica transporta uma panóplia de consequências emocionais e relacionais, problemas de saúde mental, tais como fobias, ansiedade generalizada e perturbações do sono, dificuldades financeiras devidas, por um lado à falta de comparticipação financeira do agressor nos tratamentos médicos necessários e por outro à exploração financeira por parte do agressor, absentismo e abandono laboral, entre outras.

Destacou-se, ainda, que os filhos de vítimas de violência doméstica, para além de viverem em sofrimento emocional e sentimentos ambivalentes para com os pais, apresentam maior probabilidade de adotarem os comportamentos violentos que presenciaram ao longo da vida, perpetuando deste modo o historial de violência na família.

7.7. Habitação

Relativamente à temática da “Habitação” são reconhecidos, pelos parceiros do CLAS/C, 4 problemas, dos quais 3 estão relacionados com a área da habitação social, nomeadamente:

- **Baixa Taxa de Satisfação face ao elevado número de pedidos de habitação social;**
- **Défice de resposta em habitação social dirigida a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social;**
- **Ausência de subarrendamento de habitação social no mercado privado;**
- **Degradação habitacional.**

Ilustração 40: Baixa Taxa de Satisfação face ao elevado número de pedidos de habitação social - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Ausência de políticas nacionais que visem a construção de habitação social. • Sobrelotação habitacional. • Dificuldades socioeconómicas. • Degradação habitacional. • Procura por parte de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social.	BAIXA TAXA DE SATISFAÇÃO FACE AO ELEVADO NÚMERO DE PEDIDOS DE HABITAÇÃO SOCIAL.	• Manutenção de condições habitacionais degradadas e em situação de insalubridade. • Pressão sobre os serviços de habitação social. • Isolamento social e Exclusão social. • Manutenção da dependência de medidas de proteção social. • Recurso à rede de suporte informal.

A baixa Taxa de Satisfação face ao elevado número de pedidos de habitação social é um problema identificado como prioritário de intervenção no Concelho de Coimbra.

Conforme abordado no capítulo 5, na temática “Área da Habitação Social”, os principais motivos de pedidos de habitação social no Concelho de Coimbra são, fundamentalmente, as carências económicas, aliadas às vulnerabilidades sociais existentes, à falta de condições habitacionais e à sobrelotação habitacional.

As restrições orçamentais do Estado impediram a continuidade da implementação de políticas direcionadas à construção de habitação social, as quais se revelaram um instrumento fulcral à satisfação das necessidades de habitação de agregados familiares em situação de grave vulnerabilidade socioeconómica.

Acresce, ainda que, a procura por parte de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social, designadamente pessoas em situação de sem abrigo, migrantes, refugiados, pessoas vítimas de

violência, entre outros, é também identificada como uma das causas para a baixa Taxa de Satisfação de pedidos de habitação social.

Consequentemente, considera-se que este problema conduz:

- À manutenção de condições habitacionais degradadas e em situação de insalubridade, sendo que frequentemente encontram-se sobrelotadas, traduzindo-se na falta de privacidade, de espaços comuns e de espaços para as crianças e jovens estudarem e brincarem;
- À pressão sobre os serviços de habitação social;
- Ao isolamento social, nomeadamente de pessoas com mobilidade reduzida visto que estas se veem “obrigadas” a permanecer durante um longo período de tempo em habitações sem condições de acessibilidade;
- À exclusão social, originada pela manutenção da condição de vulnerabilidade social em que se encontram os agregados familiares, dificultando a sua inserção social e laboral;
- À manutenção da dependência de medidas de proteção social visto que, na ausência de resposta de habitação social, é recorrente os agregados familiares solicitarem apoio, nomeadamente financeiro, junto das entidades de cariz social, nomeadamente para pagamento de rendas ou créditos à habitação e outras despesas fixas;
- Ao recurso à rede de suporte informal, dado que os agregados familiares que não conseguem responder às exigências para acesso a habitação própria, frequentemente, optam por solicitar apoio a familiares, muitas vezes de forma recorrente.

Ilustração 41: Défice de resposta em habitação social dirigida a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Procura por parte de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social. • Dificuldades socioeconómicas de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social. • Sobrelotação habitacional. • Degradação habitacional ou ocupação de espaços devolutos. • Ausência de políticas nacionais que visem a construção de habitação social.	DÉFICE DE RESPOSTA EM HABITAÇÃO SOCIAL DIRIGIDA A GRUPOS POPULACIONAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.	• Manutenção de condições habitacionais degradadas e em situação de insalubridade. • Manutenção da condição de risco. • Pressão sobre os serviços de habitação social. • Exclusão social. • Manutenção da dependência de medidas de proteção social.

Para a temática da “Habitação” é ainda identificado como um problema o défice de resposta em habitação social dirigida, especificamente, a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social, nomeadamente pessoas em situação de sem abrigo, migrantes, refugiados e pessoas vítimas de violência. O conceito de vulnerabilidade social surge como uma condição de fragilidade de pessoas que se encontram diante de riscos produzidos pelo contexto socioeconómico, tais como processos de exclusão social, discriminação e violação de direitos humanos, entre outros.

Este défice de resposta, exacerbado pela ausência de políticas nacionais que visem a construção de habitação social, deve-se igualmente à crescente procura por parte de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social, devido:

- Às acrescidas dificuldades socioeconómicas que estes agregados familiares vivenciam, motivadas por situações de exclusão social, bem como pela alteração de residência e do seu meio social, laboral e familiar como resposta à tentativa de eliminação da violência doméstica ou como meio de fuga a crises sociais e económicas dos seus Países de origem;
- À sobrelotação habitacional, uma vez que as famílias em situação de carência económica, migrantes e refugiados optam, frequentemente, por viverem em conjunto, acarretando uma maior propensão para comportamentos de risco, tais como a violência nas suas mais diversas vertentes;
- À degradação habitacional ou ocupação de espaços devolutos, que representam um risco para a saúde individual e pública, sendo que a falta de resposta em habitação social implica a manutenção nestas condições.

Consequentemente, as medidas de proteção social têm sido um recurso amplamente utilizado por estes agregados familiares em situação de vulnerabilidade social, como resposta ao atual défice de habitações sociais no Concelho de Coimbra.

Ilustração 42: Ausência de subarrendamento de habitação social no mercado privado – causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Medida de custo elevado para a Autarquia. • Ausência de financiamento público para a medida de subarrendamento.	AUSÊNCIA DE SUBARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO SOCIAL NO MERCADO PRIVADO.	• Baixa Taxa de Satisfação dos pedidos de habitação social. • Pressão sobre os serviços. • Manutenção das condições habitacionais degradadas e em situação de insalubridade. • Manutenção da dependência de medidas de proteção social. • Recurso à rede de suporte informal.

A ausência de subarrendamento de habitação social no mercado privado é outro problema identificado no Concelho de Coimbra, sendo em grande parte devida à atual inexistência de financiamento público para a medida de subarrendamento. Esta consiste em arrendar habitação, no mercado privado, às Autarquias para que estas procedam, posteriormente, ao arrendamento aos agregados familiares em situação de vulnerabilidade socioeconómica.

Dada a atual ausência de financiamento público para a medida de subarrendamento, a Câmara Municipal de Coimbra considera que existe um elevado custo associado ao subarrendamento, caso este fosse suportado na totalidade pela Autarquia.

A ausência desta medida de habitação social no Concelho de Coimbra tem implicações, não só em termos da baixa Taxa de Satisfação dos pedidos de habitação social, bem como também na manutenção de condições habitacionais degradadas e em situação de insalubridade e na manutenção da dependência de medidas de proteção social. Frequentemente ocorre o acolhimento, em habitações de familiares ou outros elementos da rede de suporte informal, de agregados que vivem em casas sem as adequadas condições de habitabilidade.

Ilustração 43: Degradação habitacional – causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
- Falta de medidas de apoio à manutenção e reparação de habitação por parte de agregados familiares mais vulneráveis. - Elevado Índice de Envelhecimento das habitações - Dificuldades socioeconómicas dos proprietários das habitações. - Envelhecimento e aumento do nível de dependência dos proprietários. - Proprietários de habitação não efetuam as devidas obras de recuperação das habitações. - Défice de profissionais disponíveis para efetuar pequenas reparações na habitação.	DEGRADAÇÃO HABITACIONAL.	- Aumento do número de casas devolutas. - Existência de um maior risco para saúde pública e saúde individual. - Aumento da lista de espera em habitação social ou recurso à rede de suporte informal. - Ambiente físico menos apazível. - Custos mais elevados nas reparações das habitações degradadas comparando com os custos das habituais manutenções.

Face ao elevado Índice de Envelhecimento dos Edifícios (184,2) e à elevada percentagem de edifícios com necessidade de obras de reparação (31,8%) existentes no Concelho de Coimbra, os parceiros do

CLAS/C consideram que a degradação das habitações é um problema prioritário de intervenção, sendo que este já tinha sido identificado no anterior Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra.

No Concelho de Coimbra, de 2001 para 2011, assistiu-se ao aumento do Índice de Envelhecimento populacional, sendo que atualmente existem 161 pessoas idosas para cada 100 jovens no Município. Por outro lado, acredita-se que o envelhecimento dos proprietários das habitações, aliado há maior vulnerabilidade a situações de dependência física e mental e às dificuldades socioeconómicas que vivenciam, limitam a possibilidade de realização de obras de reparação das suas propriedades, deixando-as frequentemente ao “abandono gradual”.

A existência de habitações degradadas, em situação de insalubridade ou sem as devidas condições de habitabilidade, arrasta uma panóplia de implicações, não só em termos paisagísticos, tornando o ambiente físico menos aprazível, como em termos de saúde pública e individual, quer dos proprietários como também dos inquilinos e da vizinhança.

De salientar, ainda, que os custos de reparação de habitações em estado avançado de degradação são significativamente, mais elevados em comparação com as obras necessárias à habitual manutenção das condições de habitabilidade. É, ainda, de destacar que, quando no seio familiar não existe a possibilidade de acolher familiares residentes em habitações degradadas, se assiste a um aumento da lista de espera em habitação social.

7.8. Pobreza e Exclusão social

No que concerne à temática da “Pobreza e Exclusão social”, são 5 os problemas reconhecidos pelos parceiros do CLAS/C e pelos técnicos de referência, afetos à Divisão de Educação e Ação Social da Câmara Municipal de Coimbra, das CSF:

- **Condições económicas precárias dos agregados familiares;**
- **Infoexclusão de grupos mais vulneráveis;**
- **Desemprego;**
- **Carência alimentar de grupos vulneráveis;**
- **Famílias desestruturadas.**

Ilustração 44: Condições económicas precárias dos agregados familiares – causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Precariedade laboral. • Sistema de proteção social frágil. • Sobre-endividamento. • Falta de competência na gestão do orçamento familiar. • Agregados familiares socialmente vulneráveis.	CONDIÇÕES ECONÓMICAS PRECÁRIAS DOS AGREGADOS FAMILIARES.	• Comprometimento do acesso a bens e serviços. • Exclusão social e escolar. • Migração. • Comprometimento da condição de saúde. • Deteriorização das relações familiares. • Recurso à rede de apoio informal. • Aumento da dependência de medidas de proteção social. • Comportamentos de risco.

As condições económicas precárias dos agregados familiares são um dos problemas abordados na temática da “Pobreza e Exclusão social”, tendo sido também reconhecido como uma das causas para a maioria dos problemas identificados nas diversas temáticas do presente diagnóstico.

De acordo com os membros que participaram nesta temática, as causas para este problema podem ser multifatoriais, designadamente:

- Precariedade laboral: considera-se que a precariedade laboral não é somente a existência de um salário baixo, englobando também os vínculos laborais precários, as desigualdades salariais entre géneros, as baixas qualificações escolares e a desvalorização de certas profissões não qualificadas, tais como a agricultura;
- Sistema de proteção social frágil: a existência de um sistema de proteção social frágil, baseado em baixas pensões e prestações sociais, é encarado como um fator conducente a fenómenos de pobreza;
- Sobre-endividamento: o sobre-endividamento das famílias acontece quando estas estão impedidas de liquidar dívidas em atraso, uma vez que o montante de créditos contraídos é superior ao rendimento mensal do agregado familiar, sendo um fenómeno que conduz à instabilidade nas famílias, não só ao nível financeiro, como também ao nível social e emocional;
- Falta de competência na gestão do orçamento familiar: as baixas condições económicas estão associadas, por vezes, à falta de competências para gerir um orçamento familiar, bem como para definir as prioridades e antever despesas inesperadas. Contudo, é de salientar que por vezes o balanço entre rendimentos e despesas não permite às famílias efetuar uma gestão criteriosa;

- Agregados familiares socialmente vulneráveis: as famílias numerosas, famílias monoparentais com crianças a cargo e as pessoas idosas a viverem sós ou em casal são em geral as famílias mais propensas à carência económica.

As condições económicas precárias dos agregados familiares produzem consequências, em diversas esferas das suas vidas, nomeadamente:

- Compromete o acesso a bens e serviços, nomeadamente a cuidados de saúde e a programas de rastreio;
- Fomenta a exclusão social e escolar, assim como dificulta o acesso a informações (infoexclusão);
- Promove o fenómeno migratório, sendo este um fator que contribui para o isolamento e para a despovoação dos territórios;
- Compromete a condição de saúde, verificando-se uma diminuição do bem-estar físico, emocional e psicológico, explicado em grande parte pela longa exposição ao stress;
- Incita à deteriorização das relações familiares, ao aumento de conflitos e a uma comunicação ineficaz, com repercussões também ao nível das práticas parentais;
- Promove comportamentos de risco, que se expressam em diversas vertentes, tais como ao nível da saúde (maior propensão para o consumo de substâncias psicoativas, para uma diminuição de comportamentos protetores de saúde, assim como para a negligência da saúde e da alimentação), ao nível social (risco de se adotar condutas agressivas, violentas e delinquentes), e ao nível laboral (aumento do risco de acidentes de trabalho e de doenças profissionais).

De destacar ainda que, para além da dependência de medidas de proteção social, é frequente a rede de suporte familiar encontrar-se igualmente envolvida, como um recurso para a atenuação dos efeitos da situação económica precária dos agregados familiares.

Por fim, importa ainda salientar que, segundo a Constituição da República Portuguesa, qualquer cidadão não deverá ser prejudicado ou privado dos seus direitos em razão da sua situação económica.

Ilustração 45: Infoexclusão de grupos mais vulneráveis - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Baixo poder de compra por parte de alguns grupos mais vulneráveis. • Isolamento social. • Baixa escolaridade. • Analfabetismo digital. • Falta de meios de divulgação diversificados. • Défice de articulação entre estruturas locais e entidades prestadoras de diversos serviços.	INFOEXCLUSÃO DE GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS.	• Desigualdades no acesso a informações. • Exclusão social. • Acesso limitado a tarifas sociais e outros direitos como consumidores. • Desconhecimento de direitos na área da segurança social, da saúde, da educação, dos transportes, entre outros.

Durante as reuniões com os parceiros do CLAS/C e com os técnicos de referência, afetos à Divisão de Educação e Ação Social da Câmara Municipal de Coimbra, das CSF, é ainda reconhecido como um problema a persistência da infoexclusão de grupos mais vulneráveis.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são, atualmente, parte integrante no nosso quotidiano, ao ponto de já ser quase impossível viver sem elas.

O termo info-exclusão refere-se há existência de uma lacuna entre os cidadãos que têm acesso efetivamente a uma vasta gama de TIC, designadamente a internet, e aqueles que, por diversas razões, são excluídos por não poderem ou não terem acesso às TIC, sendo que a infoexclusão não engloba os casos de pessoas que optam, voluntariamente, por se distanciar das novas tecnologias.

Os grupos de pessoas que são mais vulneráveis à infoexclusão são, sobretudo, as pessoas idosas, os migrantes, pessoas com deficiências, pessoas com condições socioeconómicas precárias, assim como pessoas iletradas no que diz respeito ao uso das novas tecnologias (analfabetismo digital).

As dificuldades económicas, o isolamento social, a baixa escolaridade e o analfabetismo digital são alguns dos fatores apontados nas reuniões temáticas para a existência de infoexclusão de grupos mais vulneráveis.

Foi ainda reconhecido que a falta de meios de divulgação de informação mais diversificados e o défice de articulação entre as estruturas locais e as entidades prestadoras de diversos serviços impedem, frequentemente, que determinadas pessoas possam aceder a informações por outros meios que não pelas TIC.

Concretamente à infoexclusão das pessoas idosas, as razões mais comuns prendem-se sobretudo com os custos associados e com a falta de interesse pelas TIC, assim como devido a algumas limitações de

saúde, característica do envelhecimento humano normal, nomeadamente a diminuição da acuidade visual.

Deste modo, a infoexclusão de grupos mais vulneráveis acarreta diversas consequências, tais como:

- Desigualdades no acesso a informações;
- Exclusão social, nomeadamente no acesso ao mercado de trabalho;
- Acesso limitado a tarifas sociais e outros direitos como consumidores;
- Desconhecimento de direitos na área da segurança social, da saúde, da educação, dos transportes, entre outros.

Segundo o ponto 1 do artigo 37.º da Constituição da República Portuguesa *“Todos têm o [...] direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.”*, sendo portanto consensual que a infoexclusão fomenta a perda de identidade social, de autoestima, de perspetivas de futuro e do sentido de pertença à sociedade.

Ilustração 46: Desemprego - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Crise económica atual. • Desenvolvimento tecnológico. • Baixas qualificações. • Insolvência de empresas concelhias. • Dificuldades de sobrevivência do comércio e serviços de proximidade. • Deslocalização de empresas para Concelhos limítrofes. • Desajuste entre o perfil dos desempregados e as ofertas de trabalho existentes.	DESEMPREGO.	• Carência económica. • Sobre-endividamento familiar. • Aumento da dependência de medidas de proteção social e de redes institucionais de apoio. • Acréscimo das dificuldades no acesso a equipamentos, bens e serviços. • Migração. • Propensão para comportamentos de risco. • Comprometimento da saúde. • Exclusão social.

Embora se tenha assistido entre setembro de 2015 e setembro de 2016 a uma diminuição ligeira da Taxa de Desemprego no Concelho de Coimbra, esta situação é encarada como um problema social pelos parceiros dos CLAS/C, envolvidos na temática da “Pobreza e Exclusão social”.

De facto, e como anteriormente referido no capítulo 4 na área temática de “Mercado de Trabalho”, em setembro de 2016 existiam 6.707 desempregados no Concelho de Coimbra, tendo sofrido uma diminuição de 2,12%, comparativamente ao mesmo período homólogo de 2015. Porém, a diminuição da Taxa de Desemprego foi mais acentuada no Concelho de Coimbra do que em Portugal e na Região Centro.

É reconhecido que todo o território de Portugal foi bastante afetado, nos últimos anos, pelo desemprego, principalmente devido à crise económica que se instalou na Europa, sendo esta uma palavra amplamente falada, comentada e anunciada no quotidiano das pessoas.

A atual conjuntura, com impacto também no Concelho de Coimbra, incitou a um ajustamento no mercado de trabalho, nomeadamente na sobrevivência das empresas, do comércio e dos serviços em geral, forçando frequentemente à redução do número dos colaboradores ou mesmo à cessação de atividade económica. Tal facto, traz repercussões, por um lado na diminuição de contribuições da entidade empregadora para a economia, através de impostos, e no aumento dependência de medidas de proteção social e de redes institucionais de apoio, por parte dos desempregados.

Por outro lado, o constante desenvolvimento tecnológico veio permitir a substituição da mão-de-obra humana pelas tecnologias, com significativo impacto na redução do número de postos de trabalho, fundamentalmente de pessoas com baixas qualificações.

Considera-se, ainda que, o número limitado de ofertas de emprego e que a formação e competências de muitas pessoas desempregadas não se adequam às competências exigidas pelos empregadores, sendo que estes optam por deixar postos de trabalho por preencher, devido à dificuldade em encontrar os candidatos certos com a formação e/ou as competências necessárias para um determinado posto.

Há ainda a registar no Concelho de Coimbra que diversas entidades empregadoras têm vindo a optar por deslocalizar as suas empresas para Concelhos limítrofes.

As consequências do desemprego, por sua vez, podem ser devastadoras, tanto do ponto de vista do desempregado e da sua família, quanto do ponto de vista social, económico e político, nomeadamente:

- Carência económica, com diminuição do consumo de bens e serviços e consequente sobreendividamento familiar;
- Migração, sendo que o Concelho de Coimbra “perde” recursos do ponto de vista económico e intelectual;
- Maior propensão para comportamentos de risco, designadamente condutas delinquentes, violentas e marginalizantes;
- Saúde física e mental fica comprometida, fazendo com que se acentue a procura pelos serviços de saúde, devido à diminuição do bem-estar físico e psicológico, com repercussões também na diminuição da participação ativa, na baixa auto estima e exclusão social.

Ilustração 47: Carência alimentar de grupos vulneráveis - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Condição económica precária. • Escassez de respostas formais adequadas às necessidades de uma alimentação saudável. • Desperdício alimentar. • Falta de competências de gestão do orçamento familiar.	CARÊNCIA ALIMENTAR DE GRUPOS VULNERÁVEIS.	• Alimentação inadequada. • Insucesso escolar. • Aumento de risco de acidentes.

A carência alimentar de grupos vulneráveis é outro dos problemas identificados na temática da “Pobreza e Exclusão social”, que merece especial atenção de todos os intervenientes sociais do Concelho de Coimbra.

As primeiras linhas de pobreza baseiam-se na dificuldade de satisfação das necessidades básicas, tais como a alimentação, sendo esta a realidade de alguns grupos vulneráveis ao nível social e/ou económico, espelhando, deste modo, as desigualdades que se vivem na sociedade.

De acordo com os parceiros do CLAS/C presentes nesta temática, muitos agregados familiares, nomeadamente com menores a cargo, abdicam de refeições por não existir comida suficiente ou, em alternativa, recorrem a comida de fraca qualidade.

Segundo os dados do estudo “InfoFamília: Estudo de avaliação da segurança alimentar e outras questões de saúde relacionadas com condições económicas em agregados familiares portugueses”, da Direção Geral de Saúde, em Portugal no ano de 2013 dos 1.378 agregados familiares inquiridos, existiam cerca de 51,0% com insegurança alimentar, ou seja, sem garantia de acesso a alimentos em quantidade suficiente, seguros e nutricionalmente adequados.

De acordo com os parceiros do CLAS/C, envolvidos na temática da “Pobreza e Exclusão social”, as causas para a carência alimentar dos agregados familiares residentes no Concelho de Coimbra encontram-se associadas a fatores externos e internos aos agregados familiares:

Fatores internos

- Condição económica precária: escassez de rendimentos que são direcionados para pagamentos de habitação, educação, créditos bancários, entre outros, sendo frequente a opção pelo corte em despesas com alimentação;
- Famílias numerosas e/ou com crianças a cargo;
- Baixa escolaridade dos elementos do agregado familiar;

- Falta de competências pessoais de gestão do orçamento familiar, designadamente na prevenção de desperdício alimentar. Segundo a ONU (2013), o desperdício alimentar é uma das principais causas para a privação de alimentos em quantidades suficientes.

Fatores externos

- Escassez de respostas formais adequadas às necessidades de uma alimentação saudável, que englobe produtos hortícolas frescos, bem como carne e peixe.

As soluções apresentadas, através de programas alimentares nacionais e comunitários, dos bancos alimentares ou através de instituições de cariz social, presentes no Concelho de Coimbra, como anteriormente descrito no capítulo 5 relativamente à temática da “Família e Comunidade em geral”, não intervêm na causa fundamental da fome, isto é, a incapacidade para pagar os alimentos.

Ao distribuir-se os alimentos e/ou refeições confeccionadas acredita-se que não se estará a resolver a problemática, apenas a colmatar uma carência, dando uma resposta imediata sem que haja uma intervenção social com vista à resolução do problema que condiciona o acesso a bens alimentares.

A existência de uma alimentação inadequada, as perturbações nutricionais, o insucesso escolar e o aumento do risco de acidentes são algumas consequências da carência alimentar.

Ilustração 48: Famílias desestruturadas - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Existência de comportamentos aditivos e de risco no seio familiar. • Carência económica e desemprego. • Falta de competências pessoais e sociais do agregado familiar. • Existência de problemas de saúde. • Vínculos familiares destruídos. • Rutura familiar ou vivência de situações traumáticas. • Comunicação disfuncional.	FAMÍLIAS DESESTRUTURADAS.	• Aumento da dependência de medidas de proteção social e de redes institucionais de apoio. • Fomento da exclusão social. • Rutura com a sociedade. • Incremento de preconceitos relativos a famílias destruídas.

Por fim, é ainda mencionada a existência no Concelho de Coimbra de famílias desestruturadas, sendo este um problema identificado pelos parceiros do CLAS/C, envolvidos na temática da “Pobreza e Exclusão social”.

De acordo com os participantes envolvidos nesta temática, os principais fatores que contribuem para a desestruturação de uma família podem agrupar-se em fatores socioeconómicos, comportamentais, psicológicos e de saúde, designadamente:

Fatores socioeconómicos

- Falta de competências pessoais e sociais do agregado familiar, sendo que se verifica uma ausência ou carência de vínculos familiares, bem como uma comunicação disfuncional no seio familiar entre as várias gerações;
- Rendimentos provenientes de medidas de proteção social e de pensões sociais, assim como de trabalhos precários ou inexistência total de rendimentos;
- Desemprego de um ou mais elementos do agregado familiar;
- Sobre-endividamento provocado pela existência de despesas superiores aos rendimentos das famílias e ainda pela contratação de créditos para fazer face a despesas em dívida.

Fatores comportamentais

- Convivência, no seio familiar, com violência doméstica, negligência, abusos e maus tratos;
- Existência de comportamentos aditivos, nomeadamente alcoolismo e toxicodependência.

Fatores psicológicos e de saúde

- Rutura familiar ou vivência de situações traumáticas, designadamente morte de um familiar;
- Existência de problemas de saúde mental, nomeadamente desordens afetivas e antissociais, esquizofrenia, hiperatividade, défice de atenção, entre outros.

Consequentemente, a existência de famílias desestruturadas fomenta a exclusão social, marcada fundamentalmente pela dificuldade em criar e preservar relacionamentos saudáveis com os outros, pelos preconceitos existentes na sociedade em relação às famílias destruturadas, pela descrença em relação ao futuro e pela baixa autoestima.

É ainda de salientar que existe uma elevada dependência destas famílias em relação a medidas de proteção social, sendo estas acompanhadas ao longo de muitos anos por redes institucionais de apoio.

7.9. Freguesias

Relativamente à última temática “Freguesias”, definida para a atualização do Diagnóstico Social, são identificados problemas, de diversos âmbitos, designadamente:

- **Défi ce de participação das entidades locais na dinamização local;**
- **Cobertura escassa, desigual e irregular em matéria de transportes públicos;**
- **Desemprego;**
- **Famílias desestruturadas;**
- **Infoexclusão de grupos mais vulneráveis;**
- **Falta de *respostas sociais* para Pessoas idosas;**
- **Degradação habitacional.**

De salientar, que os últimos 5 problemas anteriormente enunciados são abordados em outras temáticas do presente capítulo, nomeadamente:

- Temática “Pobreza e Exclusão social”: Desemprego, Famílias desestruturadas e Infoexclusão de grupos mais vulneráveis;
- Temática “População Idosa”: Falta de *respostas sociais* para Pessoas idosas;
- Temática “Habitação”: Degradação habitacional.

Para análise e discussão desta temática, contou-se com a participação de representantes das Juntas de Freguesia do Concelho de Coimbra, assim como dos técnicos de referência, afetos à Divisão de Educação e Ação Social da Câmara Municipal de Coimbra, das CSF.

Ilustração 49: Défi ce de participação das entidades locais na dinamização local - causas e consequências.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Falta de recursos humanos nas entidades locais. • Carência de recursos financeiros para dinamizar atividades/ações.	DÉFI CE DE PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES LOCAIS NA DINAMIZAÇÃO LOCAL.	• Escasso número de atividades dirigidas à comunidade. • Diminuição da participação cívica por parte da população. • Fomento do isolamento social e da exclusão social de grupos mais vulneráveis.

De acordo com os diversos parceiros do CLAS/C, nomeadamente as Juntas de Freguesia, considera-se que existe no Concelho de Coimbra, com maior incidência nas freguesias, um défi ce de participação das entidades locais na dinamização local.

Ao longo das reuniões da temática “Freguesias”, foi debatido que, de uma forma geral, as entidades locais evidenciam uma predisposição para a participação ativa nas parcerias locais como, por exemplo, nas CSF. Contudo, os técnicos revelam que a falta de recursos humanos nas suas entidades dificulta uma participação regular e com a qualidade ambicionada, de modo a verificar-se uma dinamização local mais efetiva e participativa.

Por outro lado, nem sempre a celebração formal destas parcerias corresponde a um efetivo “trabalho em rede” ao nível da conceção e da implementação de projetos. Com frequência, os protocolos celebrados entre diferentes entidades visam apenas colaborações instrumentais e pontuais, revelando uma possível carência de recursos financeiros para dinamizar intervenções ajustadas às necessidades da comunidade local.

Consequentemente, verifica-se uma diminuição da participação, por parte da população, devido às escassas atividades dirigidas à comunidade, bem como à falta de motivação das entidades e da própria população para a implementação de ações que valorizem a freguesia.

Tendo em conta que o isolamento social e a exclusão social são problemas identificados no presente documento, considera-se que o défice de participação das entidades locais na dinamização local impulsiona o agravamento destes problemas, uma vez que o escasso envolvimento das entidades fomenta fenómenos de exclusão social de grupos mais vulneráveis na comunidade.

Ilustração 50: Défice de medidas/políticas de apoio para pessoas em situações de vulnerabilidade social na área do transporte público.

CAUSAS	PROBLEMA	CONSEQUÊNCIAS
• Pessoas em situação de vulnerabilidade social residentes em freguesias predominantemente rurais • Crescente n.º de pessoas beneficiárias de prestações pecuniárias de baixo valor. • Carência económica.	DÉFICE DE MEDIDAS/POLÍTICAS DE APOIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL NA ÁREA DO TRANSPORTE PÚBLICO.	• Maior isolamento social. • Fomento da solidão e exclusão social. • Maior dificuldade de acesso a equipamentos, bens e serviços. • Fomento do uso de transporte próprio, em detrimento do transporte público e consequente aumento da poluição.

Considera-se ainda, que o Concelho de Coimbra, apresenta um défice de medidas/políticas de apoio para pessoas em situações de vulnerabilidade social na área do transporte público.

O território do Município de Coimbra é servido por uma rede de transportes públicos, constituída por diversas empresas privadas e uma pública (SMTUC), que cobre uma significativa área geográfica concelhia.

Contudo, algumas localidades mais periféricas da Cidade de Coimbra, defrontam-se com uma oferta de transportes públicos bastante razoável mas o défice de medidas/políticas de apoio para pessoas em situações de vulnerabilidade social na área do transporte público, são um fator de:

- Isolamento social, uma vez que populações mais vulneráveis têm nos transportes públicos o seu único meio de mobilidade, fomentando a solidão e a exclusão social;
- Redução ou impossibilidade das pessoas alcançarem equipamentos, bens e serviços;

De salientar que o acesso facilitado aos meios de transporte, essencial para a prevenção das desigualdades sociais bem como da promoção da inclusão social e laboral de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, não depende apenas da disponibilidade de uma frota diversificada e alargada mas também do acesso a tarifas economicamente mais acessíveis para a população que reside em zonas periféricas à Cidade.

8. CONCLUSÕES

O presente Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra – 2018 representa a concretização de uma das etapas em matéria de planeamento do Programa Rede Social, estruturado no Concelho de Coimbra pelo Conselho Local de Ação Social de Coimbra (CLAS/C) e pelas 18 Comissões Sociais de Freguesia.

Considera-se que, com este instrumento de trabalho, que visa conhecer mais aprofundadamente a realidade social concelhia, através das perceções subjetivas dos parceiros do CLAS/C e de outros membros com participação ativa na comunidade, a intervenção social local apresenta uma visão mais realista e eficaz, incentivando à criação, não só de novos programas e projetos de âmbito multidisciplinar, bem como de novas parcerias essenciais para uma intervenção mais dinâmica e eficiente.

Tabela 83: Síntese de problemas identificados em cada uma das temáticas abordadas.

CRIANÇAS E JOVENS	• Défice de resposta em Creches; • Diminuição do tempo livre para a criança; • Aumento de comportamentos desviantes; • Falta de docentes e de outros profissionais de Educação Especial nas escolas públicas; • Défice de respostas ao nível da saúde mental para crianças e jovens; • Absentismo escolar; • Aumento da incidência da obesidade infantil.
PESSOAS IDOSAS	• Dificuldade na admissão de Pessoas idosas com dependência na Rede Nacional de Cuidados Continuados; • Isolamento social e Solidão; • Défice de resposta em ERPI na rede solidária; • Falta de resposta em SAD permanente na rede solidária; • Violência contra as pessoas idosas; • Falta de respostas sociais destinadas a pessoas com défices cognitivos e demências; • Baixos recursos económicos.
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	• Défice de respostas em Lar Residencial, Residência Autónoma e Centro de Atividades Ocupacionais; • Falta de acessibilidade para pessoas com deficiência; • Dificuldade de integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência; • Dificuldade no acesso a produtos de apoio; • Carência de serviços em âmbito domiciliário que garantam a continuidade de cuidados.
MIGRANTES	• Dificuldade de integração no mercado de trabalho de imigrantes; • Dificuldade de integração de refugiados; • Défice de associativismo imigrante; • Vulnerabilidade social da mulher imigrante.
POPULAÇÃO SEM ABRIGO	• Insuficiência de <i>equipamentos sociais</i> destinados à população sem abrigo; • Défice de balneários, lavandarias e cacifos; • Dificuldade na caracterização detalhada da população sem abrigo; • Dificuldades de acesso a bens e serviços; • Doença mental ou patologia dual na população sem abrigo; • Dificuldade de integração no mercado de trabalho da população sem abrigo.

SAÚDE	• Alcoolismo; • Consumo de outras substâncias psicoativas; • Doenças crónicas e incapacitantes; • VIH/SIDA; • Violência doméstica.
HABITAÇÃO	• Baixa Taxa de Satisfação face ao elevado número de pedidos de habitação social; • Défice de resposta em habitação social dirigida a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social; • Ausência de subarrendamento de habitação social no mercado privado; • Degradação habitacional.
POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	• Condições económicas precárias dos agregados familiares; • Infoexclusão de grupos mais vulneráveis; • Desemprego; • Carência alimentar de grupos vulneráveis; • Famílias desestruturadas.
FREGUESIAS	• Défice de participação das entidades locais na dinamização local; • Défice de medidas/políticas de apoio para pessoas em situações de vulnerabilidade social na área do transporte público.

Deste modo, das reflexões que surgiram ao longo das reuniões temáticas, definidas para a atualização do Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra – 2018, é possível delinear-se um enquadramento para a definição de eventuais intervenções consideradas prioritárias, com vista à elaboração do próximo Plano de Desenvolvimento Social para o Concelho de Coimbra.

9. ANÁLISE SWOT

Ao longo da atualização deste Diagnóstico Social foram reconhecidas algumas preocupações relevantes sobre cada uma das temáticas abordadas e que se considera imperativo uma análise mais aprofundada de cada uma delas, de modo a identificar possíveis implicações a curto e médio prazo, através da elaboração de uma análise SWOT (Ilustração 51).

Esta análise SWOT visa sobretudo:

- Reconhecer e impulsionar o que o Concelho de Coimbra tem de favorável/positivo (Forças) e colmatar os seus pontos fracos (Fraquezas).
- Identificar os aspetos que podem ser considerados como constrangimentos (Ameaças) e os que se constituem como uma base de apoio (Oportunidades) à implementação de uma intervenção local planeada.

Ilustração 51: Análise SWOT.

FORÇAS	FRAQUEZAS
• Posição geoestratégica na Região e no País. • Forte património histórico, cultural e ambiental. • Existência de organizações de diversos âmbitos de ação. • Existência de diversos <i>equipamentos sociais</i> dirigidos a diferentes públicos-alvo. • Existência de Equipa de Intervenção Precoce. • Diversidade de estabelecimentos de ensino. • Existência de técnicos capacitados e especializados nas instituições de cariz social. • Elevado número de parceiros no CLAS/C. • Elevado número de estudantes universitários. • Existência de “Atendimento Social Integrado” de proximidade à população. • Funcionamento das “Comissões Sociais de Freguesia” em todas as unidades territoriais. • Comissão Municipal de Proteção ao Idoso de Coimbra (CoMPIC). • Diversos programas e projetos de âmbito municipal em vigor promovidos pela Autarquia. • Auxílios económicos da Autarquia aos alunos desfavorecidos. • Execução do programa de segurança “Escola Segura” e “Apoio 65 - Idosos em Segurança”. • Existência de diversos grupos de captação de voluntários.	• Défice de recursos humanos e financeiros nas instituições locais. • Dificuldade por parte de algumas famílias na gestão do orçamento familiar. • Precariedade económica, laboral e habitacional. • Reduzida oferta de emprego adaptada à procura existente. • Rendas de casa elevadas. • Escassez de habitação social, quer em zonas urbanas, quer em zonas rurais. • Inexistência de apoio para arrendamentos no mercado privado. • Existência de barreiras arquitetónicas em espaço urbano e rural. • Insuficiente acompanhamento e apoio às pessoas com doenças de foro psiquiátrico. • Desvalorização da escola por parte de alguns agregados familiares. • Escassez de programas de promoção de competências pessoais, sociais e parentais.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
• Diversidade de parcerias formais e informais. • Reabilitação do edificado pelo projeto “Reabilitar Coimbra XXI”. • Responsabilidade social do tecido empresarial. • Empreendedorismo. • Criação de projetos de proximidade, tais como lojas sociais, mercado de trocas, entre outras. • Candidaturas a programas nacionais e comunitários. • Dinamização do potencial turístico do Município. • Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios na Área Social. • Rede Local de Intervenção Social (RLIS). • CoimbraMaisFuturo – Associação de Desenvolvimento Local de Coimbra. • Contrato Local de Desenvolvimento Social do Concelho de Coimbra (CLDS 3G). • Diversos programas e projetos de âmbito social promovidos pelas entidades locais.	• Perda progressiva de população. • Envelhecimento populacional. • Atual conjuntura económica. • Funcionamento das entidades de cariz social fortemente marcado pelo voluntariado. • Dificuldade dos técnicos em envolver os destinatários de intervenção. • Desemprego. • Situações de pobreza e exclusão social de grupos vulneráveis. • Aumento do Índice de Envelhecimento dos Edifícios não ocupados como residência habitual. • “Movida noturna” que potencia comportamentos de risco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1.º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009.

A Saúde dos Portugueses: Perspetiva 2015, Direção-Geral da Saúde.

Acesso aos cuidados de saúde. Um direito em risco? – Relatório de Primavera 2015, Observatório Português dos Sistemas de Saúde.

Carta Social, Instituto da Segurança Social – I.P.

Constituição da República Portuguesa.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Diagnóstico Social do Concelho de Coimbra – 2010, Câmara Municipal de Coimbra.

Envelhecimento e Violência – 2014, Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

Estatísticas Demográficas – 2015, Instituto Nacional de Estatística.

Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009 - 2015.

Figueiredo, D.; Lima, M.P.; Sousa, L. - (2009) - Os "pacientes esquecidos": satisfação com a vida e perceção de saúde em cuidadores familiares de idosos. Kairós. Vol. 12, n.º 1.

Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico, Instituto Ricardo Jorge.

Os Tempos na Escola - Estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países (2014) - Fundação Francisco Manuel dos Santos

Plano de Desempenho 2015, Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego.

Plano Diretor Municipal – 1.ª Revisão, Câmara Municipal de Coimbra, 2013.

Plano Nacional de Ação para a Inclusão 2006 – 2008, Instituto da Segurança Social I.P.

Portugal: Alimentação Saudável em Números – Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, Direção-Geral da Saúde.

Portugal: Idade Maior em Números – 2014, Direção-Geral da Saúde.

Portugal: Saúde Mental em Números 2015 – Programa Nacional para a Saúde Mental, Direção-Geral da Saúde.

Relatório 2014 – Rede de Serviços e Equipamentos, Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Relatório Anual 2013: A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências, Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

Relatório Anual 2014: A Situação do País em Matéria de Álcool, Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

Relatório Anual 2014: A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências, Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

Relatório Anual 2015, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ (2015), Comissão Nacional de proteção das crianças e Jovens em Risco.

Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2015, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Resumo do Diagnóstico do Território da Cidade de Coimbra (agosto de 2012) - Plano Operacional de Respostas Integradas, Administração Regional de Saúde do Centro.

Sinopse Estatística: Portugal 2014, Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

Tavares, Z. (2006) - Absentismo Escolar na Escola Secundária Cónego Jacinto da Costa.

Relatório do Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2016), Organização das Nações Unidas

WEBSITES CONSULTADOS

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, disponível em: <http://www.apav.pt/>.

Câmara Municipal de Coimbra, disponível em: <http://www.cm-coimbra.pt/>.

Carta Social, disponível em: <http://www.cartasocial.pt/>.

Diário da República Eletrónico, disponível em: <https://dre.pt/>.

Direção-Geral da Saúde, disponível em: <http://www.dgs.pt/>.

Instituto da Segurança Social - I.P., disponível em: <http://www.seg-social.pt/inicio>.

Instituto de Emprego e Formação Profissional, disponível em: <https://www.iefp.pt>.

Instituto Nacional de Estatística, disponível em: <https://www.ine.pt/>.

Instituto Nacional de Reabilitação, disponível em: <http://www.inr.pt/>.

PORDATA, disponível em: <http://www.pordata.pt/>.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, disponível em: <http://www.sef.pt/>.

World Health Organization, disponível em: <http://www.who.int/en/>.

Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, disponível em: <http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/>.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Declaração de retificação Nº 10 – O/98 – Retifica a Resolução 197/97 no que respeita à presidência dos Conselhos Locais de Ação Social e das Comissões Sociais de Freguesia.

Decreto-Lei N.º 135/2004 de 3 de junho – Cria o PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, que regula a concessão de financiamento para resolução de situações de grave carência habitacional.

Decreto-Lei N.º 163/2006, de 8 de agosto – Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de maio.

Decreto-Lei N.º 163/2006, de 8 de agosto – Define as condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais.

Decreto-Lei N.º 281/2009 de 6 de outubro – Cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.

Decreto-Lei Nº 115/2006 de 14 de junho – Regulamenta a Rede Social.

Despacho Normativo Nº 8/2002 de 12 de fevereiro – Regulamenta o Programa de Apoio à Implementação da Rede Social.

Lei N.º 11-A/2013, de 28 de janeiro de 2013 – Reorganização administrativa do território das freguesias.

Lei N.º 169/99 de 18 de setembro – Estabelece as competências e regime jurídico das Autarquias locais.

Lei N.º 5-A/2002 de 11 de janeiro – Estabelece as competências do presidente da assembleia e da câmara municipal, do presidente da junta de freguesia, dos secretários, do pessoal dirigente, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos Municípios e das freguesias.

Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro – Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Lei N.º 86/2009 de 28 de agosto – Estabelece o regime jurídico da estrutura e organização dos serviços da administração autárquica.

Portaria N.º 580/83 de 17 de maio – Define o que se entende por habitação social.

Portaria N.º 644-A/15, de 24 de agosto – Define as regras a observar no seu funcionamento, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família, da componente de apoio à família e das atividades de enriquecimento curricular.

Resolução do Conselho de Ministros Nº 197/97, de 18 de novembro – Reconhece a Rede Social.

Anexo 1

ENTIDADES PARCEIRAS DO CLAS/C

1. A Cores – Associação de Apoio a Crianças e Jovens em Risco
2. ABCD - Associação Bem-Estar, Cultura e Desenvolvimento de São Romão
3. Abraços Solidários – Associação Sócio Cultural e Desportiva de Trouxemil
4. ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal
5. ACIC – Associação Comercial e Industrial de Coimbra
6. ACID – Associação de Solidariedade Social dos Amigos do Cidadão Doente
7. ACM – Associação Cristã da Mocidade
8. Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro
9. ADAV – Associação de Defesa e Apoio da Vida
10. ADIS – Associação de Desenvolvimento das Freguesias a Norte de Coimbra
11. Administração Regional de Saúde do Centro, IP
12. ADRA – Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência
13. Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Mondego
14. Agrupamento de Escolas Coimbra Centro
15. Agrupamento de Escolas de São Silvestre
16. Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel
17. Agrupamento de Escutas de Ceira
18. Agrupamento de Escuteiros 1086 Palheira
19. Agrupamento de Escuteiros 603 Antanhol,
20. Agrupamento de Escuteiros 919 Lamarosa
21. AKTO – Associação para a Promoção dos Direitos Humanos e Democracia
22. Alzheimer Portugal – Delegação Centro
23. Ana Jovem – Associação Nacional de Apoio a Jovens
24. ANAI – Associação Nacional de Apoio ao Idoso
25. ANIP - Associação Nacional de Intervenção Precoce
26. APCC - Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra
27. APELO – Associação de Apoio à Pessoa em Luto
28. APF - Associação para o Planeamento da Família
29. APPACDM – Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
30. APPDA – Coimbra
31. ASPO – Paróquia de Sto. António dos Olivais
32. Associação “O Ninho da Mariazinha”
33. Associação APOJOVI
34. Associação Capacidades Sem Limites
35. Associação Cometa Portugal
36. Associação Cultural de Vilarinho
37. Associação Cultural Desportiva e Social Castanheira e Zouparria
38. Associação Cultural e Recreativa de Casal das Figueiras
39. Associação Cultural e Recreativa de Casal S. João
40. Associação Cultural Mata de S. Pedro
41. Associação Cultural Recreativa e Social de Cioga do Monte
42. Associação Cultural Rosas do Mondego - S. Martinho de Árvore
43. Associação das Cozinhas Económicas Rainha Sta. Isabel

44. Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares (ADEB)
45. Associação de Apoio Social e Desenvolvimento das Casa Novas
46. Associação de Desenvolvimento Rural e Social da Margem Sul do Mondego
47. Associação de Famílias Solidárias com a Deficiência
48. Associação de Moradores da Rua Cidade S. Paulo
49. Associação de Moradores do Bairro da Rosa
50. Associação de moradores do Monte Formoso
51. Associação de Pais da EB1 de Almalaguês
52. Associação de Pais da Escola Básica 2,3 de Ceira
53. Associação de Pais da Escola de Antuzede
54. Associação de Pais da Escola de Vil de Matos
55. Associação de Pais de São Silvestre
56. Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Pereiros
57. Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas de Vendas de Ceira
58. Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância e EB1 de S. João do Campo
59. Associação de Pais EB1 Assafarge.
60. Associação de Pais EB1Palheira
61. Associação Desportiva de Adémia
62. Associação Desportiva e Cultural de Almalaguês
63. Associação Desportiva e Cultural de Vila Verde - Vila Verde
64. Associação dos Diabéticos da Zona Centro
65. Associação dos Doentes Neuromusculares da Região Centro
66. Associação dos Profissionais de Serviço Social – Delegação Regional do Centro
67. Associação Existências
68. Associação Fernão Mendes Pinto
69. Associação Filarmónica Adriano Soares (T. Vilela)
70. Associação Hemisférios Solidários
71. Associação Integrar
72. Associação Iúna – Implementar uma nova atitude
73. Associação Juvenil “Soltar os Sentidos”
74. Associação Laços Sem Nós
75. Associação Motociclista Gatos do Picaroto
76. Associação Nacional de Deficientes Sinistrados Trabalho
77. Associação Olhar 21
78. Associação Oportunidades Iguais
79. Associação Pais Jardim Infância e EB1 Vila Verde
80. Associação para o Desenvolvimento e Defesa da Alta de Coimbra (ADDAC);
81. Associação Portal Solidário
82. Associação Portal Solidário
83. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – GAV Coimbra
84. Associação Portuguesa de Direito do Consumidor
85. Associação Portuguesa de Estudos e Intervenção em Psicologia Positiva
86. Associação Portuguesa de Familiares Amigos e Pessoas com Epilepsia
87. Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento
88. Associação Portuguesa para a Igualdade parental e Direito dos Filhos
89. Associação Portuguesa Solidariedade Mãos Unidas P. Damião
90. Associação Recreativa e Cultural de Cova do Ouro e Serra da Rocha
91. Associação Recreativa e Cultural do Casal da Misarela
92. Associação Recreativa e Desportiva do Ameal

93. Associação Recreativa e Musical de Ceira
94. Associação Social, Recreativa, Cultural Cigana de Coimbra
95. Associação Sócio Cultural de Recreio e Desporto dos Pereiros
96. Associação Sócio Cultural de São Bento
97. Associação sócio Cultural e Recreativa de S. Paulo de Frades
98. Associação Taveiro Com Vida
99. Associação Todos pelos Outros – ATPO
100. Ateneu de Coimbra
101. ATLAS – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento
102. Banco Alimentar Contra a Fome de Coimbra
103. Bombeiros Voluntários de Brasfemes
104. Câmara Municipal de Coimbra
105. Cáritas Diocesana de Coimbra
106. Casa da Infância Dr. Elísio de Moura
107. Casa de Formação Cristã da Rainha Santa;
108. Casa de Repouso de Coimbra
109. Casa de Repouso Rainha Santa
110. Casa do Pai – Centro de Apoio Social
111. Casa do Povo de Ceira
112. Casa do Povo de Souselas
113. Casa dos Pobres de Coimbra
114. CASPAE - Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da EB 10
115. CCR Valongo
116. CDRP Assafarge
117. CEARTE – Centro de Formação profissional do Artesanato
118. CEIFAC – Centro Integrado de Apoio Familiar de Coimbra
119. Celium – IPSS
120. Centro Assistência Social Nossa Senhora da Anunciação
121. Centro Comunitário de Desenvolvimento e Solidariedade Social de Coimbra
122. Centro Cultural, Desportivo e Social de S. Frutuoso
123. Centro de Acolhimento João Paulo II
124. Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (C.A.S.A.)
125. Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da EB1 Quinta das Flores
126. Centro de Apoio Social de Souselas
127. Centro de Assistência Paroquial Santa Cruz
128. Centro de Bem Estar Social de Brasfemes
129. Centro de Bem Estar Social Sagrada Família
130. Centro de Convívio da Tapada
131. Centro de Convívio do Carvalho
132. Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra
133. Centro de Solidariedade Social “O Pátio”
134. Centro de Solidariedade Social de Adémia
135. Centro Distrital de Coimbra – ISS, IP
136. Centro Intercultural Espaço Vivo
137. Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes
138. Centro Operário Católico de Coimbra
139. Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Almalaguês
140. Centro Paroquial de Solidariedade Social de Ribeira de Frades
141. Centro Paroquial de Solidariedade Social de S. Martinho do Bispo
142. Centro Popular de Trabalhadores do Cabouco
143. Centro Popular dos Trabalhadores do Sobral de Ceira
144. Centro Recreativo e Cultural da Boiça e Eira Velha
145. Centro Recreativo e Desportivo de Lagoas

146. Centro Social Ameal Solidário
147. Centro Social de Castelo Viegas
148. Centro Social de Marmeleira
149. Centro Social de Torres do Mondego
150. Centro Social e Cultural 25 de Abril
151. Centro Social e Desportivo de Sant’Ana – Vil de Matos
152. Centro Social e Paroquial da Pedrulha
153. Centro Social e Paroquial Trouxemil
154. Centro Social e Polivalente de Vila Pouca do Campo
155. Centro Social e Recreativo da Cidreira
156. Centro Social e Recreativo da Cidreira
157. Centro Social Monte Formoso
158. Centro Social Nossa Senhora D’Alegría
159. Centro Social Nossa Senhora da Conceição
160. Centro Social Paroquial de S. João do campo
161. Centro Social Paroquial de Taveiro
162. Centro Social Polivalente de Palheira
163. Centro Social S. João
164. Centro Social S. Teotónio;
165. Centro Social, Cultural e Recreativo de Quimbres
166. Centro Sócio Cultural e Recreativo do Botão
167. Centro Sócio Cultural Nossa Senhora de Lurdes
168. Centro Sócio-Cultural Polivalente de S. Martinho
169. CHUC – Unidade «Nome»
170. Clube de Tempos Livres de Santa Clara
171. CNOD – Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes
172. Coimbra 2 Margens – Associação
173. Colégio Apostólico da Imaculada Conceição – CAIC
174. Colégio Bom Jesus
175. Comissão Angariação de Fundos “Alvarinho”
176. Comissão Paroquial S. Martinho Árvore
177. Comissão Sócio Caritativa da Igreja de Arzila
178. Competir – Formação e Serviços SA
179. Comunidade Juvenil S. Francisco de Assis
180. Conferência de S. Paulo
181. Conferência S. Tetónio
182. Confort Keepers
183. Confraria S. Facundo
184. Conselho Económico e Paroquial de Lamarosa
185. Consensus – Associação para Desenvolvimento Meios Alternativos de Resolução de Conflitos
186. CPCJ/C – Comissão de protecção de Crianças e Jovens de Coimbra
187. Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Coimbra
188. Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Pereira
189. DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
190. Delegação de Coimbra da Associação Portuguesa dos Doentes de Parkinson
191. DGEstE Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Centro
192. Direcção-Geral de Reinserção Social – Equipa do Baixo Mondego 1
193. EAPN/Portugal - Núcleo Distrital de Coimbra
194. Edinstivo – Associação de Imigrantes dos Países de Leste
195. Equipa de Intervenção Social “Ergue-te”
196. Escola Secundária de D. Duarte
197. Escola Superior de Educação de Coimbra
198. Fábrica da Igreja da Cioga do Campo
199. Fábrica da Igreja Paroquial de S. João do Campo

- 200.** Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Coimbra
- 201.** Farmácia Simões
- 202.** Federação Regional das Associações de Pais - Centro
- 203.** Figueira Viva - Associação de Cooperação e Solidariedade para o Desenvolvimento da Figueira da Foz
- 204.** Fundação ADFP
- 205.** Fundação AMI – Porta Amiga de Coimbra
- 206.** Fundação Beatriz Santos
- 207.** Fundação Bissaya Barreto
- 208.** Fundação Pessoa
- 209.** Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a Sida”
- 210.** Futebol Clube São Silvestre
- 211.** Ginásio Clube de Antuzede
- 212.** Graça de São Filipe
- 213.** Grall
- 214.** Grupo Católico de Visitadoras – Voluntários “Mateus 25”
- 215.** Grupo de Cantares e Gerações – Torres do Mondego
- 216.** Grupo de Dança “The Wolfs”
- 217.** Grupo de Danças e Cantares da Cidreira
- 218.** Grupo de Voluntários de Apoio aos Peregrinos – Torres do Mondego
- 219.** Grupo Desportivo Cultural e Recreativo de Casais de Vera Cruz
- 220.** Grupo Desportivo de Antuzede
- 221.** Grupo Escoteiros 22 – Adémia
- 222.** Grupo Escuteiros 1360 Souselas
- 223.** Grupo Folclórico e Etnográfico de Arzila
- 224.** Grupo Recreativo “Asas dos Anos 60”
- 225.** Grupo Sócio Caritativo de Taveiro
- 226.** Grupo Sócio-Cultural e Desportivo de S. Martinho de Árvore
- 227.** Guarda Nacional Republicana
- 228.** Hepaturix
- 229.** Humana Global- Associação para a Educação e Formação em Direitos Humanos
- 230.** IDT – Delegação Regional do Centro
- 231.** INATEL
- 232.** Instituto de Ação Social das Forças Armadas
- 233.** Instituto de Apoio à Criança
- 234.** Instituto do Emprego e Formação Profissional
- 235.** Instituto Educativo de Almalaguês
- 236.** Instituto Politécnico de Coimbra – Serviços de Acção Social
- 237.** Instituto Superior Miguel Torga
- 238.** JADRC – Jovens Associados para o Desenvolvimento Regional do Centro
- 239.** Junta de Freguesia de Almalaguês
- 240.** Junta de Freguesia de Brasfemes
- 241.** Junta de Freguesia de Ceira
- 242.** Junta de Freguesia de Cernache
- 243.** Junta de Freguesia de S. João do Campo
- 244.** Junta de Freguesia de S. Silvestre
- 245.** Junta de Freguesia de Santo. António dos Olivais
- 246.** Junta de Freguesia de Torres do Mondego
- 247.** Juventude Desportiva de Vilela
- 248.** Juventude Desportiva Recreativa de Arzila
- 249.** KRISCER – Associação de Cooperação e Educação para o Desenvolvimento Humano e Social
- 250.** LAHUC – Liga dos Amigos do Hospitais da Universidade de Coimbra
- 251.** Liga dos Amigos da Unidade de Saúde Familiar da Cruz de Celas
- 252.** Liga dos Amigos do Centro de Saúde Norton de Matos
- 253.** Liga dos Combatentes – Centro de Apoio Médico, Psicológico, Social de Coimbra
- 254.** Liga dos Pequenitos do HPC

- 255.** Liga Nacional Contra a Fome
- 256.** Liga Portuguesa Contra a Epilepsia
- 257.** Liga Portuguesa Contra o Cancro
- 258.** Litocar
- 259.** Livro de Afetos (Lado a Lado – O bem estar em sua Casa)
- 260.** Lopes Garcia Consultores
- 261.** MCR – Movimento Cidadania em Rede
- 262.** Memórias e Gentes – Associação Humanitária
- 263.** MHM - Mário Hugo Macedo – Cuidados de Saúde Lda.
- 264.** MIA - Associação Mandinga de Iúna
- 265.** Minha Gente
- 266.** Mondego – Associação de Intervenção social
- 267.** Movimento de Solidariedade de Assafarge
- 268.** Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra
- 269.** Obra de Santa Zita
- 270.** Obra Social de Torre de Vilela
- 271.** Paramédicos de Catástrofe Internacional
- 272.** Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (ex) Acolhidos – Associação
- 273.** Polícia de Segurança Pública – Comando de Coimbra
- 274.** Policia Municipal de Coimbra
- 275.** PROEFA – Associação para a Promoção da Educação e Formação de Adultos
- 276.** Profiforma – Gabinete de Consultadoria e Formação Profissional Lda
- 277.** Programa para a Inclusão e Cidadania
- 278.** Rancho das Cantarinhas
- 279.** Rancho Infantil e Juvenil de S. João do Campo
- 280.** Ritmos da Natureza- Associação Pedagógica e Cultural
- 281.** Sanjoanense Atlético Clube
- 282.** Santa Casa da Misericórdia de Coimbra
- 283.** Santa Casa da Misericórdia do Botão
- 284.** Saúde em Português
- 285.** Sentido – Associação para a Cooperação e Educação para o Desenvolvimento
- 286.** SerHogarSystem – Serviço de Apoio Domiciliário
- 287.** Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla – Delegação de Coimbra
- 288.** Sol Eiras
- 289.** Solidariedade Imigrante
- 290.** Sorriso – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos
- 291.** União de Freguesias de Antuzede e Vil de Matos
- 292.** União de Freguesias de Assafarge e Antanol
- 293.** União de Freguesias de Coimbra
- 294.** União de Freguesias de Eiras e S. Paulo de Frades
- 295.** União de Freguesias de S. Martinho de Árvore e Lamarosa
- 296.** União de Freguesias de S. Martinho do Bispo e Ribeira de Frades
- 297.** União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas
- 298.** União de Freguesias de Souselas e Botão
- 299.** União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila
- 300.** União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela
- 301.** Venerável Ordem 3ª Casa Abrigo Padre Américo
- 302.** Videsperança Lda.

ANEXO 2

EQUIPAMENTOS SOCIAIS EXISTENTES NO CONCELHO DE COIMBRA

- INFÂNCIA E JUVENTUDE -

CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES (CATL) Público-alvo: Crianças e Jovens		
Unidade Territorial	Nome do Equipamento social	Capacidade (N.º)
Almalaguês	Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almalaguês	80
Brasfemes	Centro Bem Estar Social de Brasfemes	20
Ceira	Celium - Instituição Particular de Solidariedade Social	50
	CATL da Escola EB 2,3 de Ceira – Cáritas Diocesana de Coimbra	80
Cernache	Centro Social Nossa Senhora dos Milagres	120
Santo António dos Olivais	55 S, Lda. (entidade lucrativa)	40
	CATL 1º Ciclo Martim de Freitas – Cáritas Diocesana de Coimbra	60
	CATL da EB 2,3 (Martim de Freitas) – Cáritas Diocesana de Coimbra	80
	CATL da Escola N.º 10 (Solum) – CASPAE	80
	CATL do 1º Ciclo do EB do Areeiro – CASPAE	20
	CATL de Montes Claros – Cáritas Diocesana de Coimbra	118
	CATL da EB1 do Bairro Norton de Matos – CASPAE	20
	CATL Obra de Santa Zita – CASPAE	20
	Experimentar Aprender, Lda. (entidade lucrativa)	19
São João do Campo	Centro Social Paroquial de S. João do Campo	30
São Silvestre	CATL da EB 2,3 de S. Silvestre – Cáritas Diocesana de Coimbra	80
Torres do Mondego	APPDA de Coimbra	20
	Centro Social de Torres do Mondego	50
U.F. de Assafarge e Antanhol	Centro Social Nossa Senhora da Alegria	40
	Centro Social Polivalente de Palheira	25
U.F. de Coimbra	Centro de Bem Estar Social da Sagrada Família	60
	Centro Social e Cultural 25 de Abril	80
	Clube de Tempos Livres de Santa Clara	20
	A Pequena Sereia (entidade lucrativa)	80
U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	CATL da Escola EB1 de S. Martinho do Bispo – CASPAE	30
	CATL Inês de Castro – Cáritas Diocesana de Coimbra	80
	Centro Social de S. João	20
U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas	Centro Social de Castelo Viegas	20
	ATL do Clube de Tempos Livres de Santa Clara	80
	CATL EB 2,3 de Poeta Silva Gaio – Cáritas Diocesana de Coimbra	80
U.F. de Eiras e São Paulo de Frades	CATL de Eiras – Cáritas Diocesana de Coimbra	60
	CATL do Bairro do Brinca – Cáritas Diocesana de Coimbra	30
	Centro Comunitário de S. José	45
	Associação Social, Cultural e Recreativa de S. Paulo de Frades	20
	Fundação Beatriz Santos	60
U.F. de São Martinho de Árvore e Lamarosa	CATL da EB1 de Casais de Vera Cruz – Asso. Fernão Mendes Pinto	30
U.F. de Souselas e Botão	Centro de Apoio Social de Souselas	40
	Centro Social da Marmeleira	30
U.F. de Taveiro, Ameal e Arzila	ATL EB 2,3 de Taveiro – Cáritas Diocesana de Coimbra	80
U.F. de Trouxemil e Torre de Vilela	Obra Social de Torre de Vilela	40
	Centro de Solidariedade Social da Adémia	30
Total	41	2.067

CRECHES		
Público-alvo: Crianças e Jovens		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
Almalaguês	Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almalaguês	48
Ceira	Celium - Instituição Particular de Solidariedade Social	33
Cernache	Centro Social Nossa Senhora dos Milagres	45
	Colégio Bom Jesus, Lda. (entidade lucrativa)	40
Santo António dos Olivais	A Previdência Portuguesa	20
	A Previdência Portuguesa – Jardim de Infância	38
	Aquarium Project, Lda. (entidade lucrativa)	42
	Creche e Jardim de Infância "O Caracol" – Casa do Pessoal HUC	58
	Centro de Bem Estar Infantil Movimento Casais de Santa Maria	75
	Colégio de Santa Maria – APPACDM de Coimbra	35
	Creche Margarida Brandão – SCM de Coimbra	60
	Fraldas e Fraldinhas, Lda. (entidade lucrativa)	33
	Escolinha Encantada - Infantário Lda. (entidade lucrativa)	33
	Mondego - Associação de Intervenção Social	28
	Universo Imaginário, Lda. (entidade lucrativa)	23
São Silvestre	Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres	30
Torres do Mondego	Centro Social de Torres do Mondego	35
U.F. de Assafarge e Antanhol	Centro Social Nossa Senhora da Alegria	33
	Centro Social Nossa Senhora da Conceição	46
	Centro Social Polivalente de Palheira	39
U.F. de Coimbra	Creche Maternidade Bissaya Barreto - ANIP	42
	Centro de Bem Estar Social da Sagrada Família	70
	Centro de Solidariedade Social "O Pátio"	55
	Creche Nossa Senhora de Fátima – Cáritas Diocesana de Coimbra	45
	A Nossa Casinha – OPSD de Coimbra	20
	Centro Social de São Teotónio	30
	Creche Morangos Coimbra, Lda. (entidade lucrativa)	64
	Casa Nossa Senhora da Anunciação – Cáritas Diocesana de Coimbra	66
	Centro Infantil de Coimbra – Asso. Jardins-Escolas João de Deus	70
	Centro Sócio-Cultural Nossa Senhora de Lurdes	26
	Capuchinho Vermelho, Lda. (entidade lucrativa)	31
U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Casa da Criança Maria Granado – Fundação Bissaya Barreto	72
	Equipamento de S. Martinho do Bispo – Fundação ADFP	15
	Centro Social de S. João	52
	Centro Sócio Cultural Polivalente de S. Martinho	33
	Os Pimentinhas, Lda. (entidade lucrativa)	54
	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Ribeira de Frades	25
	Centro Social de Castelo Viegas	33
U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas	Creche e Jardim de Infância "Passo a Passo" – OPSD Coimbra	35
	Centro Cultural e Infantil "O Paraíso da Criança" – OPSD Coimbra	33
U.F. de Eiras e São Paulo de Frades	Centro Social de S. Pedro	42
	Colégio Beija Flor, Lda. (entidade lucrativa)	33
	Creche e Jardim de Infância de S. Miguel – CAP Santa Cruz	50
	Associação Social, Cultural e Recreativa de S. Paulo de Frades	30
	Fundação Beatriz Santos	35
	Centro de Apoio Social de Souselas	60
U.F. de Souselas e Botão	Centro de Solidariedade Social da Adémia	30
U.F. de Trouxemil e Torre de Vilela	Centro Social Paroquial de Trouxemil	58
Total	48	2.003

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR		
Público-alvo: Crianças e Jovens		
Unidade Territorial	Nome do Equipamento social	Capacidade (N.º)
Almalaguês	Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almalaguês	72
Cernache	Centro Social Nossa Senhora dos Milagres	75
Santo António dos Olivais	A Previdência Portuguesa	85
	Associação Jardins-Escolas João de Deus - Estabelecimento 2	225
	Centro de Bem Estar Infantil Movimento Casais de Santa Maria	94
	Colégio de Santa Maria – APPACDM de Coimbra	60
	Mondego - Associação de Intervenção Social	47
São Silvestre	Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres	25
Torres do Mondego	Centro Social de Torres do Mondego	42
U.F. de Assafarge e Antanhol	Centro Social Nossa Senhora da Alegria	22
	Centro Social Nossa Senhora da Conceição	72
	Centro Social Polivalente de Palheira	40
U.F. de Coimbra	Centro de Bem Estar Social da Sagrada Família	97
	Centro Social e Cultural 25 de Abril	40
	Centro de Solidariedade Social "O Pátio"	75
	Creche Nossa Senhora de Fátima – Cáritas Diocesana de Coimbra	75
	Associação Jardins-Escolas João de Deus - Estabelecimento 1	143
	Casa Nossa Senhora da Anunciação – Cáritas Diocesana de Coimbra	62
	Centro Infantil de Coimbra – Asso. Jardins-Escolas João de Deus	40
	Centro Sócio-Cultural Nossa Senhora de Lurdes	24
U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Casa da Criança Maria Granado – Fundação Bissaya Barreto	150
	Equipamento de S. Martinho do Bispo – Fundação ADFP	40
	Centro Social de S. João	50
	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Ribeira de Frades	46
U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas	Centro Social de Castelo Viegas	25
U.F. de Eiras e São Paulo de Frades	Centro Cultural e Infantil "O Paraíso da Criança" – OPSD Coimbra	33
	Creche e Jardim de Infância de S. Miguel – CAP Santa Cruz	74
U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas	Casa da Criança Rainha Santa Isabel – Fundação Bissaya Barreto	69
	Creche e Jardim de Infância "Passo a Passo" – OPSD Coimbra	50
U.F. de Souselas e Botão	Centro de Apoio Social de Souselas	60
U.F. de Trouxemil e Torre de Vilela	Centro de Solidariedade Social da Adémia	50
	Centro Social Paroquial de Trouxemil	25
Total	32	2.087

INTERVENÇÃO PRECOCE		
Público-alvo: Crianças e Jovens com deficiência		
Unidade Territorial	Nome do Equipamento social	Capacidade (N.º)
Santo António dos Olivais	SIP Concelho de Coimbra – ANIP	80
	Colégio de Santa Maria – APPACDM de Coimbra	40
Total	2	120

LAR DE APOIO		
Público-alvo: Crianças e Jovens com deficiência		
Unidade Territorial	Nome do Equipamento social	Capacidade (N.º)
U.F. de Coimbra	Lar de Apoio – APPC	26
Total	1	26

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		
Público-alvo: Crianças e Jovens com deficiência e Pessoas adultas com deficiência		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
Santo António dos Olivais	Centro de Reabilitação – APPC	320
Total	1	320

CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO		
Público-alvo: Crianças e Jovens em situação de perigo		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
Cernache	Centro Social Nossa Senhora dos Milagres	20
U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Casa do Pai - Centro de Atendimento Temporário para Crianças em Risco – Fundação Bissaya Barreto	12
U.F. de Coimbra	Sorriso - Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenos	20
U.F. de Eiras e São Paulo de Frades	CAT Loreto – OPSD Coimbra	30
Total	4	82

CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL		
Público-alvo: Crianças e Jovens em situação de perigo		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
Santo António dos Olivais	ANIP	100
U.F. de Coimbra	C.A.F.A.P. - Associação Integrar	30
Total	2	130

LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE		
Público-alvo: Crianças e Jovens em situação de perigo		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
U.F. de Trouxemil e Torre de Vilela	Lar o Girassol – Lar de S. Martinho do Bispo	40
U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Lar de S. Martinho do Bispo	40
U.F. de Coimbra	Fundação Esperança Viva (R. Montarroio)	5
	Fundação Esperança Viva (R. Dr. António Vasconcelos)	7
	Casa da Infância Doutor Elísio de Moura	106
	Casa de Formação Cristã Rainha Santa	70
	Colégio dos Órfãos de S. Caetano – SCM Coimbra	40
U.F. de Eiras e São Paulo de Frades	Comunidade Juvenil S. Francisco de Assis - Lar S. Francisco de Assis	70
Total	8	378

ANEXO 3

EQUIPAMENTOS SOCIAIS EXISTENTES NO CONCELHO DE COIMBRA

- POPULAÇÃO ADULTA -

CENTROS DE CONVÍVIO		
Público-alvo: Pessoas Idosas		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
Santo António dos Olivais	A, B, C, e D de S. Romão	20
U.F. de Coimbra	Centro Comunitário de Des. e Solidariedade Social de Coimbra	100
	Centro Operário Católico da Conchada	10
	Associação de Solidariedade Social dos Professores	135
U.F. de Souselas e Botão	Centro de Apoio Social de Souselas	25
Total	5	290

CENTROS DE DIA		
Público-alvo: Pessoas Idosas		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
Almalaguês	Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almalaguês	40
Brasfemes	Centro Bem Estar Social de Brasfemes	30
Ceira	Celium - Instituição Particular de Solidariedade Social	40
Cernache	Centro Social Nossa Senhora dos Milagres	40
Santo António dos Olivais	Casa do Jardim, Lda. (entidade lucrativa)	12
	Centro Rainha Santa Isabel – Cáritas Diocesana de Coimbra	60
São João do Campo	Centro Social Paroquial de S. João do Campo	30
São Silvestre	Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres	30
U.F. de Assafarge e Antanhol	Centro Social Nossa Senhora da Alegria	20
	Centro Social Nossa Senhora da Conceição	15
	Centro Social Polivalente de Palheira	20
U.F. de Coimbra	Oficina do Idoso - ANAI	25
	Casa de Repouso de Coimbra	20
	Centro Operário Católico da Conchada	20
	Ateneu de Coimbra	50
	Centro Social de S. José	45
	Centro Sócio-Cultural Nossa Senhora de Lurdes	25
	Centro Social Paroquial da Pedrulha	40
	Associação Cozinhas Económicas Rainha Santa Isabel	75
U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	CATI de S. Martinho do Bispo – SCM Coimbra	25
	Centro Social de S. João	30
	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Ribeira de Frades	25
	Centro Sócio Cultural Polivalente de S. Martinho	24
U.F. de Souselas e Botão	Centro Social Cultural e Recreativo de Botão	30
	Centro de Apoio Social de Souselas	15
U.F. de Eiras e São Paulo de Frades	Centro Social de S. Pedro	40
	Sol Eiras - Associação de Solidariedade e Cultural	20
	Associação Social, Cultural e Recreativa de S. Paulo de Frades	20
U.F. de Taveiro, Ameal e Arzila	Centro Social Paroquial de Taveiro	35
U.F. de Trouxemil e Torre de Vilela	Obra Social de Torre de Vilela	10
	Centro de Solidariedade Social da Adémia	30
Total	31	941

ESTRUTURAS RESIDENCIAIS PARA PESSOAS IDOSAS		
Público-alvo: Pessoas Idosas		
Unidade Territorial	Nome do Equipamento social	Capacidade (N.º)
Almalaguês	Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almalaguês	36
Cernache	Casa de Repouso de Cernache	24
	Casa de Repouso Rainha Santa, Lda. (entidade lucrativa)	55
Santo António dos Olivais	Casa do Jardim, Lda. (entidade lucrativa)	17
	Residência Montepio Coimbra (entidade lucrativa)	16
	Centro Rainha Santa Isabel – Cáritas Diocesana de Coimbra	82
	Lar de Santo António – Cáritas Diocesana de Coimbra	56
São Silvestre	Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres	10
U.F. de Coimbra	Casa de Repouso de Coimbra	58
	Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco	50
	Casa de S. José – Cáritas Diocesana de Coimbra	20
	Centro Social de S. José	22
	Lar Santo António – Obra Social Franciscanas Missionárias de Maria	15
U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Casa dos Pobres	63
	CATI de S. Martinho do Bispo – SCM Coimbra	90
	Lar Casa do Juiz – Asso. Solidariedade Social “Casa do Juiz”	30
	Lar de S. Filipe – Graça de São Filipe	80
U.F. de Eiras e São Paulo de Frades	Lar Luxu's TM, Lda. (entidade lucrativa)	27
	DOMUS AEMINIUM – Fundação Beatriz Santos	76
U.F. de Souselas e Botão	Centro de Apoio Social de Souselas	18
	Eterno Paraíso Lar 3ª Idade, Lda. (entidade lucrativa)	27
U.F. de Trouxemil e Torre de Vilela	Obra Social de Torre de Vilela	19
	Associação Recreativa Cultural e Social de Cioga do Monte	20
Total	23	911

SERVIÇOS DE APOIO DOMICILIÁRIO		
Público-alvo: Pessoas Idosas		
Unidade Territorial	Nome do Equipamento social	Capacidade (N.º)
Almalaguês	Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almalaguês	40
Brasfemes	Centro Bem Estar Social de Brasfemes	30
Ceira	Celium - Instituição Particular de Solidariedade Social	40
Cernache	Centro Social Nossa Senhora dos Milagres	40
Santo António dos Olivais	A, B, C e D de S. Romão – Associação de Bem-Estar, Cultura e Desenvolvimento Social	20
	Centro Rainha Santa Isabel – Cáritas Diocesana de Coimbra	90
	Causa Positiva, Lda. (entidade lucrativa)	40
	Lado a Lado, Lda. (entidade lucrativa)	40
	Mãos que Cuidam, Lda. (entidade lucrativa)	48
	SERHOGARSYSTEM (entidade lucrativa)	40
São João do Campo	Centro Social Paroquial de S. João do Campo	20
São Silvestre	Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres	50
U.F. de Assafarge e Antanhol	Centro Social Nossa Senhora da Alegria	20
	Centro Social Nossa Senhora da Conceição	23
U.F. de Coimbra	Amanhã Solidário, Lda. (entidade lucrativa)	40
	Oficina do Idoso – ANAI	20
	Casa de Repouso de Coimbra	40
	Centro Social Paroquial da Pedrulha	20
	MHM Saúde, Lda. (entidade lucrativa)	18
	Tecnisign, Lda. (entidade lucrativa)	35
	Associação Cozinhas Económicas Rainha Santa Isabel	20
U.F. de São Martinho do Bispo e Ribeira de	Proximus – Fundação Bissaya Barreto	50

Frades	CATI de S. Martinho do Bispo – SCM Coimbra	30
	Centro Social de S. João	40
	Centro Sócio Cultural Polivalente de S. Martinho	20
	Serviço Domiciliário de Coimbra – Fundação Bissaya Barreto	85
	Centro Paroquial de Solidariedade Social de Ribeira de Frades	25
U.F. de Coimbra	EnferSAD, Lda. (entidade lucrativa)	40
	Centro Social Paroquial da Sé Velha	40
	Ateneu de Coimbra	40
	Saúde até Si, Lda. (entidade lucrativa)	30
	Centro Social de S. José	30
	Centro Sócio-Cultural Nossa Senhora de Lurdes	55
	Serviço Apoio Domiciliário – CASPAE	30
U.F. de Souselas e Botão	Centro Social Cultural e Recreativo de Botão	60
	Centro de Apoio Social de Souselas	50
U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas	Centro Social de Castelo Viegas	25
	Casa do Pai - Centro de Apoio Social	15
U.F. de Eiras e São Paulo de Frades	Centro Social de S. Pedro	60
	Sol Eiras - Associação de Solidariedade e Cultural	25
	Associação Social, Cultural e Recreativa de S. Paulo de Frades	35
	DOMUS AEMINIUM – Fundação Beatriz Santos	50
U.F. de Trouxemil e Torre de Vilela	Obra Social de Torre de Vilela	15
	Centro de Solidariedade Social da Adémia	40
Total		44
		1.624

CENTRO DE ATENDIMENTO, ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		
Público-alvo: Pessoas adultas com deficiência		
Unidade Territorial	Nome do Equipamento social	Capacidade (N.º)
U.F. de Coimbra	Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO)	145
U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas	Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares – Delegação da Região Centro	73
Total	2	218

UNIDADE DE REABILITAÇÃO PARA DEFICIENTES PROFUNDOS		
Público-alvo: Pessoas adultas com deficiência		
Unidade Territorial	Nome do Equipamento social	Capacidade (N.º)
U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas	Quinta da Conraria – APCC	25
Total	48	25

CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS		
Público-alvo: Pessoas adultas com deficiência		
Unidade Territorial	Nome do Equipamento social	Capacidade (N.º)
São Silvestre	Centro de São Silvestre – APPACDM de Coimbra	150
Torres do Mondego	APPDA de Coimbra	10
U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas	Quinta da Conraria – APCC	160
	Cavalo Azul – Associação de Famílias Solidárias com a Deficiência	30
Total	4	350

LAR RESIDENCIAL		
Público-alvo: Pessoas adultas com deficiência		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
Santo António dos Olivais	Rua Machado Castro – APPACDM de Coimbra	10
	APCC Unidade I – Celas	20
	APCC Unidade II – Celas	20
São Silvestre	Centro de São Silvestre – APPACDM de Coimbra	19
U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas	Quinta da Conraria – APCC	60
	Cavalo Azul – Associação de Famílias Solidárias com a Deficiência	12
Total	6	141

RESIDÊNCIA AUTÓNOMA		
Público-alvo: Pessoas adultas com deficiência		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas	APPDA de Coimbra	5
Total	1	5

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO		
Público-alvo: Pessoas adultas com deficiência		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
Santo António dos Olivais	APCC	35
U.F. de Coimbra	APPACDM de Coimbra	10
Total	2	45

FÓRUM SÓCIO OCUPACIONAL		
Público-alvo: Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
Ceira	Celium- Instituição Particular de Solidariedade Social	10
U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas	Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares – Delegação da Região Centro	40
Total	2	50

CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS SEM ABRIGO		
Público-alvo: Pessoas sem abrigo		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
U.F. de Coimbra	Casa Abrigo Padre Américo – Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco	30
Total	1	30

ANEXO 4

EQUIPAMENTOS SOCIAIS EXISTENTES NO CONCELHO DE COIMBRA

- FAMÍLIA E COMUNIDADE -

ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO SOCIAL		
Público-alvo: Família e comunidade em geral		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
U.F. de Coimbra	Centro de Assistência Paroquial Santa Cruz	410
	Equipa de Intervenção Social para Mulheres Prostituídas – Fundação Madre Sacramento	100
Total	2	510

CENTRO COMUNITÁRIO		
Público-alvo: Família e comunidade em geral		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
U.F. de Coimbra	Centro Comunitário de Inserção - "Apoio à Mulher em Risco" – Cáritas Diocesana de Coimbra	120
U.F. de Eiras e São Paulo de Frades	Centro Comunitário de S. José – Cáritas Diocesana de Coimbra	607
U.F. de Souselas e Botão	Centro de Apoio Social de Souselas	584
Total	3	1.311

AJUDA ALIMENTAR A CARENCIADOS		
Público-alvo: Família e comunidade em geral		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
Todo o Concelho	Centro Distrital de Coimbra - ISS, I.P. – FEAC	-
	Banco Alimentar Contra a Fome	-
Total	2	-

CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO		
Público-alvo: Família e comunidade em geral		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
Santo António dos Olivais	Casa Acreditar de Coimbra - ACREDITAR - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro	20
	O FAROL – Cáritas Diocesana de Coimbra	60
Total	2	80

CENTRO DE APOIO À VIDA		
Público-alvo: Família e comunidade em geral		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
U.F. de Coimbra	Associação de Defesa e Apoio da Vida (ADAV)	200
Total	1	200

COMUNIDADE DE INSERÇÃO		
Público-alvo: Família e comunidade em geral		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
U.F. de Coimbra	Centro Porta Amiga de Coimbra – AMI	150
	CAIS – Associação Integrar	37
U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas	Comunidade de Inserção Renascer - Cáritas Diocesana de Coimbra	30
Total	3	217

COMUNIDADE DE INSERÇÃO PARA MULHERES EM RISCO		
Público-alvo: Família e comunidade em geral		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
U.F. de Eiras e São Paulo de Frades	Comunidade de Inserção para Mulheres em Risco - Comunidade Juvenil S. Francisco de Assis	15
U.F. Coimbra	Casa da Mãe - OPS Coimbra	20
Total	2	35

GRUPO DE AUTO AJUDA		
Público-alvo: Família e comunidade em geral		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas	Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares – Delegação da Região Centro	45
Total	1	45

REFEITÓRIO SOCIAL		
Público-alvo: Família e comunidade em geral		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
U.F. Coimbra	Centro Porta Amiga de Coimbra - AMI	
	Associação Cozinhas Económicas Rainha Santa Isabel	
Total	2	

CANTINA SOCIAL		
Público-alvo: Família e comunidade em geral		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
São Silvestre	Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres	43
U.F. Trouxemil e Torre de Vilela	Centro Solidariedade Social Adémia	9
Cernache	Centro Social Nossa Senhora dos Milagres – Cáritas Diocesana de Coimbra	15
U.F. Eiras e São Paulo de Frades	Centro Social S. Pedro – Cáritas Diocesana de Coimbra	55
	Fundação Beatriz Santos	45
U.F. Coimbra	Centro Comunitário de Inserção – Cáritas Diocesana de Coimbra	10
	Centro Sol Nascente – Cáritas Diocesana de Coimbra	20
	Associação Integrar	40
U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Centro Social de S. João	51
	Centro Sócio Cultural Polivalente de S. Martinho	23
U.F. Assafarge e Antanhol	Centro Social Nossa Senhora da Alegria	100
Total	11	411

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSOCIAL		
Público-alvo: Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
U.F. de Coimbra	Centro "viHda + - Cáritas Diocesana de Coimbra	40
	Fundação Portuguesa "A Comunidade Contra a SIDA"	242
Total	2	282

APARTAMENTO DE REINserÇÃO		
Público-alvo: Pessoas toxicodependentes		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	Associação Nacional de Apoio a Jovens (ANAJovem)	8
U.F. de Eiras e São Paulo de Frades	Cáritas Diocesana de Coimbra	8
Total		16

EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRETA		
Público-alvo: Pessoas toxicodependentes		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
Santo António dos Olivais	Associação Integrar	53
U.F. São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades	ANAJovem (Associação Nacional de Apoio a Jovens)	50
U.F. de Coimbra	Equipa de Rua - Cáritas Diocesana de Coimbra	50
Total	3	1532

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSOCIAL		
Público-alvo: Pessoas vítimas de violência doméstica		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
Santo António dos Olivais	Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra – APAV	50
Total	1	50

ANEXO 5

EQUIPAMENTOS SOCIAIS EXISTENTES NO CONCELHO DE COIMBRA

- RESPOSTAS PONTUAIS -

APOIO EM REGIME AMBULATORIO		
Público-alvo: Pessoas com deficiência a partir dos 7 anos		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
Santo António dos Olivais	Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral de Coimbra – APCC	3.500
Total	1	3.500

CENTRO DE RECURSOS E INVESTIGAÇÃO SOCIAL		
Público-alvo: Pessoas e Instituições		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
U.F. de Coimbra	Centro de Recursos e Investigação Social da EAPN de Coimbra	-
Total	1	-

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PRÉ-PROFISSIONAL		
Público-alvo: Pessoas com deficiência		
Unidade Territorial	Nome do <i>Equipamento social</i>	Capacidade (N.º)
U.F. de Santa Clara e Castelo Viegas	Associação Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC)	-
Santo António dos Olivais	APPACDM de Coimbra	-
Total	2	-

